Serviço Federal de Processamento de Dados SERPRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Brasília, maio/2015

www.serpro.gov.br

PODER EXECUTIVO

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, da DN TCU nº 139/2014 e da Portaria TCU nº 90/2014.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E QUADROS....5
LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS E SIGLAS....8
LISTA COMPLEMENTAR DE ABREVIATURA E SIGLAS....9
INTRODUÇÃO....11
PARTE A - INFORMAÇÕES GERAIS....12
1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS....12
1.1 Identificação da Unidade....12
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade....14
1.3 Organograma Funcional....15
1.4 Macroprocessos Finalísticos....18
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA....21
2.1 Estrutura de Governança....21
2.2 Atuação da unidade da Auditoria Interna....23
2.3 Sistema de Correição....50
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos....54
2.5 Remuneração Paga a Administradores....56
3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE....59
3.1 Canais de acesso ao cidadão....59
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão....59
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços....60
3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada....60
3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada....60
3.6 Medidas relativas à acessibilidade....60
4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO....62
4.1 Caracterização e o comportamento do mercado de atuação....62
4.2 Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares....62
4.3 Contextualização dos produtos e serviços ofertados em relação ao ambiente de atuação....62
4.4 Ameaças e oportunidades observadas no ambiente de negócio....66
4.5 Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços....66
4.6 Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los....67
4.7 Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios....67
5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS....69
5.1 Planejamento da Unidade....69

5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados....104
5.3 Informações sobre outros resultados da gestão....109
5.4 Informações sobre Indicadores de Desempenho Operacional....115
5.5 Informações sobre Custos de Produtos e Serviços....116
6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA....117
6.1 Programação e Execução da Despesa....117
6.2 Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda....119
6.3 Transferência de Recursos....120
7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS....124
7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade....124
7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários....139
7.3 Revisão de Contratos beneficiados por desoneração da folha de pagamento....145
8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO....147
8.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário....147
9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO....148
9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)....148
10 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE....163
10.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU....163
10.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)....167
10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93....202
10.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário....203
10.5 Alimentação SIASG e SICONV....204
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS....205
11.1 Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas....205
11.2 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976....207
11.3 Composição Acionária da Empresa....242
11.4 Relatório de Auditoria Independente....243
12 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES....245
13 CONSIDERAÇÕES FINAIS....246
PARTE B - CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE....247
I - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA....247
II – INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO....278
FICHA TÉCNICA....279

LISTA DE TABELAS E QUADROS

QUADRO	ASSUNTO
A.1.1	identificação da unidade
A.1.3.a	organograma funcional da unidade
A.1.3.b	informações sobre áreas ou subunidades estratégicas
A.1.4	macroprocessos finalísticos
A.2.2.2.a	auditorias realizadas no exercício – contábeis
A.2.2.2.b	auditorias realizadas no exercício – acompanhamento
A.2.2.2.c	auditorias realizadas no exercício – especiais
A.2.2.3.2	auditorias de acompanhamento
A.2.2.3.4.a	relação entre auditorias previstas e realizadas
A.2.2.3.4.b	explicações sobre auditorias previstas e realizadas
A.2.2.3.5.a	achados de auditoria – contábeis
A.2.2.3.5.b	achados de auditoria – acompanhamento
A.2.2.3.5.c	achados de auditoria – especial
A.2.3.3	demandas externas atendidas
A.2.4	avaliação do sistema de controles internos
A.2.5.1	proporcionalidade da remuneração de diretores e conselheiros
A.2.5.2	remuneração dos conselhos de administração e fiscal
A.2.5.2.1	síntese da remuneração dos conselhos
A.2.5.3	síntese da remuneração dos administradores
A.3.6	acessibilidade - portadores de necessidades especiais
A.4.3	linhas de negócios
A.4.4	ameaças e oportunidades do ambiente de negócios
A.4.5	atendimento a clientes por URC
A.4.6	riscos de mercado e estratégias de mitigação
A.5.1	componentes estratégicos
A.5.1.1	fases da estratégia de atuação
A.5.1.2.a	objetivo estratégico
A.5.1.2.b	diretrizes estratégicas
A.5.1.3	indicadores estratégicos
A.5.1.3.1.1	resultado antes dos eventos não relacionados ao exercício
A.5.1.3.1.2	cobertura de custos na execução de contratos de receita
A.5.1.3.1.3	cumprimento do nível de serviço de disponibilidade
A.5.1.3.1.4	capacidade de infraestrutura disponível
A.5.1.3.1.5	sistemas estruturantes e estruturadores atendidos com tecnologias inovadoras

QUADRO	ASSUNTO
A.5.1.3.1.6	faturamento total com consultoria de apoio à decisão
A.5.1.3.1.7	faturamento em serviços de produção
A.5.1.3.1.8	quantidade de caixas geral por cliente (expresso)
A.5.1.3.1.9	nível de serviço de disponibilidade (expresso)
A.5.1.4.1	projetos estratégicos da diretriz DE1
A.5.1.4.2	projetos estratégicos da diretriz DE5
A.5.1.4.3	projetos estratégicos da diretriz DE7
A.5.1.4.4	projetos estratégicos da diretriz DE8
A.5.1.4.5	projetos estratégicos da diretriz DE10
A.5.1.4.6	projetos estratégicos da diretriz DE11
A.5.1.4.7	projetos estratégicos da diretriz DE14
A.5.1.4.8	projetos estratégicos de 2008 a 2013 - encerrados
A.5.2.1	ações do PPA
A.5.2.1.2.a	justificativa da ação 4101
A.5.2.1.2.b	justificativa da ação 4102
A.5.2.1.2.c	justificativa da ação 4103
A.5.3.1	indicadores corporativos permanentes
A.5.3.1.1.a	horas de treinamento por diretoria
A.5.3.1.1.b	horas de treinamento - série histórica
A.5.3.1.2	EBITDA
A.5.3.1.3	liquidez corrente
A.5.3.1.4	imobilização do capital próprio
A.5.3.1.5	endividamento total
A.5.3.1.6	margem líquida
A.5.5	variação de custos entre 2012 e 2014
A.6.1.1	programação das despesas
A.6.1.2	realização da despesa
A.6.2	despesas com publicidade
A.6.3.1	instrumentos de transferência vigentes no exercício
A.6.3.2	resumo dos instrumentos de transferências celebrados nos três últimos exercícios
A.6.3.3	resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas
A.6.3.4	visão da prestação de contas de transferências concedidas
A.7.1.1.a	força de trabalho
A.7.1.1.b	distribuição da lotação efetiva
A.7.1.1.c	detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas
A.7.1.2.b	vagas de estágio do PEC

QUADRO	ASSUNTO
A.7.1.3.a	custos de pessoal do SERPRO
A.7.1.3.b	custos de pessoal - decisões judiciais
A.7.1.4.2.1	cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos
A.7.1.6.1	indicador de rotatividade de pessoal
A.7.1.6.2	indicador de absenteísmo
A.7.1.6.3	quantidade de empregados por plano e cargo
A.7.1.6.4	empregados promovidos em 2014
A.7.1.6.5	acidentes de trabalho e doenças ocupacionais em 2014
A.7.1.6.6	resultados da educação continuada
A.7.2.1	contratos de serviços de limpeza, higiene e vigilância
A.7.2.2	contratos de locação de mão de obra
A.7.2.3.a	problemas referentes a contratos de serviços de limpeza, higiene e vigilância
A.7.2.3.b	problemas referentes a locação de mão de obra
A.7.2.4	estagiários por trimestre
A.8.1.1	distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros
A.9.1.a	sistemas computacionais que apoiam macroprocessos finalísticos
A.9.1.b	contratos na área de tecnologia da informação em 2014
A.10.1.1	cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
A.10.2.1	relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno
A.10.2.2	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
A.11.1	macrocomponentes do modelo de custos
A.11.2.1.a	balanço patrimonial comparativo 2013 e 2014 - ativo
A.11.2.1.b	balanço patrimonial comparativo 2013 e 2014 - passivo
A.11.2.2	demonstrativo de resultado do exercício
A.11.2.3	demonstração do fluxo de caixa
A.11.2.4	demonstração das mutações do patrimônio líquido
A.11.2.5	demonstração do resultado abrangente
A.11.2.6	demonstração do valor adicionado
B.I.1.a	valor total da folha de pagamento dos empregados participantes
B.I.1.b	contribuições retidas dos empregados (folha da patrocinadora) participantes ativos
B.I.2	contribuições paritárias da patrocinadora (normais e extraordinárias) participantes ativos e assistidos
B.I.3.a	valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora
B.I.3.b	discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições
B.I.4	composição da carteira de investimentos
B.I.5.a	política de investimentos - limites por segmento
B.I.5.b	política de investimentos - retorno

LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS E SIGLAS

SIGLA	SIGNIFICADO
CGU	Controladoria Geral da União
CNAE	Código Nacional de Atividade Econômica
COJUR	Consultoria Jurídica
COMPROT	Sistema de Comunicação e Protocolo
DD	Decisão de Diretoria
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DW	*Data Warehouse*
EAD	Educação a Distância
HISAQ	Sistema de Histórico de Aquisições
IN	Instrução Normativa
INFOSERPRO	Sistema de Informações Gerenciais do SERPRO
ITIL	*Information Technology Infrastructure Library*
LOA	Lei Orçamentária Anual
MF	Ministério da Fazenda
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PACCS	Plano de Avaliação e Classificação de Cargos e Salários
PB/TR	Projeto Básico/Termo de Referência
PSDS	Processo SERPRO de Desenvolvimento de Soluções
PSE	Pessoal do Serviço Externo
PSGS	Processo SERPRO de Gerenciamento de Serviços
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SGSI	Sistema de Gestão de Segurança da Informação
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios
SIGECOM	Sistema de Gestão Comercial
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC	Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISGAD	Sistema de Gestão Acadêmica
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

LISTA COMPLEMENTAR DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SIGLA	SIGNIFICADO
ACI	Ação de Controle Interno
ALM	*Application Lifecycle Management*
ANO	Acordo de Nível Operacional
ANS	Acordo de Nível de Serviço
AUDIG	Auditoria Geral
BPMS	*Business Process Management Suite*
CETEC	Coordenação Estratégica de Tecnologia
CGIPC	Comitê de Gestão e Integração de Processos Corporativos
COEEP	Coordenação Escritório Estratégico de Projetos
COGTI	Coordenação Geral de Infraestrutura de TIC
CPD	Centro de Processamento de Dados
DAC	Documento de Atribuições e Competências
DCGCI	Departamento de Gestão de Controle Interno
DIDES	Diretoria de Desenvolvimento
DIGEM	Diretoria de Gestão Empresarial
DIOPE	Diretoria de Operações
DIRAD	Diretoria de Administração
DIRCL	Diretoria de Relacionamento com Clientes
DP	Diretor Presidente
DS	Diretor Superintendente
EGOP	Escritório de Governança de Processos
ERP	*Enterprise Resource Planning*
FCA	Função Comissionada para Auxiliar
FCT	Função Comissionada Técnica
GFC	Gratificação de Função de Confiança
MGOP	Modelo de Governança de Processos
NCI	Nota de Controle Interno
NR	Nota de Ressarcimento
PAQ	Processo de Aquisições e Contratações do SERPRO
PAS-ODONTO	Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO
PAS/SERPRO	Programa de Assistência à Saúde dos Empregados do SERPRO
PCSI	Política Corporativa de Segurança da Informação
PCVTIC	Processo de Gestão de Tecnologia
PGOP	Processo de Governança de Processos do SERPRO

SIGLA	SIGNIFICADO
PGPS	Processo de Gerenciamento de Estratégia e Projetos do SERPRO
PLANCAD	Plano de Capacitação Desenvolvimento Institucional
PLANCAP	Plano de Capacitação Tecnológica
PNS	Processo de Negócios SERPRO
PROAV	Processo de Avaliação de Contratos de Receita Deficitários
PSGIS	Processo SERPRO de Gerenciamento Integrado de Serviços
PSS	Programa de Segurança do SERPRO
SGC	Sistema de Gestão de Contratos
SGDES	Sistema de Gerenciamento de Desempenho dos Empregados do SERPRO
SIACOR	Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse
SINOR-WEB	Sistema de Informações Normativas
SIPES	Sistema Integrado de Patrimônio e Estoque
SISAUD	Sistema Integrado SERPRO de Auditoria
SISFAT	Sistema de Faturamento
SUNAC	Superintendência de Relacionamento com Clientes – Administração Tributária e Comércio Exterior
SUNAF	Superintendência de Relacionamento com Clientes – Administração Financeira
SUNCE	Superintendência de Relacionamento com Clientes - Especiais
SUNFJ	Superintendência de Relacionamento com Clientes - Sistemas Fazendários e Judiciais
SUNMP	Superintendência de Relacionamento com Clientes - Planejamento, Orçamento e Gestão
SUPCD	Superintendência de Produtos e Serviços - Centro de Dados
SUPDC	Superintendência de Gestão Empresarial - Desempenho e Controle Empresarial
SUPGA	Superintendência de Aquisições e Contratos
SUPGF	Superintendência de Gestão Empresarial - Financeira
SUPGL	Superintendência de Gestão Logística
SUPGP	Superintendência de Gestão de Pessoas
SUPOP	Superintendência de Operações
SUPSC	Superintendência de Sistemas Corporativos
SUPST	Superintendência de Suporte à Tecnologia
UA	Unidades de Administração
UD	Unidades de Desenvolvimento
UGE	Unidades de Gestão Empresarial
UGD	Unidade de Gestão de Demandas de Contratações
UNISE	Universidade Corporativa SERPRO
UO	Unidades Organizacional
ZDMS	Zonas Desmilitarizadas

INTRODUÇÃO

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, com 50 anos de existência estratégica para o Governo Federal no provimento de soluções em tecnologia da informação para a Administração Pública Federal, apresenta este conjunto de informações sobre sua gestão, referentes ao exercício de 2014, em conformidade com as determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), estabelecidas através das Decisões Normativas TCU nº 134/2013, TCU Nº 139/2014, TCU Nº 143/2015 e da Portaria TCU nº 90/2014.

A indicação de alguns itens que, embora solicitados, não são aplicáveis ao SERPRO, foi inserida, diretamente, na introdução dos capítulos em que ocorram.

Os resultados, alcançados em 2014 pelo SERPRO, refletem o esforço de governança e gestão para manter o fortalecimento da sua infraestrutura, com investimentos em centros de dados, centros de comandos, redes de comunicação e, simultaneamente, com ações para melhorar a integração de processos e de pessoas.

A melhoria de processos corporativos, a aliança entre produtividade e qualidade no desenvolvimento de sistemas, a qualificação de espaços físicos e a introdução de metodologia ágil de trabalho foram instrumentos utilizados para superar desafios assumidos.

Sob a ótica de sua missão institucional, os resultados obtidos pelo SERPRO ganham significado maior devido ao efetivo alcance das diferentes soluções e inovações tecnológicas, entregues aos clientes ao longo do exercício, que alavancam e facilitam o relacionamento entre o governo e a sociedade, agilizam a gestão e a prestação de serviços públicos e, além de tudo isso, propiciam maior transparência da gestão de recursos públicos.

Foi neste mesmo sentido que, durante o exercício de 2014, a Empresa reforçou sua atuação na modalidade de negócios que envolvem os serviços de computação em nuvem, visando a continuar disponibilizando, para o Governo Federal e para a sociedade, inovações que melhorem a prestação de seus serviços, de forma ágil, transparente e com excelência em segurança.

Ao mesmo tempo em que relaciona números e ações de execução da gestão de 2014, este documento incorpora informações do planejamento estratégico e de seu reflexo em ações que visam a, em futuro próximo, ampliar a atuação do SERPRO como centro de informações de governo, capaz de tratar, analisar e disponibilizar informações para governo, empresas e cidadãos.

PARTE A - INFORMAÇÕES GERAIS

1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

quadro A.1.1 – identificação da unidade

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			**Código SIORG**: 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Serviço Federal de Processamento de Dados			
Denominação Abreviada: SERPRO			
Código SIORG: 000090	**Código LOA:** 25207		**Código SIAFI:** 25207
Natureza Jurídica: 201-1 Empresa Pública			**CNPJ:** 33.683.111/0001-07
Principal Atividade: Consultoria em Tecnologia da Informação			**Código CNAE:** 62.04-0/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 2021-8000	(61) 2021-8531	-
Endereço Eletrônico: serpro@serpro.gov.br			
Página na *Internet*: http://www.serpro.gov.br			
Endereço Postal: Setor de Grandes Áreas Norte Quadra 601, Módulo V, Brasília – DF, CEP: 70.836-900			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
As competências legais e finalidades do SERPRO foram estabelecidas por meio da Lei Nº 4.516/1964, modificada pela Lei Nº 5.615/1970, pela Lei Nº 9.649/1998 e pela Lei Nº 12.249/2010. O Estatuto Social do SERPRO foi estabelecido pelo Decreto Nº 6.791/2009.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Os órgãos superiores do SERPRO tem suas competências estabelecidas no Estatuto Social, Decreto 6.971/2009, na Resolução DE-011/2013 (Delegação direta de poderes a titulares de cargos de direção e chefia), em conformidade com a Deliberação DE-001/2013 (Autoriza o Diretor-Presidente a delegar competências). A descrição de competências das Diretorias funcionais estão documentadas na Resolução DE-006/2011. A descrição de competências dos demais titulares de cargos de chefia estão registradas em Documento de Atribuições e Competências (DAC). Os documentos tipificados como organizacionais são arquivados em mídia eletrônica no Sistema de Informações normativas (SINOR WEB), podendo ser consultados com facilidade a qualquer tempo por qualquer empregado.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Revista Tema			

Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada (SIAFI)			
Código	**Nome**	**Código**	**Nome**
803010	SERPRO – Regional Brasília	808020	Coordenação de Gestão de Controle de Desenvolvimento
803011	SERPRO – Escritório de Goiânia	808024	Superintendência de Negócios Sistemas Corporativos
803012	SERPRO – Escritório de Cuiabá	808025	Superintendência de Negócios Atendimento a Clientes
803013	SERPRO – Escritório de Campo Grande	808027	Superintendência Rel. c/ Clientes Negócios Estratégicos
803014	SERPRO – Escritório de Palmas	808028	Superintendência de Desenvolvimento - SUPDE
803020	SERPRO – Regional Belém	808029	Superintendência Adm. Trib. e Comércio Exterior
803021	SERPRO – Escritório de Manaus	808030	Superintendência Rel c/ Clientes-Sist. Fazend. e Judiciais
803022	SERPRO – Escritório de Rio Branco	808031	Superintendência de Suporte à Tecnologia
803023	SERPRO – Escritório de Macapá	808032	Coordenação de Relacionamento com Clientes
803024	SERPRO – Escritório de Boa Vista	808034	Superintendência de Rel. c/Clientes – Clientes Especiais
803025	SERPRO – Escritório de PortoVelho	808117	Gerência de Serviços
803030	SERPRO – Regional Fortaleza	808118	Superintendência de Gestão de Pessoas
803031	SERPRO – Escritório de São Luís	808119	Superintendência de Gestão Financeira
803032	SERPRO – Escritório de Teresina	808120	Superintendência de Gestão Logística
803040	SERPRO – Regional Recife	808122	Superintendência de Gestão das Aquisições e Contratos
803041	SERPRO – Escritório de Natal	808127	Superintendência de Prod. e Serv. – Centro de Dados
803042	SERPRO – Escritório de Maceió	808130	Coordenação de Gestão de Contratos de Operações
803044	SERPRO – Escritório de João Pessoa	808132	Superintendência de Operações SUPOP
803050	SERPRO – Regional Salvador	808133	Superintendência Suporte e Infra de TIC - SUPSI
803051	SERPRO – Escritório de Aracaju	808134	Coordenação de Gestão da Segurança da Informação
803060	SERPRO – Regional Belo Horizonte	808135	Coordenação Geral de Gestão de Segurança da Inform.
803070	SERPRO – Regional Rio de Janeiro	808136	Coordenação Geral de Infraestrutura de TIC
803071	SERPRO – Escritório de Vitória	808137	Coordenação de Suporte à Gestão Empresarial
803080	SERPRO – Regional São Paulo	808210	Diretoria
803081	SERPRO – Escritório de Santos	808211	Auditoria
803082	SERPRO – Escritório de Ribeirão Preto	808212	Consultoria Jurídica
803083	SERPRO – Escritório de São José do Rio Preto	808214	Gerenciamento Empresarial
803084	SERPRO – Escritório de Bauru	808215	Gestão Empresarial – Informações de Negócios
803085	SERPRO – Escritório de Presidente Prudente	808217	Coordenação Estratégica de Tecnologia
803086	SERPRO – Escritório de Campinas	808220	Coordenação Estratégica de Comunicação Social
803088	SERPRO – Escritório de Taubaté	808223	Coordenação Estratégica de Inclusão Digital
803090	SERPRO – Regional Curitiba	808225	Coordenação Estratégica de Respons. Social e Cidadania
803091	SERPRO – Escritório de Florianópolis	808229	Coordenação Escritório Estratégico de Projetos
803100	SERPRO – Regional Porto Alegre	808233	Coordenação Estratégica de Ações Governamentais
803400	SERPRO- Regional Florianópolis	808234	Superintendência de Gestão Emp. Des. e Controle Empres.
806001	SERPRO - Sede – Departamento Financeiro	808240	Universidade Corporativa - UNISE
806030	SERPRO – Regional Brasília	808248	Coordenação da Sol. Corp. de Com e Colaboração
808011	Administração Financeira	808249	Superintendência de Int. de Dados e Processos
808016	Administração Federal	809007	Administração de Recursos - PSE
808018	Serviços Especiais	809901	Divisão de Orçamento Empresarial

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda (MF), criada pela Lei Nº 4.516/1964, modificada pela Lei Nº 5.615/1970, pela Lei Nº 9.649/1998 e pela Lei Nº 12.249/2010.

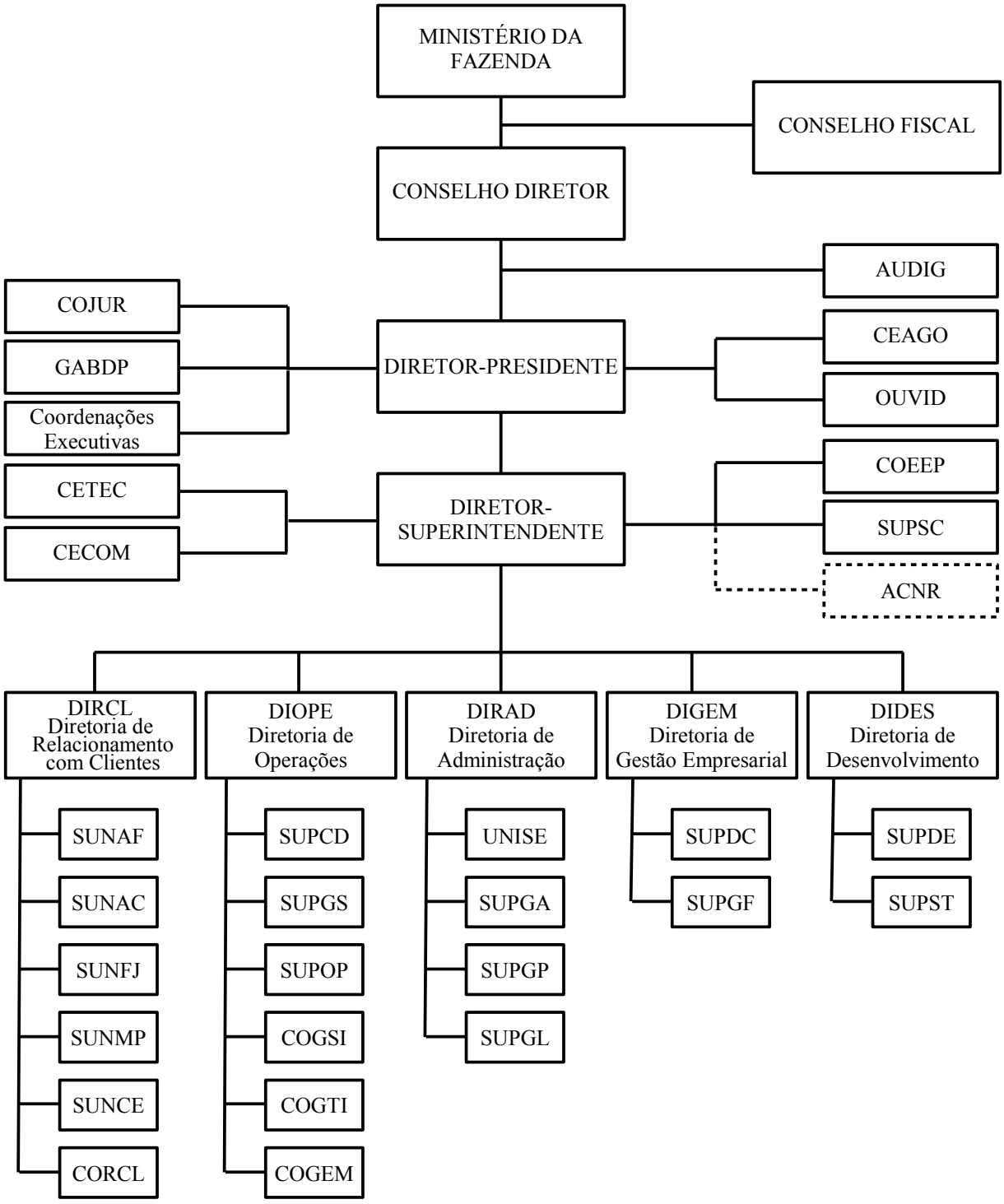
Tem por objeto a execução de serviços de tratamento de informações e processamento de dados, incluindo as atividades de teleprocessamento e comunicação de dados, voz e imagens, que sejam requeridas, em caráter limitado e especializado, para a realização dos referidos serviços, além da prestação de assessoramento e assistência técnica no campo de sua especialidade.

O Estatuto Social do SERPRO, estabelecido pelo Decreto Nº 6.791/2009, determina que suas finalidades são:

- atender prioritariamente, com exclusividade, aos órgãos do Ministério da Fazenda;
- aplicar as disponibilidades de sua capacidade técnica e operacional na execução dos serviços de sua especialidade que venham a ser convencionados com outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, mediante contratação;
- viabilizar soluções no campo da modernização e do apoio à tomada de decisão, no âmbito da administração pública;
- atuar no sentido de racionalizar e simplificar as atividades atinentes à tecnologia da informação no setor público; e
- incentivar o desenvolvimento do setor de informática pública, de acordo com as diretrizes definidas pelo Governo Federal.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

quadro A.1.3.a – organograma funcional da unidade



fonte: Resolução OE-006/2014

O Decreto nº 6.791/2009, que estabelece o Estatuto Social do SERPRO, define a composição e as competências do Conselho Diretor e Fiscal.

Por meio da Deliberação DE-001/2014, o Conselho Diretor aprovou a área de atuação dos Diretores, bem como dos órgãos a eles vinculados, conforme previsto no inciso XII do art. 7º do Estatuto Social do SERPRO.

A Auditoria-Geral assessora o Conselho Diretor no desempenho de suas funções, fornecendo-lhe relatórios resultantes de análises e avaliação do desempenho dos controles internos do SERPRO.

A Consultoria Jurídica presta atendimento consultivo, judicial e estratégico para a Direção da Empresa, garantindo segurança a tomada de decisão.

A Ouvidoria-Geral recebe, controla e analisa as manifestações recebidas, referentes a reclamações, sugestões, comentários, denúncias e elogios sobre práticas, procedimentos e processos da Empresa, direcionando tais informações para as respectivas áreas competentes.

As Coordenações Estratégicas atuam para fomentar, gerir, formular, coordenar e executar diretrizes relacionadas a assuntos corporativos estratégicos, de modo a dar maior flexibilidade para o atendimento aos programas e aos projetos de governo, bem como reforçar o papel do SERPRO na prestação dos serviços com agilidade e qualidade.

As Unidades de Relacionamento com Clientes buscam captar negócios voltados a tratar e tornar disponíveis informações que apoiem o Governo Federal de forma integrada, com o desenvolvimento de soluções baseadas em modernas ferramentas de TIC.

As Unidades de Operações fornecem infraestrutura tecnológica, envolvendo hospedagem de aplicações e servidores, armazenamento de dados, gerenciamento e administração de aplicações, de serviços e de redes; convergência de dados, voz e vídeo; gerenciamento e administração de serviços, dentre outros, com elevados níveis de qualidade, segurança e competitividade.

As Unidades de Administração executam a gestão de pessoas e a gestão logística, de modo a viabilizar o desenvolvimento de pessoas, a manutenção do ambiente físico da empresa e a contratação de bens e serviços de qualquer natureza.

As Unidades de Gestão Empresarial executam a gestão econômico-financeira e a gestão do controle empresarial, visando garantir capacidade de investimento, transparência e sustentabilidade, além de acompanhar o desempenho empresarial e apoiar o processo decisório da Empresa.

As Unidades de Desenvolvimento gerem o desenvolvimento de sistemas demandados, visando a racionalização e o melhor aproveitamento dos recursos, a alta produtividade das equipes e a boa qualidade dos produtos entregues aos clientes.

quadro A.1.3.b – informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria (DP)	Representar o SERPRO; Dirigir atividades administrativas e técnicas do SERPRO; Designar, em impedimentos, substitutos de Diretores e do Diretor Superintendente; Convocar e presidir reuniões da Diretoria.	Marcos Vinícius Ferreira Mazoni	Diretor Presidente	01/01/14 a 31/12/14
Diretoria (DS)	Substituir o Diretor Presidente, em seus impedimentos; Participar de reuniões do Conselho Diretor, sem direito a voto; Supervisionar as Diretorias; Exercer atividades delegadas pelo Diretor Presidente.	Gilberto Paganotto	Diretor Superintendente	01/01/14 a 31/12/14
Diretoria de Administração	Gerir ações e aprovar políticas e metodologias de trabalhos relativas aos processos de gestão do conhecimento, capacitação, contratações, aquisições, logística, pessoas, responsabilidade social e cidadania; Aprovar planos de trabalho das áreas subordinadas.	Antonio João Nocchi Parera	Diretor	01/01/14 a 31/12/14
Diretoria de Relacionamento com Clientes	Gerir ações e aprovar políticas e metodologias de trabalhos relativas aos processos de gestão de negócios e relacionamento comercial; Aprovar planos de trabalho das áreas subordinadas.	Robinson Margato Barbosa	Diretor	01/01/14 a 31/12/14
Diretoria de Gestão Empresarial	Gerir ações e aprovar políticas e metodologias de trabalhos relativas aos processos de gestão financeira, gestão orçamentária e controle empresarial; Aprovar planos de trabalho das áreas subordinadas.	Laerte Dorneles Meliga	Diretor	01/01/14 a 31/12/14
Diretoria de Operações	Gerir ações e aprovar políticas e metodologias de trabalhos relativas aos processos de gestão da produção e suporte aos ambientes operacionais; Coordenar o Comitê de Segurança Institucional; Aprovar planos de trabalho das áreas subordinadas.	Wilton Itaiguara Gonçalves Mota	Diretor	01/01/14 a 31/12/14
Diretoria de Desenvolvimento	Gerir ações e aprovar políticas e metodologias de trabalhos relativas aos processos de desenvolvimento e suporte a tecnologia; Aprovar planos de trabalho das áreas subordinadas.	Jose Luiz Maio de Aquino	Diretor	01/01/14 a 31/12/14
Auditoria Geral	Assessorar os Conselhos Diretor e Fiscal; Assessorar o Diretor Presidente e a Diretoria; Monitorar processo de prestação de contas ao TCU; Realizar auditorias e emitir pareceres.	Ângelo José Bezerra	Auditor Geral	01/01/14 a 31/12/14
Gabinete do Diretor-presidente	Coordenar a preparação do expediente do DP; Assessorar a Diretoria e apoiar seu funcionamento; Gerir o processo decisório, em instância máxima.	Carlos Alberto Py Borba	Chefe de Gabinete	01/01/14 a 31/12/14
Ouvidoria Geral	Controlar e analisar manifestações recebidas, direcionando para áreas competentes; Propor ações preventivas e corretivas a serem adotadas na Empresa.	Odulia Maria Munhoz Bogaz	Ouvidora Geral	01/04/14 a 31/12/14

fonte: Dec. 6.791/2009 e SINOR

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O quadro A.1.4, a seguir, apresenta o detalhamento dos processos finalísticos do SERPRO, indicando as principais ações realizadas em 2014.

quadro A.1.4 - macroprocessos finalísticos

PROCESSO	DETALHAMENTO		AÇÕES 2014
Sigla e Nome	**UG**	CORCL – Coordenação de Relacionamento com Clientes	Revisão e migração das macroatividades Homologação e Implantação do PSDS para o PNS, com a definição das responsabilidades dos participantes: Gestor de Negócio (GN), Líder de Projeto (LP) e Gestor de Demandas e Nível de Serviço (GDNS); Alterações nos subprocessos "Gerir Contrato" e "Gerir Faturamento" em decorrência das sugestões de melhoria obtidas no Treinamento Prático de Gestão Comercial provido pelo Projeto Estratégico J04; Revisão da integração com o PSCN; Revisão da Ação 12 definida no "Plano de Melhorias DIRCL x DIDES x DIOPE", cujo objetivo é revisitar o PNS, o PSDS e o PSGIS quanto às atividades de gestão integrada, bem como obter a interdependência dos sistemas (Mapa de integração para todos os sistemas), como forma de tornar mais efetivo o processo de gestão integrada em todos os níveis; Reformulação da grade de treinamentos do PNS; Adoção da técnica de oficina prática, modelo validado na construção do treinamento "Curso Prático de Gestão de Contratos", que foi introduzido na grade PNS como "PNC15 – Oficina Gerir Contrato"; Execução do Projeto Riscos PNS com vistas a executar o Ciclo de Avaliação do PNS, previsto pelo EGOP, que trata, dentre outras coisas, da gestão de Riscos no nível definido pelo processo da empresa.
PNS - Processo de Negócio do SERPRO	**Descrição**	Processo que orienta, padroniza e documenta as atividades das Unidades de Relacionamento com o Cliente no que tange ao atendimento ao cliente; à modelagem de negócio; e ao acompanhamento e gestão de demandas e de contratos de serviços.	
	Principais Produtos e Serviços	Atendimento e gestão das demandas de Clientes; Gestão dos contratos de serviços; Modelagem dos processos de negócio do Cliente.	
	Principais Clientes	Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Receita Federal do Brasil; Secretaria do Tesouro Nacional; Ministério da Justiça; Procuradoria-geral da Fazenda Nacional; Denatran.	
	Principais Insumos e fornecedores	**Principais insumos** Acordo de Nível de Serviço e Garantia de Uso (ANSGU); Acompanhamento do Nível de Serviço Contratado (ASC); Ticket (TKT); Solicitação de Serviço (SS); Contrato de Prestação de Serviços (CPS); Demanda (DM); Proposta de Solução Técnica (PST); Avaliação de Viabilidade Técnica (AVT); Termo de Aceite (TA); Contrato de Receita/Aditivos (CTRR); Processo de Formulação de Preços (PFP); Proposta Comercial (PC). **Principais fornecedores** URC, SUPSCe UPS; Cliente (externo ou interno)	
	Parceiros externos	Não há parceria externa ao SERPRO.	

PROCESSO	DETALHAMENTO		AÇÕES 2014
Sigla e Nome	**UG**	SUPGS – Superintendência de Gerência de Serviços	Realizado o IV Ciclo de Melhoria do PSGIS, onde houveram alterações nos processos de Melhoria Contínua, Nível de Serviço, Mudança, Configuração, Eventos, Incidente e Problema do PSGIS. Publicação de Procedimentos para a disponibilização de Logs que será operacionalizado através do Processo de Requisição de Serviço. Elaboração e Revisão dos indicadores dos Processos de Mudança, Eventos e Capacidade do PSGIS. Criado e publicado Procedimento de Escalonamento de Registros de Problemas dentro do Processo de Gerenciamento de Problema.
PSGIS - Processo SERPRO de Gerenciamento Integrado de Serviços	**Descrição**	Macroprocesso corporativo no qual são definidos os processos de gerenciamento de serviços de TI do Serpro, os quais são utilizados durante todo o ciclo de vida dos serviços (desde a sua internalização pelas áreas de relacionamento com clientes, até o completo atendimento da demanda nas áreas de infraestrutura - seja ela uma demanda por novos serviços, alterações ou correções de desvios nos serviços existentes).	
	Principais Produtos e Serviços	Gestão e Recuperação de incidentes; Gestão e execução de mudanças nos ambientes produtivos; Gerenciamento e solução de problemas; Gestão e execução das requisições de serviço; Gerenciamento de configuração; Atendimento e gestão das demandas de infraestrutura.	
	Principais Clientes	URC, SUPSC, SUPDE, SUPOP e SUPCD.	
	Principais Insumos e fornecedores	**Principais insumos** Registro de nova Demanda pelas Unidades de Relacionamento com o Cliente; Registro de Mudança por qualquer área da empresa; Requisição de Serviço por qualquer área da empresa ou clientes externos; Registro de Problema por qualquer área da empresa; Registro de Incidente por qualquer área da empresa; ferramentas de monitoração ou clientes externos; **Principais fornecedores** Acionamentos a Central de Serviços por qualquer área da empresa ou clientes externos	
	Parceiros externos	Não há parceria externa ao Serpro.	
Sigla e Nome	**UG**	SUPDE – Superintendência de Desenvolvimento	Não ocorreram alterações nos processos já publicados; Discussões realizadas sobre a integração do processo com o PSDS - Processo SERPRO de Desenvolvimento de Soluções e com outros processos sem impacto no PRADA. Iniciada revisão de alguns processos no final do ano (2014) que estenderá até início de 2015 para posterior publicação.
PRADA - Processo de Gestão do Atendimento às Demandas de Desenvolvimento de Aplicações	**Descrição**	Processo que padroniza o atendimento, gestão e entrega das demandas de construção e manutenção de soluções de software.	
	Principais Produtos e Serviços	Entrega de soluções de software.	
	Principais Clientes	URC, SUPSC.	
	Principais Insumos e fornecedores	**Principais insumos** Solicitação de Serviço (SS). **Principais fornecedores** URC.	
	Parceiros externos	Não há parceria externa ao SERPRO.	

PROCESSO	DETALHAMENTO		AÇÕES 2014
Sigla e Nome	**UG**	SUPDE – Superintendência de Desenvolvimento	Foram publicados tres (3) releases do PSDS durante o ano: Release 7.3.4 – publicado em 04/04/14 O objetivo deste release foi implantar propostas de melhoria que incorporassem mudanças altamente significativas e/ou inadiáveis ao PSDS com foco no produto de software tomando por base as PMP em análise ou já aprovadas, disponíveis na ferramenta GM-Processos. Release 7.4.0 – publicado em 04/07/14 O release 7.4.0 do PSDS teve como principal evolução a adequação das macroatividades Homologação e Implantação, tendo em vista a implantação das mesmas também no PNS. Release 7.5.0 – publicado em 19/12/14 O objetivo central do release 7.5.0 do PSDS foi o de contemplar o uso da ferramenta ALM no desenvolvimento dos projetos de software, eliminando eventuais pontos conflitantes entre a configuração realizada no ALM e descrição atual no PSDS.
PSDS – Processo SERPRO de Desenvolvimento de Soluções	**Descrição**	Processo que define as atividades do ciclo de vida de desenvolvimento de software para conceber soluções de TI com maior produtividade e melhor qualidade para os clientes do SERPRO.	
	Principais Produtos e Serviços	Construção (implementação, homologação e testes) de Soluções de software.	
	Principais Clientes	URC; SUPSC.	
	Principais Insumos e fornecedores	**Principais insumos** Demanda de Desenvolvimento de Software (Solicitação de Serviço) **Principais fornecedores** URC	
	Parceiros externos	Não há parceria externa ao SERPRO.	
Sigla e Nome	**UG**	SUPOP – Superintendência de Operações	Não ocorreram alterações na forma de execução dos processos já publicados, mas foram implantadas algumas evoluções tecnológicas.
PROCERDI – Processos do serviço de Certificação Digital do SERPRO	**Descrição**	Processo que define as ações inerentes ao ciclo de vida do agente de registro e dos certificados digitais emitidos pelo SERPRO.	
	Principais Produtos e Serviços	Emissão de certificados digitais	
	Principais Clientes	URC; SUPSC.	
	Principais Insumos e fornecedores	**Principais insumos** Solicitação de certificado (via portal da certificação); Documentos pessoais do solicitante. **Principais fornecedores** solicitante	
	Parceiros externos	Autoridades de Registro credenciadas para emissão de certificados digitais.	

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

Não se aplicam ao SERPRO os seguintes itens da IN 134/2013:

- subitens 4 a 10 do item 2.5.1 "Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal"; e
- item 2.5.4 "Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores".

2.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A governança corporativa é exercida pelo conjunto formado por Conselho Diretor, Conselho Fiscal, Auditoria Geral e Diretoria do SERPRO.

O Conselho Diretor é formado por 6 membros, designados pelo Ministro da Fazenda com base no Decreto 6.791/2009, com atribuição de fixar políticas e diretrizes básicas do SERPRO e atividades de deliberar, manifestar-se, autorizar e decidir. Atua por meio de reuniões ordinariamente mensais, tendo suas decisões registradas em atas, com desdobramento de suas determinações por meio de documento organizacional denominado "Deliberação", o qual resulta disponível na intranet da empresa no ambiente de informações do Sistema de Informações Normativa (SINORWEB), com comunicação semanal por correio eletrônico para todos os empregados.

A Auditoria Geral é uma unidade organizacional que assessora o Conselho Diretor, com atribuição e competência para auditar o cumprimento dos controles internos da empresa. Suas atividades seguem plano de trabalho anual, submetido a aprovação prévia do Conselho Diretor. Sua forma de atuação, bem como seus respectivos instrumentos, estão relacionados no item 2.2 deste relatório.

O Conselho Fiscal é formado por três membros titulares com seus respectivos suplentes, designados pelo Ministro da Fazenda com base no Decreto 6.791/2009, com atribuição de fiscalizar os atos dos administradores, verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, além de atividades de examinar, opinar, denunciar, analisar, acompanhar, elaborar e aprovar. Atua por meio de reuniões ordinariamente mensais, tendo suas decisões registradas em atas.

A Diretoria do SERPRO é formada por um Diretor-Presidente, um Diretor-Superintendente e cinco Diretores (Administração, Desenvolvimento, Gestão Empresarial, Operações e Relação com Clientes). Todos são designados pelo Presidente da República, com base no Decreto 6.791/2009, por indicação do Ministro da Fazenda. Cada diretor recebe a atribuição de estabelecer o direcionamento empresarial para planejamento, organização, serviços e outras atividades do SERPRO, além das atividades de aprovar, decidir, propor, monitorar, cumprir, fazer cumprir, representar, designar, supervisionar, participar e exercer.

A Diretoria atua por meio de reuniões ordinariamente semanais, tendo suas decisões registradas em atas, com desdobramento de suas determinações por meio de documentos organizacionais denominados "Resolução" e "Decisão de Diretoria", os quais resultam disponíveis na intranet da empresa no ambiente de informações no SINORWEB, com comunicação semanal por correio eletrônico para todos os empregados.

2.1.1 Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da Unidade

O SERPRO instituiu em sua estrutura organizacional, em 2012, o Departamento de Gestão de Controle Interno (DCGCI), com atribuições para coordenar ações voltadas a:

- gerir atividades inerentes ao processo de gestão preventiva do controle interno;
- controlar a cobertura, pelo SERPRO, de obrigações que lhe são imputadas;
- verificar conformidade e coerência das estruturas e normativos organizacionais ao conjunto de obrigações;
- verificar coesão entre regras de formalização de diretrizes e instruções;
- verificar conformidade entre práticas e obrigações;
- selecionar metodologia para avaliar riscos empresariais;
- identificar riscos empresariais e alternativas para sua mitigação;
- identificar fragilidades de gestão pela não segregação de funções;
- elaborar Relatório de Gestão do SERPRO;
- normatizar acesso a sistemas corporativos para consulta às informações em ações de gestão, auditoria e controle.

2.1.2 Atividades em 2014

A Ação de Controle Interno ACI-001/2013, realizada para analisar o processo de ressarcimento do passivo de PSE (pessoal do quadro externo do SERPRO), resultou na emissão de recomendações para as áreas envolvidas, além da instituição, pela Diretoria, de grupo de trabalho para revisar o processo, cuja previsão de término de atividades foi prorrogada para o exercício de 2015.

A Ação de Controle Interno ACI-002/2013, iniciada no final de 2013 com objetivo de analisar o processo de faturamento do desenvolvimento, teve suas conclusões apresentadas aos titulares das áreas envolvidas no decorrer de 2014 e suas recomendações incorporadas a um projeto estratégico.

Foi elaborado o Relatório de Gestão do SERPRO de 2013, conforme regras e prazos estabelecidos.

Foram executados estudos de normativos, além de planejamento e estruturação de informações necessárias para elaboração do Relatório de Gestão do exercício de 2014.

Durante o ano de 2014, o departamento executou estudos de modelos, conceitos, ferramentas e normas sobre controles internos e gestão de riscos, além de atividades de equalização de conhecimentos junto a especialistas das unidades organizacionais, objetivando fundamentar a elaboração de políticas, normas e processos corporativos, com previsão de serem implementadas em 2015. Neste contexto, o departamento coordenou as atividades de um grupo de trabalho, envolvendo especialistas de várias áreas da empresa, instituído com a finalidade de propor alternativas para a gestão de riscos.

2.1.3 Composição da Equipe

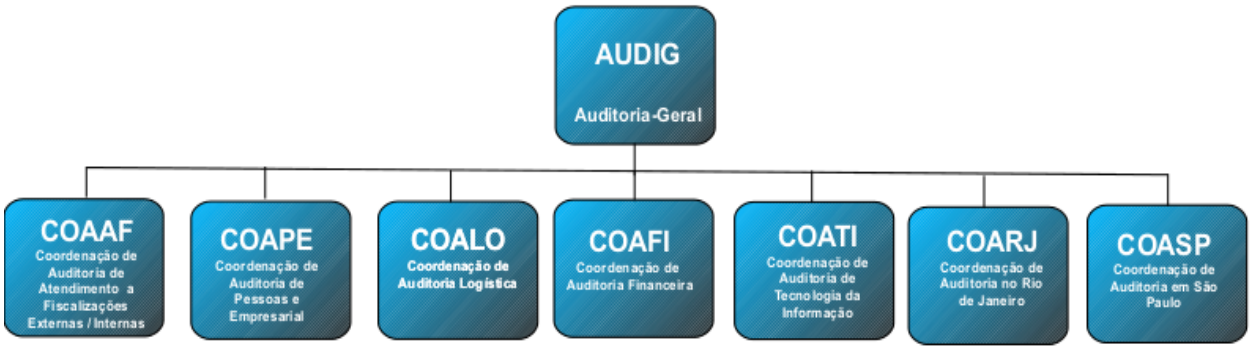
O DCGCI permaneceu, durante 2014, composto por 1 gerente e 4 analistas de gestão empresarial.

2.2 Atuação da unidade da Auditoria Interna

2.2.1 estratégia de atuação em relação à unidade central e unidades descentralizadas

A Auditoria-Geral (AUDIG) é órgão vinculado ao Conselho Diretor. Exerce a função de assessoramento a esse Conselho, com encargos e atribuições fixados na legislação pertinente, cujo titular é escolhido dentre empregados do SERPRO, por indicação do Diretor-Presidente, com aprovação do Conselho Diretor e da Controladoria-Geral da União (CGU).

Para administrar as atividades, face à missão institucional e atividades complementares fixadas em legislação pertinente, a AUDIG está estruturada conforme diagrama a seguir:



A estratégia de atuação da AUDIG é baseada no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), o qual é elaborado anualmente e contém a programação dos trabalhos da auditoria para o exercício seguinte ao de sua elaboração. O respectivo plano é feito de acordo com a Instrução Normativa SFC/CGU-PR nº 01, de 03/01/2007 e é subsidiado pela Matriz de Avaliação da Importância dos Itens Auditáveis, a qual tem por objetivo avaliar a importância relativa dos itens auditáveis e posterior priorização da atuação da capacidade operacional da AUDIG no PAINT, em razão da importância encontrada.

A atuação da AUDIG alcança todas as unidades da Empresa, abrangendo a Sede, 11 Unidades Regionais e 17 Escritórios, localizados em diversas capitais do País. A AUDIG atua ainda na Entidade Fechada de Previdência Complementar Serpros - Fundo Multipatrocinado (SERPROS).

Por meio da realização de auditorias em processos inerentes às diversas áreas de gestão da Empresa e no Fundo Multipatrocinado SERPROS, a AUDIG fornece, à Alta Administração, análises, apreciações, recomendações e pareceres, relativos às atividades examinadas, visando ao fortalecimento dos controles internos e cumprimento, pelos gestores, dos procedimentos legais, a fim de evitar a ocorrência de eventuais falhas que possam produzir danos ao erário.

2.2.2 Informações quantitativas e qualitativas das auditorias realizadas no exercício

No PAINT/2014 foi prevista a realização de 16 auditorias, distribuídas em 14 de Acompanhamento, uma Especial e uma Demonstração Contábil, todas realizadas, conforme constam nos quadros a seguir:

quadro A.2.2.2.a - auditorias realizadas no exercício - contábeis

Formas de Auditoria / Nº de Relatórios (I)		Áreas, Unidades e Setores Auditados (II)	Escopos Examinados (III)	Cronograma Executado (IV)	Recursos Humanos e Materiais Empregados (homens/hora) (V)
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS = 1					
1	GF-DC/ 0001/2014	SUPGF	Os trabalhos foram realizados com estrita observância às normas internas e legislações aplicáveis à área de Gestão Financeira, objetivando analisar o conjunto das Demonstrações Contábeis, quais sejam: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Resultado Abrangente e do Valor Adicionado, bem como as Notas Explicativas, verificando a conformidade dos registros e saldos apresentados, por ocasião do encerramento do exercício 2013, visando a emissão do Parecer da Auditoria Interna sobre as Demonstrações Contábeis, em atendimento à Deliberação do Conselho Diretor – DE- 004/2008, de 26/11/2008 e à Descrição de Atribuições e Competências da Auditoria-Geral em vigor. Os trabalhos compreenderam, também, a certificação quanto ao cumprimento das Recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno - SFC/CGU-PR e Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU, pertinentes a área auditada, e ainda o acompanhamento de pendências dos trabalhos anteriores.	02/01/2014 a 30/04/2014	2.720

quadro A.2.2.2.b - auditorias realizadas no exercício - acompanhamento

Formas de Auditoria / Nº de Relatórios (I)		Áreas, Unidades e Setores Auditados (II)	Escopos Examinados (III)	Cronograma Executado (IV)	Recursos Humanos e Materiais Empregados (homens/hora) (V)
ACOMPANHAMENTO = 14					
1	GP-AC/ 0001/2014	SUPGP	Neste trabalho a Auditoria avaliou os controles internos relativos à "Folha de Pagamento", excetuando-se as rotinas sobre encargos trabalhistas, rescisões contratuais e emissão de relatórios (SIAFI, CAGED, Serpros, SEFIP e CASSI). As principais atividades analisadas pela Auditoria foram: - Manutenção de Normas, Regulamentos, Tabelas e Parâmetros aderentes à legislação e ao Acordo Coletivo de Trabalho – ACT – vigente; - Conformidade entre as rotinas de pagamento e seu respectivo fluxo publicado no Oryx; - Adequação das rotinas de pagamento do Sistema de Gestão de Pessoas – SGP – em relação às regras estabelecidas pelas Normas e Legislações vigentes; - Atualizações cadastrais e financeiras, por meio do lançamento no SGP de informações relativas à remuneração dos empregados: Transferência de Empregados, Férias, Jornada de Trabalho, Hora Extra, Remuneração de Substituto, Adicional de Sobreaviso, Adicional Noturno, Licença Prêmio, Indenização de Hora Extra e de Adicional Noturno e 13º Salário.	02/01/2014 a 30/04/2014	3.264
2	GP-AC/ 0002/2014	SUPGP	Neste trabalho a Auditoria avaliou os controles internos estabelecidos no Encarreiramento Profissional, relacionado à progressão do empregado na carreira (Reclassificação/Recomposição e Promoções por Mérito e por Tempo de Serviço – PGCS, RARH e PACCS/2013), ao Recrutamento Interno/2013 e ao Concurso Público/2010 e 2013. As principais atividades relacionadas a esse subprocesso analisadas pela Auditoria foram: - Manutenção, atualização, adequação e publicação de Normas, de Documentos de Atribuições e Competências (DAC) e dos fluxos na ferramenta Oryx; - Gerenciamento do quadro de pessoal, por meio de concurso público e recrutamento interno; - Gerenciamento do encarreiramento profissional com a realização dos eventos de promoção por mérito, promoção por tempo de serviço, reclassificação e recomposição previstos nos Planos RARH2 (Regulamento de Gestão de Recursos Humanos), PGCS (Plano de Gestão de Cargos e Salários) e PACCS (Plano de Avaliação e Classificação de Cargos e Salários).	02/05/2014 a 29/08/2014	3.264

Formas de Auditoria / Nº de Relatórios (I)		Áreas, Unidades e Setores Auditados (II)	Escopos Examinados (III)	Cronograma Executado (IV)	Recursos Humanos e Materiais Empregados (homens/hora) (V)
3	GP-AC/ 0003/2014	SUPGP	Em atendimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2014, realizou auditoria no Subprocesso Operacionalizar Condições do Trabalho e Benefícios verificando seus controles internos quanto à eficiência e eficácia, bem como sua aderência a legislação vigente. Considerando que o subprocesso abrange dois temas distintos, isto é, "Condições de Trabalho" e "Benefícios" e que o primeiro já foi objeto de análise no segundo quadrimestre de 2013, a Auditoria, para esta Designação, tratou exclusivamente da análise dos controles internos do tema "Benefícios", que contemplou a avaliação dos seguintes Programas: Auxílio-creche, Auxílio a Filho Deficiente, Alimentação ao Trabalhador, Transporte de Empregados e Plano de Saúde/Odontológico, os quais representam aproximadamente 10% da despesa média mensal com pessoal.	01/09/2014 a 18/12/2014	2.424
4	GL-AC/ 0001/2014	SUPGL	Os trabalhos foram realizados com estrita observância às normas internas e legislações aplicáveis à área de Gestão Logística, objetivando verificar os controles internos e a operacionalização das atividades relativas ao Processo Organizacional – Subprocesso Executar Serviços Gerais, no tocante às atividades de Viagem, considerando os princípios da eficiência, eficácia e efetividade. O Subprocesso Executar Serviços Gerais no tocante às atividades de Viagem, pertencente ao macroprocesso Facilidades, tem como objetivo padronizar os procedimentos necessários para realização de viagens nacionais e internacionais, sendo a área gestora o Departamento Nacional de Gestão Interna e de Serviços (GLGIS). As atividades descritas na Matriz de Processos e Atividades, elaborada em conjunto com o gestor responsável bem como o mapeamento do processo, foram: Viagens Nacionais • Realizar Pesquisa de Preços; • Realizar Solicitação de Viagem; • Autorizar SVPC; • Emitir Passagens; • Elaborar Prestação de Contas; • Autorizar Prestação de Contas; • Cancelar Passagens.	02/01/2014 a 30/04/2014	3.808

Formas de Auditoria / Nº de Relatórios (I)		Áreas, Unidades e Setores Auditados (II)	Escopos Examinados (III)	Cronograma Executado (IV)	Recursos Humanos e Materiais Empregados (homens/hora) (V)
			Viagens Internacionais • Publicar Afastamento; • Elaborar Solicitação da Viagem; • Autorizar Viagem; • Encaminhar Solicitação; • Elaborar Prestação de Contas; • Autorizar Prestação de Contas; • Enviar Relatório à SUPGP. As atividades acima foram desdobradas em nível macro, e as atividades mapeadas no ORYX, estão detalhadas em nível de tarefas, estando ambas de acordo com os procedimentos executados. Quanto às despesas com viagens nacionais e internacionais, incluindo diárias, TED (Taxa de Embarque e Desembarque) e passagens, verificamos um total de R$ 14.793.827,39, realizadas no exercício de 2013.		
5	GL-AC/ 0002/2014	SUPGA	Os trabalhos foram realizados com estrita observância às normas internas e legislação aplicável à área de Gestão de Aquisições e Contratações, bem como a de Gestão de Termos de Cooperação e Instrumentos Congêneres, objetivando avaliar os controles internos e a operacionalização das atividades relativas ao Processo de Aquisições e Contratações – PAQ, bem como ao Processo de Gestão de Termos de Cooperação e Instrumentos Congeneres – PGTC, considerando os princípios da eficiência, eficácia e efetividade. O PAQ tem o objetivo de contratar bens, obras e serviços, assim como gerenciar o processo de planejamento, contratação e gestão de contratos da Empresa, além de atender as demandas de estruturação de novos processos de contratação do Governo Federal, com "qualidade e economicidade, propiciando à alta administração, segurança na gestão de seus recursos". É regulamentado por meio da Resolução GE 002/2011, de 29/04/2011 e pela Decisão de Diretoria GA 091/2013, de 29/08/2013, sendo composto por 06 (seis) subprocessos: a) Demandas e Planos de Contratações, que tem como objetivo o registro, análise e gestão das demandas, avaliando as necessidades de contratações de produtos ou serviços; b) Planejamento da Contratação, que tem como objetivo o planejamento dos recursos necessários para realização das atividades da demanda de contratação;	02/05/2014 a 29/08/2014	4.088

Formas de Auditoria / Nº de Relatórios (I)		Áreas, Unidades e Setores Auditados (II)	Escopos Examinados (III)	Cronograma Executado (IV)	Recursos Humanos e Materiais Empregados (homens/hora) (V)
			c) Contratação, que visa a seleção do fornecedor com a proposta mais vantajosa para a administração pública, consoante a legislação em vigor; d) Autuação e Guarda de Documentos Contratuais, responsável pela autuação de documentos contratuais, guarda e controle de movimentação dos processos de contratação; e) Aplicação de Sanções, cujo objetivo é a proposição de sancionamento ao licitante ou fornecedor em caso de descumprimento de procedimentos legais ou contratuais, aplicando a devida penalidade após processo regular administrativo; e f)Gerenciamento Contratual, que visa o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, garantindo seu adequado cumprimento em termos de efetividade e economicidade. As aquisições realizadas pelo Serpro no período de abril a dez/2013 totalizaram R$ 530.409.236,69, conforme informado na resposta a Solicitação de Auditoria nº 004. Tal informação demonstra a importância do Processo de Aquisições e Contratações – PAQ, dado ao volume de recursos transacionados.		
6	GL-AC/ 0003/2014	SUPGL	Os trabalhos foram realizados com estrita observância às normas internas e legislações aplicáveis à área de Gestão Logística, objetivando verificar os controles internos e a operacionalização das atividades relativas à Manutenção da Infraestrutura de Instalações, considerando os Princípios da Eficiência, Eficácia e Efetividade. O Processo Manutenção da Infraestrutura de Instalações tem por objetivo manter e preservar a infraestrutura de instalações da Empresa em condições adequadas de operação, com segurança, confiabilidade e disponibilidade, sendo que a gestão do processo é de responsabilidade do Departamento Nacional de Gestão de Obras e Instalações (SUPGL/GLGOI).	01/09/2014 a 12/12/2014	3.528
7	GF-AC/ 0001/2014	SUPGF	O escopo deste trabalho abrange o processo de Gestão Financeira que está sob responsabilidade da Superintendência de Gestão Financeira – SUPGF e é gerenciado pelo Departamento de Gestão Financeira (GFDGF). O Processo Gestão Financeira está constituído pelos subprocessos tesouraria, faturamento, orçamento de caixa, aplicação dos recursos financeiros, planejamento financeiro que engloba o grau de alavancagem operacional, a política de capital de giro e a administração do contas a pagar.	02/05/2014 a 29/08/2014	0

Formas de Auditoria / Nº de Relatórios (I)		Áreas, Unidades e Setores Auditados (II)	Escopos Examinados (III)	Cronograma Executado (IV)	Recursos Humanos e Materiais Empregados (homens/hora) (V)
			Os trabalhos desta designação foram realizados com estrita observância às normas internas e legislações aplicáveis à área de Gestão Financeira, objetivando avaliar os controles internos e a operacionalização das atividades relativas ao Processo de Gestão Financeira, considerando os princípios da eficiência, eficácia e efetividade, abrangendo os seguintes subprocessos: a) Contas a Pagar – Fornecedores; b) Contas a Pagar – Crédito Rotativo; c) Estudos Financeiros – Programação Financeira. No gerenciamento de Contas a Pagar, analisamos os subprocessos Fornecedores e Crédito Rotativo, considerando que nos meses de janeiro a abril/2014 o Serpro realizou pagamentos no montante de R$ 629.752.560,81, referente a fornecedores e outras despesas, de acordo com informações da GFPFI, em resposta a SA nº 008. Vale ressaltar que a avaliação do subprocesso Programação Financeira foi inserida no escopo desta designação em virtude dos problemas de liquidez da Empresa, que levaram a SUPGF a adotar critério excepcional para o cumprimento das obrigações contratadas com os fornecedores.		
8	GE-AC/ 0001/2014	COEEP	Foram avaliados o cumprimento das metas estratégicas e de sustentabilidade da Empresa – Ciclo 2014, bem como a qualidade dos indicadores de desempenho utilizados pelo SERPRO, considerando os princípios da Confiabilidade, Representatividade, Homogeneidade, Praticidade, Validade, Independência, Simplicidade, Cobertura, Economicidade, Acessibilidade e Estabilidade, em conformidade com a IN – CGU/SFC nº 01, de 03/01/2007, e o Estatuto Social do SERPRO. Foram avaliados, ainda, os controles internos relativos ao Processo de Planejamento Estratégico.	01/09/2014 a 19/12/2014	840
9	TI-AC/ 0001/2014	DIRET/ DIRCL/ CORCL	Os exames abrangeram a análise do subprocesso "Gerir Contrato de Receita", pertencente ao processo "Gestão de Clientes", internalizado pelo Processo de Negócio do SERPRO (PNS), sob responsabilidade da Coordenação de Relacionamento com Clientes (CORCL), a fim de verificar os controles internos aplicáveis à gestão de contratos de receita, desde a abertura da demanda até o encerramento do contrato, compreendido entre o período de Janeiro a Dezembro de 2013 em alinhamento às diretrizes, normativos internos, melhores práticas e outros programas e processos correlatos.	02/01/2014 a 30/04/2014	2.800

Formas de Auditoria / Nº de Relatórios (I)		Áreas, Unidades e Setores Auditados (II)	Escopos Examinados (III)	Cronograma Executado (IV)	Recursos Humanos e Materiais Empregados (homens/hora) (V)
			Os trabalhos foram realizados na Sede do Serpro, SGAN 601 Módulo V, em Brasília, no período de 02/01/2014 à 01/04/2014, com foco nos controles do Processo "Gestão de Clientes", com ênfase no subprocesso "Gerir Contrato de Receita", conforme divulgados na ferramenta corporativa de portfólio de processos (Oryx) definida pelo Modelo de Governança de Processos (MGOP) instituído por meio da Decisão de Diretoria GE - 073/2010.		
10	TI-AC/ 0002/2014	SUPCD	Os exames abrangeram a análise dos subprocessos, no tocante às atividades de controles aplicáveis ao gerenciamento da disponibilidade, desempenho, configuração e produção de serviços das plataformas Linux, Windows e Unix, considerando-se as demandas atendidas durante o exercício de 2013 pela Superintendência de Produtos e Serviços - Centro de Dados (SUPCD). Foi feita uma adequação de escopo entre o previsto no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) 2014 e o objetivo de auditoria executada na SUPCD, devido à necessidade de alinhamento com a estrutura de atividades da Área. Face ao mencionado, a análise contemplou ainda as atividades de controles aplicáveis ao gerenciamento de Suporte, Eventos de Monitoração e Virtualização.	02/01/2014 a 02/04/2014	2.800
11	TI-AC/ 0003/2014	SUPDE	Os exames abrangeram a avaliação dos controles internos da unidade, abordando aspectos essenciais relacionadas ao controle interno e às atividades de controle aplicáveis ao Processo Serpro de Desenvolvimento de Soluções (PSDS), no que tange, ao teste dos componentes de software construídos de acordo com os requisitos técnicos do sistema. Considerar-se-ão as demandas atendidas durante o exercício de 2013 pelos polos de desenvolvimento das Regionais Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza e Porto Alegre, os quais estejam sob a responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento (SUPDE). Os trabalhos foram realizados na Sede do Serpro, em Brasília, e na Regional São Paulo – Luz, no período de 02/05/2014 à 29/08/2014.	02/05/2014 a 29/08/2014	3.360
12	TI-AC/ 0004/2014	SUPOP/ OPSEG	Os exames abrangeram a análise dos subprocessos "Gerenciar Certificação Digital" e "Produzir Certificação Digital", pertencentes ao Processo "Gestão de Certificado Digital", que compõem o Processo de Gestão de Certificado Digital do Serpro, sob responsabilidade do Centro de Certificação Digital – CCD, subordinado à Superintendência de Operações (SUPOP). Os trabalhos alinharam-se à legislação emitida pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), às diretrizes, normativos internos, melhores práticas e verificação da conformidade com as Normas Brasileiras	02/05/2014 a 29/08/2014	2.240

Formas de Auditoria / Nº de Relatórios (I)		Áreas, Unidades e Setores Auditados (II)	Escopos Examinados (III)	Cronograma Executado (IV)	Recursos Humanos e Materiais Empregados (homens/hora) (V)
			NBR ISO/IEC 27001:2006 e NBR ISO/IEC 27002:2005, com vistas à manutenção da Certificação. A auditoria foi realizada nos ambientes do CCD, situados na Regional Rio de Janeiro, Horto, Rua Pacheco Leão 1235, fundos e no de contingência, produção offline e serviços WEB, localizado no Serpro Regional Brasília, no SGAN 601 Módulo G, em Brasília, no período de 02/05/2014 a 29/08/2014, com foco nos controles definidos nas Normas Brasileiras NBR e especificados no documento Escopo do Sistema de Gestão de Segurança da Informação – SGSI. Também foi verificada a operacionalização desses controles, utilizando-se as Matrizes de Processos e Atividades, de Planejamento e Procedimentos e de Achados, para cada processo e procedimento, além da análise dos ambientes, relacionados à: a) Área de gestão; b) Equipe operacional; c) Instalações do Centro de Certificação Digital, bem como os recursos utilizados; d) Ambiente de infraestrutura e suporte; e) Cumprimento das Recomendações da Auditoria Interna do Serpro, auditorias independentes e Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI; f) Cumprimento das Recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/CGU-PR); g) Cumprimento dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU).		
13	TI-AC/ 0005/2014	SUPOP	Demonstrar os resultados dos exames realizados na Auditoria de Acompanhamento no Processo "Gestão de Ponto de Acesso", em cumprimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), exercício de 2014. Os exames abrangeram a avaliação dos controles internos da unidade, abordando aspectos essenciais relacionadas ao controle interno e às atividades de controle aplicáveis a administração das velocidades dos circuitos, alterações de velocidades ou pontos de endereço de clientes e manutenção do cadastro de circuitos e roteadores, considerando-se as demandas atendidas de janeiro de 2013 a junho de 2014, pelas Regionais SUPOP/OPRJO (Rio de Janeiro), SUPOP/OPBSA (Brasília), SUPOP/OPBLM (Belém) e SUPOP/OPSPO (São Paulo), sob a responsabilidade da Superintendência de Operações (SUPOP). Os trabalhos foram realizados na Sede do SERPRO, em Brasília (BSA), e na Regional São Paulo - Luz (SPO), no período de 01/09/2014 a 12/12/2014.	01/09/2014 a 12/12/2014	2.560

Formas de Auditoria / Nº de Relatórios (I)		Áreas, Unidades e Setores Auditados (II)	Escopos Examinados (III)	Cronograma Executado (IV)	Recursos Humanos e Materiais Empregados (homens/hora) (V)
14	TI-AC/ 0006/2014	SUPGS	Realizar auditoria no Processo "Gestão Integrada de Serviços", com ênfase nos subprocessos "Gerenciar Eventos" e "Gerenciar a Função Central de Serviços", sob a tutela da Superintendência de Produtos e Serviços – Gerência de Serviços (SUPGS), a fim de verificar a conformidade dos procedimentos executados e a eficácia dos controles internos adotados no processo, atendendo às determinações contidas na Designação TI-AC/0006/2014, em cumprimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) relativo ao Exercício de 2014. Os exames abrangeram a análise dos subprocessos "Gerenciar Eventos" e "Gerenciar a Função Central de Serviços", abordando aspectos essenciais relacionados ao controle interno e às atividades de controle aplicáveis ao Processo Serpro de Gerenciamento Integrado de Serviços (PSGIS), considerando-se as demandas atendidas durante o exercício de 2013, pela Superintendência de Produtos e Serviços - Gerência de Serviços (SUPGS).	01/09/2014 a 12/12/2014	2.560

quadro A.2.2.2.c - auditorias realizadas no exercício - especiais

Formas de Auditoria / Nº de Relatórios (I)		Áreas, Unidades e Setores Auditados (II)	Escopos Examinados (III)	Cronograma Executado (IV)	Recursos Humanos e Materiais Empregados (Homens/hora) (V)
ESPECIAIS = 1					
1	PC-ES/ 0001/2014	SERPROS	Apresentar os resultados dos exames realizados na auditoria de gestão no SERPROS - Fundo Multipatrocinado, em cumprimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2014. Os trabalhos foram realizados em estrita observância à legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com o objetivo de avaliar os controles internos relativos à Governança, no que tange a aplicação dos princípios, regras, práticas, gestão e controles internos adotados pelo Serpros, nos termos da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, bem como a avaliação dos controles internos relativos à Gestão de Investimentos, tendo em vista que o Fundo encerrou o exercício de 2013 com o total de R$ 4 bilhões a título de recursos garantidores.	01/09/2014 a 12/12/2014	2.520
TOTAL DE AUDITORIAS: 16					**45.696**

fonte: Sistema Integrado de Auditoria (SISAUD)

2.2.3 Demonstração da execução do Plano Anual de Auditoria

Todas as 16 (dezesseis) auditorias previstas no PAINT/2014 foram realizadas.

2.2.3.1 Auditoria de Demonstrações Contábeis

No PAINT/2014, foi prevista a realização de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, com 2.720 homens/hora. Foi realizada, conforme previsto.

2.2.3.2 Auditorias de Acompanhamento

No PAINT/2014 estavam previstas 14 auditorias de acompanhamento, perfazendo um total de 40.056 homens/hora. Todas foram realizadas, totalizando 40.456 homens/hora.

A diferença entre previsto e realizado encontra-se explicitada no quadro a seguir:

quadro A.2.2.3.2 - auditorias de acompanhamento

Área	Previsto	Realizado	Diferença	Justificativa
Gestão de Pessoas	8.952	8.952	0	-
Gestão Orçamentária e Financeira	2.520	2.920	400	Em razão da realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA no país, durante os meses de junho e julho/2014, a AUDIG optou por inverter as Designações do 2º e 3º quadrimestres, a fim de preservar a economicidade considerando a necessidade de realização de viagem naquele período. Este aumento de 400 homens/hora se deu em razão do 2º quadrimestre ter mais dias úteis que o 3º.
Gestão Logística	11.424	11.424	0	-
Gestão Empresarial	840	840	0	-
Gestão Estratégica de Desenvolvimento e Capacitação	0	0	0	-
Gestão de Tecnologia da Informação	16.320	16.320	0	-
TOTAL	**40056**	**40.456**	**400**	

2.2.3.3 Auditorias Especiais

Foi prevista, no PAINT/2014, uma auditoria especial, relativa a auditoria de Gestão no Serpros - Fundo Multipatrocinado, totalizando 2.920 homens/hora. A auditoria foi realizada com 2.520 homens/hora, ou seja, 400 homens/hora a menos que o previsto. Tal fato se deu em razão da inversão desse trabalho com o de Gestão Financeira.

A auditoria no Serpros foi realizada somente no terceiro quadrimestre em razão da realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA no país, durante os meses de junho e julho/2014.

A auditoria de Gestão Financeira foi realizada na época de referido evento, não necessitando de realização de viagens, e no Serpros no terceiro quadrimestre.

2.2.3.4 Relação entre previsão e realização

Os quadros A.2.2.3.4.a e A.2.2.3.4.b, a seguir, apresentam o resultado da relação entre quantitativo de homens/hora previsto x realizado por área de gestão e suas respectivas explicações:

quadro A.2.2.3.4.a - relação entre auditorias previstas e realizadas

Item	Descrição	Previsto H/h (A)	Realizado H/h (B)	B-A	% Utilizada H/h (B/A)
01	Gestão de Pessoas	8.952	8.952	0	100%
02	Gestão Orçamentária e Financeira	5.240	5.640	400	108%
03	Gestão Logística	11.424	11.424	0	100%
04	Gestão Empresarial	840	840	0	100%
05	Gestão Estratégica de Desenvolvimento e Capacitação	0	0	0	100%
06	Gestão de Tecnologia da Informação	16.320	16.320	0	100%
07	Previdência Complementar	2.920	2.520	-400	86%
	SUBTOTAL	**45.696**	**45.696**	**0**	**100%**
08	Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas	4.032	1.167	-2.865	29%
TOTAL		**49.728**	**46.863**	**-2.865**	**94%**

quadro A.2.2.3.4.b - explicações sobre auditorias previstas e realizadas

Item	Explicação
01	Nas auditorias de Gestão de Pessoas, foram utilizados 8.952 homens/hora, o que representou percentual de cumprimento de 100% em relação ao que havia sido previsto no PAINT/2014.
02	Para o item Gestão Orçamentária e Financeira, foi prevista a realização de 5.240 homens/hora de auditoria, e foram realizados 5.640 homens/hora. A diferença a maior de 400 homens/hora é resultante da inversão das designações previstas para o 2º e 3º quadrimestres. Em razão da realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA no país durante os meses de junho e julho/2014, esta Auditoria optou por inverter as Designações do 2º e 3º quadrimestres, a fim de preservar a economicidade considerando a necessidade de realização de viagem naquele período.
03	Em Gestão Logística, foram realizados 11.424 homens/hora de auditoria, o que representa o cumprimento de 100% do total previsto no PAINT/2014.
04	Em Gestão Empresarial, foram utilizados 840 homens/hora, o que representa o cumprimento de 100% do total previsto no PAINT/2014 para este item.
05	Nas auditorias de Gestão de Tecnologia da Informação, foram utilizados 16.320 homens/hora, correspondendo a 100% do previsto no PAINT/2014.
06	Para o item Previdência Complementar, foi prevista a realização de 2.920 homens/hora de auditoria. Porém, devido à inversão das designações do 2º e 3º quadrimestres da Coordenação de Auditoria Logístico e Financeiro – COALF, supramencionado, foram utilizados 2.520 homens/hora, correspondendo a 86% do previsto no PAINT/2014.
07	Em relação ao item Capacitação Interna, foram previstos 4.032 homens/hora no PAINT 2014 e realizados apenas 1.167 homens/hora, resultando em um percentual de cumprimento de, aproximadamente, 29%. Este resultado se justifica pelo contingenciamento orçamentário adotado pelo SERPRO no exercício 2014, mediante Resolução CN – 008/2014, de 28/05/2014 – item 4.3.

2.2.3.5 Achados de Auditoria

Os principais achados dos trabalhos de auditoria, cujo acompanhamento é reportado aos Conselhos Diretor e Fiscal ao final de cada quadrimestre, são apresentados nos quadros a seguir:

quadro A.2.2.3.5.a - achados de auditoria - contábeis

Formas de Auditoria				Envio de Relatório	
Relatório (nº e objeto)		Função / Órgão Auditado	Período	Conselho Fiscal / Mês	SAAI / quadrimestre
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					
01	**GF-DC/0001/2014** Realizar análise nas Demonstrações Contábeis, verificando a conformidade dos registros e saldos apresentados, por ocasião do encerramento do exercício de 2013, visando a emissão do Parecer da Auditoria Interna sobre as Demonstrações Contábeis.	SUPGF	02/01/2014 a 30/04/2014	Abril / 2014	1º quadrimestre
Achados	Causas	Ações de Melhorias		Situação Atual	
Sem achados	-	-		-	

quadro A.2.2.3.5.b - achados de auditoria - acompanhamento

Formas de Auditoria				Envio de Relatório	
Relatório (nº e objeto)		Função / Órgão Auditado	Período	Conselho Fiscal / Mês	SAAI / quadrimestre
ACOMPANHAMENTO					
01	**GP-AC/0001/2014** Realizar auditoria no subprocesso "Operacionalizar Relações do Trabalho" no intuito de avaliar se os controles internos estabelecidos garantem a consistência da Folha de Pagamento.	SUPGP	02/01/2014 a 30/04/2014	Abril /2014	1º quadrimestre
Achados	Causas	Ações de Melhorias		Situação Atual	
Ambiente de Controle					
Pagamento indevido de hora extra para cargo de chefia (supervisor).	Não atendimento a deliberação ocorrida em Reunião de Diretoria e não atualização da Norma que trata do assunto.	Envio de ocorrência 016/2014 ao gestor central destacando a inconsistência no procedimento a ser resolvida pela área. **Benefício Esperado:** Atuação em conformidade com o que foi recomendado pela CGU e deliberado pela Diretoria.		Acompanhamento finalizado, em função de atualização da Norma sobre Prorrogação da Jornada de Trabalho – GP 006, regulamentando a não realização de horas extras por empregados ocupantes de função de Supervisão.	
Procedimento de Controle					
Pagamento de Adicional Noturno, além do pagamento de Hora Extra Noturna (121%), caracterizando duplicidade no pagamento do Adicional Noturno, uma vez que na Hora Extra Noturna já está incluído o valor do referido Adicional.	Definição incorreta de rotinas de pagamento no SGP.	Envio de ocorrência 003/2014 para o Órgão Central da SUPGP. **Benefícios Esperados:** Uniformidade no cálculo do Adicional Noturno e a respectiva mitigação de riscos de ações trabalhistas.		Acompanhamento da ocorrência foi finalizado considerando que o Órgão Gestor tomou as ações necessárias para a regularização dos fatos apontados, conforme demanda nº 83473, de 07/10/2014, encaminhada à Superintendência de Sistemas Corporativos, solicitando otimização da rotina no Sistema SGP - Sistema de Gestão de Pessoas para correção do problema.	

Não pagamento de remuneração de substituto para empregado designado.	Não cumprimento de Normativo onde é previsto o pagamento da Remuneração de Substituto.	Envio de Ocorrência nº 005/2014 informando o ocorrido para que o auditado corrija a rotina. **Benefício Esperado:** Atuação em conformidade com o previsto na Norma que trata sobre Substituição de Função de Confiança – GP 021.	A justificativa da ocorrência foi aceita pela Auditoria, em função da resolução da irregularidade apontada, sendo realizado o pagamento da remuneração de substituto para o empregado.
Não inclusão no valor das parcelas a serem descontadas do empregado, referente ao adiantamento de férias, de valores retroativos em função de reajuste salarial.	Ausência de definição de rotina no sistema SGP.	Envio de Ocorrência nº 003/2014, informando a necessidade de proceder aos descontos que não estão sendo efetivados pelo sistema SGP. **Benefício Esperado:** Regularização de pendências existentes junto aos empregados e eliminação de eventuais prejuízos à Empresa.	Acompanhamento da ocorrência foi finalizado considerando que o Órgão Gestor tomou as ações necessárias para a regularização dos fatos apontados, conforme demanda nº 83473, de 07/10/2014, encaminhada à Superintendência de Sistemas Corporativos, solicitando otimização da rotina no Sistema SGP - Sistema de Gestão de Pessoas para correção do problema.
Não pagamento do número de horas excedentes a 6000 minutos do Adicional de Sobreaviso, registrado no Sistema de Controle de Ponto.	Não cumprimento de normativo.	Envio de Ocorrência nº 012/2014, para ao gestor com cópia para OLGP informando sobre a irregularidade, alertando-os para que sejam evitadas situações semelhantes no futuro. **Benefício Esperado:** Manter regularizadas as pendências de pagamento ao empregado evitando o incremento de passivos trabalhistas e prejuízos à Empresa.	Acompanhamento da ocorrência finalizado, em função do pagamento das horas excedentes do Adicional de Sobreaviso.
Não pagamento da complementação do 13º Salário, com base na remuneração do mês de dezembro, aos empregados afastados por motivo de Acidente do Trabalho.	Deficiência de controle por parte dos gestores.	Envio de Ocorrências de nº 017 e 018/2014 para os gestores do Órgão Central da SUPGP e para o Órgão Local de GP da Regional SP, respectivamente, para resolução dos problemas. **Benefício Esperado:** Evitar prejuízos no pagamento dos empregados afastados por Acidente de Trabalho.	As ocorrências foram aceitas pela Auditoria em função do acerto do pagamento dos empregados.
Empregado com registro de frequência normal nas folhas de ponto e consequente pagamentos de salários, porém sem registro de acesso à Empresa, por determinado período, evidenciando o não cumprimento de sua jornada de trabalho em seu órgão de lotação.	Não cumprimento do contrato de trabalho.	Envio de Ocorrência nº 15 para o gestor o adotar as devidas providências. **Benefício Esperado:** Regularizar a situação do empregado.	Acompanhamento da ocorrência finalizado, em função de envio de Recomendação de nº 01, da Designação GP-AC/0003/2014, para apuração de responsabilidade, face a possível dano financeiro à Empresa.

Formas de Auditoria				Envio de Relatório	
Relatório (nº e objeto)		Função / Órgão Auditado	Período	Conselho Fiscal / Mês	SAAI / quadrimestre
ACOMPANHAMENTO					
02	**GL-AC/0001/2014** Realizar auditoria no "Processo Organizacional" – subprocesso "Executar Serviços Gerais", no tocante às atividades de Viagem.	SUPGL	02/01/2014 a 30/04/2014	Abril /2014	1º quadrimestre / 2014

Achados	Causas	Ações de Melhorias	Situação Atual
Ambiente de Controle (Viagens Internacionais)			
Ausência de documentos anexados às prestações de contas, tais como: formulário de solicitação de viagem; autorização do afastamento do empregado pelo DP; bilhete aéreo; cartão de embarque; apresentação publicação do afastamento no Diário Oficial da União- DOU e relatório de viagem.	Ausência de definição dos procedimentos necessários para realização de viagem internacional.	-Envio de Recomendação 002 à SUPGL/GLGIS. **Benefício Esperado:** revisão e atualização da Norma GL006 – Viagens ao Exterior e orientação e divulgação dos procedimentos aos envolvidos no processo.	O gestor efetuou a publicação de normativo próprio (GL 053), bem como efetuou as ações necessárias ao encerramento do acompanhamento.
Fragilidades nos procedimentos de SVPC, tais como: publicação da autorização de afastamento do país em período divergente ao da viagem realizada; valor da passagem aérea emitida divergente do aprovado; campos não preenchidos no documento de prestação de contas.	Ausência de definição dos procedimentos necessários para realização de viagem internacional.	-Envio de Recomendação 002 à SUPGL/GLGIS. **Benefício Esperado:** revisão e atualização da Norma GL006 – Viagens ao Exterior e orientação e divulgação dos procedimentos aos envolvidos no processo.	O gestor efetuou a publicação de normativo próprio (GL 053), bem como efetuou as ações necessárias ao encerramento do acompanhamento.
Procedimentos de solicitação e prestação de contas, relativos às viagens internacionais, realizados manualmente.	Ausência de sistema que contemple o módulo de viagens internacionais.	-Envio de Recomendação 003 à SUPGL. **Benefício Esperado:** Desenvolvimento do módulo de viagens internacionais no sistema SVPC	Providências a serem adotadas pelo Gestor em acompanhamento pela Auditoria até 10/04/2015.
Ambiente de Controle (Viagens Nacionais)			
Ausência de definição/revisão de procedimentos e atividades de controle, tais como: remarcações e cancelamentos de passagens por interesse do empregado; responsabilidades dos envolvidos na atividade de reembolso de passagens canceladas e segregação de função nas atividades de aprovação das solicitações de viagem e autorização da prestação de contas.	Necessidade de revisão da Norma GL 001- Viagens.	-Envio de Recomendação 001 à SUPGL/GLGIS **Benefício Esperado:** Revisão do normativo com a instituição de procedimentos de controle e definição de responsabilidades.	O gestor efetuou a atualização do normativo GL 001, contendo as ações necessárias ao encerramento do acompanhamento.
Fragilidade nas prestações de contas, tais como: ausência de justificativa ou justificativa incompleta; ausência de documentos anexados (relatório de viagens, bilhetes/passagens, cartão de embarque, pesquisa de preço entre outros); atraso na aprovação de prestação de contas.	Ausência de orientação aos autorizadores e aprovadores das viagens nacionais, bem como aos viajantes.	-Envio de Recomendação 001 à SUPGL/GLGIS. **Benefício Esperado:** Orientação e divulgação dos procedimentos aos envolvidos no processo de solicitação de viagem e prestação de contas.	O gestor efetuou a atualização do normativo GL 001, contendo as ações necessárias ao encerramento do acompanhamento.

Formas de Auditoria				Envio de Relatório	
Relatório (nº e objeto)		Função / Órgão Auditado	Período	Conselho Fiscal / Mês	SAAI / quadrimestre
ACOMPANHAMENTO					
03	**TI-AC/0001/2014** Realizar auditoria no processo "Gestão de Clientes", com ênfase no subprocesso "Gerir Contrato de Receita", a fim de verificar a conformidade dos procedimentos executados e a eficácia dos controles internos adotados no subprocesso.	CORCL	02/01/2014 a 30/04/2014	Abril/ 2014	1º quadrimestre

Achados	Causas	Ações de Melhorias	Situação Atual
Avaliação de Risco			
Inexistência de uma sistemática de análise e gerenciamento de riscos.	Inobservância dos preceitos da Norma referente à Gestão de Riscos pelo gestor do subprocesso em questão.	Encaminhada Ocorrência nº 001 à CORCL para que a área realize a gestão dos riscos inerentes ao Processo, incluindo as medidas para sua identificação e mitigação. **Benefícios esperados:** realizar a análise de riscos do processo, a fim de mitigar pontos de vulnerabilidade.	O acompanhamento foi finalizado em 28/11/2014, pois a área concluiu a análise de riscos relativa ao subprocesso "Gerir Contrato de Receita".
Procedimentos de Controle			
- Falta de integração dos dados existentes nas bases dos sistemas de Informações Gerenciais (InfoSerpro), Sistema de Gestão Comercial (Sigecom) e Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos Digitalizados (Gedig), responsáveis pela manutenção de informações contratuais, o que gera inconsistências conforme indicado no documento "Controle de Qualidade Contratos Sigecom_URC.pdf". - Falta de validação e/ou crítica apropriada nos dados contratuais mantidos pelo Sigecom, cujo resultado contribui para o apontamento supracitado no item "b" desta Ocorrência. - Dados inconsistentes, incompletos ou desatualizados, em desacordo com a Regra de Negócio 119346, relativa ao Sigecom: RN-Complementação do cadastro do Contrato no item "3.1 Complementação do cadastro do Contrato", em sua base de dados, cuja situação foi apontada no Memorando SUPDC – 018112/2013.	- Falta de integração entre diversos sistemas que utilizam os mesmos dados de referência. (SIGECOM, SIARE e InfoSerpro) - Inobservância dos preceitos da Norma referente à Gestão de Riscos pelo gestor do subprocesso em questão. - Ausência de regra específica para validação dos dados implantada no Sistema.	Encaminhada a Ocorrência de nº 002 à SUPDC/DCINF para que a área solucione a questão de integração dos sistemas e trate as inconsistências encontradas. **Benefícios esperados:** eliminar a redundância de dados, a fim de garantir maior consistência nas informações que apoiam a tomada de decisão.	Em resposta à Auditoria, o gestor informou que as providências a serem adotadas pelo mesmo não foram atendidas, em razão da priorização no atendimento de demandas de cunho legal e normativo, a exemplo a implantação das alterações decorrentes do novo Plano de Contas Aplicado ao Serviço Público (PCASP). O prazo para atendimento da demanda foi estendido para 30/06/2015.

Formas de Auditoria				Envio de Relatório	
Relatório (nº e objeto)		Função / Órgão Auditado	Período	Conselho Fiscal / Mês	SAAI / quadrimestre
ACOMPANHAMENTO					
04	**TI-AC/0002/2014** Realizar auditoria nos subprocessos "Gestão de Processamento Linux", "Gestão de Processamento Windows" e "Gestão de Processamento Unix", a fim de verificar a conformidade dos procedimentos executados e a eficácia dos controles internos adotados nos subprocessos.	SUPCD	02/01/2014 a 30/04/2014	Abril / 2014	1º quadrimestre

Achados	Causas	Ações de Melhorias	Situação Atual
Procedimentos de Controle			
Inexistência de evidências que demonstrem a adoção de controles que eliminam/mitigam o risco de indisponibilidade das ferramentas associadas às atividades de "Inclusão de Monitoração e "Relatório de monitoração, suportadas pela SUPOP.	Inobservância do gestor quanto a suficiência dos controles adotados para mitigação do risco de indisponibilidade das ferramentas de monitoração de atividades críticas.	Encaminhada as Ocorrências nº 001 e 002 à SUPOP/OPBSA e SUPOP/OPBSB, respectivamente, a fim de que as áreas promovam a adoção de controles que eliminem/mitiguem o risco de indisponibilidade das ferramentas associadas às atividades descritas. **Benefícios esperados:** adoção de controles que eliminam/mitigam o risco de indisponibilidade das ferramentas associadas às atividades descritas, suportadas pela SUPOP. Encaminhada a Recomendação nº 001 à SUPOP, a fim de que a área corrija prontamente os desvios encontrados, a fim de garantir o acompanhamento e cumprimento das cláusulas contratuais/ANS. **Benefícios esperados:** adoção de controles que eliminam / mitigam o risco de indisponibilidade das ferramentas associadas às atividades descritas, suportadas pela SUPOP.	As Ocorrências deram origem à Recomendação 001, que foi aceita pela Auditoria, não havendo acompanhamento aberto.
Inexistência de evidências que demonstrem a execução da atividade operacional "copiar dados para mídia" pela SUPCD/CDSPO/CDSSS, nos moldes constantes do desdobramento do processo de Gerenciamento de Mudança nos Centros de Dados.	Inobservância ao disposto no item 4 da Decisão de Diretoria GE 073/2010, a qual institui o Modelo de Governança de Processos do SERPRO.	Encaminhada a Ocorrência nº 003 à SUPCD/CDSPO/CDSSS a fim de que a área promova a melhoria contínua do processo em questão. **Benefícios esperados:** melhoria na padronização, da integração, do gerenciamento do desempenho e da melhoria contínua dos processos, além do alinhamento dos processos do SERPRO com os direcionamentos da Gestão Pública.	A referida Ocorrência teve sua justificativa aceita pela auditoria, não havendo acompanhamento aberto.

Formas de Auditoria				Envio de Relatório	
Relatório (nº e objeto)		Função / Órgão Auditado	Período	Conselho Fiscal / Mês	SAAI / quadrimestre
ACOMPANHAMENTO					
05	**GF-AC/0001/2014** Realizar auditoria no Processo Gestão Financeira – Subprocesso "Gerenciar Contas a Pagar", no tocante às atividades de Pagamento de Fornecedor e Crédito Rotativo.	SUPGF	02/05/2014 a 29/08/2014	Agosto / 2014	2º Quadrimestre

Achados	Causas	Ações de Melhorias	Situação Atual
Ambiente de Controle			
Mapeamento do processo desatualizado.	Alterações de procedimentos e sistemas utilizados pela GF.	Recomendação nº 002 a GFDGF. **Benefício Esperado:** Alinhamento entre as atividades efetivamente executas e as mapeadas.	Justificativa da Recomendação 002 aceita pela Auditoria. (As ações a serem implementadas pela SUPGF, a fim de aprimorar as atividades de controle do processo de Gestão Financeira, serão auditadas quando da realização de nova auditoria no Processo de Gestão Financeira, a ser planejada conforme PAINT.)
Atividades de contas a pagar e programação financeira executadas manualmente.	-Inexistência de sistema que contemple módulos financeiro, contábil e tributário. -Falta de integração no sistema -Insuficiência de quadro de pessoal qualificado.	Recomendação nº 001 a SUPGF. **Benefício Esperado:** Implementação de sistema que atenda efetivamente as necessidades da área Financeira.	Justificativa da Recomendação 001 aceita pela Auditoria. (As ações a serem implementadas pela SUPGF, a fim de aprimorar as atividades de controle do processo de Gestão Financeira, serão auditadas quando da realização de nova auditoria no Processo de Gestão Financeira, a ser planejada conforme PAINT.)
Necessidade de revisão de normativos.	Fragilidade no procedimento de atualização da Norma	Recomendação nº 002 a GFDGF para atualização da norma. **Benefício Esperado:** Atualização tempestiva dos normativos.	Justificativa da Recomendação 002 aceita pela Auditoria. (As ações a serem implementadas pela SUPGF, a fim de aprimorar as atividades de controle do processo de Gestão Financeira, serão auditadas quando da realização de nova auditoria no Processo de Gestão Financeira, a ser planejada conforme PAINT.)
Procedimentos de Controle			
Deficiências nos procedimentos relacionados ao **Processo Estudos Financeiros – Programação Financeira**, tais como: -Pagamentos realizados não localizados na Programação Financeira Diária e nem na Planilha de Fornecedores Contingenciados; -Ausência de Registro do Centro de Custo no SIAFI; -Pagamentos realizados e não localizados na Planilha de Fornecedores Contingenciados; -Ausência de consulta do CNPJ	-Trabalho realizado manualmente; -Inexistência de sistema que contemple módulos financeiro, contábil e tributário; -Falta de integração no sistema	Envio de Ocorrência nº 001 e Recomendação nº 001. **Benefício Esperado:** Implementação de sistema que atenda efetivamente as necessidades da área Financeira.	Ocorrência 001: justificativa aceita pela Auditoria.

do fornecedor no Simples Nacional; -Divergência entre as planilhas de acompanhamento do contingenciado consolidada e das teles; -Pagamento realizado menor que o autorizado; -Data de vencimento no documento divergente da data de vencimento no SIAFI; -Classificação do Crédito Rotativo divergente da GF033; -Valor pago divergente do valor solicitado e do valor aprovado; -Centro de custo na planilha enviada pela Regional divergente do SIAFI; -Pagamento não autorizado e não realizado, porém não incluído na planilha de contingenciados do dia seguinte; -Valor solicitado pela Regional divergente dos documentos registrados no SIAFI; -Utilização do valor autorizado da programação diária para pagamento de outro documento.			
Deficiências nos procedimentos relacionados ao **Processo Contas a pagar – Fornecedores**, tais como: -Reembolso a empregado pago a menor; -Registros de entrada (protocolos) em desacordo com a Norma; -Ausência de SISCOR solicitando recurso financeiro para compra de vale-transporte; -Ausência de SISCOR solicitando o pagamento para compra de vale-transporte; -Ausência de ateste, bem como de carimbo de "liquidado" para compra de vale-transporte; -Data de vencimento do documento divergente da data do vencimento cadastrada no SIAFI; -Documento fiscal com nome do SERPRO em desacordo com a Norma e sem carta de correção; -Ausência de preenchimento dos campos relativos à "informações contábeis e informações complementares"	-Ausência de previsão em normativo; -Ausência de orientação aos envolvidos no processo quanto ao cumprimento da Norma; -Inexistência de sistema que contemple módulos financeiro, contábil e tributário; -Falta de integração no sistema;	- Envio de Ocorrências nº 002, 003, 004, e 009 e Recomendações nº 001 e 002. - Ocorrência nº 005 e Recomendação nº 001, para o pagamento em duplicidade da IBM. **Benefícios Esperados:** Atualização tempestiva dos normativos. Orientação aos envolvidos no processo. Implementação de sistema que atenda efetivamente as necessidades da área Financeira.	- Ocorrências 002, 003, e 009: justificativas aceitas pela Auditoria. - Ocorrência 004: providências a serem adotadas pelo Gestor em acompanhamento pela Auditoria até 20/03/2015. - Ocorrência 005: pagamento em duplicidade regularizado, no entanto, a referida ocorrência permanecerá em acompanhamento pela Auditoria até 20/03/2015 para verificação das providências quanto à alteração da sistemática dos pagamentos parcelados.

da liberação de pagamento; -Pagamento realizado sem retenção dos impostos; -Carimbo de ateste em desacordo com o modelo da Norma; -Ausência de registro no SICAF, sendo que o fornecedor não apresentou as certidões de regularidade fiscal; -Documento fiscal contendo carimbo de ateste, porém sem identificação e assinatura do atestador; -SICAF emitido após o pagamento; -Valor pago divergente do valor apresentado no documento; -Valor da retenção do INSS calculado a menor; -Pagamento de nota fiscal sem ter o SERPRO como "tomador de serviços"; -Ausência de declaração de não retenção; -Preenchimento de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA) em desacordo com a Norma. - Pagamento em duplicidade no valor de R$ 1.640.876,75, pago pelas regionais Brasília e São Paulo, bem como à dupla contabilização do valor de R$ 279.205,91; ambos os casos referentes a nota fiscal nº 64427 emitida pela empresa IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda, na prestação dos serviços relativos ao contrato RG/Nº 50961;			
Deficiências nos procedimentos relacionados ao **Processo Contas a pagar – Crédito Rotativo**, tais como: -Valor disponibilizado em desacordo com os limites estabelecidos pela norma; -Aquisição de materiais que deveriam integrar o almoxarifado de bens de consumo, em desacordo a Norma; -Ausência de extrato bancário anexado ou ausência de conciliação da conta-corrente apresentado pela UG; -Ausência de declaração (carimbo) de que o serviço foi prestado, em desacordo com a Norma;	-Ausência de previsão em normativo; -Ausência de orientação aos envolvidos no processo quanto ao cumprimento da Norma;	Envio de Ocorrências nº 006, 007 e 008 e Recomendação nº 001. **Benefícios Esperados:** Atualização tempestiva dos normativos. Orientação aos envolvidos no processo.	- Ocorrências 006, 007 e 008: justificativas aceitas pela Auditoria.

-Prestação de contas dos valores utilizados não está sendo realizada no mês seguinte, em desacordo com a Norma; -Ausência do Nome/Assinatura do empregado no comprovante de Despesas Miúdas e de Pronto Pagamento; -Documento fiscal com nome do SERPRO em desacordo com a Norma e sem carta de correção; -Ausência de parecer do O.L.R.F. do formulário de prestação, a aprovação e autorização da reposição pelo financeiro.			

Formas de Auditoria				Envio de Relatório	
Relatório (nº e objeto)		Função / Órgão Auditado	Período	Conselho Fiscal / Mês	SAAI / quadrimestre
ACOMPANHAMENTO					
06	**GP-AC/0002/2014** Realizar auditoria no subprocesso "Operacionalizar Gestão de Carreiras, verificando a eficiência e eficácia dos controles internos.	SUPGP	02/05/2014 a 29/08/2014	Agosto/ 2014	2º Quadrimestre

Achados	Causas	Ações de Melhorias	Situação Atual
Sem achados	-	-	-

Formas de Auditoria			
Relatório (nº e objeto)		Função / Órgão Auditado	Período
ACOMPANHAMENTO			
07	**GL-AC/0002/2014** Realizar auditoria no Processo Gestão de Aquisições e Contratações – Subprocessos "Executar Aquisições e Contratações – Etapa Licitação" e "Executar Aquisições e Contratações – Etapa Contratos".	SUPGA	02/05/2014 a 29/08/2014

Achados	Causas	Ações de Melhorias
Ambiente de Controle		
Falhas nos procedimentos relacionados com o Processo verde, tais como: 1 - Ausência de assinatura ou identificação de quem elaborou o documento; 2 - Ausência da identificação de quem executou a digitalização do documento; 3 - Falta de ordem cronológica na autuação dos documentos da mesma natureza de eventos; 4 - Falta de organização das documentações do processo verde, em forma de dossiê; 5 - Ausência de vinculação do número de controle, do processo verde, às pastas Demanda, Planejamento Preliminar e Planejamento Definitivo. 6 – Ausência de certificação digital.	Falha na organização da documentação contratual Processo Verde em fase de maturação	Recomendação 01 **Benefício Esperado:** Documentação autuada em conformidade com a norma; Que o Processo Verde garanta a integridade das informações; Que o processo verde seja um repositório com informações completas e fidedignas.

Contratação		
Proposta Comercial sem assinatura	A autuação do documento foi decorrente da juntada ao PB COGTI 0569/2013 que é um documento oficial do SERPRO, cuja validade se dá por assinatura eletrônica.	Ocorrência 005 enviada à SUPGA/GABSA **Benefício Esperado:** Legitimidade para a contração.
Assinatura de contrato com proposta e atestado fora do prazo da validade	Falha na autuação do documento	Ocorrência 005 enviada à SUPGA/GABSA **Benefício Esperado:** Legitimidade para a contração.
Ausência de documentação	Falha na autuação do documento	Ocorrência 007 enviada à SUPGA/GACOM/GABSA **Benefício Esperado:** Transparência e eficácia dos atos
Gerenciamento Contratual		
Duplicidades no pagamento e na contabilização	Falha no processo de Contas a Pagar SUPGF	Ocorrência 002 enviada à gestora do contrato (SUPGA/GACCD) Ocorrência 05 enviada à GFDGF designação GF-AC/0001/201) **Benefício Esperado:** Controles eficientes e eficazes para evitar a Contabilização e pagamentos em duplicidade e consequente prejuízo financeiro ao SERPRO.
Incongruência durante a execução do contrato	Desconto concedido pela IBM ficando a cargo do SERPRO a distribuição dos valores entre os itens do contrato	Ocorrência 006 enviada à gestora do contrato (SUPGA/GACCD) **Benefício Esperado:** Que a forma de faturamento seja corrigida permitindo que as NF sejam compatíveis com os termos de recebimento.
Equipamentos sem localização identificada na base do CDMB do SPEKX	Ausência/Atualização de Informação no SPEKX (Aguardando resposta do gestor de configuração)	Envio de Ocorrência nº 009 à SUPOP/OPGPS/OPGCA **Benefício Esperado:** Manter a base do CMDB do SPEKX atualizada, visando a execução adequada do objeto do contrato.
Relatório técnico sem preenchimento de campo obrigatório	Formatos dos documentos enviados pelo fornecedor não são compatíveis e editáveis para o formato do relatório.	Ocorrência 004 enviada à gestora do contrato (SUPGA/GACCD) **Benefício Esperado:** Integridade das informações do relatório.
Ausência de documentação prevista em contrato	Falha na autuação do documento	Ocorrência 004 e 008 enviada à gestora do contrato (SUPGA/GACCD) **Benefício Esperado:** Integridade das informações do processo
Dossiê de pagamento incompleto	Falha na autuação do documento	Ocorrência 008 enviada à gestora do contrato (SUPGA/GACCD) **Benefício Esperado:** Integridade das informações do processo

Formas de Auditoria			
Relatório (nº e objeto)		Função / Órgão Auditado	Período
ACOMPANHAMENTO			
08	**TI-AC/0003/2014** Realizar auditoria no processo "Execução de Projeto de Desenvolvimento", com ênfase nos subprocessos "Testar o Software Desenvolvido" e demais subprocessos, a fim de verificar a conformidade dos procedimentos executados e a eficácia dos controles internos adotados no subprocesso.	SUPDE	02/05/2014 a 29/08/2014

Achados	Causas	Ações de Melhorias
Procedimentos de Controle		
Lacunas na gestão de demandas de desenvolvimento que estão na situação "em homologação".	Insuficiência de controles no subprocesso "Gerir Demanda" os quais assegurem a efetiva gestão das demandas sob a responsabilidade das URC.	Encaminhada Ocorrência de nº 001, para a implantação de controles que permitam à área auditada o incremento da eficiência na gestão das demandas em fase de homologação. **Benefícios esperados:** maior efetividade no planejamento, acompanhamento, monitoramento e rastreabilidade das homologações junto ao cliente, com o intuito de proporcionar eficiente atuação pelo gestor de negócios.

Inconsistências entre as diretrizes documentadas no Processo SERPRO de Desenvolvimento de Soluções e o efetivo registro dos dados relativos a Gestão de Configuração de Software, Gestão de Qualidade de Software, Testes de Software e Gestão de Projetos nos artefatos, ferramentas, controles, perfis de acesso e fluxos de atividades armazenadas em repositórios controlados pelo software ALM.	Descumprimento do Processo Serpro de Desenvolvimento de Soluções relativamente às regras de registro de dados em artefatos.	Encaminhada a Ocorrência de nº 002, para a atualização das diretrizes, subprocessos e atividades subordinadas ao Processo Serpro de Desenvolvimento de Soluções. **Benefícios esperados:** adequação do Processo Serpro de Desenvolvimento de Soluções (PSDS), de forma que suporte novas ferramentas, tecnologias ou frameworks de desenvolvimento.
Informação e Comunicação		
Fragilidade relativa à gestão do desenvolvimento, manutenção e operação de sistemas desenvolvidos em Plataforma Mainframe, sob o prisma da garantia à continuidade da prestação de serviços pelo Serpro a seus clientes.	Inadequação do quadro de empregados os quais apresentem as competências necessárias ao pleno domínio do ambiente de desenvolvimento da Plataforma Mainframe.	Encaminhada Ocorrência 003, para implementação de ações saneadoras as quais assegurem a continuidade da prestação dos serviços desenvolvidos pelo Serpro em Plataforma Mainframe à seus clientes internos e externos, além da retenção do conhecimento do negócio. **Benefícios esperados:** mitigar riscos de continuidade na manutenção de aplicações desenvolvidos na plataforma mainframe.
Ambiente de Controle		
Desalinhamento na aplicação das macroatividades de homologação e implantação pelas equipes de desenvolvimento do polo da Regional Porto Alegre.	Descumprimento das macroatividades de homologação e implantação do Processo Serpro de Desenvolvimento de Soluções.	Encaminhada Ocorrência nº 004, para a retomada do processo de internalização das macroatividades no Polo. **Benefícios esperados:** prover maior alinhamento das atividades executadas pela área com o Processo Serpro de Desenvolvimento de Sistemas (PSDS).

Formas de Auditoria			
Relatório (nº e objeto)		Função / Órgão Auditado	Período
ACOMPANHAMENTO			
09	**TI-AC/0004/2014** Realizar auditoria no processo "Gestão de Certificado Digital" e seus subprocessos, a fim de verificar a conformidade dos procedimentos executados e a eficácia dos controles internos adotados no processo.	SUPOP	02/05/2014 a 29/08/2014

Achados	Causas	Ações de Melhorias
Ambiente de Controle		
Ausência de mapeamento e publicação dos subprocessos afetos à "Gestão de Certificação Digital" na ferramenta corporativa de modelagem de processos ORYX.	Inobservância do gestor quanto aos controles necessários para a efetiva consecução dos objetivos de negócio e quanto aos normativos vigentes.	Encaminhada Recomendação 001, para a promoção de visibilidade, padronização, integração, gerenciamento de desempenho e melhoria contínua do processo. **Benefícios esperados:** garantir alinhamento com os objetivos empresariais e a disponibilidade de informações para tomada de decisão.
Procedimentos de Controle		
Ausência do tombamento e/ou inventário de ativos.	Inobservância da área responsável pelo tombamento dos bens com relação à Norma de Gestão Patrimonial (GL/008 v4)	Recomendação 002 para a SUPGL tratando do saneamento dos ativos e também revisão do normativo. **Benefícios esperados:** Um refere-se, pontualmente, ao saneamento que deve ser feito pelo gestor, seja com a colocação das plaquetas, seja justificando para a Auditoria, através do Sisaud, o porquê da inexistência das mesmas; O outro vai ao encontro da necessária estruturação da Gestão Patrimonial sobre os Ativos de TI compreendendo, nesse contexto, normas claras e objetivas, controles efetivos e monitoramento, envolvendo outras Unidades/Processos que impactam ou são impactados da Empresa, no que couber e convir à SUPGL.

Formas de Auditoria			
Relatório (nº e objeto)		Função / Órgão Auditado	Período
ACOMPANHAMENTO			
10	**GP-AC/0003/2014** Realizar auditoria no Subprocesso Operacionalizar Condições de Trabalho e Benefícios, verificando a eficiência e eficácia dos controles internos.	SUPGP	01/09/2014 a 19/12/2014

Achados	Causas	Ações de Melhorias
Procedimentos de Controle		
Participação financeira indevida do empregado no Vale-transporte, em algumas Regionais, em razão de reajuste salarial (ACT).	Deficiência nos controles relativos a participação financeira dos empregados no referido benefício.	Envio de Ocorrência nº 07, para conhecimento e providências do gestor. **Benefício Esperado:** Melhoria nos controles internos, possibilitando a correta participação financeira do empregado, quando das atualizações salariais.
Recebimento indevido de Vale-transporte, em função da previsão de realização de horas extras não realizadas.	Deficiências nos controles relativos ao pagamento do Vale-Transporte para empregado com previsão de realização de horas extras.	Envio de Ocorrência nº 01, para conhecimento e providências do gestor. **Benefício Esperado:** Melhoria nos controles internos de forma a evitar pagamentos indevidos.
Existência de participantes do Grupo II inadimplentes em relação ao pagamento da mensalidade do PAS-SERPRO (desde 2011) em desacordo com o Regulamento. Esse Regulamento define sobre a perda da condição de Beneficiário Titular e/ou dependente quando não efetuar o pagamento da participação financeira sob sua responsabilidade (60 dias consecutivos ou não).	Fragilidade nos controles e falta de ações padronizadas nas Regionais.	Envio de Ocorrência nº 05, para conhecimento e providências do gestor. **Benefício Esperado:** Manutenção da sustentabilidade do Plano de Saúde para os demais empregados.
O prazo para reembolso do valor integral de consultas e exames realizados pelos empregados, em locais em que o Plano de Saúde não possui cobertura, não foi atendido, conforme as regras definidas na Resolução ANS 259 (prazo de 30 dias)	Demora no recebimento das solicitações de reembolso pelos Órgãos Locais de Gestão de Pessoas.	Envio de Ocorrência nº 05, para conhecimento e providências do gestor. **Benefício Esperado:** Aprimoramento nos controles de forma a cumprir o prazo estabelecido pela ANS.
Filho de empregado registrado como dependente no Plano de Saúde, sem a comprovação necessária de que estava cursando ensino superior. Esse fato ocasionou descontos menores na participação financeira do empregado no referido Plano.	Falha nos controles internos com relação a condição de dependente no Plano de Saúde.	Envio de Ocorrências nº 08, para conhecimento e providências do gestor. **Benefício Esperado:** Melhoria nos controles internos, cobrança correta da participação financeira do empregado no Plano de Saúde.

Formas de Auditoria			
Relatório (nº e objeto)		Função / Órgão Auditado	Período
ACOMPANHAMENTO			
11	**GL-AC/0003/2014** Realizar auditoria no Processo Organizacional – Subprocesso "Operacionalizar Obras e Instalações", no tocante às atividades de "Gestão de Planos de Obras e Infraestrutura de Instalações", bem como de "Manutenção da Infraestrutura de Instalações".	SUPGL	01/09/2014 a 12/12/2014

Achados	Causas	Ações de Melhorias
Ambiente de Controle		
Ausência de mapeamento do subprocesso de Manutenção Preventiva e necessidade de adequação de normativo GL-017	Falta de visão sistêmica e falha formal na revisão dos normativos	Envio de Ocorrência 005 à SUPGL/GLGOI **Benefício Esperado:** Mapeamento do processo, procedimentos padronizados e normativos atualizados às necessidades.
Procedimentos de Controle		
Ausência de autuação de dossiês de pagamento, de assinaturas em documentos, de cumprimento de itens contratuais em Relatórios Técnicos e de Avaliações de Níveis de Serviço	Falha formal no acompanhamento da gestão contratual	- Envio de Ocorrência 001 à SUPGL/GLBSA/GLENG **Benefício Esperado:** Cumprimento das cláusulas contratuais e integridade das informações do processo.
Serviços sem evidências de execução, falta de cumprimento dos Acordos de Níveis de Serviço, retenção de ISS divergentes da planilha de custos da contratada e falta de relatórios que comprovem a execução dos serviços prestados	Falha formal no acompanhamento da gestão contratual e fornecedor não atendeu as cláusulas contratuais.	- Envio de Ocorrência 003 à SUPGL/GLSPO/GLENG **Benefício Esperado:** Cumprimento das cláusulas contratuais; integridade das informações do processo; disponibilidade dos ambientes críticos da Regional São Paulo e a continuidade dos negócios do Serpro; execução das manutenções conforme contrato.

Formas de Auditoria			
Relatório (nº e objeto)		Função / Órgão Auditado	Período
ACOMPANHAMENTO			
12	**GE-AC/0001/2014** Realizar auditoria no Processo Planejamento Estratégico, com enfoque no subprocesso Elaborar e Monitorar o Planejamento Estratégico, avaliando os indicadores definidos, bem como o cumprimento das metas estabelecidas.	COEEP	01/09/2014 a 19/12/2014

Achados	Causas	Ações de Melhorias
-	-	-

Formas de Auditoria			
Relatório (nº e objeto)		Função / Órgão Auditado	Período
ACOMPANHAMENTO			
13	**TI-AC/0005/2014** Realizar auditoria no Processo "Gestão de Ponto de Acesso", a fim de verificar a conformidade dos procedimentos executados e a eficácia dos controles internos adotados no processo.	SUPOP	01/09/2014 a 12/12/2014

Achados	Causas	Ações de Melhorias
Ambiente de Controle		
- Inexistência de mapeamento das atividades que compõem o Processo que trata a RDE no Oryx; - Regulamentação do Processo balizado por Norma já expirada.	Inobservância dos preceitos da Norma referente que institui o Modelo de Governança de Processos.	Encaminhada a Ocorrência nº 002 à SUPOP/OPGPS/OPGCP **Benefícios esperados:** a) Mapeamento do processo, segundo as diretrizes propostas pelo MGOP; b) Atualização do Normativo, permitindo a correta internalização do Processo, segundo as diretrizes adotadas na Empresa; c) Coesão entre o mapeamento do processo objeto de auditoria e a íntegra das atividades exercidas pela área.

Procedimentos de Controle		
- Ausência de responsável técnico formalmente designado para manutenção, evolução e suporte dos sistemas Cadastro REPRO e RENNEX; - Ausência de documentação formal para os sistemas analisados; - Usuário e senha únicos por Regional, compartilhado pelos empregados daquela Regional (Cadastro REPRO); - Ausência de documentação relativa aos mecanismos de segurança aplicados.	- Inobservância do gestor quanto aos preceitos que tratam do desenvolvimento de Software, e dos mecanismos de segurança a ser implementados.	Encaminhada a Ocorrência nº 001, à SUPOP/OPGPS **Benefícios esperados:** a) Documentação completa dos sistemas de apoio; b) Formalização dos responsáveis técnicos pela manutenção e evolução dos sistemas de apoio.

Formas de Auditoria			
Relatório (nº e objeto)		Função / Órgão Auditado	Período
ACOMPANHAMENTO			
14	**TI-AC/0006/2014** Realizar auditoria no Processo "Gestão Integrada de Serviços", com ênfase nos subprocessos "Gerenciar Eventos" e "Gerenciar a Função Central de Serviço", a fim de verificar a conformidade dos procedimentos executados e a eficácia dos controles internos adotados nos subprocessos.	SUPGS	01/09/2014 a 12/12/2014

Achados	Causas	Ações de Melhorias
Procedimentos de controle		
Identificadas inconsistências e/ou divergências nas versões publicadas no ORYX e no PSGIS, questões que foram objeto de Ocorrência, sanadas no período desta designação.	Inobservância dos preceitos da Norma referente que institui o Modelo de Governança de Processos.	Encaminhada a Ocorrências nº 001 à SUPGS/GSCSS e 002 à SUPGS/GSGIE/GSIEM. **Benefícios esperados:** a) Mapeamento do processo, segundo as diretrizes propostas pelo MGOP; b) Coesão entre o mapeamento do processo objeto de auditoria e a íntegra das atividades exercidas pela área.

quadro A.2.2.3.5.c - achados de auditoria - especial

Formas de Auditoria				Envio de Relatório	
Relatório (nº e objeto)		Função / Órgão Auditado	Período	Conselho Fiscal / Mês	SAAI / quadrimestre
ESPECIAL				Dezembro / 2014	3º Quadrimestre
01	**PC-ES/0001/2014** Realizar de auditoria de gestão no SERPROS – Fundo Multipatrocinado.	SERPROS	01/09/2014 a 12/12/2014		

Achados	Causas	Ações de Melhorias	Situação Atual
Sem achados	-	-	-

2.2.3.6 Ganhos operacionais da estrutura organizacional de auditoria

A partir do exercício 2012, a AUDIG passou a fazer auditoria por processos e a planejar seus trabalhos de modo a avaliar conclusivamente a estrutura do controle interno. O conhecimento de cada processo, em detalhe, e a interação maior com os gestores passou a exigir da equipe e principalmente dos coordenadores um acompanhamento mais profundo em cada trabalho.

A Auditoria Interna do SERPRO está dividida em coordenações por áreas de gestão. Até o mês de Outubro/2014, porém, havia a Coordenação de Auditoria Logístico e Financeiro (COALF), com um coordenador, apenas, para duas áreas completamente distintas.

Desta forma, por meio da Decisão de Diretoria – OE-087/2014, a COALF foi desmembrada, resultando em uma Coordenação de Auditoria Logística (COALO) e outra de Gestão Orçamentária e Financeira (COAFI).

Tal mudança trouxe celeridade na condução dos processos de auditoria das duas áreas de gestão e também maior aprofundamento nos temas por parte dos coordenadores, visto que estes passaram a se empenhar integralmente na coordenação das auditorias de suas respectivas áreas.

Não houve, no exercício de 2014, reposicionamento da Auditoria Interna na estrutura da Empresa. A AUDIG continua vinculada ao Conselho Diretor do SERPRO.

2.2.3.7 Opinião do auditor interno sobre qualidade dos controles internos

No SERPRO, a condução do processo de planejamento, bem como o monitoramento da execução e análise do desempenho das metas empresariais são de responsabilidade da Coordenação de Escritório Estratégico de Projetos (COEEP).

Mediante designação GE-AC/0001/2014 a Auditoria Interna avaliou os controles internos relativos ao Processo de Planejamento Estratégico.

A Auditoria verificou que a estrutura que suporta o processo de Planejamento Estratégico, tais como Normas, Metodologia, Sistemas Internos e Pessoas envolvidas, está definida e formalizada, bem como suas informações disponíveis para acesso.

Ainda nesse contexto, destaca-se a COEEP como gestora do processo, cujas competências estão formalizadas no respectivo Documento de Atribuições e Competências – DAC.

Foi identificado pela Auditoria, por meio de informações da COEEP que, embora tenha havido remanejamento de pessoas mais qualificadas e uma melhoria no seu quantitativo, em comparação a 2013, ainda há carência de recursos humanos e treinamento no tocante às atividades de Planejamento Estratégico.

Quanto aos processos da COEEP, relacionados ao Planejamento Estratégico, não foi observada avaliação periódica dos controles internos para saber se esses estão sendo efetivos para garantir o atingimento dos objetivos dos processos. Tal avaliação contribui para a identificação da necessidade de implantação de novos controles, de aprimoramento dos já existentes e vinculação com os riscos inerentes.

Ainda com base nas informações apresentadas pela COEEP, no que se refere à análise de riscos, existe avaliação relacionada aos projetos que suportam os indicadores e metas, não se referindo, entretanto, ao Processo de Planejamento Estratégico como um todo.

A Auditoria verificou que a área dissemina, periodicamente, para todos os empregados, informações sobre o Planejamento Estratégico, no que se refere aos objetivos e indicadores definidos para o Ciclo, por meio dos instrumentos disponíveis na Empresa.

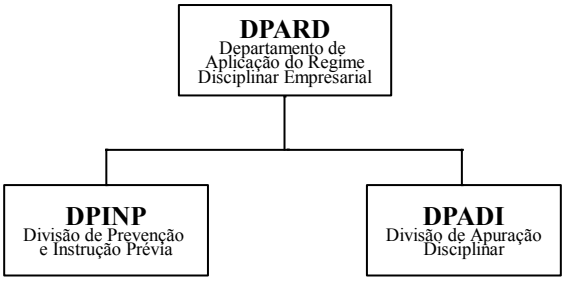
Disponibiliza, ainda, por meio do Painel Estratégico informações relativas à medição dos indicadores com análises periódicas por parte dos gestores responsáveis.

2.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO

O Departamento de Aplicação do Regime Disciplinar Empresarial (DPARD), vinculado ao Gabinete do Diretor-Presidente é a unidade responsável pela gestão dos processos disciplinares instituídos no âmbito do SERPRO.

Criado pela Decisão de Diretoria OE-005/2013, o DPARD é encarregado de monitorar e orientar a sua instauração, subsidiar a Diretoria da Empresa de informações tempestivas sobre a matéria e aos Conselhos, Diretor e Fiscal, bem como aos órgãos de controle, interno e externos, além de manter o controle e guarda do acervo documental referente ao tema.

A estrutura do DPARD é:



São atribuições do DPARD:

- Receber representações e denúncias encaminhadas pelos cidadãos, empregados, usuários, órgãos ou entidades, oriundas da Ouvidoria, da Comissão de Ética do SERPRO e de outros órgãos de governo com atribuições similares;

- Emitir juízo de admissibilidade quanto a pertinência de representações e de denúncias relativas à atuação de dirigentes e empregados do SERPRO;

- Solicitar, quando necessário, parecer jurídico e/ou laudo técnico, considerando a complexidade da representação ou denúncia, visando subsidiar a análise da admissibilidade;

- Recomendar a instauração, de ofício ou por determinação superior, de procedimentos disciplinares junto ao titular da Unidade Organizacional envolvida no processo;

- Orientar as atividades das comissões disciplinares (processos de sindicância, processos administrativos disciplinares) no âmbito do SERPRO, quanto ao cumprimento dos preceitos normativos e legais pertinentes;

- Requisitar diligências, informações, processos e documentos, referentes aos processos de sindicância ou processo administrativo disciplinar, instituídos no âmbito do SERPRO;

- Acompanhar o andamento dos expedientes, referentes a processos disciplinares, em curso junto aos órgãos de controle interno e externo.

Em função da Decisão de Diretoria OE-019/2014, referente ao tema "conflito de interesses", o DPARD é responsável por:

- efetuar análise preliminar acerca da existência ou não de potencial conflito de interesses nas consultas que lhe forem submetidas;

- efetuar análise do pedido de autorização para o execício da atividade privada, que lhe for submetida;

- participar de campanhas institucionais sobre como prevenir ou impedir o possível conflito de interesses e como resguardar informação privilegiada, de acordo com as normas, procedimentos e mecanismos estabelecidos pelo SERPRO e pela CGU; e

- solicitar, quando necessário, informações e esclarecimentos à Superintendência de Pessoas, ou se for o caso, às outras Unidades.

Devido à Resolução OE-014/2014, referente ao monitoramento da Lei de Acesso a Informações no âmbito do SERPRO, o DPARD é responsável por:

- assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei;

- monitorar a implementação do disposto na Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

- recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto na Lei; e

- orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto na Lei e seus regulamentos.

2.3.1 Base normativa e legal

A execução das atividades do DPARD se pauta nos seguintes regramentos:

- Norma OE-005, de 01/08/2012, que determina o Regime Disciplinar e rege a apuração de responsabilidades e aplicação de penalidades;
- Regimento de Administração de Recursos Humanos RARH;
- Plano de Gestão de Carreiras do SERPRO – PGCS;
- Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- Lei nº 9.784/99, que regulamenta o Processo Administrativo Federal;
- princípios e normas do Código Penal e do Código do Processo Penal;
- Código Civil e Código do Processo Civil;
- orientações emanadas pela Controladoria Geral da União (CGU); e
- jurisprudência e princípios gerais do direito.

2.3.2 Resultados das atividades

As atividades desempenhadas pelo DPARD, em 2014, apresentaram os seguintes resultados:

2.3.2.1 Análise de admissibilidade

Em 2014 foram realizados 13 procedimentos de análise de admissibilidade, os quais geraram 5 processos de sindicância, 7 processos administrativos disciplinares e uma não caraterizou a necessidade de instauração de procedimentos investigativos ou apuratórios.

O Departamento teve participação efetiva na composição de duas sindicâncias.

2.3.2.2 Acompanhamento de processos

Em 2014 foram encerrados 4 processos disciplinares (uma sindicância e três PAD), sendo um PAD referente ao exercício de 2012. Esses processos resultaram em duas demissões, uma suspensão e um arquivamento.

Dos processos disciplinares, Sindicâncias e PAD, instaurados no período de 2012 a 2014, encontravam-se em andamento, ao final de 2014, 7 processos administrativos disciplinares e 5 processos de sindicância. Desses, uma sindicância e dois PAD, devido à sua complexidade, aguardavam análise de forense computacional.

2.3.3 Atendimento de demandas externas

As demandas oriundas de órgãos externos foram tratadas, conforme relação de ofícios a seguir:

quadro A.2.3.3 - demandas externas atendidas

Demanda		Resposta	
Documento Recebido	**Data**	**Ofício Expedido**	**Data**
Ofício nº 02/2014/CGU-PR	02/01/14	DP/GABDP/DPARD-001257/2014	14/01/14
Ofício nº 467/PR-SP	07/01/14	DP/GABDP/DPARD-002530/2014	29/01/14
Ofício nº 5050/2014/CGU-PR	25/02/14	DP/GABDP/DPARD-006555/2014	07/03/14
Ofício nº 0267/2014 DEAIN/SR/DPF/RJ	08/02/14	DP/GABDP/DPARD-007252/2014	13/03/14
Ofício nº 3607/2014 – PR/SP	07/03/14	DP/GABDP/DPARD-009565/2014	02/04/14
Ofício nº 7237/2014 – CGU/PR	25/03/14	DP/GABDP/DPARD-010151/2014	07/04/14
Ofício nº 5917/2014 – PR/SP	08/04/14	DP/GABDP/DPARD-012329/2014	29/04/14
Ofício MPF/PR/RJ/GAB/ATC nº 5.493/2014	24/04/14	DP/GABDP/DPARD-013810/2014	12/05/14
Ofício PRM/JOA/RJ nº 334/2014	06/05/14	DP/GABDP/DPARD-015172/2014	23/05/14
Ofício 3ª. Vara JF/SP – S/N Processo nº 0010203-73.2006.403.6181	03/06/14	DP/GABDP/DPARD-017167/2014	09/06/14
Ofício nº 0267/2014/SPOA/SE/MF-DF	05/06/14	DP/GABDP/DPARD-017464/2014	11/06/14
Ofício nº 10890/2014 – CGINT/DIACI/STPC/CGU-PR	30/04/14	DP/GABDP/DPARD-013255/2014	07/05/14
Ofício nº 10893/2014 – CGINT/DIACI/STPC/CGU-PR	30/04/14	DP/GABDP/DPARD-013265/2014	07/05/14
Ofício nº 10891/2014 – CGINT/DIACI/STPC/CGU-PR	30/04/14	DP/GABDP/DPARD/DPINP-013261/2014	07/05/14
Ofício nº 16.158/2014, DIACI/STPC/CGU-PR	27/06/14	GABDP/DPARD/DPINP-019181/2014	02/07/14
Ofício nº 8449/2014, MPF/PR-RJ/RCL	27/06/14	GABDP/DPARD/DPINP-019934/2014	09/07/14
Ofício nº 029/2014/DFAI/CG/DPRF/MJ	23/09/14	DP/GABDP/DPARD-030192/2014	29/09/14
Ofício nº 469/2014 – Escor08	10/11/14	GABDP/DPARD/DPADI-036413/2014	19/11/14

2.3.4 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O SERPRO aplica os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria Ministerial nº 1.043, de 24 de julho de 2007, que trata da inclusão de dados referentes às ações disciplinares instituídas, desde 2008, pelos órgãos vinculados ao Sistema de Correição do Poder Executivo Federal no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria Geral da União (CGU-PAD).

No exercício de 2014, foram efetuados, dentre processos de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, 13 registros no sistema CGU-PAD. Atualmente encontram-se registrados no referido sistema 124 processos disciplinares relativos ao período de 2008 a 2014.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

quadro A.2.4 – avaliação do sistema de controles internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

Análise crítica e comentários relevantes:

As respostas a este item refletem a percepção do Departamento de Gestão do Controle Interno sobre os aspectos questionados, levando em consideração a percepção da Alta Direção sobre tais questões em exercícios anteriores.

Considerando a escala de valores definida pelo TCU para este item, a avaliação realizada para o exercício de 2014 resultou em valores idênticos aos apresentados para o exercício de 2013, sem alteração que se considere significativa.

Escala de valores da Avaliação:
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

2.5 Remuneração Paga a Administradores

2.5.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria e dos Conselhos

A remuneração de diretores e conselheiros obedece às determinações da Constituição Federal (art.37, inciso XIII) e dos Decreto-Lei 2.355/87 (art.3º), Decreto 3.735 /01 (art. 1º, inciso III), Portaria MP 250/05 (art. 1º), Decreto nº 7.675/12 (Anexo I, art. 6º, inciso IV, alínea "h"), Lei 6.404/76 (art. 152) e Lei 9.292/96 (art. 1º).

Na prática, a remuneração da atividade laboral dos membros da Diretoria e dos Conselhos corresponde ao próprio cargo efetivo. Assim, cargos iguais estão associados a um mesmo nível hierárquico, a responsabilidades idênticas, a decisões colegiadas e a uma mesma remuneração.

O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) fixa a remuneração completa dos diretores das estatais, ouvido o Ministério Supervisor. Ressalvado o disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.355/87, não pode haver qualquer vinculação da remuneração dos diretores, assim como respectivos benefícios, àquela percebida pelos empregados do SERPRO ou do órgão de origem do dirigente. Assim, é vedado o repasse de quaisquer benefícios que, eventualmente, sejam concedidos aos empregados da Empresa ao formalizar ACT em sua respectiva data-base.

Os conselheiros recebem 10% da remuneração média dos diretores, conforme determinações das Leis 9.292/96 e 6.404/76. Não lhes é permitido receber Remuneração Variável dos Administradores (RVA). A remuneração é composta por honorários e 13º salário.

A remuneração de diretores e conselheiros é composta por até 12 honorários mensais e uma gratificação natalina. Os diretores têm direito a 1/3 de remuneração a título de férias.

O resultado da avaliação de desempenho de cada dirigente não interfere na composição de sua respectiva remuneração.

O quadro, a seguir, demonstra a proporção da composição da remuneração de diretores e conselheiros:

quadro A.2.5.1 – proporcionalidade da remuneração de diretores e conselheiros

Item de Remuneração	Diretor	Conselheiro
Honorários mensais (12 por exercício)	90,0%	92,3%
Gratificação Natalina (1 por exercício)	7,5%	7,7%
1/3 de férias (1 por exercício)	2,5%	-
TOTAL	100,0%	100,0%

fonte: SUPGP

O reajuste da remuneração é limitado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado para período dos 12 meses precedentes. Em 2014, o índice de reajuste aplicado sobre a remuneração de diretores e conselheiros foi de 6,15%, apurado para o período de 04/2013 a 03/2014, conforme determinação do DEST.

2.5.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

quadro A.2.5.2 – remuneração dos conselhos de administração e fiscal valores em R$ 1,00

Conselho de Administração															
NOME DO CONSELHEIRO	Período de Exercício		Remuneração												
	INÍCIO	FIM	JAN/14	FEV/14	MAR/14	ABR/14	MAI/14	JUN/14	JUL/14	AGO/14	SET/14	OUT/14	NOV/14	DEZ/14	TOTAL
Marcos Vinicius Ferreira Mazoni			3.159,51	3.159,51	2.069,67	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	4.713,99	3.353,82	38.573,07
Alexandre Ribeiro Motta			3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.353,82	3.353,82	4.519,68	39.662,91
Raimundo Jose Rodrigues da Silva			3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.353,82	3.353,82	4.519,68	39.662,91
Paulo de Tarso Cancela Campolina de Oliveira		24/07/14	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	2.446,07					733,36	22.136,49
Ilan Bruno Guimarães de Souza		15/09/14	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	1.579,55			1.068,91	27.924,54
Nazaré Lopes Bretas		24/04/14	3.159,51	3.159,51	3.159,51	2.527,60								155,45	12.161,58
Nerylson Lima da Silva	28/07/14									3.567,19	3.159,51	3.353,82	3.353,82	3.767,51	17.201,85
Loreni Fracasso Foresti	28/04/14						3.475,46	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.353,82	3.353,82	4.344,80	27.165,94
Ernani César e Silva Cabral	29/09/14											3.577,40	3.353,82	3.577,40	10.508,62
															234.997,91

Conselho Fiscal															
NOME DO CONSELHEIRO	Período de Exercício		Remuneração												
	INÍCIO	FIM	JAN/14	FEV/14	MAR/14	ABR/14	MAI/14	JUN/14	JUL/14	AGO/14	SET/14	OUT/14	NOV/14	DEZ/14	TOTAL
Priscila de Souza Cavalcante de Castro			3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.353,82	3.353,82	4.519,68	39.662,91
Carlos Oswaldo Botelho Gadelha Filho (S)												3.353,82	3.353,82		6.707,64
Nina Maria Arcela			3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.353,82	3.353,82	4.519,68	39.662,91
Maria D'arc Lopes Beserra (S)															-
Clicio Luiz da Costa Vieira			3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.159,51	3.353,82	3.353,82	4.519,68	39.662,91
Stela Maris Monteiro Simão (S)															-
															125.696,37

Fonte: *Departamento das Relações do Trabalho – GPRET*

No quadro acima, datas em branco significam “01/01/14” para início e “31/12/14” para fim. Os valores correspondem ao período de exercício de cada conselheiro. Os conselheiros substitutos estão indicados com (S) após o respectivo nome.

Para o Conselho de Administração, houve pagamento, em dezembro, de retroativo (abril a setembro) conforme nova remuneração aprovada de R$ 3.353,82, exceto para o Conselheiro Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, cujo retroativo (abril a outubro) foi pago em novembro.

No caso do Conselho Fiscal, ocorreu, em dezembro, pagamento de retroativo (abril a setembro) conforme nova remuneração aprovada de R$ 3.353,82. Em outubro e novembro, Carlos Oswaldo Gadelha Filho substituiu o titular.

2.5.2.1 Demonstrativo sintético da remuneração dos Conselhos

quadro A.2.5.2.1 – síntese da remuneração dos conselhos valores em R$ 1,00

Remuneração Conselho			
Conselho Fiscal			
	2012	**2013**	**2014**
Número de Membros	5	6	6
I – Remuneração Fixa	-	-	-
II – Salário ou Pró labore	88.648,89	131.297,68	125.696,37
III – Total da Remuneração	**88.648,89**	**131.297,68**	**125.696,37**
Conselho Diretor			
	2012	**2013**	**2014**
Número de Membros	8	10	9
I – Remuneração Fixa	-	-	-
II – Salário ou Pró labore	179.032,34	220.770,47	234.997,91
III – Total da Remuneração	**179.032,34**	**220.770,47**	**234.997,91**

Fonte: Departamento das Relações do Trabalho (GPRET).

2.5.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

quadro A.2.5.3 – síntese da remuneração dos administradores valores em R$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: (Diretoria Estatutária ou Conselho de Administração ou Conselho Fiscal)			
Remuneração dos Membros	**EXERCÍCIO**		
	2014	**2013**	**2012**
Número de membros:	7	7	**7**
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	2.971.965,77	2.544.946,41	2.407.754,78
a) salário ou pró-labore	2.826.341,78	2.411.971,35	2.269.764,48
b) benefícios diretos e indiretos	59.223,99*	47.775,06	51.783,30
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros	86.400,00**	85.200,00	86.000,00
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))	-	-	-
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	-	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	**2.971.965,77**	**2.544.946,41**	**2.407.754,78**
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-

Fonte: Departamento das Relações do Trabalho – GPRET
No decorrer de 2014, permaneceram 7 diretores em atuação.
*Os valores considerados são referentes a Auxílio Alimentação.
**Os valores se referem ao Auxílio Moradia pago a 4 diretores.

3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO

O SERPRO possui os seguintes canais de relacionamento com clientes e cidadãos, disponíveis por meio do portal institucional www.serpro.gov.br:

- Acesso à Informação
  https://www.serpro.gov.br/sobre/lei-de-acesso-a-informacao-1/acesso-a-informacao

- Central de Serviços SERPRO
  https://www.serpro.gov.br/central-de-servicos-serpro/acionamento-p-clientes

- Fale Conosco
  https://www.serpro.gov.br/contato

O Acesso à Informação reúne dados do SERPRO que são de interesse coletivo ou geral com o objetivo de facilitar o acesso, conforme determina a Lei 12.527. São tratados, principalmente, assuntos relativos a questões institucionais, ações e programas, auditorias, licitações e contratos, convênios, despesas e servidores, dentre outros.

A página do Acesso à Informação contempla a publicação de relatórios referentes ao trabalho da equipe de atendimento à Lei de Acesso a Informação (LAI) na Empresa.

A Central de Serviços SERPRO (CSS) é o ponto único de contato dentro do ambiente de tecnologia da informação disponibilizado para os clientes e usuários dos produtos e serviços SERPRO. Agrega os componentes necessários à percepção e satisfação em relação aos serviços prestados.

O Fale Conosco é uma área de recepção e seleção do atendimento a ser feito. As comunicações que chegam por esse formulário do SERPRO são recebidos no endereço eletrônico serpro@serpro.gov.br. Os assuntos relacionados aos sistemas e serviços transformam-se em acionamentos na CSS. Os demais conteúdos são encaminhados para as respectivas áreas de envolvimento com o assunto.

3.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A maior parte dos serviços prestados pelo SERPRO destina-se a prover serviços a instituições públicas que, por sua vez, prestam serviços ao cidadão. Neste contexto, a Carta de Serviço ao Cidadão foi elaborada e publicada em junho de 2012, contendo o pequeno rol de serviços passíveis de serem solicitados ao SERPRO por qualquer cidadão, descrevendo o compromisso da empresa com o atendimento cordial, eficiente e qualificado, quais são os canais de atendimento, qual é e como é prestado esse serviço direto ao cidadão-usuário.

A divulgação da Carta de Serviço ao Cidadão se dá por meio do portal institucional, acessível pelo endereço https://www.serpro.gov.br/sobre/lei-de-acesso-a-informacao-1/acoes-e-programas/arquivos/carta-de-servicos.

3.3 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A cada vez que um acionamento é resolvido pela equipe da CSS, uma notificação é encaminhada, automaticamente, ao demandante com informações da solução apresentada.

Por meio desta notificação, o usuário poderá reabrir o acionamento se não concordar com a solução apresentada ou, ainda, avaliar o atendimento expressando sua opinião sobre o serviço realizado.

3.4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

As informações referentes ao Serpro, consideradas úteis à sociedade, contribuem para a transparência da gestão e podem ser obtidas no portal da empresa nos seguintes endereços:

- https://www.serpro.gov.br/sobre/transparencia
- https://www.serpro.gov.br/sobre/lei-de-acesso-a-informacao-1/acesso-a-informacao
- https://www.serpro.gov.br/noticias/

3.5 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA UNIDADE JURISDICIONADA

O único serviço prestado pelo Serpro diretamente ao cidadão é a certificação digital. O único caminho para obtê-la leva, obrigatoriamente, o usuário a utilizar os serviços da CSS para agendar data e hora de seu atendimento.

Tão logo o atendimento solicitado seja equacionado pela Autoridade de Registro, a CSS emite uma notificação que permite ao usuário avaliar o serviço prestado.

Para o exercício de 2014, a avaliação dos serviços prestados ao cidadão se apresenta contextualizada junto aos demais serviços prestados via CSS, sendo possível, a partir dos dados armazenados, realizar avaliação específica.

3.6 MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE

As medidas adotadas pelo SERPRO em cumprimento às normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, compõem o quadro a seguir:

quadro A.3.6 - acessibilidade – portadores de necessidades especiais

Itens das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.	SEDE	BSA	BLM	FOR	RCE	SDR	BHE	SPO SOCORRO	SPO LUZ	RIO HORTO	RIO ANDARAI	CTA	PAE	FNS
- Sinalização – Simbolo Internacional de Acesso	SIM	SIM	SIM-1	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
- Rampa de Acesso c/área de descanso	SIM	SIM *	SIM	NÃO	N/A	NÃO	SIM	N/A	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
- Guias de balizamento	NÃO	SIM *	SIM-1	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
- Área de Circulação com superficie regular, firme, estável e antiderrapante	SIM	SIM *	SIM	SIM	SIM	SIM *1	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
- Faixas de Piso	NÃO	SIM *	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
- Área de Circulação sem barreiras e obstáculos	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
- Portas com vão minimo 0,80cm a 1,50m	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM *2	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
- Portas de Correr com trilhos/guias inferiores que não se projetem da superficie do piso	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
- Piso Pododátilo área externa	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
- Elevador adaptado para portadores de necessidades especiais (barra horizontal / botões em Braille)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM *3	SIM	SIM *	SIM *	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
- Estacionamento – vaga para veículos dirigidos por pessoas portadoras de deficiência.	SIM	-SIM	SIM-2	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
- Estacionamento – vaga estar ligada a circulação adequada, por meio de rebaixamento de guias e rampas, ter piso nivelado, firme e estável	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
- Estacionamento – vaga estar localizada o mais próximo possível do acesso a Empresa livre de barreira e obstáculos	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
- Estacionamento – vaga ser sinalizada com o Simbolo Internacional de Acesso.	SIM	SIM	SIM-2	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
- Sanitários - controles / comandos e puxadores – todos os comandos dos aparelhos devem estar dentro da altura da acessibilidade.	SIM	SIM	SIM-1	SIM	SIM	SIM *2	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM
- Sanitários – poltronas, cadeiras e bancos – devem ser providos de encosto e ter altura um pouco menor do que o assento da cadeira de rodas.	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
- Sanitários - Armários instalados deixando o espaço abaixo livre de qualquer obstaculo	SIM	SIM	NÃO	NÃO	N/A	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
- Sanitários - Barras de apoio (fixas e retrateis) e Barra sanitária (apoio e transferência), barras horizontais na lateral e no fundo	SIM	SIM	SIM-1	SIM	SIM	SIM *2	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
- Sanitários - Vaso instalado na parede de menor dimensão	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM *2	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM
- Sanitários – Lavatório com aproximação frontal, suspenso sem coluna ou gabinete de sustentação	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM *2	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
- Áreas externas – Jardins, evitar plantas, venenosas, com espinhos, trepadeiras, rasteiras e plantas com raízes que posam danificar o pavimento	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	N/A	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO

LEGENDA:

Brasilia

S* - Atendimento com restrições

Salvador

*1 - Internamente está atendido porém, externamente, não atende

*2 - Os sanitários do 1º pavimento ainda não estão adequados

*3 – Não temos barra horizontal

N/A – não se aplica

Curitiba

- Piso Tátil em Processo de Aquisição

São Paulo

* - Falta Barra Horizontal

Belém

1 – existe, mas está incompleto

2 – existe o estacionamento, mas falta fazer a pintura do símbolo

4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO E O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE ATUAÇÃO

O SERPRO foi criado no dia 1º de dezembro de 1964, pela Lei nº 4.516, com o objetivo de modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da Administração Pública Brasileira. A Empresa, que tem por negócio a prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicações para o setor público, é considerada uma das maiores organizações públicas de TI no mundo.

A lei estabelece o mercado de atuação como sendo os órgãos da administração direta do governo federal, com prioridade de atendimento ao Ministério da Fazenda (MF) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

O mercado tem apresentado uma evolução no seu comportamento, impulsionado pela atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MPOG), no que diz respeito à regulamentação, normatização e fiscalização do planejamento e contratação de serviços de TI. Essas providências visam padronizar procedimentos nos órgãos da Administração Pública Federal, para obter resultados de aprimoramento dos processos, racionalização e redução de custos.

A demanda por serviços de TI neste mercado é crescente, com grande ênfase na produção, no desenvolvimento e integração de soluções inovadoras. Ressalta-se, no entanto, que medidas de contenção de custos, eventualmente adotadas em nível de governo, tendem a afetar tanto a oferta como a demanda destes serviços.

4.2 PRINCIPAIS EMPRESAS QUE ATUAM OFERTANDO PRODUTOS E SERVIÇOS SIMILARES

Considerando o âmbito de atuação do SERPRO, com foco na esfera governamental, as principais empresas estatais que atuam ofertando serviços similares são: DATAPREV, TELEBRAS e DATASUS. Além das empresas estatais, diversas empresas da iniciativa privada ofertam soluções específicas para alguns segmentos no governo.

4.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS OFERTADOS EM RELAÇÃO AO AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O SERPRO oferta solucões de TI para o Governo Federal, em especial voltadas a desenvolver e produzir sistemas estruturantes e estruturadores.

Durante o exercício de 2014, os serviços ofertados pelo SERPRO estiveram organizados em 11 linhas de negócios, conforme publicados no Catálogo de Serviços de TI e resumidos no quadro a seguir:

quadro A.4.3 – linhas de negócios

Linha de Negócio	Descrição
Administração de Correio Eletrônico	Disponibilização, administração e operação de soluções e serviços de correio eletrônico Microsoft Exchange e Expresso (baseado em software livre) além de prestação de consultoria na solução de correio eletrônico Expresso, compreendendo: • funcionalidades e formas de acesso características de cada solução de correio; • autenticação dos usuários; • armazenamento das caixas postais, e-mails, agendamentos e contatos; • administração do ambiente, das bases de contas e dos dados dos usuários; • segurança do ambiente e serviços, contemplando controles de acesso físicos e lógicos e filtros contra malwares e spams; • integração com soluções de correio externas, permitindo a troca de e-mails com soluções de correio disponível em outros domínios; • cópia de segurança (backup) dos dados armazenados na solução de correio; e • monitoração dos serviços e ambientes operacionais.
Administração de Rede Local	Disponibilização de processos e procedimentos de Administração de Ambientes TI dos clientes, com base nas práticas do ITIL adotadas pelo Processo SERPRO de Gerenciamento Integrado de Serviços (PSGIS), conforme Modelo de Gestão Unificado (MGU). Execução de procedimentos essenciais para garantir disponibilidade e desempenho do ambiente operacional de Rede Local do SERPRO e de seus Clientes. Utilização de Modelo de Gestão de Ambientes Descentralizados (MGAD), que define um conjunto de procedimentos que direcionam a sistematização dos processos de gestão do ambiente de TI dos clientes. Envolve aspectos de segurança, configuração de hardware e software, acordos de níveis de serviço e planos de contingência definidos em conjunto com os clientes para obter produto coerente com a sua realidade.
Central de Serviços	Disponibilização da Central de Serviços SERPRO (CSS) como canal único de comunicação da empresa com seus clientes e a comunidade de usuários que utiliza os serviços e produtos disponibilizados aos diversos segmentos do setor público e privado. É um canal aberto para receber, registrar, encaminhar e monitorar os acionamentos registrados, interagindo com os Processos Corporativos de Gerenciamento de Incidentes, Requisições de Serviços e Mudanças. Estruturada para interagir com equipes de especialistas responsáveis por solucionar questões não resolvidas no primeiro momento de contato com usuários. Monitora acionamentos, atuando como instrumento de Controle de Qualidade para atendimento de prazos acordados e da satisfação dos usuários. Está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, com atendimento em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Belém e Porto Alegre, sem interrupção dos serviços.
Centro de Dados	Disponibilização da infraestrutura dos Centros de Dados do SERPRO, descentralizados e interligados por rede de alta velocidade, oferecendo serviços para atender às expectativas e necessidades dos clientes, com altos níveis de qualidade e valor agregado, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana. Constante busca de inovação para adequação a modelos e tendências de mercado e para criar infraestrutura apropriada a integração de soluções, com altos níveis de segurança, disponibilidade e desempenho. Para garantir altos níveis de serviço e integridade, os ambientes operacionais estão instalados em salas-cofre que possuem recursos avançados de energia, refrigeração e redundância. O SERPRO possui três Centros de Dados, localizados em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, abrangendo dois servidores mainframe com capacidade nominal de 29.095 milhões de instruções por segundo (MIPS), mais de 3.200 servidores de plataforma baixa (RISC e CISC) sob sistemas operacionais Windows, Unix e Linux, além de sete salas-cofre, sendo seis delas com unidades robóticas. Utilização de tecnologias para contingência de recursos alocados aos serviços de missão crítica, balanceamento de carga como instrumento de gestão de alta disponibilidade e desempenho, redundância e contingência de ambientes de gerenciamento (tecnologias de hardware e software), espelhamento de dados, automação de processos de produção, monitoração e gerenciamento. É utilizado *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL) para aperfeiçoar práticas e processos de forma confiável e consistente. Disponibilização de serviços de Hospedagem de Aplicações (plataformas baixa e mainframe), DataWharehouse (DW), Armazenamento de Dados, Hospedagem de Servidores com Operação Assistida, Colocation e Infraestrutura como Serviço (IaaS).

Linha de Negócio	Descrição
Certificação Digital	Emissão, distribuição, renovação, revogação e gerenciamento de certificados digitais, subordinados a hierarquia da ICP-Brasil, provido pelo Centro de Certificação Digital do SERPRO (CCD), por meio da prestação de serviços que asseguram autenticidade e não repúdio da identidade digital do usuário, seja ele pessoa física ou jurídica, equipamento, aplicação ou outra autoridade certificadora, protegida por criptografia forte para envio e acesso a informações de forma privada. O Certificado Digital é o documento eletrônico que possibilita a troca de informações entre duas partes dentro de padrões internacionais de segurança, com a garantia da identidade do emissor, da integridade da mensagem e, opcionalmente, de sua confidencialidade. A Autoridade Certificadora do SERPRO (AC-SERPRO) foi a primeira autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Servidores localizados em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, hospedam as Autoridades Certificadoras da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), da Justiça, da Presidência da República (PR), da Empresa de Processamento de Dados do Rio de Janeiro (PRODERJ) e da Casa da Moeda do Brasil (CMB). O SERPRO mantém Autoridade de Registro em todas as capitais do país. Alcança outros 150 municípios brasileiros, por meio de serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).
Consultoria	Disponibilização de serviços de apoio a governança e gerenciamento de recursos de TIC, com base em profundo conhecimento da Administração Pública Federal de seus especialistas com experiência e qualificação nos variados segmentos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), agregando a experiência da gestão de seus próprios processos, reconhecidos em nível nacional e internacional. Os principais segmentos de atuação do SERPRO nessa linha de negócios são: • Segurança da Informação; • Gestão de Projetos; • Perícia Forense; • Métricas de Software; • Interoperabilidade; e • Projetos de Rede Software Livre (Local e Longa Distância).
Desenvolvimento de Aplicações	Disponibilização de expertise em desenvolvimento de soluções para Governo, incluindo integração de dados e de processos no âmbito da Administração Pública Federal, viabilização de automação de processos de tratamento e recepção de documentos via internet, em apoio ao Estado no aumento da eficiência de atendimento à sociedade e da universalização da oferta de serviços públicos por meio eletrônico. Os sistemas são desenvolvidos em 11 pólos de desenvolvimento, para as plataformas Mainframe, Web, Data Warehouse (DW), Sites, GED/Workflow, Business Inteligence (BI), Geoprocessamento e Mobile. Os serviços disponíveis abrangem aplicações para mainframe, aplicações para desktop, BI, DW, aplicações de mobilidade (*mobile)*, georreferenciamento, aplicações para Internet/Intranet, elicitação e documentação de requisitos de software, elaboração de documento de visão de sistema e projetos de software, análise de viabilidade e impacto para o desenvolvimento de software, desenvolvimento de portais e páginas eletrônicas (*sites*) e design de interface de soluções.
Educação a Distância	Disponibilização de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para viabilizar mediação didático-pedagógica entre estudantes e professores nos processos de ensino e aprendizagem de atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Os serviços da Escola Virtual utilizam o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle, desenvolvido em software livre, possibilita a inclusão de funcionalidades adicionais, requeridas ou necessárias, para atender às especificidades de cada cliente ou programa de aprendizagem. Abrange as etapas do desenvolvimento de soluções educacionais, com reuniões técnicas entre demandantes e equipes multidisciplinares, planejamento educacional, estruturação de conteúdos, estratégias de aprendizagem e fases de adequação de conteúdos, programação multimídia, homologação e oferta. Aborda a execução em produção das ações educacionais, auxiliando alunos e tutores, atendendo clientes com suporte avançado e efetuando coleta de dados para relatórios ao final de cada turma. O portfólio dispõe de mais de 100 cursos desenvolvidos para pronta utilização dos clientes em diversos campos do conhecimento, voltados para Administração Pública.

Linha de Negócio	Descrição
Entrada e Saída de Dados	Disponibilização de processo de captura de dados e informações e geração de mídias diversas, englobando: • digitalização de documentos; • processo eletrônico de captura de dados e disponibilização de imagens; • digitação de dados, tratamento de documentos recebidos de clientes em papel; • impressão eletrônica/laser em equipamentos de grande porte de arquivos em formatos mais utilizados pelo mercado (PDF, PostScript, PCL,PDL e FDL); • processo *Computer Output to Laser Disk* (COLD), com procedimentos de tratamento de dados para posterior gravação em mídias diversas, para transmissão via TCS (Tempus Connectivity Solutions) e para recepção/transmissão via rede corporativa; • indexação de Imagens por Digitação, para formação de pastas e lotes para digitação dos dados, seguida da transferência ou gravação em mídia, conforme solicitar o cliente; e • envelopamento Manual, para acondicionar documentos em envelopes personalizados.
Rede de Comunicação e Serviços Multimídia	Disponibilização de infraestrutura de redes e serviços para viabilizar a comunicação de dados, voz ou imagem, para transmissão e disponibilização de informações, de forma a permitir ao usuário, cliente ou cidadão, acessar os serviços processados pelo SERPRO para o Governo Federal, compreendendo: • administração de redes de longa distância, permeando várias tecnologias existentes no mercado, para conectividade e acesso ao ambiente de rede de longa distância, com gerenciamento em nível nacional visando integridade, segurança e confiabilidade da transmissão das informações; • Infovia, abrangendo infraestrutura de rede óptica, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), destinada a interligar órgãos da Administração Pública Federal (APF), em Brasília, bem como órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF). A infraestrutura viabiliza acesso à internet e às ZDM de publicação, através de criação de VLAN específicas para esse fim, com a distribuição de endereços IP públicos e fornecendo a banda internet necessária ao cliente; • Videoconferência, para transmissão de sinais de áudio (voz) e vídeo (imagem) em modalidade bidirecional, capaz de promover a interatividade em tempo real e o compartilhamento de recursos de mídia para apresentações institucionais, proporcionando o ambiente ideal para aumentar a cooperação e a produtividade de grupos de trabalhos geograficamente dispersos. • Webconferência, baseado em soluções de código aberto, permite a realização de conferências, reuniões, apresentações e cursos remotamente, através da própria estação de trabalho do usuário. Viabiliza apresentação de slides, compartilhamento da área de trabalho e gravação de reuniões; • Acesso Remoto VPN, com tecnologia *Virtual Private Network* (VPN) sobre camada *Secure Sockets Layer* (SSL) e algoritmo AES. Permite acesso remoto seguro a serviços localizados na intranet do cliente, através da internet. Possibilita auditoria de acesso, porque utiliza certificado digital para autenticação. Implementa tecnologia de chaves públicas assimétricas de pelo menos 1024-bits, garantindo integridade, confidencialidade, autenticidade e não-repúdio dos dados. • Publicação internet, consistindo na entrega de banda de publicação para disponibilização de conteúdo na web com acesso a qualquer cidadão conectado à internet ou provimento de acesso internet para clientes cuja a rede local NÃO se conecte ao SERPRO.
Segurança da Informação	Disponibilização de serviços para ampliar o nível de segurança da informação, com base em metodologia de atuação, certificações específicas, atendimento a determinações governamentais, adequados meios para prestação de serviços em nível de excelência, compreendendo: • Serviço de Inspeção Profunda de Tráfego (SIPT), para proteção a sítio (site) contra ataques de negação de serviço distribuídos (DDoS), uso de protocolos TCP/IP de forma indevida e detecção de utilização de banda fora dos limites esperados. • Filtro de conteúdo, permite monitorar e gerenciar o acesso às URL da internet , para identificar conteúdos inapropriados e/ou ofensivos e impedir sua utilização em ferramenta de trabalho. • Firewall, para proteção de aplicações de cliente, redes, hosts, criação de ZDM, além de controle e auditoria do tráfego estabelecido com esses ativos, utilizando regras para permissão e bloqueio. • Serviço de prevenção a intrusão (IPS/IDS) permite monitorar, detectar e bloquear ataques direcionados à rede do cliente. Acompanha o trafego passante, comparando com padrões conhecidos de ataque, definidos pelos fabricantes de equipamentos e por equipes do SERPRO.

4.4 AMEAÇAS E OPORTUNIDADES OBSERVADAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIO

quadro A.4.4 – ameaças e oportunidades do ambiente de negócios

Ameaças	Oportunidades
I) Contingenciamento orçamentário estabelecido pelo Governo Federal aos órgãos da administração direta, que são clientes do SERPRO. II) Inflexibilidade do modelo de negócios atual para permitir adequação dos preços dos recursos e inclusão de novos insumos decorrentes de novos comportamentos requeridos pelo negócio, durante a vigência do contrato. III) Descompasso da velocidade das inovações tecnológicas oferecidas pelo mercado externo com a burocracia no processo de contratação pelas empresas públicas. IV) Demanda para desenvolvimento de software, superior à capacidade instalada pelo SERPRO.	I) Potencializar novos negócios em decorrência do Decreto 8135/2013, que prioriza a segurança dos dados na contratação dos serviços de TI para o Governo Federal (*hosting*, comunicação de dados e correio eletrônico). II) Intensificar a comercialização dos serviços de Infraestrutura na Nuvem, tendo em vista a crescente demanda de racionalização do consumo de recursos de TI pelos clientes. III) Aumentar a oferta de soluções móveis, ancoradas na segurança e escalabilidade da infraestrutura do SERPRO. IV) Utilizar metodologias ágeis para desenvolver soluções de TI, com entregas incrementais que agregam valor ao negócio do cliente. V) Potencializar o provimento de soluções inovadoras de negócio e integração de soluções, com base no amplo conhecimento do negócio dos clientes. VI) Viabilizar a comercialização de dados e informações por meio do projeto Centro de Informação SERPRO. VII) Ampliar o mercado de atuação em outros países com oferta de consultorias para a implantação de serviços consolidados no âmbito da gestão de Governo Federal.

4.5 INFORMAÇÕES GERENCIAIS SUCINTAS SOBRE O RELACIONAMENTO DA UNIDADE JURISDICIONADA COM OS PRINCIPAIS CLIENTES DE SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS

O SERPRO se relaciona com seus principais clientes por meio da Diretoria de Relacionamento com Clientes (DIRCL), composta por cinco Unidades de Relacionamento com Clientes (URC), as quais tem por objetivo captar negócios relacionados a soluções de TI que apoiem o Governo Federal de forma integrada, cobrindo todo o ciclo de vida do negócio, desde a prospecção até o encerramento.

As URC são apoiadas por uma Coordenação Estratégica que, com visão sistêmica das atividades, mantém o Processo de Negócio do SERPRO (PNS), para orientar, padronizar a gestão do atendimento, de contratos e de demandas, bem como promover o aperfeiçoamento da gestão do negócio.

Os atendimento aos clientes do SERPRO está distribuído conforme apresentado no quadro a seguir:

quadro A.4.5 – atendimento a clientes por URC

Cliente	Superintendência
Receita Federal do Brasil	SUNAC: Administração Tributária e Comércio Exterior
Secretaria do Tesouro Nacional e Ministério da Justiça	SUNAF: Administração Financeira
Ministério do Planejamento	SUNMP: Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministério da Fazenda	SUNFJ: Sistemas Fazendários e Judiciais
Demais Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal	SUNCE: Clientes Especiais

4.6 DESCRIÇÃO DOS RISCOS DE MERCADO E AS ESTRATÉGIAS PARA MITIGÁ-LOS

Quadro A.4.6 – riscos de mercado e estratégias de mitigação

Riscos	Estratégias Mitigação
I) Perda de participação no mercado de TI do Governo Federal, com a consequente redução de receita e a cobertura dos custos.	I) Racionalizar e integrar os processos, aprimorar a qualificação da equipe técnica e gerencial e adotar ações que promovam aumento de produtividade e redução de custos. II) Contar com a publicação da Instrução Normativa de Serviços (INS) referente ao Decreto 8.135/2013, como meio de potencializar a comercialização dos serviços de rede de telecomunicações e de tecnologia da informação

4.7 PRINCIPAIS MUDANÇAS DE CENÁRIOS OCORRIDAS NOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Destacam-se, a seguir, ações governamentais de regulamentação do processo de contratação de serviços de TI, por órgãos de governo, que ao longo dos últimos anos tem alterado o comportamento de fornecedores e de clientes que formam o mercado de atuação do SERPRO.

Em 2008, a publicação da Instrução Normativa Nº 04/2008, pela Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação (SLTI/MPOG), regulamentou o processo de contratação de serviços de TI por Órgãos do Governo Federal, tendo por base vários acórdãos do TCU sobre o assunto.

Em 2010, a publicação pela SLTI/MPOG, da Instrução Normativa Nº 04/2010, substituindo a IN 04/2008, ampliou as regras e orientações sobre o planejamento da contratação, estabelecendo:

- Documento de Oficialização da Demanda (DOD) como marco de iniciação da fase de Planejamento da Contratação, evidenciando a responsabilidade sobre as necessidades de TI geradas pelas áreas de negócio;
- necessidade de detalhar sanções administrativas na fase de Planejamento da Contratação;
- ampliação do detalhamento da fase de Seleção do Fornecedor, destacando o papel da área de TI no processo licitatório.

Ainda em 2010, a publicação das Resoluções Nº 2 e Nº 3 pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa (CGPAR), instituída pelo Decreto 6.021/2007 determinam às empresas estatais a adoção de diretrizes que objetivam o aprimoramento de suas práticas corporativas e de governança.

Em 2013, a publicação do Decreto Presidencial Nº 8.135/2013 determinou que as redes de telecomunicações e os serviços de TI de órgãos do Governo Federal deverão ser contratados junto a empresas ou órgãos da Administração Federal. Foram acrescentados aspectos de segurança à tramitação de informações governamentais. Além disso, o armazenamento e recuperação dos dados devem ser realizados em centros de processamento do governo federal.

Ainda em 2013, o mercado de TI do governo federal passou a contar com um novo paradigma para a construção de sistemas informatizados, em função da recomendação de uso de Métodos Ágeis de desenvolvimento de software no mercado de TI do Governo Federal.

A elevada importância das perspectivas de resultados e ganhos de eficiência na entrega de softwares levou o TCU a efetuar levantamento de informações junto a vários órgãos da Administração Pública e a emitir o Acórdão Nº 2393/2013, suprindo a SLTI/MPOG de mais informações para aperfeiçoar a regulamentação dos processos de contratação de serviços de TI.

Em 2014, a publicação da Instrução Normativa MP/MC/MD Nº 141 estabeleceu regras para comunicações de dados da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, regulamentando o Decreto nº 8.135/2013, visando promover, de forma eficiente, a prestação de serviços públicos ao cidadão, bem como apoiar a tomada de decisões estratégicas para a gestão governamental e do Estado. Uma Instrução Normativa de Serviços (INS) deverá ser publicada pela SLTI/MPOG.

Em 2014, a publicação, pela SLTI/MPOG, da Instrução Normativa Nº 04/2014, substituindo a IN 04/2010, inseriu as medidas decorrentes do Decreto Presidencial Nº 8.135/2013 sobre a contração de serviços estratégicos de TI, focando a segurança dos dados para o Governo Federal. Passou a ser exigida a publicação do plano de capacidade das empresas, com dados que permitam o detalhamento e rateio dos custos da prestação de serviços entre os órgãos e entidades beneficiárias, a previsão do crescimento vegetativo do consumo dos recursos e dos insumos durante a vigência do contrato, além de reserva técnica para absorver possíveis crescimentos não previstos.

5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE

O Perfil Empresarial e a trajetória do SERPRO relacionam-se estreitamente com a história da informática brasileira. Ao longo de seus 50 anos, consolidou-se como referência, aprimorando e desenvolvendo tecnologias utilizadas por órgãos do setor público brasileiro.

Considerando as finalidades estabelecidas no Art. 3º do seu Estatuto Social, conforme relacionadas no item 1.2 deste relatório, o SERPRO define os seus componentes estratégicos, fundamentando sua atuação e visando oferecer aos clientes soluções de tecnologia da informação e comunicações (TIC) que lhes permitam a concentração nas suas atividades principais sustentadas por sistemas de informações necessários às suas operações.

quadro A.5.1 – componentes estratégicos

COMPONENTES ESTRATÉGICOS	
Visão	**Missão**
Centro de informações e soluções tecnológicas para o Brasil.	Disponibilizar informações e prover soluções tecnológicas para o êxito da gestão do Estado em atendimento à sociedade brasileira.
Negócio	**Produtos e Serviços**
Informação e soluções de tecnologia da informação.	1. Informações de governo aberto 2. Soluções de tecnologia da informação 3. Consultoria em tecnologia da informação 4. Sistemas estruturadores do Governo Federal 5. Segurança da informação 6. Sistemas de tecnologia da informação para uma rede logística nacional inteligente
Força Motriz	**Fatores críticos**
Capacidade de inovar e realizar.	1. Inovação 2. Domínio tecnológico 3. Pessoas comprometidas 4. Competitividade 5. Segurança da informação 6. Alinhamento com o negócio dos clientes
Premissas	**Valores**
1. Conquistar e aprimorar o reconhecimento dos clientes: governo, sociedade e cidadão; 2. Prestar serviços com efetividade e segurança; 3. Desenvolver e empregar soluções tecnológicas inovadoras; 4. Realizar parcerias e cooperações para o desenvolvimento de soluções; 5. Praticar gestão integrada e participativa; 6. Manter os empregados comprometidos e motivados; 7. Atuar com ética, transparência e sustentabilidade social, ambiental e econômica.	1. Honestidade e transparência 2. Sustentabilidade social, ambiental e econômica 3. Confiança e credibilidade 4. Integridade profissional e pessoal 5. Orgulho de trabalhar no Serpro 6. Gosto por desafios 7. Respeito pelo outro 8. Proatividade e efetividade 9. Cumprir com o prometido 10. Confidencialidade 11. Compromisso com a natureza pública

5.1.1 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

No decorrer dos anos, o SERPRO vem evoluindo a forma de realizar a gestão estratégica. Integrou três processos fundamentais: o planejamento estratégico, a gestão de indicadores corporativos e o gerenciamento de projetos e portfólios. Implementou uma arquitetura organizada em duas fases: definição de elementos estratégicos e monitoramento e controle da execução. Com isso consegue estabelecer um elo entre uma estratégia definida na alta administração da empresa e seu desdobramento em um plano de ação seguido pelos demais níveis empresariais.

Em 2014 foi incorporado uma visão de longo prazo, construindo-se um plano estratégico, contemplando os próximos 9 anos (2014 a 2022), com possibilidade de revisão anual, em alinhamento com os planos dos clientes e demais órgãos do Governo Federal.

O quadro a seguir apresenta as fases com respectivas atividades e produtos.

quadro A.5.1.1 – fases da estratégia de atuação

Fase	Atividades	Produtos
Definição de elementos estratégicos	Definir Componentes Estratégicos	Componentes estratégicos
	Identificar Objetivos e Diretrizes Estratégicas	Objetivos e diretrizes estratégicas
	Definir Soluções	Projetos estratégicos
	Divulgar Estratégia	Planejamento Estratégico divulgado
Monitoramento e controle da execução	Preparar Monitoramento e Controle da Estratégia	Descrição dos atributos dos indicadores
	Executar Ciclo de Monitoramento e Controle da Estratégia	Relatório de monitoramento e controle da estratégia
	Controlar Estratégia	Oficina de controle
	Encerrar Ciclo Estratégico	

Na fase de “definição de elementos estratégicos” são definidos ou revisados os componentes estratégicos, como visão, missão, valores, que orientam os trabalhos da empresa. São emanados pelos Conselhos e pela Direção, visando as necessidades de clientes, Estado e sociedade brasileira.

Os objetivos e as diretrizes estratégicas são identificados e descritos. O planejamento estratégico do ministério supervisor serve de insumo para essa etapa, além de estudo de análise de contexto (análise de ambiente e análise de tendência). Os objetivos estratégicos definem o resultado concreto que se quer alcançar. As diretrizes estratégicas dão ênfase a uma visão de futuro e reforçam o compromisso com o propósito da empresa em alcançar seus objetivos.

Após escolha das diretrizes são definidos os indicadores e as metas que serão usados para medir o desempenho do plano. Ainda nesta fase de definição de objetos estratégico são definidos os projetos estratégicos responsáveis em executar a estratégia.

Concomitantemente, são realizados os planos táticos que desdobram os elementos estratégicos em objetivos, metas e projetos táticos.

O nível operacional é atendido no contexto de planejamento de cada operação, onde são geradas atividades que compõem o plano de trabalho de cada empregado. Essas são vinculadas aos objetivos estratégicos e táticos por meio do Sistema de Gerenciamento de Desempenho dos Empregados do SERPRO (SGDES). Desta forma, a empresa busca alinhar o nível operacional à sua estratégia.

A fase "monitoramento e controle da estratégia" inicia-se com a especificação de indicadores, onde são detalhados os atributos de fórmula, fonte de dados, procedimento de coleta, entre outros.

Após a atividade de preparação iniciam-se os períodos de monitoramento e controle da estratégia, onde participam os patrocinadores do plano, os responsáveis pelas diretrizes estratégicas, metas/indicadores e projetos estratégicos. Ocorrem a cada dois meses (fevereiro a janeiro do ano subsequente), viabilizados por ferramentas informatizadas: para projeto utiliza-se "Gerenciamento de Projetos e Portfólio (Hawk)" e para indicadores "Painel de Indicadores Corporativos".

O propósito do período é acompanhar o andamento dos projetos, o desempenho das metas e verificar se estão na direção estabelecida pelos objetivos e diretrizes estratégicos. Ao final de cada monitoramento são realizadas oficinas de controle para analisar os resultados coletados e deliberar sobre ações preventivas, corretivas e eventuais mudanças no plano. Os resultados do período são consolidados em relatórios periódicos de monitoramento e controle da estratégia. No último monitoramento e controle ocorre o encerramento do ciclo estratégico do ano.

Desta forma, o planejamento estratégico do SERPRO é representado pelos seguintes objetos:

- Componentes Estratégicos
- Objetivos e Diretrizes estratégicos
- Indicadores estratégicos
- Projetos estratégicos

Os componentes estratégicos fornecem as diretrizes que norteiam as metas/indicadores, projetos e ações da empresa, levando ao cumprimento de sua missão.

5.1.2 Objetivos Estratégicos

O objetivo é um elemento fundamental no planejamento estratégico. Pode ser definido como um comportamento desejável ou resultado final a ser atingido em vista da estratégia da organização. A partir dele são identificadas as diretrizes estratégicas, essas disponibilizam direcionamentos detalhados para a empresa.

Os projetos viabilizam o plano estratégico para que se possa atingir o objetivo, cujos resultados são acompanhados pelos indicadores e metas.

No Ciclo Estratégico de 2014, durante a definição de elementos estratégicos, com a participação da diretoria, coordenações estratégicas, unidades organizacionais e órgãos de assessoramento, foi definido um objetivo e foram identificadas sete diretrizes, descritos nos quadros a seguir:

quadro A.5.1.2.a – objetivo estratégico

Objetivo Estratégico
Instituir o centro de soluções e informações de interesse do governo brasileiro.

As diretrizes, organizadas em quatro dimensões apoiam a contextualização e categorização da gestão estratégica, conforme quadro a seguir:

quadro A.5.1.2.b – diretrizes estratégicas

Diretrizes Estratégicas		
Dimensão	Diretriz	Descrição
Governo e Sociedade	DE7. Evoluir as soluções estruturantes e estruturadoras de governo	Modernizar as soluções para os sistemas estruturantes e estruturadores de governo, com inovação tecnológica e de negócio. A ideia é potencializar a capacidade de inovação em processo de negócio do cliente, começando com a inserção de tecnologias inovadoras. Tais tecnologias devem ser prospectadas e revisadas anualmente. Soluções estruturantes: são aquelas comuns a todos os órgãos do executivo federal. Soluções estruturadoras: são as que informatizam o *core business* do cliente.
	DE8. Evoluir em sistemas da infraestrutura e logística nacional	Prover sistemas estruturantes em infraestrutura inteligente e sustentável para a logística nacional.
	DE10. Prover soluções que consolidem o Centro de Informações	Ofertar novas linhas de serviços relacionadas ao uso de informações de forma acessível, oportuna e de alta qualidade. Busca estruturar a capacidade de atuar como centro de informação, por meio da ampliação de competências organizacionais, do provimento de infraestrutura e da gestão de segurança para disponibilizar informações que agreguem valor ao negócio dos clientes.
	DE11. Prover soluções ancoradas na segurança e escalabilidade da infraestrutura do Serpro	Aumentar a carteira de clientes por meio da agilidade na entrega de soluções e infraestrutura como serviço e da segurança agregada no *framework* de comunicação do Brasil.
Econômica	DE1. Consolidar a sustentabilidade econômica	Qualificar a gestão comercial, econômica e os processos produtivos para garantir a sustentabilidade econômica do SERPRO.
Tecnologia	DE5. Criar a infraestrutura para viabilizar o centro de informações de governo	Ampliar a infraestrutura do Serpro, com sustentabilidade econômica e ambiental, inovação e segurança, para prover informações e soluções, por meio de variadas formas de conectividade e suporte a grande volume de dados.
Aprendizado e Crescimento	DE14. Implantar o Método Ágil na entrega de soluções	Aumentar a satisfação do cliente, com a entrega de soluções do Serpro de maior qualidade, e do empregado, com maior qualidade de vida no trabalho, por meio da institucionalização de práticas do Método Ágil no processo produtivo da empresa, o que gera faturamentos frequentes. Promover maior envolvimento do cliente com as equipes de construção e com isso melhorar a percepção da qualidade dos produtos ao receber entrega de valor mais cedo. Criar maior autonomia das equipes, tratamento mais rápido de riscos, maior sinergia entre as áreas funcionais e percepção de entrega de valor para o cliente.

5.1.3 INDICADORES ESTRATÉGICOS

Para acompanhar o plano estratégico definem-se indicadores, monitorados periodicamente e disponibilizados para todos os empregados do Serpro no Painel de Indicadores Corporativos.

Os indicadores, relacionados no quadro A.5.4, são revisados anualmente de forma a retratar os desafios para o ano vigente. Em 2014 foram definidos 10 indicadores, cada um vinculado à sua diretriz estratégica, buscando atender as seguintes premissas:

- utilidade: representar o que é estratégico e útil para a tomada de decisão;
- conformidade: normas empresariais e recomendações dos órgãos de controle.
- mensurabilidade: capacidade de medir e monitorar o indicador.

quadro A.5.1.3 – indicadores estratégicos

Diretriz	Nome do Indicador	Unidade de medida	Meta
DE1 – Consolidar a Sustentabilidade Econômica	1. Resultado antes dos Eventos não Relacionados ao Exercício	R$ Milhões	R$ 105 milhões
DE1 – Consolidar a Sustentabilidade Econômica	2. Cobertura de Custos na Execução de Contratos de Receita	%	105,08%
DE5 – Criar a Infraestrutura para Viabilizar o Centro de Informações do Governo	3. Cumprimento do Nível de Serviço de Disponibilidade	%	98%
DE5 – Criar a Infraestrutura para Viabilizar o Centro de Informações do Governo	4. Capacidade de Infraestrutura Disponível	Qualitativo	(nível de) atenção
DE7- Evoluir as soluções estruturantes e estruturadoras de governo	5. Sistemas Estruturantes e Estruturadores atendidos com tecnologias inovadoras	Qtd	27
DE10 – Prover soluções que consolidem o Centro de Informações	6. Faturamento Total com Consultoria de Apoio à decisão	R$ Milhões	R$ 9,9 milhões
DE11 – Prover Soluções ancoradas na segurança e escalabilidade da infraestrutura do Serpro	7. Faturamento em Serviços de Produção	R$ Milhões	R$ 1.927 milhões
DE11 – Prover Soluções ancoradas na segurança e escalabilidade da infraestrutura do Serpro	8. Quantidade de Caixas Geral por Cliente (Expresso)	Qtd	40.000
DE11 – Prover Soluções ancoradas na segurança e escalabilidade da infraestrutura do Serpro	9. Nível de Serviço de Disponibilidade (Expresso)	%	98%
DE14-Implantar o Método Ágil na entrega de soluções	10. Índice de Qualidade de Vida	Qtd	8

5.1.3.1 Análise do Desempenho dos Indicadores Estratégicos

Para análise do desempenho dos indicadores estratégicos, abordam-se a utilidade ou finalidade do indicador, o tipo, a fórmula de cálculo, o método de aferição, a área responsável pela medição, a meta com respectivo resultado alcançado no exercício de 2014 e a série histórica dos indicadores.

5.1.3.1.1 Resultado antes dos Eventos não Relacionados ao Exercício

a) Utilidade/finalidade: Demonstrar o resultado do exercício antes dos eventos não relacionados ao exercício, sem o computo de ajustes e provisões não decorrentes das atividades operacionais da Empresa no exercício.

b) Tipo: Eficácia

c) Fórmula de cálculo: RE = LB – DO
onde:
RE = Resultado do exercício antes dos eventos não relacionados ao Exercício
LB = Lucro bruto
DO = Despesas operacionais (antes do lançamento de ajustes e provisões não decorrentes das atividades operacionais da Empresa no Exercício)

d) Método de aferição: Demonstrativo do Resultado (DRE) apurado mensalmente, expurgado os lançamentos contábeis registrados no exercício pela competência, porém com realização intertemporal.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão Financeira – SUPGF

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: R$ 105 milhões / R$ 15,30 milhões – Não atingiu a meta

g) Interpretação: Quanto maior melhor

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: A projeção inicial considerava a repactuação de preços junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, fato que não ocorreu ocasionando o não atingimento da meta.

i) Principais medidas implementadas: O lucro líquido em dezembro deve-se, principalmente, ao aumento do faturamento da empresa em relação à média apresentada no exercício. Destaca-se o aperfeiçoamento no reconhecimento de Provisão para Licença Prêmio, que a partir desse mês passou a ser contabilizada com base na expectativa de realização, tendo como referência o percentual de gozo do benefício pelos empregados. Esta movimentação impactou positivamente o resultado líquido em R$ 17,7 milhões. Até dezembro de 2014 houve ingresso na empresa de R$ 193,65 milhões referente à integralização do aporte de capital. A empresa liquidou passivos que estavam gerando despesas financeiras significativas em seu resultado. Dessa forma, a empresa apresentou redução na incidência dessas despesas.

j) Série histórica:

quadro A.5.1.3.1.1 - resultado antes dos eventos não relacionados ao exercício

Ano	Desempenho
2011	R$ -52,41 milhões
2012	R$ 101,87milhões
2013	R$ -18,83 milhões
2014	R$ 15,30 milhões

5.1.3.1.2 Cobertura de Custos na Execução de Contratos de Receita

a) Utilidade / finalidade: Aferir se os custos dos contratos estão cobertos pela receita operacional líquida obtida na execução dos contratos de receita.

b) Tipo: Eficiência
c) Fórmula de cálculo: COB = (ΣROL / ΣCSP) x 100
onde:

COB = Cobertura de Custos;
ROL = Receita Operacional Líquida;
CSP = Custos dos Serviços Prestados;
Receita Operacional Líquida = Receita Operacional Bruta – Deduções (ISS, Cofins, PASEP e Contribuição Patronal INSS).

d) Método de aferição: Sistema de Custos Empresariais

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Desempenho e Controle (SUPDC)

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 105,08% / 102,22% - Não atingiu a meta

g) Interpretação: Quanto maior melhor

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: No acumulado de janeiro a dezembro de 2014, a Receita Operacional Líquida (R$1.862,9 milhões) foi superior aos custos apurados (R$1.822.5 milhões) em R$ 40,4 milhões, com o percentual de cobertura dos custos na execução dos contratos de receita se situando em 102,22%, a 2,86 pontos percentuais da meta estabelecida para o período, 105,08%.

A não repactuação de preços do contrato com a Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB contribuiu de forma decisiva para o não cumprimento da meta, apesar da ocorrência de receitas adicionais e, no que concerne aos custos, ao estabelecimento do Plano de Contenção de Gastos, expresso na Resolução CN 008/2014, de 28/05/2014, fatores atenuantes que colaboraram para o resultado positivo, apesar do não alcance da meta.

i) Principais medidas implementadas: Estabelecimento do Plano de Contenção de Gastos expresso na Resolução CN 008/2014, de 28/05/2014.

j) Série histórica

quadro A.5.1.3.1.2 - cobertura de custos na execução de contratos de receita

Ano	Desempenho
2011	85,52%
2012	100,10%
2013	98,78%
2014	102,22%

5.1.3.1.3 Cumprimento do Nível de Serviço de Disponibilidade

a) Utilidade / finalidade: Medir e controlar a evolução da disponibilidade dos serviços contratados pelos clientes e disponibilizados pelo SERPRO.

A coleta dos dados para mensuração do indicador leva em consideração todos os serviços monitorados e devidamente reportados nas prestações de contas para os clientes.

b) Tipo: Eficácia

c) Fórmula de cálculo: NS = (∑QNSc / ∑QNS) x 100

onde:

NS = Cumprimento do nível de serviço de disponibilidade

∑QNSc = Somatório da quantidade de níveis de serviços cumpridos no período

∑QNS = Somatório da quantidade de níveis de serviços contratados no período

d) Método de aferição: Relatórios de prestações de contas emitidos pela Superintendência de Gestão de Serviços (SUPGS) e validados pelas Unidades de Relacionamento com os Clientes (URC)

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão de Serviços (SUPGS)

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 98% / 95,37% - Não atingiu a meta

g) Interpretação: Quanto maior melhor

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:

O percentual de cumprimento do nível de serviço estabelecido para o ano de 2014 não foi alcançado ficando 2,63% abaixo dos 98%, ou seja igual a 95,37%.

Foram tomadas ações corretivas e preventivas para solucionar ou mitigar os desvios apresentados recorrentemente.

No tratamento dos desvios houve acompanhamento dos incidentes para rápida solução, atuando junto aos responsáveis, Centros de Comando e Equipes de Suporte.

Para alguns serviços críticos, foram montadas salas de crise e, quando necessário, abertura de Registros de Problemas (RDP)

i) Principais medidas implementadas:

Destacaram-se as seguintes ações para melhoria dos serviços prestados pelo SERPRO:

- atuação mais proativa e integrada das Salas de Monitoramento e Controle, incluindo as de implantações, proporcionando maior agilidade na monitoração dos serviços pelas ferramentas corporativas da empresa e equipes técnicas;

- gestão de mudança integrada (Diretoria de Operações - DIOPE) e sob a gestão do Centro de Comandos; inaugurado o novo espaço para o Centro de Comando de Brasília, nos moldes do ocorrido em São Paulo e no Rio de Janeiro;
- implantação da Gestão Corporativa de Requisição de Serviço;
- integrações do Processo Serpro de Gerenciamento Integrado de Serviços (PSGIS); elaboração dos planos setoriais de capacidade e o plano corporativo de capacidade;
- controle de Qualidade do atendimento da CSS/SERPRO automatizado, por voz;
- terceirização de parte dos atendimentos eletrônicos de 1º nível e inclusão de novas formas de acionamento, tais como: via celular, SMS, Chat e Redes Sociais;
- apoio no saneamento de custos e requisitos de níveis de serviço de vários contratos da SUNAC, SUNCE e SUNMP;
- revisão do contrato da RFB;
- implantação da nova ferramenta de Workflow (SCCD).

No tratamento dos desvios houve acompanhamento dos incidentes para rápida solução, atuando junto aos responsáveis, Centros de Comando e Equipes de Suporte. Para alguns serviços críticos, foram montadas salas de crise e, quando necessário, abertura de Registros de Problemas (RDP).

j) Série histórica:

A partir de 2014 passou-se a apresentar a média anual como desempenho do indicador, tendo sido recalculado o valor para os anos anteriores.

quadro A.5.1.3.1.3 - cumprimento do nível de serviço de disponibilidade

Ano	Desempenho
2012	97,91%
2013	96,05%
2014	95,37%

5.1.3.1.4 Capacidade de Infraestrutura Disponível

a) Utilidade / finalidade: O indicador de capacidade infraestrutura tem o propósito de demonstrar o grau de capacidade dos três centros de dados do SERPRO para a produção de serviço nas regionais de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

b) Tipo: Eficácia

c) Fórmula de cálculo: Fórmula Global (compreende as 3 regionais)

- Nº de centro de dados com status PREOCUPANTE = 3 então status GLOBAL = PREOCUPANTE
- Nº de centro de dados com status ADEQUADO = 3 então status GLOBAL = ADEQUADO
- Nº de centro de dados com status ADEQUADO ≠ 3 e PREOCUPANTE ≠ 3 então status GLOBAL = ATENÇÃO

Fórmula por Centro de Dados

- Nº de variáveis com status de PREOCUPANTE > 1 então status CENTRO DE DADOS = PREOCUPANTE
- Nº de variáveis com status de PREOCUPANTE = 0 e status ATENÇÃO > 0 então status CENTRO DE DADOS = ATENÇÃO
- Nº de variáveis com status de PREOCUPANTE = 0 e status ATENÇÃO = 0 então status CENTRO DE DADOS = ADEQUADO

Variáveis Medidas em cada regional:

- Banda de Backbone
- Banda de Internet
- Segurança
- Processamento
- Armazenamento
- Elétrica
- Espaço Físico
- Capacidade Frigorígena

Faixas consideradas:

- adequado > 20 %;
- atenção de 10 a 19%;
- preocupante < 10%.

d) Método de aferição: Informações obtidas a partir do sistema de gestão comercial (SIGECOM) e de relatórios fornecidos pela SUPGL e SUPOP.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Produtos e Serviços - Centro De Dados (SUPCD)

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: (nível de) atenção / (nível de) preocupante – Não atingiu a meta

g) Interpretação: Quanto maior melhor

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:

Apesar do indicador de capacidade de centro de dados encontrar-se em estado de preocupante, todos os investimentos foram realizados em dezembro de 2014 e deverão ser disponibilizados até o final de janeiro de 2015.

O não atingimento da meta deveu-se a dois fatores: restrição orçamentária dos nossos clientes e aumento sazonal do processamento Z/OS em São Paulo, este último não planejado e não informado pelo cliente. Em termos percentuais ocorreu um aumento da ordem de mais de 1.000% na consulta de restituição do IRPF 2014.

Contudo, apesar dessas restrições, ainda foi possível produzir serviços nessas três regionais utilizando tecnologias de virtualização e infraestrutura como serviço.

i) Principais medidas implementadas: Reuniões de Controle do Planejamento Estratégico

j) Série histórica:

quadro A.5.1.3.1.4 – capacidade de infraestrutura disponível

Ano	Desempenho
2014	(nível de) Preocupante

5.1.3.1.5 Sistemas Estruturantes e Estruturadores atendidos com tecnologias inovadoras

a) Utilidade / finalidade: Medir a quantidade de soluções inovadoras entregues ao longo do ano de 2014, que utilizaram as tecnologias inovadoras: Georreferenciamento, Exposição de Dados, Barramento de Serviços, Mobilidade e Análise de Redes Sociais; com o objetivo de evoluir os sistemas estruturantes e estruturadores do Governo.

b) Tipo: Efetividade

c) Fórmula de cálculo: NSI = ΣSIIm
onde:
NSI = Número de Soluções Inovadoras
SIIm = Soluções Inovadoras Implementadas por mês.
Para o indicador é considerado a soma dos meses de Maio a Dezembro/2014.

d) Método de aferição: Levantamento junto às Unidades de Relacionamento com Clientes (URCs)

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação Estratégica de Ações Governamentais (CEAGO)

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 27 / 13 – Não atingiu a meta

g) Interpretação: Quanto maior melhor

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:

Replanejamentos constantes das entregas de várias soluções adiaram as entregas para os últimos meses do ano. Isto gerou um risco de acúmulo de atividades e que se concretizou. Foram tomadas ações corretivas e preventivas para solucionar ou mitigar os desvios apresentados recorrentemente. Do total de soluções previstas para dezembro/2014, 57% foram adiadas para 2015, isto é, 26% do total de soluções previstas para 2014 foram adiadas para 2015.

i) Principais medidas implementadas: Reunião com o gestor do indicador e o gestor da Diretriz, onde a estratégia definida foi a seguinte:

1. Realizar uma reunião com o Diretor de Relacionamento com Clientes e seus Superintendentes, solicitando a eles apoio nos seguintes itens:
   1.1. Ratificar a saída das 38 soluções, que foram excluídas do monitoramento pelos motivos já apresentados;
   1.2. Ratificar as 23 soluções que estão sendo monitoradas;
   1.3. Verificar se há outras soluções que possam ajudar no cumprimento da meta.

j) Série histórica:

quadro A.5.1.3.1.5 – sistemas estruturantes e estruturadores atendidos com tecnologias inovadoras

Ano	Desempenho
2014	13

5.1.3.1.6 Faturamento Total com Consultoria de Apoio à decisão

a) Utilidade / finalidade: Aferir o faturamento mensal dos serviços de consultoria relacionados ao centro de informação, verificando se há aumento de receita oriunda deste serviço.

b) Tipo: Eficácia

c) Fórmula de cálculo: VFCCI = ΣFCCI
onde:
Descrição das variáveis:
VFCCI = Valor faturado dos serviços de consultoria relacionados ao centro de informação
FCCI = Faturas dos serviços consultoria relacionados ao centro de informação de cada URC

d) Método de aferição: Levantamento junto às Unidades de Relacionamento com Cliente (URC), Sistema SIARE, e DW FINANCEIRO

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Relacionamento com Clientes - Planejamento, Orçamento e Gestão (SUNMP)

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: R$ 9,97 milhões / R$ 7,67 milhões – Não atingiu a meta

g) Interpretação: Quanto maior melhor

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:

O serviço de consultoria de DW, por ser sob demanda, varia conforme a necessidade do cliente, podendo ter altos e baixos ao longo do exercício. Foi também identificada a necessidade de melhoria na coleta do indicador e a padronização da orçamentação e faturamento dos serviços relacionados ao centro de informação o que possibilitaria a automação do processo de coleta e análise.

i) Principais medidas implementadas: Reuniões de Controle do Planejamento Estratégico

j) Série histórica:

quadro A.5.1.3.1.6 - faturamento total com consultoria de apoio à decisão

Ano	Desempenho
2011	R$ 7,72 milhões
2012	R$ 10,3 milhões
2013	R$ 7,75 milhões
2014	R$ 7,67 milhões

5.1.3.1.7 Faturamento em Serviços de Produção

a) Utilidade / finalidade: Medir o crescimento do faturamento decorrente de serviços para produção de 2014 em relação a 2013.

b) Tipo: Eficácia

c) Fórmula de cálculo: Soma dos valores faturados com serviços de produção

A coleta do indicador considera os seguintes tipos de serviços: Serviços de Certificação Digital; Serviços de Instalação e Configuração de Software; Serviços de Licenciamento e Cessão de Direito de Uso de Programas; Serviços de Páginas Eletrônicas; Serviços de Processamento de Dados; Serviços de Suporte Técnico; Serviços de Suporte Técnico; Assistência Técnica em Informática

d) Método de aferição: Informações obtidas a partir do DW Financeiro

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Desempenho e Controle – SUPDC

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: R$ 1.927,67 / R$ 1.919,08 milhões – Não atingiu a meta

g) Interpretação: Quanto maior melhor

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: O contingenciamento orçamentário dos clientes levou a empresa a ter contratos com valor menor em relação a expectativa; a não entrega de alguns sistemas em tem tempo hábil, para que entrassem em produção, com consequente faturamento a favor do SERPRO; Cancelamento por um dos Clientes, em julho de 2014, de serviços de rede WAN, fato que significou um decréscimo no faturamento em torno de R$ 9 milhões, nos seis últimos meses.

i) Principais medidas implementadas: Reuniões de Controle do Planejamento Estratégico

j) Série histórica:

quadro A.5.1.3.1.7 - faturamento em serviços de produção

Ano	Desempenho
2011	R$ 1.416,11 milhões
2012	R$ 1.598,30 milhões
2013	R$ 1.733,37 milhões
2014	R$ 1.919,08 milhões

5.1.3.1.8 Quantidade de Caixas Geral por Cliente (Expresso)

a) Utilidade / finalidade: Demonstra a evolução numérica do total de caixas de mensagens (Expresso) ativas por cliente, desconsiderando as caixas de administração, suporte e testes.

b) Tipo: Efetividade
c) Fórmula de cálculo: QCE = Σ QCEc
onde:
QCE = Quantidade de caixas Expresso V3
QCEc = Quantidade de caixas Expresso V3 por Cliente

d) Método de aferição: Relatório fornecido pela Coordenação Estratégica de Ações Governamentais (CEAGO)

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: CEAGO

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 40.000 / 42.840 caixas – Atingiu a meta

g) Interpretação: Quanto maior melhor

h) Série histórica:

quadro A.5.1.3.1.8 - quantidade de caixas geral por cliente (expresso)

Ano	Desempenho
2012	11.536
2013	12.085
2014	42.840

5.1.3.1.9 Nível de Serviço de Disponibilidade (Expresso)

a) Utilidade / finalidade: Indicar o cumprimento mensal de disponibilidade do correio Expresso V3.

b) Tipo: Eficácia

c) Fórmula de cálculo: soma dos Percentuais de disponibilidade por cliente / quantidade de clientes

d) Método de aferição: Coleta de incidentes de alta severidade de indisponibilidade do serviço obtidos a partir do sistema Spekx

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão de Serviços (SUPGS)

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 98 % / 99,80 % - Atingiu a meta

g) Interpretação: Quanto maior melhor

h) Série histórica: em virtude do indicador ter sido implementado em 2014 para o planejamento estratégico 2014-2022, não há série histórica dos demais anos.

quadro A.5.1.3.1.9 - nível de serviço de disponibilidade (expresso)

Ano	Desempenho
2014	99,80%

5.1.3.1.10 Índice de Qualidade de Vida no Trabalho nas Equipes Ágil

a) Utilidade / finalidade: Analisar, a partir de informações coletadas em pesquisa intitulada "Microdiagnóstico", a percepção dos empregados envolvidos nos projetos pilotos acerca das mudanças promovidas em relação à Qualidade de Vida no Trabalho a partir da adoção do método Ágil.

b) Tipo: Eficácia

c) Fórmula de cálculo: Soma das notas informadas por respondente no mês / Quantidade de respondentes no mês

d) Método de aferição: informações coletadas a partir da pesquisa intitulada "Microdiagnóstico", por meio da qual são atribuídas, pelos participantes, notas indicadoras da percepção de bem-estar no trabalho

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Pessoas - SUPGP

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 8 / 6,61 – Não atingiu a meta

g) Interpretação: Quanto maior melhor

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: A principal razão do não atingimento das metas instituídas, foi a determinação superestimada à época de sua indicação. As melhorias pretendidas, portanto, foram estabelecidas de modo mais substancial e finalístico que a proposta do piloto possibilitava, agravada a sobrestimação pelo curto espaço de tempo, 3 (três) meses, destinado para seu alcance e o fato de o índice ser inédito na Empresa, não havendo, por consequência, histórico de medições correspondentes para uma projeção mais realística.

i) Principais medidas implementadas: Em decorrência dos resultados apresentados, foi instituída, corporativamente, uma Política de Qualidade de Vida no Trabalho, cuja aplicabilidade foi estabelecida por meio da elaboração de um Programa constituído por projetos específicos, que se encontram em fase inicial de execução.

Em acréscimo, a própria iniciativa de aprimoramento da metodologia de trabalho, por meio da experiência das equipes piloto submetidas ao Ágil, foi estabelecida com vistas a incrementar o bem-estar dos empregados, uma vez que os valores inerentes ao Manifesto Ágil, com destaque para a priorização de "indivíduos e suas interações, mais que processos e ferramentas", a formação das equipes e as adaptações executadas em seu ambiente de trabalho foram instituídos na perspectiva de incremento da qualidade de vida no trabalho (QVT). Deste modo, a observação originária do Índice de QVT nas Equipes Ágil visou mensurar o quanto tal perspectiva se confirmaria na percepção dos envolvidos.

Por fim, destaca-se que as medidas prementes, a partir do apontamento apresentado pelo índice somente poderão ser definidas após conhecidas as razões qualitativas dos números identificados ao longo dos três meses de medição. Deste modo, a partir da elaboração do relatório de consolidação e análise dos dados e informações coletadas durante o acompanhamento das equipes envolvidas nos pilotos de implementação da metodologia Ágil, realizado pela SUPGP, é que outras ações de QVT, decorrentes dos apontamentos do Relatório, serão definidas. A previsão para conclusão do relatório é fevereiro/2015.

j) Série histórica: ainda não há.

5.1.4 Projetos Estratégicos

Para cada diretriz, apresenta-se um balanço de seus resultados e os dados de seus respectivos projetos.

5.1.4.1 DE1 - Consolidar a sustentabilidade econômica

A diretriz tem o desafio de qualificar a gestão comercial, econômica e os processos produtivos para garantir a sustentabilidade econômica do SERPRO.

Seus projetos preveem a entrega de soluções importantes e estruturadoras cujos benefícios serão sentidos a partir de 2016. Uma é ter modelos de negócio com receita desvinculada do orçamento. Um desafio que depende da articulação de diversas entidades, inclusive externas. Outra é resolver a defasagem de custos do serviço de desenvolvimento.

Inicialmente previstos para realizarem as entregas em 2014, a complexidade das soluções levou a conclusão dos projetos para 2015. Por isso os resultados serão percebidos a partir de 2016.

As metas já apresentaram resultado positivo em relação ao equilíbrio entre receita e despesa, mas não chegaram a atingir os valores das metas. O principal motivo foi a não repactuação de preços do contrato com a Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB.

Uma das principais medidas para ajudar no equilíbrio econômico, enquanto os projetos estão em desenvolvimento, foi o Plano de Contenção de Gastos, expresso na Resolução CN 008/2014.

quadro A.5.1.4.1 - projetos estratégicos da diretriz DE1

P1 – Receita desvinculada do orçamento do cliente	
Objetivo	Avaliar e propor alternativas legais e/ou políticas para obtenção de receitas desvinculadas do orçamento dos clientes. Os clientes inicialmente identificados para este projeto foram o Denatran e o MDIC. Prestar serviços de baixo investimento com captação de receitas por meio de bilhetagem.
Situação	Em andamento.
P4 – J50 – Implantação do Enterprise Resource Planning (ERP) corporativo	
Objetivo	Implantar Sistema Integrado de Gestão Empresarial – ERP no SERPRO, aliando integração, padronização e automação de processos à modernização tecnológica, provendo otimização de recursos, confiabilidade e agilidade na obtenção de informações.
Situação	Cancelado. Motivo: “Em reunião de Diretoria, realizada em 02/09/2014, decidiu-se: “Cancelar o projeto P04 - Implantação do Enterprise Resource Planning (ERP) corporativo em virtude do novo cenário de não licitar a solução neste ano de 2014.”

P6 – Garantia de cobertura do custo de desenvolvimento	
Objetivo	Prover o SERPRO de mecanismos nos segmentos de apropriação, formação de preço, contratação e faturamento que possibilitem a prestação dos serviços de desenvolvimento com a devida garantia de cobertura de custos. O projeto está dividido atualmente em duas fases. A 1a fase já tem entregas previstas para atendimento do objetivo atual. As entregas desta fase, sempre que possível, deverão ser aferidas/testadas por meio de pilotos de execução em contratos de receita. Até dezembro de 2014 deverá estar concluído, como uma das entregas da 1a fase do projeto, diagnostico apontado a(s) causas para situação de defasagem de custos do desenvolvimento registrado em 2013. A partir deste diagnostico inicia-se a 2a fase do projeto quando será realizado um replanejamento que poderá apontar nova estimativa de cronograma para conclusão do projeto.
Situação	Em andamento.

5.1.4.2 DE5 - Criar a infraestrutura para viabilizar o centro de informações de governo

A Diretriz Estratégica visa ampliar a infraestrutura do SERPRO, com sustentabilidade econômica e ambiental, inovação e segurança, para prover informações e soluções, por meio de variadas formas de conectividade e suporte a grande volume de dados, e assim viabilizar o centro de informações de interesse do governo brasileiro.

Teve como principais resultados a implantação do processo de gerenciamento de capacidade com os planos de capacidade setoriais e corporativo, o relatório de diagnóstico com o benefício de identificar claramente os problemas (sintomas, causas e consequências) que levam à indisponibilidade de infraestrutura, a elaboração da versão inicial do Processo de Gerenciamento de Disponibilidade, e a elaboração do plano de recuperação de desastres do mainframe para os sistemas Siafi Operacional e Siscomex.

quadro A.5.1.4.2 - projetos estratégicos da diretriz DE5

P26 – Implantar o gerenciamento da capacidade de infraestrutura de TI	
Objetivo	O processo de gerenciamento de capacidade visa apoiar a manutenção dos serviços atuais e atendimento as necessidades dos novos serviços, pois se propõe a estabelecer um equilíbrio no uso dos recursos computacionais vinculados a soluções ofertadas e disponibilizadas aos clientes. O projeto tem a missão de implantar o processo de gerenciamento de capacidade nas áreas jurisdicionadas a DIOPE e, eventualmente, na SUPGL no segmento de centro de dados. Para tanto efetiva a existência das equipes de gestões de capacidades setoriais e nacional que produzem e mantém, mensalmente, planos de capacidade, atuam na gestão do ambiente produtivo e participam na análise de novas demandas.
Situação	Concluído.

P30 – Garantia de disponibilidade da infraestrutura	
Objetivo	Assegurar que a infraestrutura de Centro de Dados proporcione o nível de serviço requerido de disponibilidade para minimizar os riscos de indisponibilidade em relação aos serviços oferecidos.
Situação	Em andamento.
P65 – Clusterização dos centros de dados do SERPRO	
Objetivo	Realizar estudo de viabilidade para a implantação do conceito de clusterização dos centros de dados no SERPRO até julho de 2015.
Situação	Em andamento.

5.1.4.3 DE7 - Evoluir as soluções estruturantes e estruturadoras de governo

Diretriz com a função de modernizar as soluções para os sistemas estruturantes e estruturadores de governo, com inovação tecnológica e de negócio.

Neste cenário, um total de 13 soluções inovadoras tiveram entregas em 2014:

- Rede SIM;
- SINESP-CAD;
- Tesouro Gerencial;
- DW SINESP;
- SICONF;
- SINESP cidadão – mandado de prisão e desaparecidos;
- SINESP – segurança;
- SINESP- serviço de comunicação e segurança;
- SISCSV;
- DW SNCR WEB;
- SIGEPE; e
- SIORG.

Embora não tenha alcançado a meta, foi definido esforço na direção da busca por inovação.

Pretende-se usar a experiência de 2014 para elencar as lições aprendidas com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das futuras soluções inovadoras na empresa.

quadro A.5.1.4.3 - projetos estratégicos da diretriz DE7

P35 – Tesouro Gerencial	
Objetivo	Disponibilizar uma aplicação DW, integrada, dos segmentos de negócio Orçamentário, Financeiro, de Custos e de Caixa para a STN, denominada Tesouro Gerencial, em uma base única, utilizando tecnologia de Data Appliance, até 15/03/2015.
Situação	Em andamento.
P43 – Modelo conceitual corporativo de dados – MCCD – da STN no seguimento de liquidação e pagamento	
Objetivo	Identificar e representar os dados considerados críticos na visão do negócio num Modelo Corporativo de Dados. Conforme expectativa da STN, modelo deverá ter enfoque conceitual e possuir os dados definidos como essenciais pelos gestores de negócio para suportar os processos de negócio da instituição, os quais foram priorizados pelo cliente no segmento de Liquidação e Pagamento que é constituído pelo Contas a Pagar e Receber - CPR e Documentos de Arrecadação e Pagamento, com entregas finais previstas para os dias 08/04/2014 e 22/08/2014, respectivamente. Neste contexto, o modelo de dados a ser construído será denominado de Modelo Conceitual Corporativo de Dados da STN – MCCD-STN, a sua modelagem agrupada por segmentos de negócio e composto do: - Diagrama de Entidade Relacionamento - DER em nível de abstração conceitual - Matriz Essencial com a documentação os conceitos dos dados - Matriz Entidade x Implementação com o mapeamento dos sistemas que mantém e consomem os dados - Matriz Entidade x Proprietário com o mapeamento das coordenações de negócio responsáveis pelos dados quanto às suas especificações (normas, diretrizes, etc.). No decorrer da construção do MCCD-STN, o cliente deve ser envolvido em: - reuniões mensais de ponto de controle para acompanhamento do projeto e refinamento da métrica de estimativas, conforme estabelecido no ANS da Proposta Comercial 007/2013; - validação do DER e das Matrizes em conjunto com especialistas no negócio priorizado na construção da STN. Ao final da construção de cada segmento deve ser emitido um Termo de Aceite para assinatura do cliente, que confirma concordância com as entregas ao assiná-lo.
Situação	Concluído.
P54 – SICONFI	
Objetivo	SICONFI tem por objetivo principal a centralização dos registros eletrônicos de informações contábeis, orçamentárias, financeiras, fiscais, econômicas, de controle, de operações de crédito e de estatísticas de finanças públicas dos entes da Federação.
Situação	Em andamento.

P71– DM Corporativo	
Objetivo	O objetivo deste projeto será a criação e implantação de solução de mineração de dados, com ferramental de mercado, que seja capaz de viabilizar as seguintes análises: - Fornecer o perfil integral do contribuinte; - Assegurar soluções de análises integradas e tempestivas; - Elevar a percepção de risco e a presença fiscal; - Projetar cenários específicos de negócio; - Efetuar simulações tributárias; - Montar interligações dos contribuintes. A Receita Federal do Brasil apresentou expectativa de contar com essa solução ainda no ano de 2014.
Situação	Em andamento.
P72 – SISCON - Sistema de Gestão de Concursos da ESAF	
Objetivo	Desenvolvimento do sistema de gestão de concursos, o qual possibilitará a inscrição e acompanhamento do candidato via Internet e o controle de todos os processos de elaboração e execução de concursos realizados pela ESAF, via Intranet e o Processo de Correção de Provas em ambiente Seguro (Confinado), dentro da própria ESAF, automatizando todo o processo de concursos até 2015 com ganho de segurança e produtividade.
Situação	Em andamento.
P73 – SISCSV- Sistema acional de Controle e Emissão do Certificado de Segurança Veicular	
Objetivo	O SISCSV, tem por objetivo emitir o documento eletrônico do Certificado de Segurança Veicular (CSV). O sistema deve facilitar o acompanhamento e auxiliar a fiscalização do processo de emissão do CSV que será emitido pelas Instituições Técnicas Licenciadas – ITL. Por meio do SISCSV deverá ser possível a recepção e armazenamento de dados da emissão de CSV por um ITL, o armazenamento seguro das imagens estáticas das inspeções e consultas consolidadas a serem realizadas pelo DENATRAN com o objetivo de fiscalizar o processo de emissão de CSV.
Situação	Em andamento.

5.1.4.4 DE8 - Evoluir em sistemas da infraestrutura e logística nacional

A DE8 tem a finalidade de prover sistemas estruturantes em infraestrutura inteligente e sustentável para a logística nacional.

Por meio de seus projetos, gerou durante o período os seguintes resultados: a identificação de uma nova solução em TI capaz de apoiar e organizar o monitoramento de tráfego de transporte; e a implantação do sistema de automação e agendamento de caminhões no Porto de Santos, que está sendo utilizado como piloto.

A meta desta diretriz está definida para 2015. Trata-se de um novo nicho de mercado, com potencial para ser explorado, com resultado positivo percebido no período.

quadro A.5.1.4.4 - projetos estratégicos da diretriz DE8

P59 – Prospecção de novos negócios de TI para o segmento de transporte de carga	
Objetivo	Propor um novo negócio de TI para o segmento de transporte de carga, até Março de 2015, que possa ser desenvolvido pelo SERPRO após aprovação da Diretoria..
Situação	Em andamento.
P74 – SINIAV – Sistema Nacional de identificação Automáica de Veículos	
Objetivo	O SINIAV foi dividido em duas fases, a primeira corresponde as funcionalidades administrativas do sistema e funcionalidades referentes ao Emplacamento Eletrônico. A segunda fase corresponde as funcionalidades referentes ao Monitoramento Eletrônico.
Situação	Suspenso. Motivo: “O projeto continua suspenso, aguardando definição do cliente, tanto em relação a requisitos, quanto em relação as outras demandas do DENATRAN. Em ocasião de reunião para tratar de um outro projeto do DENATRAN, o gestor do DENATRAN informou que estão sendo realizadas reuniões para retomadas do SINIAV, ainda sem o envolvimento do SERPRO. Foi relatada uma possível parceria com o DNIT para utilização do SINIAV por este órgão. Diante deste cenário, o gestor do DENATRAN informou que os ambientes de produção e homologação do SINIAV não devem ser desativados.”

P75 – Portolog	
Objetivo	- fornecer subsídios para a Autoridade Portuária estabelecer o sequenciamento e agendamento dos transportes cheios destinados a abastecer os terminais portuários e dos transportes vazios que chegam aos terminais portuários destinados a transportar as cargas recebidas pelos respectivos terminais portuários, tornando cadenciado o fluxo de transportes que se destinam ao porto; - disponibilizar informações antecipadas das cargas, transportes e condutores aos sistemas de controle de acesso dos terminais portuários; - prover informações antecipadas para o planejamento; - possibilitar avaliação da capacidade de fluxo de transporte das cargas no ambiente portuário; - com o cadenciamento da chegada aos terminais portuários, as companhias transportadoras poderão direcionar o envio dos transportes, evitando o acúmulo e o deslocamento fora do horário adequado; e - possibilitar a avaliação do processo logístico de exportação, importação e cabotagem com as informações de duração de deslocamento dos transportes nas rotas de acesso e entre os pontos monitorados e terminais portuários aumentando a eficiência da logística desde a origem.
Situação	Em andamento.

5.1.4.5 DE10 - Prover soluções que consolidem o Centro de Informações

Diretriz responsável em ofertar novas linhas de serviços relacionadas ao uso de informações de forma acessível, oportuna e de alta qualidade. Está diretamente associada às tendências de TI para os próximos anos. Seus projetos geraram vários resultados.

Em relação a estruturação de dados alcançou-se a identificação e representação conceitual dos dados considerados críticos no Modelo Corporativo de Dados, para o segmento de Liquidação e Pagamento da STN, que se integrou aos segmentos Descentralização de Crédito e Empenho, Programação Financeira e Transferências Voluntárias. Os referidos segmentos serão adotados como referências para a construção e manutenção dos sistemas, reuso de dados e integração de sistemas da STN.

Em atendimento ao Portal de Empresa Simples que tem o objetivo em desburocratizar o cadastro de empresas no país foi entregue ao Cliente o RLE – abertura de empresas.

Quanto aos resultados entregues pela Linhas de Serviços destaca-se especialmente, o desdobramento conceitual do Centro de Informação SERPRO (CIS), a estruturação do serviço no modelo "*as a service*" e a criação do Quartzo (dados como serviço) como produto.

Em relação ao modelo conceitual, estudos de exemplos de centros continuam evoluindo e iniciou-se o trabalho de identificar competências para o CIS, no componente dimensão. Foram realizadas reuniões estratégicas com as áreas de negócio para detalhar as ideias do CIS e identificar questões ao negócio. Além disso, estão previstos eventos com o objetivo de identificar oportunidades de oferecer novos serviços e negócios.

quadro A.5.1.4.5 - projetos estratégicos da diretriz DE10

P34 – Repositório Estruturante do MP	
Objetivo	Validar ferramenta de sustentação ao barramento de dados, definir e executar um piloto utilizando o barramento de dados, envolvendo réplica de dados de até três sistemas estruturantes, abrangendo plataforma alta e baixa, até dezembro/2014; definir o serviço Dados como Serviço (DaaS), precificar e elaborar proposta comercial a ser acrescida em contrato com Ministério do Planejamento até Novembro/2014;
Situação	Em andamento.
P36 – Monitoramento dos programas de governo para a Casa Civil	
Objetivo	Apresentar à Casa Civil até Março de 2015, um Projeto Técnico de uma Sala de Situação e consequentemente uma prova de conceito de tecnologia para realizar o monitoramento dos programas prioritários de governo.
Situação	Em andamento.
P70 – Ampliar linhas de serviço que habilitem o SERPRO como centro de informação do governo brasileiro	
Objetivo	Este projeto visa a definir o arcabouço conceitual do centro de informação e a estruturar 2 serviços padrão de TI que possam ampliar a atuação do Serpro como Centro de Informação. É esperado de um serviço padrão de TI: aumentar a capacidade de atender aos clientes, com serviços que não demandem desenvolvimento customizado, com entrega de serviços self service; e reduzir o tempo de implantação.
Situação	Em andamento.
P76 – SMPE	
Objetivo	Desenvolvimento e produção do Portal Empresa Simples que tem por objetivo desburacrotizar o cadastro de empresas no país que inclui o Registro de Legalização de Empresas e Praça Eletrônica de Negócios que contempla os processos Crédito Direto, Gestão Progressiva, Inova Fácil, Simples Internacional, Quali Empresa e Concilia Já. A conclusão total do projeto deve ocorrer em Nov/2016.
Situação	Em andamento.

5.1.4.6 DE11 - Prover soluções ancoradas na segurança e escalabilidade da infraestrutura do SERPRO

Esta Diretriz tem a responsabilidade de aumentar a carteira de clientes por meio da agilidade na entrega de soluções e infraestrutura como serviço e da segurança agregada no framework de comunicação do Brasil.

Chegou ao final de 2014 com resultados acima das metas para nível de disponibilidade e aumento de caixas do Expresso.

Apesar da restrição para aquisição de equipamentos, buscou alternativas para aumentar a capacidade instalada e proporcionou significativa expansão do serviço de framework de comunicação, com destaque para os Clientes: Presidência da República, MP, SAMF, ESAF, CARF, SPOA, DNIT, ICMBIO e Ministério das Cidades.

Houve avanços na superação do desafio de disponibilizar futuramente um serviço de dados de larga escala em nuvem para os clientes.

quadro A.5.1.4.6 - projetos estratégicos da diretriz DE11

P18 – Expresso Drive no MP	
Objetivo	Desenvolver o serviço de armazenamento em nuvem, utilizando a plataforma livre implantada pela CETEC e COGTI até Setembro/2014 e ainda Elaborar Modelo de Negócio para tornar o serviço disponível para contratação e ao término deste Elaborar Proposta Comercial para efetiva contratação até Novembro/2014.
Situação	Em andamento.
P20 – Infraestrutura como serviço para pelo menos 1 cliente	
Objetivo	Criar um novo tipo de serviço, no catálogo do SERPRO, que possibilitará ao Centro de Dados oferecer servidores e armazenamento “em nuvem”, seguindo o modelo que, na literatura técnica, se convencionou chamar de Infraestrutura como Serviço. A meta para 2014 é ter Infraestrutura como Serviço para pelo menos 1 cliente. A meta para 2015 é ter o Portal de Serviços em Nuvem implementado e em produção.
Situação	Em andamento.
P63 – Expresso BR	
Objetivo	Implantar 40 mil caixas de correio no Expresso V3 até dezembro 2014. Cumprir nível de 98% de disponibilidade.
Situação	Concluído.

5.1.4.7 DE14 - Implantar o Método Ágil na entrega de soluções

A Diretriz Estratégica DE14 apresentou em 2014 diversos resultados positivos, dada a evolução de forma consistente rumo à implantação do método ágil na entrega de soluções.

Os principais resultados obtidos pelo grupo inter-disciplinar e pela realização de projetos-piloto foram (1) a criação da plataforma de construção coletiva para o *Framework* Ágil do SERPRO, a qual possibilita que as práticas ágeis a serem adotadas em um determinado projeto sejam definidas pela própria equipe do projeto, em consonância com os princípios Ágeis, e (2) a evolução na preparação de ativos de infraestrutura para suportar serviço de IaaS (Infraestrutura como Serviço), ambiente em nuvem, ambiente de máquinas virtuais, configuração de banco de dados em nuvem e serviço de PaaS (Plataforma como Serviço) e na criação automatizada dos ambientes de desenvolvimento, testes, validação, treinamento, testes de Requisitos Não Funcionais, Homologação, Pré-Produção e Produção.

Em medições iniciais, não atingiu totalmente as metas estabelecidas, entretanto os resultados, quer seja das medições ou de depoimentos de clientes e técnicos, possibilitaram constatar aumento da satisfação das equipes e clientes com a nova forma de trabalho.

Conforme estudiosos e depoimentos de especialistas, a implantação do método ágil na entrega de soluções requer mudanças que começam nas pessoas, passam por ferramentas, governança, clientes, modelo financeiro, etc, até atingir a organização como um todo. Ainda há muito trabalho a realizar para usufruir os benefícios esperados, entretanto, já estão indicadas diversas ações para institucionalizar práticas ágeis direcionadas e específicas para cada segmento da empresa, moldando os principais direcionamentos da diretriz para 2015.

quadro A.5.1.4.7 - projetos estratégicos da diretriz DE14

P80 – Implantação do método ágil na empresa	
Objetivo	Criação de um plano de ações por diretoria para internalização da metodologia ágil na empresa. Realizar ao menos 1 piloto até dezembro de 2014 com equipe formada por DIRCL, DIDES e DIOPE.
Situação	Concluído.
P81 – Automação para criação de ambientes	
Objetivo	Automatizar 100% do processo de criação de ambientes padrão e alinhar-se ao método ágil para entrega de soluções. Permitir o provisionamento e criação automatizada dos ambientes de desenvolvimento, testes, validação, treinamento, testes de Requisitos Não Funcionais, Homologação, Pré-Produção e Produção em 90% dos projetos novos criados a partir de 01/10/2014.
Situação	Em andamento.

5.1.4.8 Projetos Estratégicos de 2008 a 2013

O quadro, a seguir, apresenta projetos estratégicos de anos anteriores que não tiveram seus encerramentos informados em relatórios de gestão precedentes.

quadro A.5.1.4.8 - projetos estratégicos de 2008 a 2013 - encerrados

J04 –DCMGC – Modernização da Gestão Comercial Corporativa	
Objetivo	Apontar e implantar soluções que visem o aprimoramento da gestão comercial com impactos diretos na melhoria da rentabilidade da empresa.
Situação	Concluído.
J34 – Gestão de demandas dos clientes – visão ponta a ponta	
Objetivo	Prover uma visão integral das demandas, desde sua entrada no SERPRO até a entrega dos produtos e serviços para o cliente, identificando e disponibilizando informações para a tomada de decisão de gestores de negócio e, quando for o caso, para decisões estratégicas.
Situação	Cancelado. Motivo: "O projeto foi descontinuado, uma vez que todas as propostas possíveis de solução para a demanda envolveriam custo impossível de ser assumido no momento dos cortes orçamentários sofridos pelo Governo Federal em 2013 e 2014, e seus consequentes impactos sobre o SERPRO. O mapeamento realizado e todos os dados coletados serão utilizados em momento posterior, quando houver melhor cenário financeiro-orçamentário."
(T07) J35 – Aprimoramento dos processos de gestão de insumos de produção	
Objetivo	Mitigar lacunas na gestão dos processos produtivos aperfeiçoando os processos de gestão de insumos no tocante à determinação da capacidade instalada, elaboração das previsões e assertividade das apropriações. Contribuir com a consolidação da sustentabilidade econômica da empresa.
Situação	Em andamento.
J36 – Seleção de uma nova ferramenta de gestão de demandas	
Objetivo	Elaborar projeto básico para aquisição de nova ferramenta de gestão de demandas contendo: levantamento de requisitos, definição de requisitos, e proposta de solução com analise de viabilidade.
Situação	Em andamento

J41 – Implantação de infraestrutura de alta disponibilidade	
Objetivo	Acompanhar as ações definidas, para o ano de 2013, no plano de ações construído para o contrato do Ministério da Fazenda. O Robustecimento da intra-estrutura de produção em BSB e SP, com aprimoramento os seguintes processos incidente; gerenciamento de eventos, mudança, configuração, problemas, de forma sistêmica, tendo como referencial o nível de maturidade 4 do modelo ITIL visando suportar os níveis de serviços acordados.
Situação	Concluído.
J42 – Implantação do gerenciamento integrado de eventos das soluções de software e infraestrutura (SUPGS)	
Objetivo	Definição de padrão para eventos e log (taxonomia, sintaxe e transporte), criação e painéis de alertas mais relevantes, com foco na disponibilidade e no desempenho dos Serviços de Clientes, em conformidade com os ANS e ANO.
Situação	Suspenso Motivo: O projeto J42 não teve finalizada a entrega 3 do projeto do SIGPB 2.0, conforme registrado no e-Car da seguinte forma: 1. (Projeto Aberto e Integral) - SUPCD - Superitendência de Produtos e Serviços-Centro de Dados 1.1 Projeto Aberto - Atualização da Solução de TI para Suporte ao Gerenciamento da Plataforma Baixa 1.1.1 Entregas 1.1.1.03 Instalação e configuração das ferramentas da solução SIGPB 2.0 Expectativa de retorno: fevereiro/2015
J43 – Reestruturação e massificação de testes de requisitos não funcionais nas soluções de software	
Objetivo	1) Reestruturar o serviço de testes de RNF. 2) Expandir a execução de testes de RNF nas soluções de software. 3) Definir métricas para os testes de RNF. 4) Identificar os custos dos projetos de testes.
Situação	Cancelado. Motivo: “O projeto até seu encerramento apresentava situação preocupante, tendo em vista a perda de prioridade do mesmo como projeto estratégico, o que fez com que o mesmo não conseguisse envolver as partes interessadas necessárias para priorizar as atividades. O projeto passou a ser conduzido como uma atividade operacional da área SUPST/STDTE de gestão de Tecnologia - Prospecção Tecnológica e está sendo acompanhado através da ferramenta ALM.”

J45 – Implantação do modelo de resiliência para o Serpro	
Objetivo	Construir o primeiro piloto de Engenharia de Resiliência Corporativa do SERPRO, na DIOPE.
Situação	Em andamento.
J47 – Melhorias na internalização e sustentação das tecnologias de desenvolvimento	
Objetivo	Estabelecer diretrizes para a gestão de tecnologias de desenvolvimento contemplando a prospeção, internalização sustentação e descarte. Definir lista de Tecnologias de Desenvolvimento Estruturantes Designar gestores das Tecnologias Estruturantes Alinhar as diretrizes ao processo de Gestão de Tecnologia (PCVTIC) com foco nas tecnologias de desenvolvimento. Definir Modelo de Governança para gestão de tecnologias de desenvolvimento Realizar Piloto de Planejamento de Tecnologia com base no modelo de Governança Definir Arquitetura Empresarial DIDES Cada um desses objetivos será mapeado diretamente a entregáveis e marcos de entrega no cronograma.
Situação	Cancelado. Motivo: "O projeto foi encerrado tendo em vista que o mesmo passou a ser tratado como uma atividade operacional da STDWC inicialmente e posterior da STDGE, onde as atividades passaram a ser acompanhadas na ferramenta ALM como gestão de Tecnologia - Sustentação tecnológica."
J49 – Revisão e institucionalização do modelo de governança de processos	
Objetivo	Reforçar o direcionamento estratégico e ampliar os conhecimentos de gestão por processos na organização como um todo, investindo na mudança da cultura organizacional a partir de um modelo de gestão funcional para a construção do modelo de gestão baseado em processos.
Situação	Concluído.
J51 – Ferramenta de Business Process Management Suite (BPMS)	
Objetivo	Definição, prospecção e implantação de uma ferramenta, arquitetura de solução e modelo tecnológico dela. Desenho de um ou mais processos corporativos dentro da ferramenta. Implementar a execução dos processos que forem desenhados e definidos.
Situação	Cancelado. Motivo: "O projeto foi encerrado em 2014 por não haver previsão orçamentária para sua continuidade e perda de prioridade em relação a estratégia empresarial. O mesmo passou a ser conduzido como uma atividade de gestão de tecnologia da SUPST de prospecção tecnológica e acompanhado pela ferramenta ALM desde Fev /2014."

J52 – Implantação de ferramenta Project Portfolio Management (PPM) – Flamboyant (COEEP)	
Objetivo	Prospectar, adquirir e implantar uma ferramenta para suporte as atividades de gestão de projetos e portfólios ate dez de 2014.
Situação	Concluído.
J56 – Plano de Campanha sobre inovação	
Objetivo	Desenvolver e executar um Plano de Campanha a fim de transformar a inovação em um valor da empresa reconhecido interna e externamente.
Situação	Em andamento.
J57 – Obra do novo centro de dados de São Paulo	
Objetivo	Dotar a Regional São Paulo de um novo Centro de Dados que permitirá manter o atendimento às demandas atuais e ampliar sua capacidade de atendimento de novos contratos, dentro das práticas de TIER 4, com atendimento ininterrupto.
Situação	Suspenso. Motivo: “De acordo com o exposto em ATA DA REUNIÃO DE 12/03/2014 - 8/2014, também anexada ao E-Car em 'Pastas para Anexos' - Gestão, o Projeto Construção do Novo Centro de Dados na Regional São Paulo foi suspenso. 'O Diretor de Administração, Senhor Antonio João Nocchi Parera, submeteu à deliberação do Colegiado, proposta de suspensão do projeto de construção do Centro de Dados da Regional São Paulo com os competentes argumentos. A Diretoria deliberou no sentido de suspender a execução do projeto em tela.”
J61 – Automatização da gestão de contrato (SUNAC)	
Objetivo	Agilizar o processo de gestão contratual, no sentido de aprimorar as informações necessárias a tomadas de decisões empresariais.
Situação	Cancelado. Motivo: “Cancelamento do Projeto J61 tendo em vista mudança de direcionamento da Empresa. Será reavaliada sua recondução futuramente”.

J62 - Padronizar e internalizar conceitos de solicitações de serviço do cliente	
Objetivo	Identificar os processos que utilizam os termos, conceituar os termos (se possível, discutir a governança dos conceitos), definir um repositório, elaborar um plano de internalização.
Situação	Cancelado. Motivo: "Projeto cancelado em função do direcionamento estratégico de implantação do modelo Ágil na Empresa, com prováveis reflexos na estrutura de processos corporativos, inclusive nas definições de termos usados nesses processos."
J63 – Expansão do centro de dados do Rio de Janeiro	
Objetivo	Dotar a Regional Rio de Janeiro de um espaço característico de CPD, adicionalmente à Sala Cofre existente, para atendimento às demandas de novos contratos, junto à clientes do SERPRO.
Situação	Suspenso. Motivo: "Esse projeto teve sua execução suspensa pela Diretoria do SERPRO, conforme deliberação em reunião ocorrida no dia 08/04/2014."
J64 – Instituição do planejamento corporativo dos investimentos, aquisições e contratações (SUPGA)	
Objetivo	a) orientar, estruturar, integrar e alinhar as demandas e necessidades das Unidades Organizacionais do Serpro com a gestão orçamentária e com as soluções tecnológicas existentes na Empresa; b) contribuir com orientações, sugestões e implementações de melhoria nos trabalhos da Unidade de Gestão de Demandas de Contratações (UGD); c) fomentar o aprimoramento dos trabalhos e das atividades do Comitê de Planejamento do Subprocesso de Demandas e Planos de Contratações, instituído pela Decisão de Diretoria OE-110/2012; d) viabilizar a adequada integração do funcionamento do Comitê com o Processo de Aquisições e Contratações do Serpro (PAQ), instituído pela Resolução GE-002/2011; e e) divulgar para todo o ambiente corporativo os seus resultados.
Situação	Em andamento.
J68 – Tratamento de registro de problemas críticos (SUPGS)	
Objetivo	Realizar um tratamento prioritário aos registros de problemas críticos dos clientes MPOG, RFB (e-Processo), PGFN (SAJ) e STN. Estes são considerados os serviços que mais afetam o cumprimento do nível de serviços de disponibilidade.
Situação	Em andamento.

Implantação da Virtualização no Centro de Dados	
Objetivo	Implantar a tecnologia de virtualização no centro de dados, de forma a otimizar o uso dos recursos de centro de dados.
Situação	Concluído.
Adequação da Área Central do Centro de Dados da Regional Brasília	
Objetivo	Adequar a área central do centro de dados da Regional Brasília, originalmente projetada para abrigar serviços de monitoração e pessoas, para receber equipamentos de produção, de modo a possibilitar a celebração de novos contratos de receita com clientes, com o aumento de área física e de disponibilidade de energia elétrica e de climatização.
Situação	Em andamento.
Gerenciamento Integrado de Serviços do SERPRO (SUPGS)	
Objetivo	2009-2010: Elaborar modelo de Gerenciamento Integrado de Serviços - GIS. O modelo tem como objetivo estabelecer as diretrizes de funcionamento do Gerenciamento Integrado de Serviços na organização e subsidiará as demais etapas do projeto, visando proporcionar a gestão de demandas por recursos de infraestrutura ou serviços de TIC, desde a sua internalização pela URC e demais áreas da organização, até a entrega do serviço ao cliente, a partir da qual são estabelecidas ações para atuação proativa na gestão do ciclo de vida deste serviço contratado, garantindo a conformidade com os níveis de serviço estabelecidos. 2010-2011: estruturar a área responsável pelo Gerenciamento Integrado de Serviços, revisar e publicar os processos de gerenciamento do antigo PSGS, implantar as gestões corporativas dos processos conforme modelo de gestão GIS e mapear os novos processos de gerenciamento de demanda de porte elevado para infraestrutura, nível de serviço, capacidade e disponibilidade. 2011-2012: implantar o processo de gerenciamento de demanda de porte elevado para infraestrutura, elaborar e disponibilizar EAD para reciclagem de conhecimento (transição PSGS para PSGIS), realizar integrações dos processos do PSGIS com demais processos corporativos para alinhamento ao negócio. 2013-2014: implantar as gestões corporativas de configuração, requisição de serviço, eventos, demanda e nível de serviço.
Situação	Concluído.
E-Gov nos Telecentros (UNISE)	
Objetivo	O projeto objetiva disponibilizar os serviços de Governo Itinerante nos telecentros, a fim de tornar os serviços do Governo Eletrônico mais acessíveis às camadas menos favorecidas. Contribuirá com a meta de Sociedade no eixo inclusão digital.
Situação	Em andamento.

Adequação do projeto de Governança de TI ao PCVTIC	
Objetivo	Adequação do projeto da Governança de TI no SERPRO, com foco na melhoria, evolução e monitoração do Processo de Ciclo de Vida de Tecnologia (PCVTIC), abrangendo a construção de novo catálogo de tecnologia e a integração do PCVTIC com os demais processos da empresa.
Situação	Concluído.
Segmentação das Redes do SERPRO	
Objetivo	Segmentar a rede interna do Serpro e forma a melhorar a gerência dos serviços e padronizar o endereçamento de rede. Também serão criados/adicionados as seguintes ZDMS: Serviços da torre de controle; Gerência da torre controle; Desenvolvimento e virtualização. Essa estrutura oferecerá níveis de segurança de acordo com o tipo de trabalho executado por cada perfil de usuário em cada rede, garantindo segurança, auditabilidade e rastreabilidade.
Situação	Concluído.
Sistema Integrado do Monitoramento e Registro Automático de Veículos (SIMRAV)	
Objetivo	Concebido com o objetivo de servir aos órgãos executivos de trânsito como instrumento para a prevenção, fiscalização e repressão ao roubo/furto de veículos e cargas, por meio da identificação de equipamentos antifurto e para atender aos proprietários no bloqueio e localização de seus veículos.
Situação	Suspenso. Motivo: "O projeto foi suspenso inicialmente em 18/03/2014 aguardando orientações do novo coordenador da CGIE/DENATRAN, que foi substituído segundo publicação no Diário Oficial de 05/03/2014. Em 07/05/2014 foi publicada a Resolução nº 485 prorrogando os prazos estabelecidos na Resolução CONTRAN nº 443 de 25/06/2013 e nº 472 de 18/12/2013 pelo período de 24 meses. Diante dessas Resoluções, o projeto permaneceu suspenso."
e-Processo (SUNAC)	
Objetivo	Agilizar o andamento processual na RFB, CARF e PGFN. Tendo como objetivo central a transformação dos processos administrativos em processos digitais e o controle dos processos tipo papel, com o gerenciamento do seu fluxo de trabalho, no âmbito da RFB, do CARF e da PGFN, com segurança, agilidade, fidedignidade e transparência. O projeto tem total alinhamento com o planejamento estratégico do SERPRO visto que visa oferecer a evolução de um serviço de Tecnologia da Informação ao seu cliente Receita Federal, além de ser um serviço de grande importância para este cliente, no que se refere à otimização dos seus procedimentos de trabalho.
Situação	Concluído.

ACPUC - Unificação de Crédito Previdenciário e Fazendário	
Objetivo	Integração do tratamento dos créditos previdenciários e créditos tributários. Será criada a Escrituração Fiscal Digital Social (eSocial), substituindo a GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social) e gerando a DCTF-Prev (Declaração de Contribuições Fiscais e Tributárias – Previdenciária). A DCTF-Prev. Os benefícios do projeto são muito relevantes, a saber: 1. Hoje a RFB tem dois processos de cobrança diferentes, um para créditos tributários e outro para créditos previdenciários, gerando duplicidade de processos, gastos desnecessários e falta de visão unificada do contribuinte, problemas estes que serão solucionados a partir da unificação trazida pelo projeto; 2. Possibilidade de extinção de várias obrigações acessórias, como a GFIP, a DIRF, CAGED, RAIS etc. 3. Permitirá uma visão muito mais precisa e uma fiscalização muito mais eficiente das relações de trabalho, benefícios previdenciários e créditos previdenciários.
Situação	Cancelado. Motivo: “Cancelado pelo superintendente. A partir de 2015 o assunto passará a ser tratado de maneira regular pela superintendência.”
MCT - Macro Processo do Crédito Tributário	
Objetivo	Prover a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Procuradoria-Geral Federal (PGF) de sistema de informações baseado em TIC que promova a Visão Integrada do Macroprocesso do Crédito Público no âmbito do Ministério da Fazenda, tratando-o em todas as etapas do seu ciclo operacional. O projeto visa otimizar procedimentos operacionais ora existentes com consequente redução em seus custos, simplificar e padronizar o processo de cobrança, além propiciar um atendimento com maior efetividade ao contribuinte.
Situação	Concluído.

5.1.5 Divulgação do Planejamento Estratégico

NO SERPRO, para cada ciclo de planejamento estratégico é elaborado um Plano de Comunicação, cujo objetivo é divulgar os objetivos estratégicos e seus resultados ao longo do ano, por meio dos veículos de comunicação institucionais. O plano atinge como público tanto o corpo gerencial quanto o funcional. Em 2014, foram destacadas as seguintes ações:

- telas de abertura apresentando os objetivos estratégicos, suas dimensões, diretrizes e metas;
- criação da imagem para a série de matérias sobre os objetivos e diretrizes estratégicos;
- 11 emails marketing com links para as matérias sobre os relatórios mais importantes do ano;
- papel de Parede na semana do lançamento da primeira série de matérias do objetivo estratégico;
- notas no Primeira Leitura sobre a aprovação do Ciclo do Planejamento Estratégico 2014 e seus objetivos estratégicos;
- nota no Direto (canal de comunicação voltado aos gerentes) sobre o Ciclo do Planejamento Estratégico 2014;
- matéria na intranet do Portal Integrado abordando cada uma das diretrizes estratégicas;
- uma matéria por ciclo de controle sobre os relatórios de monitoramento do ciclo estratégico;

5.1.6 Riscos de impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos e diretrizes da estratégia

No final de 2013 o SERPRO aprovou o planejamento de longo prazo (2014-2022) e iniciou sua execução em 2014.

No âmbito de cada projeto, conforme orientação do Processo de Gerenciamento de Estratégia e Projetos SERPRO (PGPS), realiza-se a gestão de riscos, que ajuda a controlar as incertezas de implementação da estratégia.

Ainda, por meio do monitoramento e controle periódico da estratégia, são adotadas ações preventivas e corretivas, a fim de minimizar o risco de não cumprimento das diretrizes estratégicas.

5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

5.2.1 Ações do Plano Plurianual – PPA

Os investimentos do SERPRO em 2014 ocorreram sob um programa de caráter geral estabelecido pelo DEST/MP denominado Investimentos das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio, código 0807 que se desdobrou nas seguintes ações:

Ação 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.

Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

Para essas atividades, em vista de sua natureza e pluralidade de elementos que as compõem, não foram estabelecidas metas físicas, apenas estabelecidas, em caráter balizador, as dotações orçamentárias, de forma idêntica às constantes dos Relatórios de Gestão anterior.

quadro A.5.2.1 – ações do PPA

PLANO PLURIANUAL – PPA 2010 – 2014			
EXECUÇÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO 2014			
PROGRAMA DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRAESTRUTURA DE APOIO			
AÇÃO	PREVISÃO ANUAL	REALIZAÇÃO ANUAL	(%) REALIZAÇÃO
4101 – Manutenção de Bens Imóveis	199.654.000	13.991.092	7,01%
4102 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos	8.060.000	954.567	11,84%
4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	192.286.000	190.516.033	99,08%
Total	**400.000.000**	**205.461.692**	**51,37%**

5.2.1.1 Justificativas

Apresentam-se, a seguir, as justificativas para as ações referentes a "Manutenção e Adequação de Bens Imóveis", "Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos (Bens)" e "Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento (Informática)".

Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis (Obras)

Justificativa: Foi aprovado para Obras um valor de R$ 199,6 milhões, desse montante foram realizados 7,01% (R$ 13,9 milhões).

A não realização de cerca de R$ 185,7 milhões justificam-se por: - não construção do Centro de Dados de São Paulo (orçado inicialmente em aproximadamente R$ 185 milhões), - atrasos por parte dos fornecedores, - necessidades de adequação de projetos de obras durante a execução, - dificuldades nos processos de licitação e outras.

Ação 4102 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos (Bens)

Justificativa: Em 2014 foi aprovado o montante de R$ 8 milhões para investimentos em bens de infraestrutura, desse montante foram realizados 11,84% (R$ 954 mil).

A não realização do montante de R$ 7 milhões se deve principalmente a problemas no fluxo de caixa da empresa que impossibilitou a aquisição dos bens aprovados inicialmente no plano de aquisições do exercício 2014, fora isso, ocorreu atrasos no fornecimento de alguns bens por parte dos fornecedores.

Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento (Informática)

Justificativa: Em 2014 foi aprovado o montante de R$ 192,2 milhões em Informática, desse montante foram realizados 99,08% (cerca de R$ 190,5 milhões).

A não realização de cerca de R$ 1,7 milhões se deve principalmente a contratações que não foram concluídas em tempo hábil no exercício e foram prorrogadas para 2015.

5.2.1.2 Detalhamento da Justificativa

Ação 4101 - Obras

Os principais processos de contratações/aquisições em andamento ou em fase de entrega com as devidas justificativas para os investimentos de infraestrutura (Obras) são apresentadas no quadro seguinte, sob responsabilidade da Superintendência de Gestão Logística (SUPGL).

quadro A.5.2.1.2.a – justificativa da ação 4101

Regional	Objeto	Justificativa
Boa Vista	Contratação de Empresa especializada em Engenharia, para execução do serviço de adequação de infraestrutura do novo escritório do SERPRO em Boa Vista – RR.	Atraso da demanda justifica-se ao fato do escritório está localizado dentro do cliente, demanda em andamento.
Brasília	Contratação de empresa especializada para instalação de novo sistema de controle de acesso a nível nacional.	O cronograma inicial foi alterado face as dificuldades do fornecedor em concluir o Projeto Executivo em razão das alterações e ajustes necessários nos locais de instalação das Regionais. Demora na liberação dos equipamentos importados pela alfândega. Necessidade de aditamentos ao contrato em função de alteração do projeto nas Regionais de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília, além da inclusão da Regional de Florianópolis.
Brasília	Elaboração de projetos de instalações de novo sistema de Ar Condicionado.	O valor não realizado em 2014, refere-se à etapa 4 – Assessoria técnica. Conforme a Cláusula Quarta do contrato, os serviços desta etapa só devem ser pagos quando efetivamente utilizados, o que não ocorreu em 2014. A etapa somente será realizada no período da contratação e durante a execução do projeto, se houver.

Regional	Objeto	Justificativa
Brasília	Elaboração de projetos executivos de arquitetura e engenharia para construção de banheiros coletivos e acesso predial.	O valor não realizado em 2014, refere-se aos serviços de supervisão e assessoramento, conforme previsto na Cláusula Quarta, item 4.1, do contrato. Os pagamentos desses serviços estão condicionados à efetiva contratação das obras de execução dos projetos. Devido à contenção de gastos, em 2014 o processo de contratação das obras de execução dos projetos não ocorreu.
Brasília	Elaboração de projeto executivo para adequação do telhado da Regional Brasília.	O processo de contratação do projeto executivo do telhado da Regional Brasília teve início no fim de 2014 e ainda está em andamento, os documentos para habilitação foram analisados. A previsão para finalizar o processo de contratação é 27/02/15.
Fortaleza	Instalação de exaustores axiais eólicos e captadores de ar natural nos WCs e copa da Regional Fortaleza.	Em virtude das restrições orçamentárias impostas no exercício de 2014, através do Plano de Contenção de Gastos (resolução CN 008/2014), não foi possível iniciar o processo de contratação no início do ano, sendo autorizada a contratação deste item somente em 09/2014, aliado ao fato de terem sido realizados 3 pregões para que a contratação fosse efetivada, não houve tempo suficiente para liquidação do empenho ainda em 2014, ficando para o exercício de 2015 a realização da demanda.
Fortaleza	Elaboração do projeto de ampliação da Regional Fortaleza.	Trata-se da 4ª parcela do contrato de elaboração de projeto, parcela a ser paga quando da aprovação do mesmo nos órgãos competentes. O projeto encontra-se ainda em tramitação nos órgãos sem previsão de conclusão.
Recife	Renovador de ar sistema de climatização.	Trata-se de equipamentos/materiais que não foram entregues em tempo hábil pelo fornecedor, assim demanda será concluída em 2015.
Rio de Janeiro	Projeto de Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio para as dependências do HORTO - Regional Rio de Janeiro.	Não houve tempo hábil para realizar a contratação dentro do exercício 2014.
Rio de Janeiro	Projeto de Sistema de Vigilância através de Circuito Fechado TV (CFTV), para as dependências do HORTO/RJ.	Não houve tempo para realizar a contratação dentro do exercício 2014.
São Paulo	Execução de serviços de reforma e revitalização da entrada e interior do Bloco 3B - Centro de Dados, situado no prédio da Regional São Paulo.	Serviço havia sido interrompido pelo fornecedor em razão do não pagamento de faturas. Os serviços foram retomados no final de 2014 com entrega prevista para início do mês de fev/15
São Paulo	Implementação de modernização, confiabilidade e economia de energia em sistema central de água gelada.	Os serviços não puderam ser executados em função do SERPRO não ter liberado a área (os clientes não concordaram com a parada no fornecimento de energia elétrica).

Ação 4102 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos (Bens)

Os principais processos de contratações/aquisições em andamento ou em fase de entrega com as devidas justificativas para os investimentos de infraestrutura (Bens) são apresentadas no quadro seguinte, sob responsabilidade da Superintendência de Gestão Logística – SUPGL.

quadro A.5.2.1.2.b – justificativa da ação 4102

Regional	Objeto	Justificativa
Belém	Aquisição de 1 Sofá de dois lugares e 2 Sofás de um lugar, para o novo Auditório do SERPRO – Regional Belém - ND 44.90.52.	Dificuldade em encontrar fornecedores em Belém e em obter resposta de fornecedores pela internet.
Belo Horizonte	Aquisição de câmeras para CFTV da Regional Belo Horizonte.	As câmeras foram adquiridas, porém não foram entregues em tempo hábil, assim a demanda será concluída em 2015.
Belo Horizonte	Aquisição de 4(quatro) RACKS VERTICAIS.	No final do ano quando da entrega o fornecedor só tinha 3 em estoque, e ficou de enviar o outro dentro de 60 dias.
Brasília	Aquisição de 2 projetores multimídia para o Espaço Cidadão/DF.	Não houve tempo hábil para realização das compras até o final do ano.
Brasília	Aquisição 2 bebedouros para atender ao Espaço Cidadão DF	Não houve tempo hábil para realização das compras até o final do ano.
Brasília	Aquisição de cadeiras para o futuro espaço de convivência / refeitório da Regional Brasília.	Não houve tempo hábil para realização das compras até o final do ano.
Brasília	Aquisição de jogo de sofá sob medida, para o futuro espaço de convivência / refeitório da Regional Brasília (Projeto Ágil)	Não houve tempo hábil para realização das compras até o final do ano..
Recife	Aquisição de cadeiras ergonômicas para atender a Regional Recife.	Aquisição feita em 2014 com entrega prevista para início de 2015
Ribeirão Preto	Aquisição de 02 aparelhos de ar condicionado para o escritório de Ribeirão Preto.	Aquisição feita em 2014 com entrega prevista para início de 2015
São Luis	Aquisição de aparelho de ar condicionado tipo split, para atender ao Escritório de São Luis.	Devido às restrições orçamentárias impostas ano passado, através do Plano de Contenção de Gastos (resolução CN 008/2014), a autorização só foi concedida no 2º semestre, aliado aos trâmites necessários para a contratação e atraso no fornecimento por parte da Contratada, impediram a realização do orçamento ainda no exercício de 2014, devendo o mesmo ser liquidado em 2015.
São Paulo	Aquisição de 1 (um) refrigerador de 1 porta, frost free.	Desvio ocorrido entre o pedido do fornecedor e transportadora, em 2014. Após gestão com fornecedor, o refrigerador foi entregue na regional em 14 de janeiro de 2015.
São Paulo	Aquisição de cadeiras ergonômicas com encosto em tela e cadeiras sem braço	Aquisição feita em 2014 com entrega prevista para início de 2015
Teresina	Aquisição e instalação de split 3600 Btus para escritório de Teresina.	Não foi possível realizar a contratação, instalação e realização do orçamento empenhado em 2014, ficando para o exercício 2015 a liquidação do empenho.

Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento (Informática)

Os principais processos de contratações/aquisições em andamento ou em fase de entrega com as devidas justificativas relacionadas pelas áreas demandantes para os investimentos de informática são apresentadas no quadro seguinte:

quadro A.5.2.1.2.c – justificativa da ação 4103

Software			
Área Demandante	**Regional**	**Objeto**	**Justificativas**
CETEC	Brasília	Convênio para o desenvolvimento conjunto de pesquisa científico-tecnológica.	Não houve tempo hábil para lançamento dos recibos e GRU em 2014. Acontecerá em 2015
COGTI	Brasília	Contratação de licenças com manutenção para solução de software de Proteção de Estação de Trabalho e Servidores e para solução de software de Gestão e Análise de Ambiente (Gerenciamento de Endpoints), e Suporte Técnico para licenças de solução de software de Proteção de Estação de Trabalho e Servidores.	Não houve tempo hábil para o faturamento em 2014. O aceite foi dado em janeiro e a aquisição deve ser transferida para 2015.
COGTI	Brasília	Celebração do Primeiro Termo Aditivo ao contrato RG 52.278.	Não houve tempo hábil para a assinatura do termo aditivo junto ao fornecedor. O aditivo será feito em 2015.
SUPCD	Brasília	Contratação de nova funcionalidade para a suíte de aplicações Q-ware Family, compatível com a versão atualmente instalada nos Centros de Dados do SERPRO.	Valor referente aos serviços técnicos que acontecerão em 2015.
Hardware			
Área Demandante	**Regional**	**Objeto**	**Justificativas**
COGTI	Brasília	Celebração do Primeiro Termo Aditivo ao contrato RG 52.278.	Não houve tempo hábil para a assinatura do termo aditivo junto ao fornecedor. O aditivo será feito em 2015.
COGTI	Brasília	Aquisição 4 (quatro) unidades de Roteadores.	Nota fiscal só foi emitida em 2015. A aquisição deve ser mantida em 2015.
COGTI	Brasília	Aquisição de codecs de videoconferência	Não houve tempo hábil para entrega dos equipamentos em 2014. A aquisição concluirá em 2015.
COGTI	Manaus	Aquisição referente a soluções de SWITCHES, via Pregão Eletrônico com criação de Ata de Registro de Preço.	Não houve tempo hábil para o aceite em 2014. A aquisição deve ser transferida para 2015.
SUPOP	Belém	Aquisição de Servidores e Racks.	Não houve tempo hábil para entrega dos equipamentos em 2014. A aquisição se concluirá em 2015.

5.2.2 Análise Situacional

Do montante total aprovado para a realização de investimentos em 2014, foram realizados 51,37%, o que representa o montante de R$ 205,4 milhões.

Os percentuais de realização dos investimentos em informática foram de pouco mais de 99%, sendo realizado 99,09% em Hardware e 99,06% em Software. Os investimentos de Infraestrutura, Obras e Bens, tiveram a realização de 7,01% e 11,84% respectivamente.

Devido aos problemas no caixa da empresa durante o exercício 2014, a Empresa se viu obrigada a postergar os investimentos em Obras e Bens, tendo decidido concentrar os esforços nas áreas finalísticas. Por esta razão, fica evidente que as ações de Hardware e Software apresentaram níveis de realização muito superior às ações de Obras e Bens.

5.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

5.3.1 Indicadores Corporativos Permanentes

O SERPRO adota um conjunto de seis indicadores corporativos de caráter permanente, monitorados periodicamente e com série histórica.

quadro A.5.3.1 – indicadores corporativos permanentes

Indicador	Meta/Referência	Alinhamento / Dimensão
1. Horas de Treinamento	>= 36 hrs	Aprendizado e Crescimento
2. EBITDA	>= 13,68%	Econômico
3. Liquidez Corrente	>=1	Econômico
4. Imobilização do Capital Próprio	<1	Econômico
5.Endividamento Total	<1	Econômico
6. Margem Líquida	>0	Econômico

O valor registrado dos indicadores EBITDA, Liquidez Corrente e Endividamento Total para o mês de dezembro de 2012 foram calculados com base nas despesas financeiras, multas e juros somados aos valores de previdência do SERPROS.

Em 2013 as despesas financeiras, multas e juros foram separados da conta de previdência do SERPROS e evidenciados em conta de despesas financeiras separadamente, acarretando a variação dos valores do ano de 2012.

Essa pequena variação alterou esses índices porque eles trazem em sua fórmula contas que sofrem alterações em função dessa modificação.

5.3.1.1 Horas de Treinamento

a) Utilidade / finalidade: Medir o número de horas de treinamento a fim de garantir a equidade do programa. Medir o número de horas de treinamento dos Empregados por Diretoria, com vistas a mensurar a efetiva isonomia entre elas na competição por recursos para capacitações e formação (Ações Educacionais).

b) Tipo: Eficácia

c) Fórmula de cálculo: HT = ΣHTRf / TE
onde:
ΣHTRf = Somatório de horas de treinamento realizadas pelos funcionários
TE = Total de empregados.

d) Método de aferição: Coleta através do BISISGAD que acessa a base de dados do SISGAD (Extrator de Dados). Contemplado as horas do PLANCAP, PLANCAD, PCINE, PDG, Eventos Corporativos, Capacitação de Novos Empregados, E@D, Educação Superior e Educação Pós-graduada.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Universidade Corporativa SERPRO (UNISE).

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 36 h / 48,14 h – Atingiu a meta

quadro A.5.3.1.1.a – horas de treinamento por diretoria

Diretoria	Meta (h)	Resultado (h)
Diretor Presidente (DP)	35	44,57
Diretor Superintendente (DS)	34	79,30
Diretoria de Relacionamento com Cliente (DIRCL)	49	63,11
Diretoria de Operacional (DIOPE)	29	31,28
Diretoria de Administrativa (DIRAD)	35	38,70
Diretoria de Gestão Empresarial (DIGEM)	26	34,44
Diretoria de Desenvolvimento (DIDES)	44	68,78
SERPRO	36*	48,14**
* Média das metas das Diretorias; ** Resultado = Somatório das cargas horárias mensais das Diretorias / Total dos empregados das Diretorias		

g) Interpretação: Quanto maior melhor

h) Série histórica:

quadro A.5.3.1.1.b – horas de treinamento – série histórica

Ano	Desempenho
2010	69,4 h
2011	50,9 h
2012	38,5 h
2013	29,2 h
2014	48,14 h

5.3.1.2 EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*)

a) Utilidade / finalidade: O EBITDA é a sigla inglesa de Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization e que em português significa, literalmente, Resultados antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.

Representa o dinheiro gerado pela empresa e disponível para: Financiar os investimentos em bens de capital; efetuar o pagamento de impostos e Remunerar os acionistas através de dividendos.

b) Tipo: Efetividade

c) Fórmula de cálculo: EBITDA = (L /TGC) x 100
TGC = (PO + TSL + DA - RF + DF)

onde:

L = Lucro
TGC = Total de Geração de Caixa Operacional
PO = Prejuízo Operacional
TSL= Tributos sobre o Lucro
DA = Depreciações e Amortizações
RF = Receitas Financeiras
DF = Despesas Financeiras

d) Método de aferição: Coleta dos dados junto ao relatório Demonstrativo do Resultado (DRE).

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão Financeira (SUPGF).

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 13,68% / 11,60% - Não atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: Um fator importante para o não atingimento da meta do indicador foi a não repactuação do contrato de prestação de serviços junto à SRFB, gerando frustração de receitas previstas.

Aliado a isto, até dezembro de 2014 estava sendo considerado no cálculo a receita de R$ 19,2 milhões referente ao reconhecimento de Superavit a distribuir pelo SERPROS, fator que foi revertido no corrente mês, impedindo o aumento do indicador.

j) Série histórica:

quadro A.5.3.1.2 – EBITDA

Ano	Desempenho
2010	-12,81%
2011	-0,59%
2012	14,60%
2013	19,26%
2014	11,60%

5.3.1.3 Liquidez Corrente

a) Utilidade/finalidade: Permite evidenciar a posição patrimonial da entidade, avaliar o disponível em relação às obrigações.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: Disponível / Passivo Circulante

d) Método de aferição: Os dados são coletados do Balanço Patrimonial, mensalmente.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão Financeira (SUPGF).

f) Meta – Referência/Resultado do indicador no exercício: Igual ou maior que 1 / 0,82 - Não atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: O não atingimento da meta de 1,00 para este indicador se deu devido a dois fatores básicos: a reclassificação de R$ 252,6 milhões de Ativo Circulante para o Não Circulante, referente aos valores a receber em Avaliação de Direito na Câmara de Conciliação da AGU, conforme determinação da CGU; e a atual situação de caixa da empresa, gerando o atraso do pagamento de obrigações de curto prazo.

j) Série histórica:

quadro A.5.3.1.3 – liquidez corrente

Ano	Desempenho
2010	1,68
2011	1,65
2012	1,34
2013	0,93
2014	0,82

5.3.1.4 Imobilização do Capital Próprio

a) Utilidade / finalidade: Representa quanto (%) do Patrimônio Líquido está alocado em Ativo Permanente, ou seja, em bens não líquidos como investimentos em edificações, terrenos, máquinas pesadas, software, etc.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: (Ativo Não circulante – Realizável a Longo Prazo) / Patrimônio Líquido

A fórmula, que originalmente era (Ativo Imobilizado + Ativo Intangível) / Patrimônio Líquido, foi alterada, em 2014, para representar uma melhor análise quanto ao nível de investimento permanente da empresa.

d) Método de aferição: Os dados são coletados do Balanço Patrimonial, mensalmente.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão Financeira (SUPGF).

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: menor que 1 / 0,56 – Atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto menor melhor.

h) Série histórica:

quadro A.5.3.1.4 – imobilização do capital próprio

Ano	Desempenho
2010	0,60
2011	0,60
2012	0,61
2013	0,61
2014	0,56

5.3.1.5 Endividamento Total

a) Utilidade / finalidade: Mostra a participação de capitais de terceiros sobre os recursos totais de uma empresa. Indica o montante de recursos de terceiros que está sendo usado para gerar lucros.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: Passivo total/Patrimônio Líquido.

d) Método de aferição: Mensal. Os dados são coletados do Balanço Patrimonial.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão Financeira (SUPGF).

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: Menor que 1 / 0,77 – Atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto menor, melhor.

i) Série histórica:

quadro A.5.3.1.5 – endividamento total

Ano	Desempenho
2010	1,25
2011	1,42
2012	1,07
2013	0,86
2014	0,77

5.3.1.6 Margem Líquida

a) Utilidade / finalidade: Mede a fração de cada real de vendas que resultou em lucro líquido.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: Resultado mensal/Receita operacional líquida mensal

d) Método de aferição: Os dados são coletados a partir do Balanço Patrimonial, mensalmente.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão Financeira (SUPGF)

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: Maior que 0 / 0,08 – Atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior, melhor.

h) Série histórica:

quadro A.5.3.1.6 – margem líquida

Ano	Desempenho
2010	-0,21
2011	0,50
2012	0,66
2013	0,47
2014	0,08

5.4 Informações sobre Indicadores de Desempenho Operacional

Os planos táticos desdobram os elementos estratégicos em objetivos, metas e projetos táticos, enquanto que o nível operacional é atendido no contexto de planejamento de cada operação, pelas atividades que compõem o plano de trabalho de cada empregado.

O acompanhamento é feito via Sistema de Gerenciamento de Desempenho dos Empregados do SERPRO (SGDES). Ao final do exercício de 2014 não estavam disponíveis, corporativamente, indicadores específicos relativos ao conjunto de atividades do nível operacional.

5.5 Informações sobre Custos de Produtos e Serviços

O SERPRO atua em mercado de ampla concorrência, competindo com empresas da iniciativa privada pelo fornecimento de produtos e serviços de TIC à Administração Pública.

Para acompanhar a dinâmica desse cenário, o processo de formulação de preços de seus produtos e serviços, fundamental para a definição das estratégias de negócio da Empresa, toma por base os custos dos insumos envolvidos.

O quadro, a seguir, registra a variação dos custos dos recursos, nos últimos exercícios:

quadro A.5.5 – variação de custos entre 2012 e 2014

Recurso	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	Variação 2014/2013	Variação 2014/2012
PESSOAL	1.151.382.009,08	1.205.507.623,37	1.269.200.759,40	5,28%	10,23%
HARDWARE	85.005.915,27	86.457.365,82	86.390.617,48	-0,08%	1,63%
SOFTWARE	145.294.581,45	168.711.784,92	192.352.695,97	14,01%	32,39%
SERVIÇOS DE TELEPROCESSAMENTO	85.106.603,38	83.859.555,96	82.109.350,75	-2,09%	-3,52%
OUTROS	157.908.692,33	193.238.274,02	191.809.342,66	-0,74%	21,47%
TOTAL	**1.624.697.801,51**	**1.737.774.604,09**	**1.821.862.766,27**	**4,84%**	**12,14%**

Os custos totais do SERPRO apresentaram uma variação média acumulada de 12,14% no período de 2012 a 2014, motivada principalmente pela evolução dos custos de pessoal, cuja elevação tende acompanhar os índices inflacionários.

No período de 2012 a 2014, houve realocação de recursos objetivando adequação e otimização de acordo com as demandas e expectativas de novos serviços. Além disso, o custo de Software apresentou variação acumulada de 32,39% motivada pela necessidade de atualização do parque tecnológico e realização de investimentos em segurança para garantir os níveis dos serviços contratados pelos clientes.

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA

6.1.1 Programação das Despesas

quadro A.6.1.1 – programação das despesas

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 – Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			400.000.000	Sem ocorrência	Sem ocorrência	
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados					
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)			400.000.000			
Dotação final 2013 (B)			210.000.000			
Variação (A/B-1)*100			90,48			

6.1.1.1 Análise Crítica

A proposta inicial de R$ 400 milhões foi aprovada sem alterações. No decorrer do exercício não houve a necessidade de abertura de créditos especiais, extraordinários, suplementações ou cancelamentos.

Em 2014 havia a expectativa de construção de um novo centro de dados em São Paulo, ocasionando assim uma variação de 90,48% na dotação inicial.

6.1.2 Realização da Despesa

quadro A.6.1.2 – realização da despesa

b) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários da unidade						
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada/Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios					
	2013	2014	2012	2013	2013	2014
4 - Investimentos	**146.923.541,86**	**205.461.692,09**	**0,00**	**0,00**	**118.452.052,48**	**97.454.082,92**
449039 - outros servicos de terceiros- pessoa juridica	71.481.420,85	90.182.071,23	0,00	0,00	42.437.226,58	42.086.263,66
449051 - obras e instalacoes	24.980.781,65	13.991.092,17	0,00	0,00	29.469.453,43	16.929.197,39
449052 - equipamentos e material permanente	50.461.339,36	101.288.528,69	0,00	0,00	46.545.372,47	38.438.621,87
5 - Inversões Financeiras - NA	**NA**	**NA**	**NA**	**NA**	**NA**	**NA**
6 - Amortização da Dívida – NA	**NA**	**NA**	**NA**	**NA**	**NA**	**NA**

c) Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - créditos originários da Unidade						Valores em R$ 1,00
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada/LIquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios					
	2013	2014	2012	2013	2013	2014
1 – Despesas de Pessoal	1.460.274.503	1.398.842.822	0	0	1.173.819.706	1.057.035.464
319003 – pensoes do rpps e do militar	0	102.744				0
319005 – outros benef. Prev. Do servidor ou do militar	701.922	699.442			0	0
319007 - contrib. a entidades fechadas de previdencia	78.513.176	84.663.569	0	0	76.448.217	84.720.891
319011 - vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	991.299.523	1.074.622.391	0	0	789.676.567	785.737.487
319013 - obrigacoes patronais	160.461.332	169.836.936	0	0	106.828.281	152.552.533
319016 - outras despesas variaveis - pessoal civil	23.560.213	23.302.595	0	0	0	0
319091 - sentencas judiciais	203.809.637	43.788.738	0	0	198.974.217	33.966.567
319094 - indenizacoes e restituicoes trabalhistas	37.210	48.180	0	0	0	0
319096 - ressarcimento de desp. de pessoal requisitado	1.891.490	1.880.970	0	0	1.892.424	57.986
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0
N/A	0	0	0	0	0	
3- Outras Despesas Correntes	578.069.115	618.422.220	0	0	527.799.575	595.629.366
339008 – outros beneficios assistenciais	6.188.145	6.914.832	0	0	0	0
339014 - diarias - pessoal civil	6.192.645	3.503.340	0	0	8.000.306	3.732.159
339030 - material de consumo	5.751.680	4.939.283	0	0	4.902.184	4.808.056
339031 - premiacoes cult., art., cient., desp. e outr.	0	116.000	0	0	88.383	0
339032 – materila, bem ou serviço p/ distrib. Gratuita	0	0	0	0	0	0
339033 - passagens e despesas com locomocao	11.595.315	7.892.466	0	0	10.896.821	7.930.373
339035 - servicos de consultoria	3.520.350	2.408.658	0	0	2.615.770	2.622.683
339036 - outros servicos de terceiros - pessoa fisica	489.315	499.481	0	0	423.240	470.767
339037 - locacao de mao-de-obra	57.699.181	66.592.746	0	0	55.000.763	66.381.567
339039 - outros servicos de terceiros-pessoa juridica	478.537.171	518.059.452	0	0	437.796.324	501.317.514
339047 - obrigacoes tributarias e contributivas	4.109.276	3.956.213	0	0	2.783.821	3.700.450
339049 – auxilio-transporte	2.041.269	1.582.968	0	0	5.291.964	4.665.797
339067 - depositos compulsorios	0	0	0	0	0	0

6.1.2.1 Análise Crítica da Realização da Despesa

6.1.2.1.1. Despesas de Pessoal

Os acréscimos verificados nas contas 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil e 319013 – Obrigações Patronais decorreram de acordo coletivo firmado com os empregados e das promoções.

No exercício de 2013, a ocorrência de ação trabalhista de cerca de R$ 158,8 milhões ocasionou um aumento expressivo na rubrica 319091 – Sentenças Judiciais, situação que não se repetiu em 2014.

6.1.2.1.2. Outras Despesas Correntes

O aumento percebido no item "Outras Despesas Correntes" origina-se em grande parte pela variação na conta 339039 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica. Este acréscimo se explica pelo reajuste no valor do ticket diário e concessão de cartela extra, decorrente de acordo coletivo (33903940 – Programa de Alimentação do Trabalhador); gastos com manutenção de software; pagamento de multas e encargos financeiros; gastos com locação de software; repactuação de valores oriundos de acordo coletivo proveniente dos contratos de vigilância ostensiva (Conta 33903703) e de limpeza e conservação (Conta 33903702); e despesas com manutenção e conservação de bens imóveis (33903704).

As demais contas sofreram redução, fruto da política de contingenciamento estabelecida pela Empresa.

6.1.2.1.3 Investimentos

Os aumentos nos investimentos referem-se à aquisição de software (449039) e à aquisição de equipamento de processamento de dados (449052).

Os investimentos em obras (449051) tem por característica a ocorrência sob demanda, o que justifica sua redução em 2014.

6.2 Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda

O SERPRO não mantém contrato com agência de publicidade para a criação de peças publicitárias e planejamento das campanhas, visto que tais tarefas são executadas por equipe própria, lotada na área de comunicação da Empresa.

A publicidade legal, para divulgação de prestação de contas, contratos, editais e de atos administrativos é realizada por meio das instituições oficiais.

Para publicidade institucional, o SERPRO estabelece contrato com empresa prestadora de serviços gráficos para produzir peças gráficas, como folders e cartazes, de divulgação de ações, programas, serviços, campanhas, metas e resultados do SERPRO, com o objetivo de valorizar, fortalecer e promover a imagem da empresa junto ao seus públicos de interesse.

Além disso, o SERPRO mantém contrato para a impressão da Revista Tema, publicação de periodicidade bimestral, distribuída para público externo e interno, totalizando 6 mil exemplares por edição e 6 edições por ano. A versão digital está disponível no endereço http://tema.serpro.gov.br/pub/serpro/?ipg=anch2003.

quadro A.6.2 – despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	Contrato 50.233/2012 (Produção de peças gráficas)	243.442,92	239.255,21
Institucional	Contrato 50437 (Impressão da Revista Tema)	50.119,25	50.119,25

6.3 Transferência de Recursos

6.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência vigentes no Exercício

quadro A.6.3.1 - instrumentos de transferência vigentes no exercício posição em 31/12/14

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)									
CNPJ: 33.683.111/0001-07			**UG/GESTÃO:** UNISE (até 2011) CETEC (2012 em diante)						
Informações sobre as Transferências									
Mod. *	**Nº do instrumento ****	**CNPJ do Beneficiário**	**Valores Pactuados**		**Valores Repassados**		**Vigência**		**Sit.**
			Global	**Contra partida *****	**No Exercício**	**Acumulado até 2104**	**Início**	**Fim**	
3	48542	83.899.526/0001-82	700.008,00	158.008,00	0,00	542.000,00	01/03/12	28/08/14	4
3	45642	75.095.679/0001-49	569.305,28	100.000,00	39.108,76	351.978,84	06/05/11	06/05/15	1
3	50737	34.621.748/0001-23	753.838,55	129.772,80	0,00	312.032,87	15/05/13	29/12/15	1

* Mod (modalidade): 3-termo de cooperação, por analogia, na ausência de outra especifica dedicada às entidades que não utilizam recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União;
** Registro interno do SERPRO; UFPR 45642; UFSC 48542; e UFPA 50737.
*** Contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis;
**** Os repasses do SERPRO já foram totalmente concluídos e executados pela Gestão Financeira - SUPGF, por meio de GRU.
Sit (situação da trânsferência): 1-adimplente; 4-concluído

fonte: GDIG, HISAQ, SUPGF.

6.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

quadro A.6.3.2 – resumo dos instrumentos de transferências celebrados nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					
CNPJ:	33.683.111/0001-07					
UG/GESTÃO:	UNISE (até 2011) CETEC (2012 em diante)					
Modalidade	**Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício**			**Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R$ 1,00)**		
	2014	**2013**	**2012**	**2014**	**2013**	**2012**
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	1	1	39.108,92	739.467,91	672.046,28
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	1	1	39.108,92	739.467,91	672.046,28

Instrumentos celebrados: 2011, UFMG e UFPR. 2012, UFSC, e 2013, UFPA. Em 2014 não houve celebração de Termos de Cooperação.

fonte: Hisaq e SUPGF:

6.3.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas a Convênios e Contratos de Repasse

quadro A.6.3.3 – resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas (valores em R$1,00)

Unidade Concedente					
Nome: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					
CNPJ: 33.683.111/0001-07		**UG/GESTÃO:** UNISE (até 2011) CETEC (2012 em diante)			
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montante Repassados**		**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	**Termo de Cooperação**	**Contratos de Repasse**
2014	Contas Prestadas	Quantidade	-	03	-
		Montante Repassado	-	642.728,76	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	01	-
		Montante Repassado	-	312.032,87	-
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	03	-
		Montante Repassado	-	427.435,04	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	01	-
		Montante Repassado	-	312.870,08	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	05	-
		Montante Repassado	-	672.046,28	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	01	-
		Montante Repassado	-	117.326,28	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	03	-
		Montante Repassado	-	96.108,76	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	0	-
		Montante Repassado	-	0	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	01	-
		Montante Repassado	--	195.000,00 **	-

(**) O convênio RG 43890, da UFSC, teve suas contas aprovadas e encerradas em 2012. Naquele ano, a Prestação de Contas Parcial do Convênio com a UFPR não se deu por conta da greve das universidades federais, que prejudicou o controle administrativo-financeiro do Convênio. Essa prestação de contas parcial aconteceu no início de 2013, enquanto que a Prestação de Contas/UFPR em 2014 se deu em 17/12, no valor de R$ 39.108,92. A Prestação de Contas final UFMG ocorreu em 20/02/2014 no valor de R$ 332.620,00. A Prestação de Contas parcial da UFSC referente à primeira parcela (01/02) no valor de R$ 271.00,00 foi aprovada em 29/10/2014, enquanto que a Prestação de Contas da segunda parcela, que será considerada na Prestação de Contas Final da UFSC, no valor global do Termo de Cooperação de R$ 542.000,00, com previsão de aprovação em 2015.

fonte: GDIG, HISAQ, SUPGF.

6.3.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Termos de Cooperação

quadro A.6.3.4 – visão da prestação de contas de transferências concedidas **valor em R$1,00**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					
CNPJ: 33.683.111/0001-07			**UG/GESTÃO:** UNISE (até 2011) CETEC (2012 em diante)		
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montantes Repassados**			**Instrumentos**	
				Termos de Cooperação	**Contratos de Repasse**
2014	Quantidade de Contas Prestadas			03	
	Com Prazo de Análise ainda **não Vencido**	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	03	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
			Montante Repassado (R$)	642.728,76	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	
			Montante Repassado (R$)	0	
	Com Prazo de Análise **Vencido**	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
			Montante Repassado (R$)	0	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	
			Montante Repassado (R$)	0	
2013*	Quantidade de Contas Prestadas			03	
	Com Prazo de Análise ainda **não Vencido**	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	03	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
			Montante Repassado (R$)	427.435,04	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	
			Montante Repassado (R$)	0	
	Com Prazo de Análise **Vencido**	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
			Montante Repassado (R$)	0	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	
			Montante Repassado (R$)	0	
2012**	Quantidade de contas prestadas			05	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		05	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
		Montante repassado		672.046,28	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		1	
		Montante repassado (R$)		117.326,28	
2011**	Quantidade de Contas Prestadas			03	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		03	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
		Montante Repassado		96.108,76	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	
		Montante Repassado		0	
Exercício* Anterior a 2011**	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		01	
		Montante Repassado		195.000,00	

(**) O convênio RG 43890, da UFSC, teve suas contas aprovadas e encerrada em 2012. Em 2012 a Prestação de Contas Parcial do Convênio com a UFPR não se deu por conta da greve das universidades federais, que prejudicou o controle administrativo-financeiro do Convênio. Essa prestação de contas parcial aconteceu no início de 2013, enquanto que a Prestação de Contas/UFPR em 2014 se deu em 17/12.A Prestação de Contas final UFMG ocorreu em 20/02/14 no valor de R$ 332.620,00.

fonte: GDIG, HISAQ, SUPGF.

6.3.5 Análise Crítica

O SERPRO adota, para a eventualidade de precisar sanear transferências cuja prestação de contas não ocorra ou se apresente inadimplente, a suspensão de transferências futuras até que ocorra a apresentação ou regularização da respectiva prestação de contas.

Não ocorreram variações significativas, nos últimos três exercícios, na quantidade e no volume de recursos transferidos. Neste período, as prestações de contas parciais ocorreram dentro dos prazos regulamentados.

O gerenciamento das transferências, referentes aos Termos de Cooperação, é realizado envolvendo várias áreas da Empresa, conforme sua especialidade:

- gestão: CETEC;
- financeira: SUPGF;
- contratual: SUPGA; e
- jurídica: COJUR.

O acompanhamento, *in loco*, é realizado por empregados das equipes da CETEC, lotados nas Unidades Regionais do SERPRO diretamente nas cidades em que são executadas as pesquisas técnico-científicas.

A transferências, realizadas pelo SERPRO, configuram-se como efetivos instrumentos da execução descentralizada das políticas públicas, considerando-se, principalmente, a condição da Empresa enquanto partícipe das pesquisas técnico-científicas junto às universidades públicas federais, em especial as localizadas nos estados de Minas Gerais, Paraná, Pará e Santa Catarina. Desta forma, é promovida a resolução de demandas técnicas de clientes do SERPRO, enquanto que, ao mesmo tempo, o investimento em P&D realizado pelo SERPRO corrobora para a alavancar as condições de fomento e estudos das entidades de ensino superior. Tais pesquisas reforçam a execução de política governamental de estímulo ao uso de softwares e plataformas livres.

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade

quadro A.7.1.1.a – força de trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2014	Egressos em 2014
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	N / A			
2 Provimento de cargo em comissão				
3 Provimento de Emprego Público				
3.1 Celetistas	11.575[1]	10.625	234	218
3.1.1 Quadro Interno	N / A	7.669	226	167
3.1.2 Quadro Externo	N / A	2.956	8	51
3.2 Mandatários	7	7	0	0

fonte: InfoGP – Dez2014 / Séries Históricas 2014 – Admissões e Desligamentos.

([1]) Portaria DEST nº. 23 de 20/11/2008.

** dos 7 mandatários, 2 são empregados do SERPRO (com contratos celetistas interrompidos, não constam no item 3.1 – Celetistas).

por "Quadro Externo" entende-se os empregados cedidos do SERPRO.

quadro A.7.1.1.b – distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação efetiva		
	Área Meio	Área Fim	Quadro Externo
1 Provimento de cargo efetivo	N / A		
2 Provimento de cargo em comissão			
3 Provimento de Emprego Público			
3.1 Celetistas	3.307	4.362	2.956
Total	**3.307**	**4.362**	**2.956**

fonte: InfoGP – Dez2014 / Séries Históricas 2014 – Admissões e Desligamentos.

"Área fim" são empregados lotados na SUPOP e na SUPDE. Os demais são considerados "Área meio".

quadro A.7.1.1.c – detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício *	Egressos no Exercício *
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão			Não se aplica*	
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	1.138	1.138	14	22
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1.119	1.119	14	22
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	3	3	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	16	16	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	**1.138**	**1.138**	**14**	**22**

fonte: InfoGP dez/2014

Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão: empregados do quadro interno com Gratificação de Função de Confiança (GFC).

Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado: empregados do quadro interno cedidos a outros órgãos que recebem GFC.

Servidores de Outros órgãos e Esferas: diretores que não são empregados do SERPRO e empregados requisitados que recebem GFC.

* somente empregados que passaram a receber GFC ou que foram destituídos de sua função entre os meses de Nov/2014 e Dez/2014.

** Cargos em Comissão não se aplica ao SERPRO, por ser empresa pública federal, regida pela CLT.

7.1.1.2 Análise Crítica

7.1.1.2.1 Força de Trabalho

O quadro de pessoal do SERPRO foi fixado em 11.575 empregados pela Portaria Nº 23, de 20 de novembro de 2008, do DEST. Ao final de 2014, o SERPRO contava com 10.625 empregados, em seu quadro, o que representa 91,79% do total autorizado pelo DEST.

O quadro de pessoal da empresa divide-se em quadro interno, aqueles que trabalham dentro das dependências da empresa (Sede e Regionais) e quadro externo, que trabalham nas dependências dos clientes. Dos 10.625 empregados, 7.669 estão lotados no quadro interno, o que representa 72,18%, enquanto os empregados do quadro externo representam 27,82%, no total de 2.956 dos empregados da empresa.

Em 2014, 234 empregados ingressaram no SERPRO. Desses, 226 compuseram o quadro interno da empresa, o que representa 96,58% e 8 foram lotados no quadro externo, representando 3,42% do total dos empregados que ingressaram na empresa.

No mesmo ano, foram 220 empregados egressos da empresa. Desses, 167 empregados faziam parte do quadro interno, representando 75,91%, 51 do quadro externo, correspondente a 23,18%, e 2 empregados requisitados, o que representa 0,91% dos empregados que deixaram de fazer parte do quadro de empregados da empresa.

7.1.1.2.2 Área Meio x Área Fim

O total de empregados no quadro interno e externo da empresa é de 10.625.

São 3.307 empregados trabalhando na área meio da empresa (31,12%), responsáveis por atividades que dão suporte técnico-administrativo à realização das atividades finalísticas da empresa.

Na área-fim são 4.362 empregados (41,05%), responsáveis por atividades que correspondem à finalidade da empresa.

No quadro externo são lotados 2.956 empregados, que representam 27,82% do quadro total.

7.1.1.2.3 Funções Gratificadas.

O SERPRO possui 1.138 empregados em cargo de função gratificada.

São 1.119 empregados servidores de carreira vinculadas ao SERPRO, número que representa 98,33%, 3 empregados são servidores de carreira em exercício descentralizado, representando 0,26% e 16 empregados que são servidores de outros órgãos e esferas, equivalendo a 1,41% dos empregados em cargos com funções gratificadas.

7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

Os macroprocessos finalísticos do SERPRO são suportados, quando necessário, por ações educacionais de formação e capacitação. A Universidade Corporativa do Serpro (UNISE), por meio de ações de formação, capacitação e atualização constantes, promove iniciativas de ensino presencial e a distância para segmentos funcionais do SERPRO, clientes e sociedade.

Desenvolve iniciativas em parceria com outras instituições, além de ações de capacitação profissional e desenvolvimento no âmbito dos processos de trabalho das Unidades Organizacionais.

A UNISE é a unidade organizacional responsável pela gestão do Processo de Educação Corporativa (PEDUCA), do Processo de Gestão da Informação e do Conhecimento (PROGECON) e da implementação do Programa de Inclusão Digital do SERPRO.

O PEDUCA contempla os seguintes programas, planos e atividades:

- O Programa de Incentivo à Educação Superior busca formas de propiciar oportunidades de aperfeiçoamento pessoal e crescimento intelectual por meio da educação continuada, àqueles que, interessados, provoquem espontaneamente a Administração da Empresa para que ela o ajude a viabilizar seu propósito. Áreas de conhecimento atendidas: Tecnologia e Gestão.

  Em 2014, 15 empregados participaram do Programa de Incentivo à Educação Superior, em áreas de conhecimento da empresa, sendo 7 em área de tecnologia e 8 em área de gestão. Desses, 2 são da modalidade ingresso e 13 da modalidade permanência. Durante o ano, 7 empregados concluíram a participação no programa.

- O Programa de Educação Pós-Graduada consiste na formação especializada dos empregados do Serpro, alinhada ao direcionamento estratégico corporativo e compreende os níveis de Pós-graduação Lato Sensu / Especialização; Pós-graduação Stricto Sensu / Mestrado; e Pós-graduação Stricto Sensu / Doutorado.

  Em 2014, foram contabilizados 250 alunos com curso em andamento, sendo 21 em Doutorado, 14 em Mestrado e 215 em cursos de Especialização.

  O processo seletivo de 2014 para ingresso no Programa registrou 20 empregados ao todo, sendo 03 em Doutorado, 05 em Mestrado e 12 em cursos de Especialização. A maior concentração, 12 empregados, foi em área de tecnologia. Todos os cursos estão relacionados com atividades estratégicas da empresa.

  Dos cursos iniciados em anos anteriores, 33 profissionais concluíram a participação no programa em 2014 sendo 02 em Doutorado, 06 em Mestrado e 25 em cursos de especialização.

- O Programa de Incentivo ao Estudo de Idiomas Estrangeiros foi criado para incentivar o crescimento dos empregados e é uma ação educacional corporativa cujo objetivo é a formação e atualização de competências e habilidades em idiomas estrangeiros. Idiomas contemplados atualmente: Inglês, Espanhol, Francês, Japonês, Alemão e Italiano.

- O Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) tem como objetivo estruturar e integrar ações educacionais visando a capacitação do Corpo Gerencial da Empresa, de forma a ampliar sua visão sobre as funções da Administração Pública e fortalecer sua atuação como gestores de processos e líderes de pessoas;

- O Plano de Capacitação de Novos Empregados (PCNE) objetiva integrar, adaptar e capacitar os recém-admitidos e readmitidos, por meio da disseminação de informações sobre a empresa e suas Políticas e da geração de conhecimentos relevantes para o empregado nas atividades próprias de sua função, considerando seu cargo, especialização ou qualificação.

- O Plano de Capacitação Tecnológica (PLANCAP) está voltado aos segmentos de desenvolvimento e de infraestrutura e é constituído por um conjunto organizado de ações educacionais nas modalidades presencial e a distância oferecidas em âmbito nacional, que visam a propiciar e a atualizar conhecimentos estratégicos ligados à Tecnologia da Informação. Engloba as áreas de conhecimento essenciais e prioritárias, ações e projetos estratégicos conforme estabelecido no Ciclo de Planejamento Estratégico alinhado ao direcionamento estratégico da Empresa.

- O Plano de Capacitação em Desenvolvimento Institucional (PLANCAD) objetiva capacitar e atualizar os empregados em competências requeridas pela empresa, com foco no desenvolvimento institucional (gestão e processos), ampliando seus conhecimentos e sua visão sobre as funções do Estado e da Administração Pública, alinhado ao Planejamento Estratégico. Seus segmentos são: Gestão Pública, Gestão Empresarial e Política Comercial.

- O Plano de Capacitação Institucional de Negócios (PCINE) tem como objetivo capacitar e atualizar os empregados da Diretoria de Negócios em competências requeridas pela Empresa, com foco no desenvolvimento institucional da gestão de negócios, bem como desenvolver trilhas de conhecimento para a estruturação de percursos formativos que orientam o desenvolvimento das competências dos empregados em negócios.

- O Programa de Certificação Profissional cujo objetivo é manter o SERPRO, através do seu corpo funcional, capacitado e certificado para desenvolver produtos e serviços, seguindo as melhores práticas do mercado.

- O Programa de Estágio Curricular (PEC) tem por base a Lei Federal nº 11788/2008 que visa à preparação dos estudantes para sua inserção no mercado de trabalho. No SERPRO, o Programa traz o objetivo de promover a contextualização da grade curricular do estudante à altura das expectativas do aprendizado prático, a partir do estágio acompanhado e supervisionado no ambiente de trabalho.

Em 2014 das 127 vagas previstas para estagiários de nível superior técnico apenas 49 foram contempladas. O quadro em 31/12/2014 contava com 78 vagas disponíveis para reposição.

quadro A.7.1.2.b – vagas de estágio do PEC

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes por trimestre				Despesa no exercício
	1º	2º	3º	4º	(em R$ 1,00)
1. Nível superior	53	59	59	50	
1.1 Área Fim	0	0	0	0	R$ 332.215,85
1.2 Área Meio	53	59	59	50	
2. Nível Médio	8	12	9	6	
2.1 Área Fim	8	12	9	6	R$ 33.316,95
2.2 Área Meio	0	0	0	0	
3. Total (1+2)	61	71	68	56	R$ 365.532,80

* No Serpro, o Programa de Estágio prevê estagiários de nível médio apenas na unidade de operações.

Fonte: Divisão de Gestão da Capacitação Tecnológica -UNIGT/UNISE

O PEDUCA executa seus planos, programas e atividades subsidiado pelo direcionamento oriundo do planejamento estratégico do SERPRO, bem como por meio de informações obtidas junto aos clientes internos quando da realização dos encontros semestrais do Fórum Estratégico de Educação Corporativa, os quais são realizados com a participação dos Diretores da empresa e dos Superintendentes das unidades organizacionais.

As demandas que alimentam o processo de educação corporativa são estruturadas também mediante os insumos provenientes dos encontros realizados, semestralmente, com os representantes das unidades organizacionais.

Outras fontes que podem desencadear novas ações educacionais ao PEDUCA são demandas intempestivas decorrentes de necessidades pontuais deliberadas pela Diretoria da empresa, relacionadas à mudanças tecnológicas e novos métodos e processos de trabalho voltados à tecnologia da informação.

Também são consideradas demandas decorrentes do resultado do processo de avaliação de desempenho dos empregados, as quais compõem o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que tem por objetivo identificar e promover a execução de ações de melhoria que possam suprir as lacunas de desempenho dos empregados do SERPRO, de forma a contribuir para o seu aprimoramento profissional. No PDI são disponibilizadas ações de melhoria por meio de capacitação, autodesenvolvimento, aprendizagem colaborativa e visita técnica;

O PEDUCA, além das atividades acima descritas, também coordena o fomento a pesquisa e inovação que é uma sistemática de apoio à realização de pesquisas acadêmicas no SERPRO para atender as necessidades de conhecimento. Para tanto, busca-se alinhamento ao contexto empresarial, compartilhamento de conhecimento gerado, além de ser uma forma de apoiar os esforços de governo em programas que visam a aproximação entre pesquisadores e processos produtivos.

Os resultados de pesquisas acadêmicas podem aumentar a capacidade do SERPRO na geração de novos conhecimentos e contribuir como fontes adicionais para a tomada de decisão. Deste modo, empregados especialistas e gerentes podem utilizar conhecimento científico para elaboração de projetos e definição de processos de trabalho, dentre outras possibilidades.

Quanto ao processo do PROGECON, em que uma das práticas – a Memória Institucional – trabalha com o conhecimento explícito de uma empresa, por meio da guarda, preservação e recuperação de informações depoimentos, histórias, documentos, filmes, fotos, dentre outros, para o compartilhamento e reúso, visando compor a identidade e trajetória da empresa no tempo.

Merece destaque o Programa SERPRO de Inclusão Digital que visa promover o exercício da cidadania pelo acesso livre aos serviços e informações públicas disponíveis na rede mundial de computadores por meio de mais de 500 telecentros distribuídos em todos os estados do Brasil e a Escola de Inclusão Sociodigital que promove o desenvolvimento de pessoas com ações educacionais a distância, alinhadas com políticas públicas de governo, visando o empoderamento popular através da formação para cidadania e inclusão produtiva. Após a sua inauguração, ocorrida em 2012, a Escola ofertou cursos que contabilizaram 11.214 alunos atendidos.

7.1.3 Custos de Pessoal

quadro A.7.1.3.a – custos de pessoal do SERPRO

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis (valores em R$ 1,00)							Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indeni-zações	Benefícios Assisten-ciais e previden-ciários	Demais despesas variáveis	Despesas de Exercícios anteriores	
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2014	N/A*								
	2013									
Celetistas – Quadro Interno [1]										
Exercícios	2014	602.678.025,79	-	155.326.872,91	2.193.761,68	-	-	-	-	760.198.660,38
	2013	543.407.828,64	-	142.469.777,27	2.003.807,37	-	-	-	-	687.881.413,28
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2014	N/A*								
	2013									
Cedidos – Quadro Externo [1]										
Exercícios	2014	120.850.948,90	-	11.760.910,71	2.075.481,73	-	-	-	-	134.687.341,34
	2013	111.419.921,74	-	11.257.814,58	1.946.630,27	-	-	-	-	124.624.366,59
Requisitados [1]										
Exercícios	2014	2.878.256,11 **	-	-	-	-	-	-	-	2.878.256,11 **
	2013	1.085.636,08	-	-	-	-	-	-	-	1.085.636,08
Diretores [1]										
Exercícios	2014	2.971.965,77	-	-	-	-	-	-	-	2.971.965,77
	2013	2.411.971,35	-	-	-	-	-	-	-	2.411.971,35
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2014	N/A*								
	2013									

Fonte: InfoGP – Dez/2014 e Controles Internos – Departamento das Relações do Trabalho GPRET
* Quadro adaptado às características do SERPRO.

quadro A.7.1.3.b – custos de pessoal – decisões judiciais

Decisões Judiciais		
Exercícios	2014	R$ 42.120.370,44
	2013	R$ 198.974.216,76

fonte: fluxo de caixa/demais despesas e custos/sentenças judiciais (SUPGF)

Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão: todos os empregados do SERPRO, exceto Quadro Externo;

Servidores cedidos com ônus ou em Licença: todos os empregados do Quadro Externo do SERPRO;

Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior: quadro de Diretores do SERPRO (Diretor-Presidente; Diretor-Superintendente e Diretores);

Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial: empregados Requisitados do Serpro.

O valor ressarcido aos Órgãos de origem não foi informado no relatório de gestão anterior. Em 2014, R$ 1.566.862,01 refere-se a valores ressarcidos aos Órgãos de origem e R$ 1.311.394,10 a valores pagos em folha aos requisitados, totalizando R$ 2.878.256,11.

Vencimentos e vantagens fixas: Referência Salarial, Incorporações, ATS e EQA; Gratificações = FCT/FCA/GFE e GFC; Adicionais = Demais Rubricas.

7.1.4 Irregularidade na Área de Pessoal

A admissão de qualquer empregado, no SERPRO, passa por uma consulta prévia no SIAPE para verificação da existência de algum vínculo com a Administração Pública.

O procedimento visa a identificar possíveis indícios de acumulação de cargos, funções ou empregos públicos. Dessa forma, qualquer contratação só é realizada quando comprovada a inexistência de qualquer tipo de vínculo impeditivo.

Assim, devido à utilização dessa sistemática, não há registros de ocorrência de irregularidades.

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O SERPRO tem seu pagamento processado pelo Sistema SIAPE. O cadastro dos empregados se encontra sob controle daquele sistema, inclusive quando são processadas as rotinas de acumulação de cargos entre todos os órgãos do SIPEC.

A Secretaria de Gestão Pública (SEGEP) do MPOG é responsável por esses processamentos.

Em 2014 não houve notificações a respeito do assunto.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

7.1.4.2.1 Cargos ligados à medicina do trabalho

quadro A.7.1.4.2.1 – cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício*	Egressos no Exercício**
	2014	2013	2012		
Analista – Medicina do Trabalho	21	19	23	2	-
Técnico – Enfermagem do Trabalho	0	0	0	-	-
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					

fonte: Departamento da Gestão do Comportamento Organizacional do Desenvolvimento e da Saúde (GPCDS).

Em algumas localidades, a terceirização ocorreu em razão da lista de espera de candidatos já ter se esgotado ou de não haver candidatos aprovados no concurso público.

Houve a contratação de dois médicos do trabalho, sendo um contratado em janeiro de 2014 e outro em dezembro de 2014, por meio de concurso público, para as Unidades Regionais do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte.

O controle acontece em relação aos empregados concursados. Não houve desligamento de médico concursado no exercício.

Não foi realizado controle em relação aos profissionais terceirizados, uma vez que os serviços são prestados por profissional contratado pela empresa terceirizada.

7.1.4.2.2 Cargos ligados à área jurídica

Durante o exercício de 2014 o SERPRO manteve vigente o contrato RG/N° 49446, firmado com o Escritório Nilton Correia Advogados Associados, para prestação de serviços de advogados, embora o cargo esteja previsto no plano de cargos e salários da Empresa.

Dentre as ações para cumprir o estabelecido no Decreto n° 2.271/97, visando por fim à terceirização dos serviços de advocacia trabalhista e absorver a condução das ações judiciais conduzidas pelo escritório terceirizado, o SERPRO tomou as seguintes providências:

- inclusão de 5 vagas específicas para advogados no concurso de 2008;
- criação do Departamento do Contencioso Judicial Trabalhista em Brasília (CJJDF), em 2012;
- criação do Departamento do Contencioso Judicial Superior Trabalhista (CJSST), em 2013;
- inclusão de 2 vagas específicas para advogados no concurso de 2013.

Apesar dos esforços realizados para efetivar a contratação de Analistas com especialização em Advocacia, o contingenciamento orçamentário estabelecido pelo Decreto n° 8.062/2013, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo Federal, atingiu diretamente aos clientes da Empresa e provocou redução no recebimento das receitas contratuais do SERPRO.

No segundo semestre de 2014, a despeito da dificuldade financeira enfrentada pela Empresa, a Diretoria, em caráter excepcional, autorizou o preenchimento das duas vagas aprovadas em 2013 e a criação de mais quatro vagas para a especialização Advocacia.

Para efetivar essas contratações, foram convocados, em 2014, 19 candidatos sendo contratados apenas dois advogados, visto que os demais convocados renunciaram ao direito à vaga em razão de já terem sido contratados por outras instituições. Além disto, um dos advogados contratados em 2014 solicitou seu desligamento a partir de 18/02/2015, para tomar posse em outra instituição.

A reposição da vaga, bem como o preenchimento das demais, deverão ocorrer no ano de 2015.

7.1.5 Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

7.1.5.1 Indicador de rotatividade de pessoal

A rotatividade de pessoal, considerada baixa, não apresenta riscos significativos para a Empresa. Esse índice vem se reduzindo progressivamente e uma das razões é a implantação do Plano de Gestão de Cargos e Salários (PGCS), ocorrido em 2008, cujos efeitos na redução dos desligamentos foram claramente observados, atenuando assim os riscos atuais de perda de pessoal.

O processo de Gestão do Quadro de Pessoal do SERPRO (GQPS), em fase de planejamento, visa gerir mais sistematicamente o quadro de pessoal da Empresa.

7.1.5.2 Risco de perda de pessoal capacitado ou de conhecimento/experiências

A Empresa incentiva o desenvolvimento dos empregados por meio de diversas modalidades de capacitação, como graduação em nível superior e pós-graduação. Como forma de inibir a evasão dos empregados capacitados, existem normativos que determinam critérios para que os mesmos permaneçam na Empresa durante o período mínimo de 2 anos após a conclusão das capacitações.

Existem programas de sucessão que visam o repasse de conhecimento dos empregados em vias de aposentadoria, com o objetivo de manter o conhecimento técnico adquirido por estes empregados, evitando assim riscos na continuidade das atividades.

7.1.5.3 Risco de perda de pessoal por desfasagem salarial

A Empresa atua constantemente junto aos órgãos reguladores visando, no mínimo, corrigir os salários de acordo com os índices oficiais de inflação. Oferece, ainda, anualmente, a possibilidade de ganhos salariais mediante programas de promoção como a promoção por mérito, promoção por tempo de serviço e a reclassificação de empregados.

Com a implantação do PGCS, em 2008, houve um aumento substancial do piso salarial, o que mitigou consideravelmente os riscos de evasão da Empresa.

7.1.5.4 Risco de perda de pessoal por falta de perspectiva de carreira

O SERPRO possui três planos de carreira vigentes, todos com eventos de progressão funcional e encarreiramento profissional, que atenuam os riscos de perda de pessoal por falta de perspectivas de carreira.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

7.1.6.1 Rotatividade de pessoal – TURNOVER

quadro A.7.1.6.1 – indicador de rotatividade de pessoal

1 – Indice de Rotatividade de Pessoal – TURNOVER			
ATOS	QUANTIDADE POR ANO		
	2012	2013	2014
Ingressos	728	138	234
Desligamentos	384	256	218
Diferença entre Ingressos e Desligamentos no período	344	-118	16

fonte: InfoGP – dez/2104

Informações utilizadas na definição do indicador:

- Quantitativo de ingressos no ano;
- Quantitativo de desligamentos no ano.

Índice de rotatividade = ((nº. de admissões no mês + nº. de desligamentos no mês)/2)/nº. de empregados ao final do ano anterior.

O índice de rotatividade é consideravelmente baixo e vem regredindo com o decorrer dos anos. Dentre as razões para o decréscimo está a implantação do PGCS e outros incentivos que retêm, a cada ano, um número maior de empregados.

7.1.6.2 Absenteísmo

quadro A.7.1.6.2 – indicador de absenteísmo

2 – Indicadores de absenteísmo

Mês / Causa	% Absenteismo Sobre Horas Úteis				
	Causa Médica	Legal	Voluntário	Abono Chefia	Compulsório
Janeiro	1,89	2,64	0,08	2,04	0,00
Fevereiro	1,42	1,90	0,08	0,44	0,00
Março	1,83	1,60	0,10	0,36	0,00
Abril	1,68	2,19	0,07	0,43	0,00
Maio	2,08	2,08	0,11	0,44	0,00
Junho	2,23	2,06	0,12	0,62	0,00
Julho	2,20	2,49	0,52	0,47	0,00
Agosto	2,02	1,99	0,18	0,33	0,00
Setembro	2,25	2,31	0,18	0,35	0,00
Outubro	2,10	4,83	0,22	0,60	0,02
Novembro	2,17	2,09	0,18	0,94	0,00
Dezembro	2,29	2,02	0,19	0,83	0,00
Média 2014	**2,01**	**2,35**	**0,17**	**0,66**	**0,00**

fonte: InfoGP – jan a dez/2104

causa médica: abonos médicos de até 15 dias;

legal: licenças, doações de sangue, abonos sociais, liberação para exames periódicos, liberação por convocação do TRE, acompanhamento de dependente, obrigações militares e da justiça do trabalho e banco de horas sindical;

voluntário: faltas injustificadas, faltas devido a greve e atrasos injustificados;

abono chefia: faltas abonadas pela chefia assim como atrasos e saídas antecipadas abonadas pela chefia;

compulsório: suspensões e reclusões (prisão).

Informações utilizadas na definição do indicador:

- Porcentagem mensal de absenteísmo sobre horas úteis trabalhadas, discriminado por tipo;
- Média anual do absenteísmo por tipo;
- Média Geral (porcentagem em relação às horas úteis) do absenteísmo no ano.

O índice de absenteísmo geral da Empresa não é relevante já que é próximo de 1 por cento, assim como o resultado dos indicadores por tipo, que não são significativos.

7.1.6.3 Distribuição do Quadro de Pessoal por Plano de Cargos e Salários

quadro A.7.1.6.3 – quantidade de empregados por plano e cargo

Plano de Cargos e Salários	Cargo	Quantidade de Empregados	Total
PGCS	Analista	3.728	5.060
	Técnico	907	
	Auxiliar	425	
RARH 2	Analista	526	5.551
	Técnico	1.377	
	Auxiliar	3.648	
PACCS	Analista	3	14
	Auxiliar	11	
TOTAL			**10.625**

fonte: InfoGP – dez/2104

7.1.6.4 Promoções por mérito e por tempo de serviço

quadro A.7.1.6.4 – empregados promovidos em 2014

Plano	Quadro	Por tempo de serviço	Por mérito	Total
PACCS	INTERNO	-	2	2
	EXTERNO	-	3	3
RARH 2	INTERNO	933	78	1011
	EXTERNO	584	61	645
PGCS	INTERNO	734	2000	2734
	EXTERNO	35	100	135
Total				**4.530**

fonte: InfoGP – dez/2104

7.1.6.5 Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

quadro A.7.1.6.5 – acidentes de trabalho e doenças ocupacionais em 2014

Itens do Serviço de Saúde Ocupacional		Quantitativo
ATESTADOS	Total de atestados	21.193
	Total de dias	55.658
	Empregados encaminhados para Auxílio Doença	189
ACIDENTE DE TRABALHO	Acidente de Trabalho Típico	291
	- Total de acidentes	35
	- nº de dias de afastamento	256
	Acidente de Trajeto	575
	- Total de acidentes	66
	- Total de dias	509
DOENÇA OCUPACIONAL	Novas Ocorrências	9
	nº de dias de afastamento	150
EXAMES OCUPACIONAIS	Periódicos	
	- Quadro Interno	
	-- Convocados	5.750
	-- Concluídos	3.880
	- Escritório / PSE	
	-- Convocados	1.515
	-- Concluídos	914
	*** Concluídos Total (interno, escritório, PSE) ***	4.794
	Admissional	218
	Demissional	164
	Retorno ao Trabalho	159
PROC. MÉDICO / ENFERMAGEM	Médico	3.472
	Enfermagem	9.491

fonte: SUPGP/GPCDS - informação do consolidado nacional do Serviço de Saúde Ocupacional – 2014

7.1.6.6. Educação continuada

O quadro abaixo apresenta os resultados obtidos nos planos e programas de educação continuada.

quadro A.7.1.6.6 – resultados da educação continuada

ANO	PLANO	Nº Ações Educacionais	Participações	Carga Horária Total
2014	PLANCAP	670	8.734	5.905
	PLANCAD	584	13.670	140.176
	EVENTOS	31	189	3.568
	INTEGRAÇÃO	168	2.842	3.355
	PDG	72	5.254	19.131
	PCINE *	54	804	5.905
2013	PLANCAP	789	8.499	150.678
	PLANCAD	646	13.673	125.272
	EVENTOS	173	715	17.083
	INTEGRAÇÃO	203	3.671	4.596
	PDG	29	768	3.491
	PLANCAP	468	7.841	137.576
	PLANCAD	355	12.888	113.779

fonte: BISISGAD – UNISERPRO * - PCINE desmembrado PLANCAD em 2014

7.1.6.7 Análise critica de indicadores

Em 2014 estiveram vigentes, no SERPRO, 3 planos de carreiras somando 10.625 empregados.

No Plano de Gestão de Carreiras do SERPRO (PGCS), implantado em 2008, encontravam-se 5.060 empregados, representando 47,62% do quadro total da empresa, sendo 3.728 analistas (73,68%), 907 técnicos (17,92%) e 425 auxiliares (8,40%).

No Regimento de Administração de Recursos Humanos – 2ª versão (RARH-2), implantado em 1997, encontravam-se 5.551 empregados, representando 52,24% do quadro de empregados da empresa, sendo 526 analistas (9,48%), 1.377 técnicos (24,81%) e 3.648 auxiliares (65,72%).

No Plano de Avaliação e Classificação de Cargos e Salários (PACCS) encontravam-se 14 empregados (0,13%) do quadro total da empresa, sendo 3 analistas (21,43%) e 11 auxiliares (78,57%).

Para realizar os eventos de progressão funcional e encarreiramento profissional, o SERPRO destina 1% (um por cento) da folha de pagamento relativa a cada plano de cargos e salários vigentes na empresa, em observância à Resolução nº 009/1996 do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST).

No PACCS, a progressão funcional dos empregados ocorre através do processo de Promoção Horizontal (Merecimento) que ocorre anualmente, no mês de novembro, conforme disponibilidade financeira da Empresa e aprovação da Diretoria. Em 2014, dos 14 empregados que faziam parte do plano, 5 receberam promoção, o que representa 35,71% do quadro total de empregados do plano.

No RARH-2, a progressão funcional ocorre por meio da Promoção por Tempo de Serviço, nos meses de janeiro e julho de cada ano, e da Promoção por Mérito, no mês de dezembro. Em 2014, 1.517 empregados foram promovidos por tempo de serviço, o que corresponde a 27,33% do quadro de empregados do RARH-2, enquanto 139 empregados foram promovidos por mérito, o que corresponde a 2,5%. O número elevado de empregados promovidos por tempo de serviço em comparação ao número de empregados promovidos por mérito decorre do fato de que nesse plano são priorizadas as promoções por tempo de serviço, realizado-se a promoção por mérito apenas se houver saldo de verba após a realização daquelas.

No PGCS, a progressão funcional também ocorre por meio da Promoção por Mérito e por Tempo de Serviço, anualmente, nos meses de novembro e dezembro, respectivamente. Em 2014, 769 empregados foram promovidos por tempo de serviço, o que corresponde a 15,20% dos empregados do quadro, enquanto 2.100 empregados foram promovidos por mérito, representando 41,50%. O maior quantitativo de promoções por mérito decorre do fato de que, nesse plano, no mínimo 80% da verba disponível para os processos de encarreiramento profissional deve ser destinado às promoções por mérito, sendo o restante destinado ao tempo de serviço.

7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

quadro A.7.2.1 - contratos de serviços de limpeza, higiene e vigilância

Unidade Regional	Ano do contrato	Área	Natureza	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Execuçao das atividades		Escolaridade exigida dos trabalhadores						Situação
								Fundamental		Médio		Superior		
						Início	Fim	Prev	Efet	Prev	Efet	Prev	Efet	
Belém	2010	V	O	44.927	09.211.205/0001-90	01/10/10	30/09/15	16	2	-	12	-	2	P
Belém	2014	V	O	51.708	07.030.464/0001-90	01/01/14	31/12/15	4	-	-	4	-	-	P
Belém	2012	L	O	48.212	13.268.416/0001-37	16/01/12	15/01/17	15	2	-	13	-	-	P
Belém	2013	L	O	50.512	06.028.733/0001-10	01/04/13	31/07/14	2	2	-	-	-	-	E
Belém	2014	L	O	52.576	14.296.468/0001-80	01/08/14	31/07/15	2	-	-	2	-	-	A
Belo Horizonte	2010	L	O	44.402	04.437.161/0001-06	03/05/10	02/05/15	29	25	-	4	-	-	P
Belo Horizonte	2011	V	O	45.318	03.108.004/0001-86	09/02/11	08/02/14	16	16	5	5	-	-	E
Belo Horizonte	2014	V	O	52.354	10.423.276/0001-36	01/06/14	02/12/16	16	17	5	4	-	-	P
Brasilia	2010	L	O	44.808	08.531.933/0001-17	25/08/10	24/08/15	1	1	-	-	-	-	P
Brasilia	2011	L	O	47.774	08.531.933/0001-17	16/11/11	15/11/15	1	1	-	-	-	-	P
Brasilia	2011	L	O	48.078	10.466.523/0001-10	27/12/11	26/12/15	1	1	-	-	-	-	P
Brasilia	2012	V	O	49.043	03.667.044/0002-20	01/06/12	31/05/15	116	21	9	94	-	10	P
Brasilia	2012	L	O	49.688	01.708.458/0001-62	01/10/12	03/01/15	72	49	-	22	-	1	P
Brasilia	2014	V	O	51.922	12.978.214/0001-16	19/02/14	18/02/15	-	-	8	8	-	-	A
Curitiba	2011	L	O	46.301	11.945.317/0001-17	25/07/11	24/07/15	18	18	1	1	-	-	P
Curitiba	2013	V	O	51.604	03.260.209/0001-82	01/12/13	30/06/15	2	2	15	15	-	-	P
Florianópolis	2013	L	O	50.685	03.116.865/0001-06	06/05/13	05/05/15	4	4	-	-	-	-	P
Florianópolis	2014	V	O	52.883	10.364.152/0001-27	29/09/14	28/09/15	-	-	4	4	-	-	A
Fortaleza	2013	L	O	51.464	11.108.001/0001-70	01/11/13	31/12/14	15	15	1	1	-	-	E
Fortaleza	2010	V	O	44.211	05.594.403/0001-20	01/03/10	30/08/14	-	-	29	29	-	-	E
Fortaleza	2014	V	O	52.704	14.292.203/0001-03	31/08/14	30/08/15	-	-	25	25	-	-	A
Porto Alegre	2011	L	O	46.179	11.301.568/0001-69	18/07/11	17/07/15	5	5	7	7	1	1	P
Porto Alegre	2012	V	O	49.386	04.281.402/0001-62	19/08/12	18/08/15	6	6	14	14	-	-	P
Recife	2009	V	O	43.573	04.896.282/0001-08	10/09/09	09/09/14	7	7	13	13	1	1	E
Recife	2011	L	O	47.907	09.540.692/0001-35	12/12/11	11/12/16	8	8	12	12	-	-	P
Recife	2014	V	O	52.752	04.896.828/0001-08	10/09/14	09/09/19	8	8	13	13	1	1	A
Rio de Janeiro	2009	V	O	43.168	06.037.043/0001-28	01/05/09	30/04/14	-	-	66	66	-	-	E
Rio de Janeiro	2011	V	O	46.201	06.141.118/0001-16	11/07/11	10/07/14	-	-	50	50	-	-	E
Rio de Janeiro	2012	L	O	49.941	12.135.947/0001-99	01/12/12	30/11/17	72	72	-	-	-	-	P
Rio de Janeiro	2014	V	O	52.206	31.242.852/0001-19	01/05/14	30/04/19	4	4	62	62	-	-	A
Rio de Janeiro	2014	V	O	52.457	31.242.852/0001-19	11/07/14	10/07/19	6	6	44	44	-	-	A
Salvador	2011	L	O	45.203	03.595.040/0001-11	03/01/11	02/01/16	11	11	12	12	-	-	P
Salvador	2011	V	O	45.805	02.081.574/0001-67	01/06/11	31/05/15	-	-	4	4	-	-	P
Salvador	2013	V	O	51.100	05.567.754/0001-41	01/08/13	31/07/15	-	-	20	20	-	-	P
São Paulo	2010	L	O	44.551	08.439.717/0001-46	07/06/10	06/06/15	1	1	-	-	-	-	P
São Paulo	2010	V	O	44.849	10.478.353/0001-55	05/09/10	04/09/15	65	21	12	55	-	1	A
São Paulo	2011	L	O	45.937	10.565.981/0001-78	01/07/11	30/06/15	62	49	2	14	-	1	P

Fonte: SUPGL
Área: (L) limpeza; (V) vigilância. Natureza: (O) ordinária; (E) emergencial. Escolaridade: (Prev) prevista no contrato (Efet) efetivamente contratada.
Situação: (A) ativo normal; (P) ativo prorrogado; (E) encerrado

7.2.2 Locação e Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos

quadro A.7.2.2 – contratos de locação de mão de obra

Unidade Regional	Ano do contrato	Área	Natureza	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Execuçao das atividades		Escolaridade exigida dos trabalhadores						Situação
								Fundamental		Médio		Superior		
						Início	Fim	Prev	Efet	Prev	Efet	Prev	Efet	
Belém	2011	2	O	45.457	08.823.749/0001-40	01/03/11	29/02/16	-	-	1	1	-	-	P
Belém	2011	2	O	45.553	09.245.682/0001-77	12/04/11	11/04/15	-	-	3	3	-	-	P
Belém	2012	12	O	47.778	10.587.618/0001-53	01/12/11	30/11/16	2	-	-	2	-	-	P
Belém	2012	5	O	48.939	13.258.895/0001-07	16/05/12	15/05/17	-	-	4	4	-	-	A
Belém	2012	11	O	49.938	13.523.446/0001-42	03/12/12	10/02/14	2	1	-	1	-	-	E
Belém	2013	9	O	50.694	01.427.148/0001-70	01/05/13	30/04/15	12	3	1	9	-	1	P
Belém	2013	11	O	50.974	61.600.839/0001-55	01/07/13	30/06/18	15	15	-	-	-	-	A
Belém	2014	11	O	52.149	61.600.839/0001-55	16/04/14	15/04/19	4	4	-	-	-	-	A
Belém	2014	11	O	51.705	08.538.011/0001-31	03/01/14	02/01/16	2	-	-	2	-	-	P
Belém	2014	11	O	52.253	02.726.717/0001-40	15/05/14	15/05/15	-	-	-	-	1	1	A
Belém	2014	11	O	51.849	11.193.884/0001-64	03/02/14	02/02/15	-	-	-	-	1	1	A
Belo Horizonte	2010	4;12	O	44.402	04.437.161/0001-06	03/05/10	02/05/15	29	25	-	4	-	-	P
Belo Horizonte	2010	7	O	44.404	10.668.049/0001-70	03.05/10	02/05/15	-	-	2	2	-	-	P
Belo Horizonte	2010	5;12	O	44.403	06.090.049/0001/70	03/05/10	02/05/14	9	14	-	4	-	1	E
Belo Horizonte	2010	1	O	44.383	19.201.128/0001-41	26/04/10	25/04/14	14	14	-	-	-	-	E
Belo Horizonte	2011	1	O	45.318	03.108.004/0001-86	09/02/11	01/06/14	16	16	5	5	-	-	E
Belo Horizonte	2012	8;9	O	49.360	33.158.897/0001-20	01/08/12	31/07/17	9	9	1	1	-	-	P
Belo Horizonte	2012	2	O	48.398	02.447.032/0001-65	03/02/12	02/02/17	4	4	-	-	-	-	P
Belo Horizonte	2014	1	O	52.354	10.423.276/0001-36	09/06/14	08/02/15	16	17	5	4	-	-	A
Belo Horizonte	2014	5;12	O	53.117	18.179.288/0001-79	24/11/14	23/11/19	-	-	8	8	-	-	A
Belo Horizonte	2013	12	O	51.417	14.682.038/0001-04	21/10/13	20/10/18	-	-	-	-	1	1	P
Belo Horizonte	2013	12	O	51.781	02.726.717/0001-40	23/12/13	22/12/14	-	-	-	-	1	1	E
Belo Horizonte	2014	11	O	53.213	19.201.128/0001-41	22/12/14	21/03/19	19	19	-	-	-	-	P
Brasilia	2010	2	O	44.757	08.865.102/0001-81	09/08/10	08/08/15	-	-	1	1	-	-	P
Brasilia	2010	2	O	44.758	08.338.786/0001-78	09/08/10	08/08/15	1	1	-	-	-	-	P
Brasilia	2010	4;5	O	44.808	08.531.9330001-17	25/08/10	24/08/15	-	-	1	1	-	-	P
Brasilia	2010	11	O	44.281	33.583.592/0001-01	01/04/10	31/03/15	32	32	-	-	-	-	P
Brasilia	2010	4	O	44.206	01.708.458/0001-62	05/03/10	04/03/15	32	21	-	11	-	-	P
Brasilia	2010	4;5	O	47.774	08.531.933/0001-17	16/11/11	15/11/15	1	1	1	1	-	-	P
Brasilia	2011	4;5	O	48.078	10.466.523/0001-10	27/12/11	26/12/15	1	-	-	1	-	-	P
Brasilia	2011	9	O	45.319	72.620.735/0001-29	26/01/11	25/01/15	6	6	1	1	-	-	P
Brasilia	2012	10	O	49.739	07.675.984/0001-50	15/10/12	14/10/15	-	-	8	8	-	-	P
Brasilia	2012	6	O	49.984	02.093.942/0001-97	29/11/12	28/11/15	3	3	-	-	-	-	P
Brasilia	2012	5	O	48.097	38.042.487/0001-48	02/01/12	01/01/15	-	5	80	59	-	16	P
Brasilia	2012	2	O	49.667	08.338.786/0001-63	17/09/12	16/09/15	-	-	1	-	-	1	P
Brasilia	2012	2	O	49.668	14.487.384/0001-23	10/09/12	09/10/15	1	-	-	1	-	-	P
Brasilia	2012	11	O	49.799	61.600.839/0001-55	19/10/12	18/10/16	1	1	-	-	-	-	P
Brasilia	2012	12	O	49.889	00.706.148/0001-46	09/11/12	08/11/15	-	-	2	2	3	3	P
Brasilia	2013	8	O	50.328	02.007.167/0001-00	04/02/13	03/02/15	12	12	4	4	-	-	P
Brasilia	2013	8	O	50.467	02.604.476/0001-67	07/03/13	06/03/15	2	2	21	21	1	2	P
Brasilia	2013	11	O	51.480	86.819.323/0001-27	05/11/13	04/11/15	3	3	-	-	-	-	P

Unidade Regional	Ano do contrato	Área	Natureza	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Execuçao das atividades		Escolaridade exigida dos trabalhadores						Situação
								Fundamental		Médio		Superior		
						Início	Fim	Prev	Efet	Prev	Efet	Prev	Efet	
Brasilia	2013	12	O	51.578	04.477.223/0001-03	02/12/13	01/12/15	-	-	6	4	-	2	P
Brasilia	2014	7	O	51.882	00.032.227/0001-19	23/01/14	22/01/15	-	-	6	6	-	-	A
Brasilia	2014	8	O	52.250	14.355.750/0001-90	10/05/14	09/05/15	1	1	25	25	1	1	A
Brasilia	2014	11	O	52.498	61.600.839/0001-55	15/07/14	14/07/15	2	2	-	-	-	-	A
Brasilia	2014	11	O	52.518	61.600.839/0001-55	15/07/14	14/07/15	3	3	-	-	-	-	A
Brasilia	2014	2	O	52.597	00.691.905/0001-55	29/07/14	28/07/15	23	5	-	15	-	3	A
Curitiba	2011	12	O	45.488	03.502.533/0001-60	01/04/11	30/03/15	-	-	-	-	2	2	P
Curitiba	2011	12	O	45.682	09.459.649/0001-40	18/05/11	31/05/15	-	-	-	-	1	1	P
Curitiba	2013	2	O	51.030	14.164.110/0001-01	16/07/13	01/08/15	1	1	1	1	-	-	P
Curitiba	2013	4	O	51.573	80.033.004/0001-05	01/12/13	30/11/15	1	1	1	1	-	-	P
Curitiba	2013	8;9	O	51.060	12.229.984/0001-66	23/07/13	22/07/15	4	4	7	7	-	-	P
Curitiba	2014	12	O	52.615	51.549.301/0001-00	15/07/14	14/07/15	-	-	18	18	-	-	P
Florianópolis	2013	4	O	50.765	09.310.539/0001-11	16/05/13	15/05/14	2	2	-	-	-	-	E
Florianópolis	2013	5	O	51.048	05.912.569/0001-47	01/07/13	30/06/14	-	-	4	3	-	1	E
Florianópolis	2013	2	O	51.078	72.243.439/0001-56	01/08/13	31/07/15	-	-	1	1	-	-	P
Florianópolis	2014	9	O	52.573	01.211.015/0001-61	25/07/14	24/07/15	-	-	3	3	-	-	A
Fortaleza	2010	2	O	44.093	02.441.569/0001-18	01/02/10	01/05/14	-	-	5	5	-	-	E
Fortaleza	2013	2	O	52.276	03.105.598/0001-71	02/05/14	01/05/15	-	-	5	5	-	-	A
Fortaleza	2011	5	O	47.906	12.452.610/0001-05	01/02/11	30/11/14	-	-	2	2	-	-	E
Fortaleza	2012	9	O	49.019	12.067.103/0001-58	28/05/12	27/05/15	3	3	11	11	-	-	P
Fortaleza	2013	4	O	51.490	09.019.150/0001-11	01/11/13	31/10/15	3	1	-	2	-	-	P
Fortaleza	2013	12	O	51.498	05.485.325/0001-06	01/11/13	31/10/15	2	-	-	2	-	-	P
Fortaleza	2013	11	O	50.598	23.497.944/0001-11	10/04/13	09/04/15	-	-	-	11	-	-	P
Porto Alegre	2011	5;12	O	47.505	94.851.250/0001-89	01/11/11	31/10/15	1	1	8	8	-	-	P
Porto Alegre	2012	2	O	49.523	00.695.097/0001-02	23/08/12	22/08/15	2	2	1	1	-	-	P
Porto Alegre	2013	9	O	51.110	12.229.840/0001-66	18/08/13	17/08/15	2	2	10	10	-	-	P
Porto Alegre	2013	4	O	50.560	14.029.530/0001-77	01/04/13	30/06/14	2	2	1	1	-	-	E
Porto Alegre	2013	12	O	51.376	11.193.880/0001-64	08/10/13	07/10/15	-	-	-	-	1	1	P
Porto Alegre	2014	4	O	52.524	07.454.361/0001-57	01/08/14	31/07/15	1	1	2	2	-	-	A
Porto Alegre	2014	11	O	52.618	51.549.301/0001-00	08/08/14	07/08/15	4	4	14	14	-	-	A
Recife	2011	12	O	47.910	07.131.180/0001-68	12/12/11	11/12/14	1	1	1	1	-	-	E
Recife	2011	8	O	48.051	01.880.463/0001-58	23/12/11	22/12/15	5	5	6	6	-	-	P
Recife	2012	4	O	50.170	02.726.118/0001-27	12/12/12	11/12/15	1	1	2	2	-	-	P
Recife	2012	2	O	48.081	08.466.488/0001-59	02/01/12	01/01/15	-	-	6	6	-	-	P
Recife	2012	11	O	48.980	40.971.129/0001-61	10/05/12	09/05/17	1	1	1	1	-	-	P
Recife	2013	12	O	50.584	11.399.787/0001-22	20/03/13	19/03/14	-	-	2	2	-	-	E
Recife	2013	11	O	51.233	10.913.861/0001-14	02/09/13	01/09/18	-	-	15	15	-	-	P
Recife	2013	11	O	51.716	11.193.861/0001-14	06/12/13	05/12/18	-	-	-	-	1	1	P
Recife	2014	11	O	52.277	10.992.653/0001-58	19/05/14	18/05/19	-	-	2	2	-	-	A
Recife	2014	11	O	52.403	01.543.373/0001-71	13/05/14	12/05/15	-	-	2	2	-	-	A
Recife	2014	11	O	52.956	24.192.643/0001-42	14/10/14	13/10/19	-	-	3	3	-	-	A
Rio de Janeiro	2010	7	O	44.742	68.582.709/0001-86	03/08/10	02/08/14	4	4	-	-	-	-	E
Rio de Janeiro	2012	2	O	48.282	02.228.225/0001-25	01/02/12	31/07/17	14	14	2	2	-	-	P
Rio de Janeiro	2012	9	O	49.363	03.160.875/0001-49	01/08/12	31/07/17	12	12	1	1	-	-	P

Unidade Regional	Ano do contrato	Área	Natureza	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Execuçao das atividades		Escolaridade exigida dos trabalhadores						Situação
								Fundamental		Médio		Superior		
						Início	Fim	Prev	Efet	Prev	Efet	Prev	Efet	
Rio de Janeiro	2012	4	O	49.963	68.565.530/0001-10	01/12/12	30/11/17	21	21	2	2	-	-	P
Rio de Janeiro	2012	9	O	49.995	73.678.005/0001-41	01/09/12	31/08/17	18	18	3	3	1	1	P
Rio de Janeiro	2013	9	O	50.492	73.678.005/0001-41	11/03/13	10/03/18	11	11	1	1	-	-	P
Rio de Janeiro	2013	9	O	50.321	24.016.172/0001-11	01/02/13	31/01/18	1	1	24	24	-	-	P
Rio de Janeiro	2013	10	O	50.960	40.378.440/0001-00	01/07/13	30/06/18	13	13	3	3	1	1	P
Rio de Janeiro	2013	2	O	51.029	02.228.225/0001-25	16/07/13	15/07/18	21	24	-	-	-	-	P
Rio de Janeiro	2013	2	O	51.392	08.088.541/0001-25	10/10/13	09/10/18	5	5	-	-	1	1	P
Rio de Janeiro	2014	11	O	51.730	10.413.205/0001-52	02/01/14	01/01/19	24	24	-	-	-	-	A
Salvador	2012	12	O	48.646	09.504.335/0001-11	12/03/12	11/03/15	1	1	1	1	-	-	P
Salvador	2013	9	O	50.536	06.019.214/0001-96	01/04/13	31/03/15	-	-	12	12	-	-	P
Salvador	2013	12	O	51.567	11.193.884/0001-64	02/12/13	01/12/15	-	-	-	-	1	1	P
Salvador	2014	2	O	51.797	08.463.844/0001-80	16/01/14	15/01/15	-	-	3	3	-	-	P
Salvador	2014	11	O	51.799	61.600.839/0001-55	16/01/14	15/01/15	-	-	15	15	-	-	P
Salvador	2014	12	O	51.832	04.449.984/0001-43	17/02/14	16/02/15	3	3	7	7	1	1	P
São Paulo	2009	2	O	43.513	47.900.949/0001-01	24/09/09	23/09/14	3	-	-	3	-	-	E
São Paulo	2009	12	O	42.722	05.877.704/0001-60	02/02/09	01/02/14	-	-	-	-	5	5	E
São Paulo	2010	11	O	44.719	51.549.301/0001-60	02/08/10	01/08/15	-	-	22	22	-	-	P
São Paulo	2010	7	O	44.163	67.071.001/0003-60	10/02/10	09/02/15	1	1	-	-	-	-	P
São Paulo	2010	10	O	44.849	10.478.353/0001-55	05/09/10	04/09/15	4	-	-	4	-	-	P
São Paulo	2010	7	O	44.849	10.478.353/0001-55	05/09/10	04/09/15	2	1	-	1	-	-	P
São Paulo	2011	11	O	45.937	10.565.981/0001-78	01/07/11	30/06/15	25	9	-	15	-	1	P
São Paulo	2011	4	O	45.937	10.565.981/0001-78	01/07/11	30/06/15	13	11	-	2	-	-	P
São Paulo	2011	8	O	46.468	01.978.473/0001-20	22/07/11	21/07/15	1	-	3	3	-	1	P
São Paulo	2011	12	O	47.391	00.706.148/0001-46	01/11/11	31/10/15	-	-	1	1	4	4	P
São Paulo	2012	12	O	49.217	04.440.542/0001-36	02/07/12	01/07/15	7	5	-	2	-	-	P
São Paulo	2012	12	O	49.287	03.884.648/0001-66	12/07/12	11/07/14	-	-	-	-	1	1	E
São Paulo	2012	6	O	49.357	01.546.939/0001-19	06/08/12	05/08/17	1	-	-	1	-	-	P
São Paulo	2012	2	O	49.661	53.499.240/0001-49	24/09/12	23/09/17	2	-	-	2	-	-	P
São Paulo	2012	2	O	50.188	05.553.237/0001-13	17/12/12	16/12/15	4	1	-	3	-	-	P
São Paulo	2012	2	O	50.189	10.944.071/0001-04	17/12/12	16/12/15	5	1	-	4	-	-	P
São Paulo	2013	2	O	50.620	13.620.215/0001-57	15/04/13	14/04/18	4	3	-	1	-	-	P
São Paulo	2013	2	O	51.540	13.620.215/0001-57	01/12/13	30/11/15	7	-	-	7	-	-	P
São Paulo	2013	8;9	O	50.191	03.539.770/0001-03	02/01/13	01/01/15	18	11	3	10	-	-	P
São Paulo	2013	8,9	O	50.131	00.192,707/0001-47	01/01/13	31/12/15	-	-	14	13	-	1	P
São Paulo	2013	11	O	50.830	61.600.839/0001-55	31/05/13	30/08/17	-	-	6	6	-	-	P
São Paulo	2013	12	O	51.606	11.164.874/0001-09	24/12/13	23/12/15	9	4	-	5	1	1	P
São Paulo	2014	2	O	52.753	13.620.215/0001-57	03/09/14	02/09/15	2	1	-	1	-	-	A
São Paulo	2014	12	O	51.864	19.238.116/0001-91	03/02/14	02/02/19	-	-	-	-	3	3	A
São Paulo	2014	11	O	52.983	61.600.839/0001-55	29/10/14	28/10/19	-	-	10	10	-	-	A

Fonte: SUPGL

Área: (1) segurança; (2) transportes; (3) informática; (4) copeiragem; (5) recepção; (6) reprografia; (7) telecomunicações; (8) manutenção de bens móveis; (9) manutenção de bens imóveis; (10) brigadista; (11) apoio administrativo-menores aprendizes; (12) outros.

Natureza: (O) ordinária; (E) emergencial. Escolaridade: (Prev) prevista no contrato (Efet) efetivamente contratada.

Situação: (A) ativo normal; (P) ativo prorrogado; (E) encerrado

7.2.3 Análise Crítica da Contratação

Dos 37 contratos referentes a serviços de limpeza, higiene e vigilância, firmados em 11 Unidades Regionais, apenas 4 contratos, referentes a duas Unidades Regionais, apresentaram problemas (ver quadro 7.2.3.1).

Foram tomadas as providências cabíveis junto às empresas contratadas, com os seguintes resultados:

- Em Belém, os três fornecedores regularizaram a situação, no prazo indicado; e
- Em Belo Horizonte, o SERPRO realizou pagamento direto aos empregados e, depois, rescindiu o contrato.

quadro A.7.2.3.a - problemas referentes a contratos de serviços de limpeza, higiene e vigilância

Unidade Regional	Contrato	Objeto	Problema Verificado	Providências
Belém	44.927	Segurança e Vigilância Armada	Atraso no pagamento de salário e benefícios (vale alimentação)	Formalização através de ofício ao fornecedor, sendo regularizado dentro do prazo estipulado
Belém	48.212	Limpeza e Copeiragem	Atraso no pagamento de salário e benefícios (vale alimentação e vale transporte)	Formalização através de ofício ao fornecedor, sendo resolvido no prazo estipulado
Belém	52.576	Limpeza e Copa	Atraso no pagamento de salário e benefícios (vale alimentação), atraso na entrega de material de expediente	Reuniões e formalização através de ofício ao fornecedor, sendo regularizado o problema conforme prazo estipulado
Belo Horizonte	45.318	Segurança e Vigilância Armada	Dificuldades ocorridas no período, falência da prestadora de serviços, não pagamento dos funcionários	Ações em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, pagamento direto aos empregados e rescisão contratual

Do total de contratos referentes a locação de mão de obra para atividades não atingidas pelo plano de cargos e salários do SERPRO, firmados em 11 Unidades Regionais, apenas 7 contratos, referentes a cinco Unidades Regionais, apresentaram problemas (ver quadro 7.2.3.2).

Foram tomadas as providências cabíveis junto às empresas contratadas, com os seguintes resultados:

- Em Curitiba, foi suspenso o pagamento de faturas ao fornecedor, realizado pagamento direto aos empregados e iniciados os procedimentos para substituição do fornecedor;
- Em Fortaleza, foi retido o pagamento de faturas ao fornecedor, aplicadas penalidades e rescindido o contrato;
- Em Porto Alegre, foi suspenso o pagamento de faturas ao fornecedor, realizado pagamento direto aos empregados e iniciados os procedimentos para substituição do fornecedor;
- Em Recife, foi aplicada advertência a um fornecedor, realizado pagamento proporcional ao nível de serviços executados, rescindido o contrato e contratado o segundo colocado da licitação. No entanto, o novo fornecedor também apresentou problemas, tendo sido aplicadas advertência e multas, além de realizado pagamento proporcional ao nível de serviços executados, tendo sido iniciados os procedimentos para substituição do fornecedor; e
- Em Salvador, após reiteradas solicitações para a empresa contratada apresentar as notas fiscais referentes aos serviços prestados, foram iniciados os procedimentos para substituição do fornecedor.

quadro A.7.2.3.b - problemas referentes a locação de mão de obra

Unidade Regional	Contrato	Objeto	Problema Verificado	Providências
Curitiba	51.060	Manutenção Predial	Atraso no pagamento de salário dos empregados, nos benefícios de auxílio alimentação, vale transporte. Encargos trabalhistas e sociais	Aplicação de duas advertências no SICAF, suspensão do pagamento das faturas e pagamento direto aos empregados. Iniciadas ações para substituição do contrato.
Fortaleza	47.906	Recepcionista	Atraso no pagamento dos empregados, falha na documentação comprobatória de quitação de obrigações trabalhistas e documentação do SICAF não regularizada	Após exaustivos contatos com o fornecedor e não resolução do problema, foram realizadas retenções de faturas, mantidas sem liberação pelo período em que a empresa não apresentou comprovante de pagamento dos funcionários. Aplicadas penalidades e rescindido contrato.
Porto Alegre	51.110	Manutenção de Bens Imóveis	Atraso no pagamento dos empregados, bem como atraso nos benefícios de auxílio alimentação e vale transporte	Aplicação de advertência, multas, suspensão do pagamento das faturas e os pagamentos realizados direto aos empregados. Iniciadas ações para não renovação do contrato
Recife	47.910	Serviço de Jardinagem	Interrupção na prestação de serviços, em função do não pagamento dos vales transportes	Notificação da ocorrência, pagamento proporcional aos de níveis de serviços atingidos, aplicação de advertência e rescisão contratual. (chamado o segundo colocado da última licitação e firmado o contrato 52.403)
Recife	50.584	Serviços Contínuos de Mensageria	Durante o processo de prorrogação contratual foi identificado pelo Serpro que existia apontamento no cadastro de fornecedores impedimento de licitar, fatyo que levou a não revovação do contrato	Buscando minimizar os impactos pela ausência dos serviços, a Administração recorreu aos fornecedores remanescentes do certame que originou a contratação, possibilitando a contratação de novo fornecedor em menor intervalo de tempo
Recife	52.403	Serviço de Jardinagem	Não pagamento dos salários no prazo legal; contratada incomunicável e com restrições para licitar com órgãos públicos	Notificação de ocorrência, pagamento proporcional aos níveis de serviço, advertência e multas. A contratada ajustou as pendências e voltou a prestar os serviços normalmente. Inciadas ações para não renovar o contrato. A Administração iniciou elaboração de novo termo de referência para nova licitação
Salvador	48.646	Auxiliares de Serviços Gerais e Carregadores	Não emissão das notas fiscais referentes aos serviços prestados; impossibilidade de pagamentos	Formalização de cobrança por meio de reiterados ofícios. Iniciadas ações para encerramento do contrato e efetuar nova licitação.

7.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro A.7.2.4 - estagiários por trimestre

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes por trimestre				Despesa no exercício (em R$ 1,00)
	1º	2º	3º	4º	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	0	0	0	0	R$ 332.215,85
1.2 Área Meio	53	59	59	50	
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	8	12	9	6	R$ 33.316,95
2.2 Área Meio	0	0	0	0	
3. Total (1+2)	**61**	**71**	**68**	**56**	**R$ 365.532,80**

No Serpro, o Programa de Estágio prevê estagiários de nível médio apenas para as áreas de desenvolvimento e de infraestrutura – áreas fins.

Fonte: Divisão de Gestão da Capacitação Tecnológica -UNIGT/UNISE

7.3 Revisão de Contratos beneficiados por desoneração da folha de pagamento

a) O SERPRO identificou, em 2014, entre os contratos vigentes firmados com empresas passíveis de serem beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, apenas 3 contratos de transporte rodoviário se enquadram nos códigos de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) beneficiados com a desoneração (CNAE 4921-3 e 4922-1 da CNAE 2.0), a saber:

- Contrato RG 45.301, contratada: Viação Santo Ignácio Ltda. Em resposta ao Ofício SUPGL/GLSPO/GLACO – 003912/2014, a empresa apresentou as circulares jurídicas nº 004, 015, 020, 021 e 079/2013 do Sindicato das Emp. de Transp. de Passageiros por Fretamento e Turismo de São Paulo e Região, concluindo não ser beneficiária do §4º do art. 2º do Decreto 7.828/2012, tendo em vista que "A Medida Provisória nº 612/2013, que favoreceria o fretamento com a desoneração da folha de pagamento, perdeu sua eficácia, em razão de não ter tramitado dentro do prazo para ser sancionada pela Presidenta Dilma Rouseff. Como resultante dessa perda de prazo, de imediato, as entidades representativas do setor de fretamento, já buscam identificar dentre as Medidas que ainda aguardam para serem sancionadas, a possível inserção de emenda parlamentar, com o objetivo de garantir que o Fretamento esteja contemplado com a desoneração.";

- Contrato RG 48.318, contratada: AÇÃO Transportes e Turismo Ltda. - Em resposta ao Ofício SUPGL/GLSPO/GLACO – 003909/2014, a empresa apresentou parecer jurídico argumentando não ser beneficiária do §4º do art. 2º do Decreto 7.828/2012, tendo em vista que "Assim, tendo em vista que a empresa Ação Transporte e Turismo Ltda é contratada pela Serpro para transporte de seus funcionários sob o regime de fretamento, está enquadrada na classe 4929-0/02 da CNAE 2.0, que compreende o transporte rodoviário coletivo de passageiro, sob o regime de fretamento intermunicipal, interestadual e internacional", esta não se beneficiará da referida medida.;

- Contrato RG 43.513, contratada: JWA Transportadora Turística Ltda. Após ter sido enviado o Ofício SUPGL/GLSPO/GLACO – 003901/2014, a empresa não se manifestou, apesar de reiteradas solicitações, tendo sido penalizada com advertência e multa. Não houve a prorrogação do contrato com término da vigência em 23/09/2014.

b) Em função dos levantamentos realizados, não foram identificados valores a serem ressarcidos.

8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Não se aplicam ao SERPRO os subitens 8.2.1, 8.2.2, 8.2.3 e 8.2.4 da IN 134/2013.

8.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

O SERPRO não possui, sob sua responsabilidade, a administração de imóveis que utilizaram o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) no exercício de referência do relatório de gestão.

8.1.1 Bens Imóveis Locados de Terceiros

O SERPRO ocupa 8 imóveis locados de terceiros, distribuídos no território nacional conforme quadro a seguir:

quadro A.8.1.1 – distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	**Regional Brasília**	**3**	**3**
	Goiânia	1	1
	Campo Grande	1	1
	Palmas	1	1
	Regional Belém	**2**	**2**
	Belém	1	1
	Manaus	1	1
	Regional Fortaleza	**1**	**1**
	Fortaleza	1	1
	Regional São Paulo	**1**	**1**
	Ribeirão Preto	1	1
	Regional Florianópolis	**1**	**1**
	Florianópolis	1	1
Total Brasil		**8**	**8**

fonte: SUPGL

8.1.1.1 Análise Crítica

O SERPRO presta serviços de Tecnologia da Informação para o setor público, com atuação em todo o território nacional. Para suporte a esses serviços, o SERPRO mantém representação da empresa em todas as Unidades da Federação, por meio de Unidades Regionais e de Escritórios.

Nas localidades onde não dispõe de imóvel próprio, o SERPRO ocupa áreas cedidas em prédios da União e na falta destes, em imóveis locados que possibilitam atender as necessidades de instalação de equipe de suporte, de equipamentos de nó de rede, no-break, entre outros.

Todo o processo de seleção e gestão dos imóveis locados está definido na norma GL 047 – Locação de Imóveis vigente desde 13/03/13, que estabelece os critérios para locação, realização de benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias, condições de ressarcimento, a vigência dos contratos e os cuidados para recebimento e devolução ao fim da locação.

9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Para gestão das atividades de gestão inerentes aos macroprocessos finalísticos do SERPRO, são utilizados sistemas, relacionados no quadro A.9.1.a, desenvolvidos basicamente com recursos próprios, não sendo necessário contratação de terceiros para as atividades de desenvolvimento de novas soluções e nem mesmo manutenção das atuais.

A operação de todos os sistemas corporativos é realizada nos ambientes de produção das instalações dos centros de dados de propriedade do SERPRO, não havendo necessidade de contratação de centro de dados externos à Empresa.

Há percepção da necessidade, urgente em alguns casos, de modernização e maior nível de integração dos sistemas corporativos atuais.

quadro A.9.1.a – sistemas computacionais que apoiam macroprocessos finalísticos

Mnemônico	Nome do Sistema	Objetivo
BALDI	Balanço Patrimonial e demonstrativo de Informações	Montar o Balanço Patrimonial e o Demonstrativo de Informações IRPJ do SERPRO.
NOVO BALDI	Balanço Patrimonial e demonstrativo de Informações	Montar o Balanço Patrimonial e o Demonstrativo de Informações IRPJ do SERPRO.
PESQUISAS	Gerador de Pesquisas	Permitir a criação e gerenciamento de pesquisas, seja satisfação com clientes, clima organizacional ou outro tipo de pesquisa organizacional, considerando a amostragem, a análise de dados e relatórios.
ORYX	Ferramenta de Modelagem de Negócios	Viabilizar modelagem corporativa de processos de negócio pelas URC.
DWSUPGF	Datawehouse-Financeiro	Integrar informações para gestão financeira do SERPRO.
CPC	Controle de Processos	Cadastrar os processos da Consultoria Jurídica do SERPRO seu andamento e resultado.
PD	Sistema do Processo Decisório do SERPRO	Sistematizar e controlar o encaminhamento de Proposições de Decisão à apreciação da Diretoria Colegiada do SERPRO.
SISAUDWEB	Sistema de auditoria Web	Informatizar o processo de auditoria realizado pela AUDIG. Compreende o módulo de auditoria de sistemas e auditoria preventiva.
INFOGER	Dashboard de Informações Gerenciais	Dotar a SUPGL de sistema de controle patrimonial que substitua o atual SIADS, de forma moderna e independente para o SERPRO.
PAINEL	Painel de Indicadores Corporativos	Disponibilizar na web informações, confiáveis e atualizadas, de indicadores corporativos, que demonstrem a situação geral da empresa por meio tabelas, gráficos e descrições. Principais usuários: Diretores, Assessores, Coordenadores e Superintendentes.

Mnemônico	Nome do Sistema	Objetivo
SGP	Sistema de Gestão de Pessoas	Permitir atendimento corporativo ao gerenciamento e acompanhamento da Gestão de Pessoas com eficiência, qualidade e tempestividade abrangendo às necessidades dos mais diversos níveis do SERPRO e outras empresas públicas e seus autorizados, atendendo aos diversos processos de pessoas.
BI - SGP	BI Sistema de Gestão de Pessoas	Permitir aos empregados da SUPGP gerar relatórios estatísticos utilizando ferramenta PENTAHO.
SGDES	Sistema de Gerenciamento de Desempenho	Possibilitar o monitoramento e a verificação do desempenho do empregado nas dimensões competência e resultado, propiciando o desenvolvimento profissional contínuo. Elaborar o plano de trabalho de cada empregado, registrar o acompanhamento do desempenho e realizar a avaliação.
ACOLINE	Autoridade Certificadora do SERPRO	Gerenciar o ciclo de vida de Certificados Digitais. Manter a estrutura certificadora bem como manter os certificados digitais por ela gerados.
SENHA-REDE	Sistema senha Rede SERPRO	Controlar o acesso de usuários aos sistemas on-line oferecidos na Rede-SERPRO, de forma a garantir que as informações e os processos que constituem tais sistemas sejam visualizados e manipulados apenas poe indivíduos autorizados.
SIPES	Sistema de Patrimônio e Estoque	Gerenciar e acompanhar a gestão logística de patrimônio e estoque dos materiais de consumo, de maneira eficiente, com qualidade, tempestividade e economicidade, atendendo às necessidades operacionais e gerenciais do SERPRO.
BI -SIPES	BI Sistema de Patrimônio e Estoque	Desenvolver e produzir relatórios estatísticos utilizado a ferramenta PENTAHO.
DEMANDAS	Controle de Demandas	Apoiar a gestão de demandas do cliente, seja solicitação de serviço, manutenção ou desenvolvimento de novo sistema. Abrange registrar, analisar, priorizar, decidir sobre o atendimento e registrar o andamento de cada demanda, desde a sua abertura ate o seu fechamento, por conclusão ou por cancelamento. Compreende também, quando for o caso, suspender e reativar o atendimento a uma demanda.
ADPAT	Administração de Patrimônio e Estoque	Dotar a SUPGL de um sistema de controle patrimonial que substitua o atual SIADS, de forma moderna e independente para o SERPRO.
SISCOR	Sistema de Emissão e controle de correspondências	Elaborar e acompanhar correspondências expedidas no SERPRO.
BI HISAQ	Sistema de Consultas Gerenciais do HISAQ	Elaborar consultas gerenciais no Sistema Histórico de Aquisições e contratações do SERPRO.
FCT	Função Comissionada Técnica	Gerir a função comissionada técnica
GFC	Sistema de Gerenciamento da Gratificação de Função de Confiança	Gerir verba de gratificação de função de confiança no âmbito de toda empresa.

Mnemônico	Nome do Sistema	Objetivo
SISCOP	Sistema de Controle de Ponto	Efetuar o controle de ponto de funcionários do SERPRO.
HISAQ	Histórico de Aquisição	Gerenciar as aquisições do SERPRO.
CUSTOSWEB	Sistema de Custos Web	Controlar os custos empresariais.
BI -SVPC	Solicitação de Viagem e Prestação de Contas Web	Gerir solicitações de viagem e prestação de contas.
C-GRS	Controle de GRS	Controlar atividades de Gerenciamento de Risco Simplificado (GRS)
SRI	SRI – Sistema de Retenção de Impostos	Controlar toda a retenção de imposto de renda efetuado pelo SERPRO durante um exercício.
INFOSERPRO	Informações Gerenciais do SERPRO	Registrar e processar informações relativas à gestão orçamentária e financeira dos sistemas de informação do SERPRO.
PSE	Ressarcimento PSE	Controlar o ressarcimento de valores referentes ao pessoal do quadro externo (PSE).
SIARE WEB	Sistema Integrado de Administração de Receita do SERPRO	Administrar a receita do SERPRO. Emitir registro de produção, notas fiscais, faturas e recebimentos.
SIGECOM	Sistema de Gestão Comercial	Registrar e manter dados pertinentes à gestão comercial e financeira dos serviços prestados pela Empresa.
BI SIGECOM	Consultas gerenciais do SIGECOM	Elaborar e gerenciar consultas e relatórios gerenciais a partir dos dados armazenados no sistema SIGECOM.
OUVIDINTER	Ouvidoria Interna	Viabilizar canal de comunicação entre a empresa e os empregados, permitindo expor problemas e sugerir modificações para melhorar este relacionamento.
DEMOISELLE	Framework Demoiselle	Desenvolver aplicações com a linguagem Java utilizando framework implementado pelo SERPRO.
CONSERPRO	ConSERPRO	Disponibilizar informações referentes ao Congresso SERPRO de Tecnologia e Gestão aplicadas a Serviços Públicos. Permitir cadastro e gerenciamento dos trabalhos a serem apresentados, cadastro dos autores e dos jurados e a atribuição de notas para os trabalhos. Gerar relatórios com informações para os gestores e para os autores.
SINOR	Sistema de Informação Normativas	Gerenciar e permitir consultas a normas e documentos oficiais do SERPRO. É a biblioteca digital de documentos organizacionais da empresa.
P.I.S SERPRO	Portal Integrado do SERPRO	Substituir o portais e unificar informações e serviços.
PORTAL SOFTWARE LIVRE	Portal do Software Livre	Disponibilizar ambiente web na internet para divulgação dos programas e ações do governo envolvendo a implantação e a evolução dos programas e soluções de software livre em âmbito nacional
REVISA	Sistema de Suporte para Garantia Qualidade do Software	Permitir formalizar, acompanhar e tratar informações oriundas das revisões de qualidade realizadas nos projetos de softwares e produtos de trabalho que serão entregues aos clientes e/ou partes interessadas. Dar visibilidade ao uso do PSDS no SERPRO.

Mnemônico	Nome do Sistema	Objetivo
MGD	Sítio Modelo Global de Dados	Integrar dados e processos de Governo promovendo condições para interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral, em conformidade com as políticas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de Serviços de Governo Eletrônico. Fornecer informações financeiras a partir do cruzamento de vários sistemas fontes.
PLANORC	Elaboração de Proposta Orçamentaria do SERPRO	Elaborar propostas orçamentárias do SERPRO.
NOTCRED	Notificação de Credores	Enviar notificações, conforme informações recuperadas do CPR, via e-mail para os credores do SERPRO sobre os valores a receber.
SINAL DV	SINAL – Sistema Interativo de Navegação em Ambiente Linux	Desenvolver um ambiente operacional para ser utilizado sobre o sistema operacional LINUX, que possibilite o acesso a recursos computacionais básicos para deficientes visuais.
SISTED	Sistema de Treinamento, Educação e Desenvolvimento	Disponibilizar consultas a informações referentes às atividades de treinamento e desenvolvimento.
CURRICULAR	Sistema Curricular	Disponibilizar banco de dados de informações relativas à vida profissional e acadêmica dos empregados do SERPRO, contemplando saberes, experiências educacionais e profissionais.
SISGAD	Sistema de Gestão Acadêmica	Sistematizar incentivo à participação de empregados em ações educacionais corporativas.
BI-UNISERPRO	Solução BI - UniSERPRO	Disponibilizar consultas aos dados gerados pelo sistema SISGAD.

Além dos sistemas corporativos próprios, a gestão da TI do SERPRO se apoia em serviços de fornecedores, conforme relacionados no quadro a seguir:

quadro A.9.1.b – contratos na área de tecnologia da informação em 2014

Nº Contrato	Objeto	Fornecedor CNPJ/CPF	Fornecedor Nome	Vigência Inicial	Vigência Final	Custo	Valor Desembolsado 2014
43220	Serviços de Comunicação de Dados	2421421/0001-11	INTELIG Telecomunicações Ltda	25/05/09	24/05/14	792.366,14	27.999,12
43221	Serviços de Comunicação de Dados	33530486/0001-29	Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A EMBRATEL	25/05/09	24/05/14	5.410.462,80	136.223,86
43307	Serviços de Comunicação de Dados	76535764/0001-43	OI S/A	24/06/09	23/06/14	420.000,00	53.921,09
43503	Serviços de Manutenção Salas Cofre	00077362/0002-61	Delta Engenharia Indústria e Comércio Ltda	01/09/09	31/08/14	1.941.552,12	20.358,26
44348	Contratação de Circuitos para o Backbone	76535764/0001-43	OI S/A.	19/04/10	18/04/15	4.286.999,40	4.500,00

Nº Contrato	Objeto	Fornecedor CNPJ/CPF	Fornecedor Nome	Vigência Inicial	Vigência Final	Custo	Valor Desembolsado 2014
44362	Contratação de Circuitos para o Backbone	03420926/0001-24	Global Village Telecom Ltda	27/04/10	26/04/15	1.537.341,90	220.605,20
44367	Contratação de Circuitos para o Backbone	33530486/0001-29	Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A EMBRATEL	28/04/10	27/04/15	1.048.802,40	89.760,72
44630	Manutenção de Licenças Malwares	09058423/0001-37	Sybex Comércio e Serviços em Informática Ltda	25/06/10	24/06/14	414.900,00	41.144,99
44655	Manutenção de Licenças Malwares	01590643/0001-03	BTM Comércio de Equipamentos e Softwares de Informática Ltda EPP	08/07/10	07/07/14	887.000,00	14.271,08
44673	Licenças Malwares	02252139/0001-58	WK2 Comércio e Serviços de Informática Ltda	16/07/10	15/07/14	801.710,00	12.031,16
44741	Manutenção para Directors Fibre Channel	03535902/0001-10	Decision Serviços de Tecnologia da Informação Ltda	05/08/10	04/08/15	576.854,16	111.828,00
44798	Upgrade de Licenças com Cessão Direito Uso	08469511/0001-69	CA Programas de Computador, Participações e Serviços Ltda	25/08/10	24/08/14	19.899.891,17	3.027.543,72
45126	Manutenção atualização produção Calandra Context Portal	03718040/0001-61	Calandra Soluções Ltda	26/11/10	25/11/14	602.208,00	148.461,00
45152	Serviço de Manutenção, atualização, suporte técnico produção TIBC	02950570/0001-78	PBTI Soluções Ltda	07/12/10	06/12/14	7.891.159,28	1.473.388,44
45198	Serviço de Manutenção suporte técnico Software Plus+Pack	65699100/0001-01	3CON Consultoria e Sistemas Ltda	20/12/10	19/12/14	523.002,05	124.654,35
45661	Atualização Suporte Técnico Remoto Software Microstrate	02869307/0001-59	Microstrategy Brasil Ltda	17/05/11	16/05/14	5.918.361,10	909.757,18
45851	Manutenção Atualização Suporte Remoto Software TCP/IP-GCOM/ICOM	72108467/0001-60	WORKERS Informática Ltda	08/06/11	07/06/15	1.027.535,04	278.290,74
46169	Serviço Comunicação IP Multiserviços	59335976/0001-68	Primesys Soluções Empresariais S/A	06/07/11	05/07/14	226.891,66	40.961,04
46876	Manutenção Atualização Suporte técnico Software Pergamum	76659820/0001-51	Associação Paranaense de Culturas	15/08/11	14/08/15	63.155,80	9.020,13

Nº Contrato	Objeto	Fornecedor CNPJ/CPF	Fornecedor Nome	Vigência Inicial	Vigência Final	Custo	Valor Desembolsado 2014
46960	Serviços de Comunicação de Dados	33530486/0001-29	Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A EMBRATEL	02/09/11	01/09/16	216.092.486,39	18.326.956,46
46993	Serviços de Comunicação de Dados	05206385/0001-61	HUGHES Telecomunicações do Brasil Ltda	12/09/11	11/09/16	18.926.676,60	3.216.067,44
47042	Serviços de Comunicação de Dados	02558157/0001-62	Telefônica Brasil S/A	16/09/11	15/09/16	72.448.077,80	9.508.618,90
47092	Serviços de Mensagens de Texto SMS	07175665/0001-85	NEXXTCO Tecnologia da Informação Ltda	16/09/11	15/09/16	2.268.180,00	266.178,35
47128	Manutenção Atualização Suporte técnico Software Q-WARE	26460584/0001-71	Padrão IX Informática Sistemas Abertos S/A	28/09/11	02/01/14	2.037.500,00	80.000,00
47139	Recuperação Desastre Geographiucally GDPS/MzGM	33372251/0001-56	IBM Brasil – Indústria, Máquinas e Serviços Ltda	30/09/11	29/09/14	6.974.330,80	1.031.027,42
47241	Serviços de Comunicação de Dados	33000118/0001-79	Telemar Norte Leste S/A	10/10/11	09/10/16	262.145.756,29	19.422.712,28
47536	Contratação Consultoria Soluções TIBCO	02950570/0001-78	PBTI Soluções Ltda	16/11/11	15/11/15	604.245,88	64.381,28
47878	Serviços de Comunicação para o Backbone	33530486/0001-29	Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A EMBRATEL	14/12/11	13/12/16	4.982.700,00	995.539,52
47900	Serviços Premier Microsoft	60316817/0001-03	Microsoft Informática Ltda	15/12/11	14/12/16	1.957.500,00	182.700,00
47924	Serviços de Comunicação para o Backbone	02421421/0001-11	INTELIG Telecomunicações Ltda	19/12/11	18/12/16	2.100.000,00	454.999,22
48083	Cessão de Uso Software CA-SPOOL CA-ENDOVER CA-ROS	08469511/0001-69	CA Programas de Computador, Participações e Serviços Ltda	02/01/12	01/01/16	28.950.981,12	6.919.500,99
48135	Manutenção Atualização Suporte técnico Substituição HP XP24000	61797924/0001-55	Hewlett-Packard Brasil Ltda	13/01/12	12/01/14	1.920.000,00	52.759,14
48217	Solução Gerenciamento de Risco	28712123/0001-74	Módulo Security Solutions S/A	23/01/12	22/01/15	740.000,00	209.420,00
48543	Manutenção Directors Fibre Channel	03535902/0001-10	Decision Serviços de Tecnologia da Informação Ltda	28/02/12	27/02/15	288.000,00	96.000,00

Nº Contrato	Objeto	Fornecedor CNPJ/CPF	Fornecedor Nome	Vigência Inicial	Vigência Final	Custo	Valor Desembolsado 2014
48799	Aquisição Soluçao Filtro de Conteúdo Web	05280162/0001-44	Aynil Soluções S/A	10/04/12	09/04/17	10.938.894,20	119.999,88
48894	Serviço de Comunicação IP Multiserviços	03341541/0001-71	RTM – Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda	14/05/12	13/05/15	199.753,98	73.543,52
49005	Consultoria Produtos Microstrategy	06061285/0001-57	Business to Technology Consultoria e Análise de Sistemas Ltda	24/05/12	23/05/16	251.747,04	16.068,96
49099	Atendimento Telefônico Helpdesk	05702313/0001-05	MGB Serviços Personalizados Ltda.	14/06/12	13/06/14	4.625.000,00	661.278,67
49139	Aquisição de Software Visual Studio	02309990/0001-70	Azevedo e Luz Comércio e Serviços de Informática S/A	15/06/12	14/06/15	3.104.517,39	1.034.839,13
49140	Manutenção de servidores lâmina blades	06926223/0001-60	América Tecnologia de Informática e Eletro-Eletrônicos Ltda	15/06/12	14/06/15	2.240.360,57	794.606,54
49186	Serviços de Manutenção Sistema Automação	08884869/0001-58	Termacon Controles Prediais Ltda	25/06/12	24/06/15	414.720,00	23.038,49
49321	Serviços de Comunicação de Dados	33000118/0001-79	Telemar Norte Leste S/A	23/07/12	22/07/17	641.400,00	41.897,07
49375	Serviços de Comunicação de Dados	72843212/0001-41	Level 3 Comunicações do Brasil Ltda	31/07/12	30/07/17	557.499,60	42.431,87
49462	Manutenção Software Powercenter	02068632/0001-12	Softtek Tecnologia da Informação Ltda	15/08/12	14/08/15	2.265.110,64	817.956,62
49594	Serviço de Impressão Corporativa	00831964/0001-81	HPRINT Reprografia e Automação de escritório Ltda	06/09/12	05/09/15	6.978.960,00	1.551.600,00
49653	Serviços de Impressão Industrial	05633507/0001-04	MAXSYS Brasil Comércio e Serviços Ltda	27/09/12	26/09/16	8.359.974,00	1.505.898,05
49848	Comunicação de Dados Backbone e Internet	04027547/0001-31	Telefônica Data S/A	08/11/12	07/11/17	4.943.079,60	458.264,50
49850	Comunicação de Dados Backbone e Internet	02558157/0001-62	Telefônica Brasil S/A	08/11/12	07/11/17	3.699.998,40	818.625,00
49887	Comunicação de Dados Backbone e Internet	04164616/0001-59	TNL PCS S/A	14/11/12	13/11/17	118.139.689,80	14.555.681,58
49888	Comunicação de Dados Backbone e Internet	33530486/0001-29	Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A EMBRATEL	14/11/12	13/11/17	69.833.843,40	7.989.120,13
49891	Comunicação de Dados Backbone e Internet	72843212/0001-41	Level3 Comunicações do Brasil Ltda	14/11/12	13/11/17	18.303.400,80	3.340.567,63

Nº Contrato	Objeto	Fornecedor CNPJ/CPF	Fornecedor Nome	Vigência Inicial	Vigência Final	Custo	Valor Desembolsado 2014
50027	Contratação de Licenças Pentaho	09037118/0001-69	Oncase Consultoria em Sistemas Ltda.	10/12/12	09/12/14	1.302.192,96	260.438,88
50163	Manutenção Suporte Técnico Produto ADABAS /NATURAL Software AG	07594862/0001-39	Software AG Brasil Informática e Serviços Ltda	29/12/12	28/09/14	24.744.665,19	10.526.302,01
50232	Manutenção Switch Fibre Channel	66512682/0001-20	Nova Sistemas Engenharia e Comércio Ltda	14/01/13	13/01/15	105.000,00	48.125,00
50528	Manutenção Suporte Técnico Software da Família Incontrol	02950570/0001-78	PBTI Soluções Ltda	28/03/13	27/03/16	19.325.512,89	5.383.378,60
50675	Atualização Plataforma Firewall VSX	03369656/0001-74	MaisDoisX Tecnologia em Dobro Ltda	26/04/13	25/04/18	12.661.957,99	399.984,00
50690	Sincronismo Hora Legal Brasileira	06220430/0001-03	Fundação de Apoio ao desenvolvimento da Computação Científica - FACC	26/05/13	25/05/16	68.990,66	24.679,84
50715	Subscrição. Solução TALEND Software Integração de Dados	07142221/0001-43	Splenda Serviços de Consultoria em Informática Ltda	09/05/13	08/05/15	1.576.427,08	788.213,54
50832	Serviços de Comunicação de Dados DWDM	02558157/0001-62	Telefônica Brasil S/A	31/05/13	30/05/16	2.766.924,00	1.145.199,10
50893	Prestação de Serviços Georreferenciamento	10562356/0001-72	METARJ - Soluções em Geotecnologia e Desenvolvimento de Sistemas Ltda.	13/06/13	12/06/16	1.536.000,00	34.000,00
50912	Cessão de Uso Solução Mainview Sistema Operacional z/OS	30156228/0001-36	CSC Brasil Sistemas Ltda	21/06/13	20/06/17	45.246.909,12	10.784.649,83
50945	Manutenção Hardware Produção Serviços IBM Mainframe zSeries	33372251/0001-56	IBM Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Ltda	28/06/13	12/08/14	43.118.740,44	3.979.314,24
50961	Cessão de Direito Uso Produtos IBM	33372251/0001-56	IBM Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Ltda	28/06/13	27/06/16	201.815.488,77	57.358.118,13
50976	Licenças Microsoft	01516572/0001-90	Compusoftware Informática Ltda	28/06/13	27/06/16	28.473.723,28	6.321.367,00

Nº Contrato	Objeto	Fornecedor CNPJ/CPF	Fornecedor Nome	Vigência Inicial	Vigência Final	Custo	Valor Desembolsado 2014
50999	Manutenção Equipamentos IPS	10647012/0001-66	Fast Security Tecnologia da Informação Ltda	05/07/13	04/07/15	1.404.994,56	677.044,48
51116	Solução verificação /validação documentos	06198573/0001-58	BRSCAN Processamento de Dados e Tecnologia Ltda	09/08/13	08/08/15	93.600,00	10.861,37
51122	Manutenção equipamentos FOUNDRY/ BROCADE	07860761/0001-62	VERNET Comunicação de Dados Ltda	08/08/13	07/08/16	36.149.999,76	10.331.201,59
51178	Manutenção Suporte Técnico Software CALANDRA CONTEXT PORTAL	03718040/0001-61	Calandra Soluções Ltda	22/08/13	21/08/14	100.368,00	72.766,80
51180	Serviços Assistência Técnica MCDATA	72632458/0001-74	KGB Informática Ltda - ME	23/08/13	22/07/14	23.040,00	12.032,00
51208	Treinamento da Plataforma ADABAS/ NATURAL	07594862/0001-39	Software AG Brasil Informática e Serviços Ltda	29/08/13	28/08/14	184.686,20	92.343,10
51237	Solução para Sistema Vídeo Wall	62941281/0001-34	Bilfinger Mauell Serviços e Engenharia Ltda	02/09/13	01/09/14	3.743.867,00	1.619.397,94
51422	Solução para Gerenciamento de Projetos	10682187/0001-04	Intelit Processos Inteligentes Ltda	18/10/13	17/10/15	6.950.000,00	280.167,68
51452	Prestação de Serviços Técnicos GARTNER	02593165/0001-40	Gartner do Brasil Serviços de Pesquisas Ltda	31/10/13	30/10/15	3.926.000,00	1.963.000,00
51488	Manutenção, Atualização e Suporte Técnico IBM 3490E.	32578387/0001-54	Unitech Rio Comércio e Serviços Ltda	05/11/13	05/08/14	91.008,00	15.168,00
51550	Manutenção, Correção evolutiva Suporte Técnico Solução BRPAS	16564682/0001-03	OKI Brasil Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia em Automação S/A	01/11/13	31/10/14	999.967,68	977.569,56
51564	Manutenção Enterprise Transaction Systems AG	07594862/0001-39	Software AG Brasil Informática e Serviços Ltda	28/11/13	27/11/16	74.000.000,41	40.664.352,81
51582	Suporte Técnico Remoto Atualização Software Microstrategy	02869307/0001-59	Microstrategy Brasil Ltda	04/12/13	03/12/14	518.520,60	249.177,96

Nº Contrato	Objeto	Fornecedor CNPJ/CPF	Fornecedor Nome	Vigência Inicial	Vigência Final	Custo	Valor Desembolsado 2014
51605	Curso CISM Exam Review e Prova da ISACA	07161663/0001-37	Clavis BBR Consultoria em Informática Ltda	09/12/13	08/12/14	69.000,00	69.000,00
51610	Suporte Técnico on-site para Solução ALM IBM Rational	33372251/0001-56	IBM Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Ltda	09/12/13	08/06/15	2.169.909,18	1.326.055,61
51627	2ªAdesão Ata 4127/2012 fitas LTO-5 item 5	32578387/0003-16	Unitech-Rio Comércio e Serviços Ltda	10/12/13	09/06/14	13.011,32	13.011,32
51674	Serviços Atualização Suporte técnico Software Oracle	59456277/0001-76	Oracle do Brasil Sistemas Ltda	21/12/13	20/12/15	32.235.590,28	16.197.218,05
51686	Subscrição softwares Red Hat Enterprise	26990812/0001-15	Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial Ltda	19/12/13	25/12/15	9.395.242,03	4.699.703,96
51687	Ajuste Contas RG 34.195 - Telmex	02667694/0001-40	Telmex do Brasil Ltda	23/12/13	31/03/14	226.387,53	226.387,52
51688	Ajuste Contas RG 37.006 - Primesys	02667694/0001-40	Telmex do Brasil Ltda	23/12/13	31/03/14	212.997,25	212.997,25
51703	2ª Adesão Ata 3247/2012 headset e webcam	04616854/0001-58	Criação Informática Ltda - ME	19/12/13	18/06/14	186.000,00	186.000,00
51760	Atualização Suporte técnico Remoto Software Microstrategy	02869307/0001-59	Microstrategy Brasil Ltda	20/12/13	19/12/14	559.120,38	243.838,61
51775	Manutenção Atualização Suporte Técnico Software Q-WARE	26460584/0001-71	Padrão IX Informática Sistemas Abertos S/A	10/01/14	09/01/16	5.067.264,00	2.259.155,20
51880	Consultoria apoio operações Governança	28712123/0001-74	Módulo Security Solutions S/A	30/01/14	29/01/16	4.816.000,00	258.620,00
51918	Serviços Comunicação Dados INFRAERO Galeão	00352294/0061-51	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária INFRAERO	01/01/14	31/12/18	43.807,20	3.839,58
51921	Serviços Comunicação Dados Inframérica - JK	15559082/0001-86	Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S/A	27/01/14	26/01/16	3.878,64	1.777,71
51948	Manutenção Emergencial Rede Infovia.	46699211/0001-65	G4S Monitoramento e Sistemas Ltda	19/02/14	18/02/15	186.280,00	112.436,26

Nº Contrato	Objeto	Fornecedor CNPJ/CPF	Fornecedor Nome	Vigência Inicial	Vigência Final	Custo	Valor Desembolsado 2014
51963	Manutenção Atualização Suporte técnico ADABAS/ NATURAL	07594862/0001-39	Software AG Brasil Informática e Serviços Ltda	10/02/14	09/02/15	2.490.388,32	2.220.596,25
51983	Serviço. Comunicação Dados INFRAERO Confins	00352294/0058-56	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária INFRAERO	01/02/14	31/01/19	13.651,20	1.489,84
51999	Aquisição de Scanners de Mesa.	13139562/0001-62	Engenext Balanças Eletrônicas e Informática Ltda	11/03/14	10/09/14	28.800,00	28.800,00
52005	Atualização Software Densus Compactador	21069489/0001-28	Octus Informática Ltda	11/03/14	10/09/14	195.647,35	195.647,35
52037	3ªAdesão Ata 4127/2012 fitas LTO-5 item5	32578387/0003-16	Unitech-Rio Comércio e Serviços Ltda	24/03/14	23/09/14	52.825,96	52.825,96
52038	Manutenção Atualização Suporte Solução Replicação Dados	33426420/0001-93	Unisys do Brasil Ltda	24/03/14	23/03/15	614.073,46	483.560,25
52054	Licenças Suporte Plataforma Liferay	01567165/0001-02	OS Informática Comércio e Assistência Técnica Ltda	26/03/14	25/11/16	2.566.022,95	2.195.415,00
52055	Solução para Gestão de Processos TIC	01165671/0001-75	Magna Sistema Consultoria S/A	27/03/14	26/03/19	11.600.000,00	11.600.000,00
52056	Licença Ferramenta Erwin Data Modeler	57142978/0001-05	Brasoftware Informática Ltda	26/03/14	25/03/15	71.000,00	71.000,00
52057	Exp Atualização Técnica Produção Plataforma IBM Mainframe	33372251/0001-56	IBM Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Ltda	28/03/14	27/03/16	45.299.042,45	45.299.042,36
52089	Serviço Comunicação Dados INFRAERO Curitiba	00352294/0007-06	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária INFRAERO	20/03/14	19/03/19	13.651,20	2.275,20
52090	1ª Adesão Ata 1875/2013 item 1 Firewall	03369656/0001-74	MaisDoisX Tecnologia em Dobro Ltda	31/03/14	30/06/15	6.878.805,32	6.878.805,32
52176	Subscrição do Banco de Imagens com Licença	10243445/0001-56	Infra Experts Tecnologia e Comércio Ltda	23/04/14	22/04/15	22.000,00	22.000,00

Nº Contrato	Objeto	Fornecedor CNPJ/CPF	Fornecedor Nome	Vigência Inicial	Vigência Final	Custo	Valor Desembolsado 2014
52240	Manutenção Equipamentos Rede SERPRO	02267071/0001-80	Getronics Ltda	12/05/14	11/05/17	34.697.900,65	6.090.025,68
52265	Manutenção Solução de Segurança SIEM	10445561/0001-58	GC Sistemas de Tecnologia e Segurança Ltda	19/05/14	18/05/15	711.000,00	600.166,66
52269	Serviços de Comunicação de Dados	76535764/0001-43	OI S/A	20/05/14	19/05/19	197.999,40	1.100,00
52278	Solução de rede sem fio indoor	09002672/0001-00	Smartwave Networks do Brasil Ltda	21/05/14	20/05/15	4.919.096,85	4.078.506,35
52281	Serviços de Comunicação de Dados	33530486/0001-29	Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A EMBRATEL	21/05/14	20/05/19	2.526.360,00	261.057,14
52284	1ª Participação Ata 275/2014 LTO-6	17555164/0001-88	Lancin-L Comércio e Distribuição Ltda - EPP	21/05/14	20/09/14	203.340,00	203.340,00
52285	Serviços de Comunicação de Dados	05206385/0004-04	Hughes Telecomunicações do Brasil Ltda	26/05/14	25/05/19	6.399.993,60	563.258,50
52307	Manutenção Atualização Suporte técnico Solução Armazenamento Fita Magnética	59456277/0001-76	Oracle do Brasil Sistemas Ltda	27/05/14	26/05/15	1.678.173,00	997.580,60
52308	Serviço Suporte Técnico Software Microstrategy	02869307/0001-59	Microstrategy Brasil Ltda	27/05/14	26/05/17	8.694.781,60	1.722.854,86
52309	Manutenção Suporte técnico Solução Gerenciamento Risk Manager	28712123/0001-74	Módulo Security Solutions S/A	28/05/14	27/05/16	2.016.000,00	504.000,00
52313	Aquisição de Fitas Backup	12431149/0001-04	Click Data Soluções Informática Ltda - ME	27/05/14	26/11/14	21.501,51	21.501,51
52328	Consultoria em Power Center	04989440/0001-74	TGV Tecnologia Ltda	26/05/14	25/05/16	147.079,68	3.551,64
52366	Assistência Técnica Equipamentos MCDATA.	72632458/0001-74	KGB Informática Ltda - ME	09/06/14	08/06/15	43.008,00	24.132,27
52372	Atendimento Telefônico do tipo Help Desk	05702313/0001-05	MGB Serviços Personalizados Ltda.	10/06/14	06/12/14	2.100.000,00	559.934,46
52379	Manutenção Atualização Suporte técnico Substituição Multiplataforma	33372251/0001-56	IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda	11/06/14	10/06/16	1.189.483,44	280.850,22
52404	1ª Participação Ata 3176/2013 sw XBRL	43456599/0001-85	Fujitsu do Brasil Ltda	10/06/14	09/06/15	1.679.302,08	1.349.335,00

Nº Contrato	Objeto	Fornecedor CNPJ/CPF	Fornecedor Nome	Vigência Inicial	Vigência Final	Custo	Valor Desembolsado 2014
52422	Manutenção Solução Conteúdo Fixo HCAP	06060124/0001-49	Quinta Onda Serviços em Tecnologia da Informação Ltda	24/06/14	23/06/16	403.999,92	104.927,76
52432	Serviço de Comunicação IP Multiserviços	59335976/0001-68	Primesys Soluções Empresariais S/A	01/07/14	30/06/17	250.322,40	41.717,40
52474	Gestão passagens aéreas	07404918/0001-45	Envision Serviços e Soluções em Informática Ltda - EPP	03/07/14	02/07/15	2.563.040,00	303.790,20
52477	Central de Atendimento	04405765/0001-62	Vox Tecnologia da Informação Ltda	10/07/14	09/07/17	7.257.600,00	458.677,33
52502	Aquisição de Switches	08157504/0001-21	ADTK Comércio e Serviços de Informática e Telecomunicações Ltda	17/07/14	16/10/18	843.000,00	843.000,00
52540	1ª Participação Ata 274/2014 comunicação privada	14371565/0001-90	Mirabilis Consultoria e Gestão Empresarial Ltda	23/07/14	22/07/15	583.200,00	111.780,00
52554	Licenças expansão replicação de dados	33426420/0001-93	Unisys do Brasil Ltda	29/07/14	28/10/14	175.559,40	175.559,40
52569	1ª Participação Ata 3120/2013 soluções em nuvem	14311750/0001-99	IBT Tecnologia e Sistemas Ltda	29/07/14	28/01/15	488.200,00	488.200,00
52591	2ª Participação Ata 1353/2013 estação trabalho	03619767/0001-91	Torino Informática Ltda.	31/07/14	30/07/15	77.375,00	77.375,00
52596	1ª Participação Ata 507/2014 armazenamento externo	01181242/0001-91	Compwire Informática S/A	30/07/14	29/01/15	373.880,94	373.880,94
52613	Smartphones com Sistema Operacional Androide e IOS	05207424/0001-45	VCS Comércio de Materiais para Escritório e Serviços Ltda .	08/08/14	05/11/14	23.639,99	23.639,99
52614	Smartphones com Sistema Operacional Androide e IOS	05467522/0001-11	Pontual Comercial Ltda	11/08/14	08/11/14	45.428,50	45.428,50
52617	Manutenção Licenças Sophos Puremessage	09058423/0001-37	Sybex Comércio e Serviços em Informática Ltda	11/08/14	10/08/18	225.000,00	21.875,00
52661	1ª Participação na Ata 538/2014 Exp.Solução.	05704797/0001-21	System IT Solutions Ltda	18/08/14	17/08/15	4.110.000,00	4.110.000,00
52672	Softwares da plataforma RedHat	26990812/0001-15	Tecnisys Informática e Assessora Empresarial Ltda.	19/08/14	18/08/15	1.734.255,00	1.444.955,00

Nº Contrato	Objeto	Fornecedor CNPJ/CPF	Fornecedor Nome	Vigência Inicial	Vigência Final	Custo	Valor Desembolsado 2014
52705	1ª Participação na Ata 671/2014 Software Oracle	03585905/0001-69	IT7 Sistemas Ltda	22/08/14	21/08/15	11.196.437,56	10.625.045,56
52732	1ª Participação na Ata 2544/2013 switch	35774751/0001-40	Inovax Engenharia de Sistema Ltda	22/08/14	21/08/15	7.001.562,40	7.001.562,40
52739	Atualização Licença Autodesk Autocad	03620200/0001-35	Pro-Systems Informática Ltda	02/09/14	01/09/15	34.813,66	34.813,66
52764	Curso em Instr. Scrum e Metodologia Ágil	88630413/0002-81	União Brasileira de Educação e Assistência (PUC)	22/08/14	21/02/15	368.982,00	307.352,00
52765	Manutenção Servidores IBM Mainframe zSERIES	33372251/0001-56	IBM Brasil – Indústria, Máquinas e Serviços Ltda	09/09/14	08/09/16	26.774.946,80	1.575.229,66
52770	Expansão Subsistemas de Discos	81627838/0001-01	Ação Informática Brasil Ltda	03/09/14	02/09/15	12.140.000,00	12.140.000,00
52812	Suporte técnico software Zabbix	05143945/0001-86	Unirede Informática Eireli - EPP	12/09/14	11/09/15	256.500,00	77.662,50
52853	Licenças e Suporte Técnico Remoto Software Microstrategy	02869307/0001-59	Microstrategy Brasil Ltda	30/09/14	29/09/15	6.389.922,60	5.575.508,24
52854	Manutenção de licenças Proofpoint	01590643/0001-03	BTM Comércio de Equipamentos e Softwares de Informática Ltda - EPP	25/09/14	24/09/18	2.397.000,00	54.400,00
52855	Licenças Proofpoint	09058423/0001-37	Sybex Comércio e Serviços em Informática Ltda.	26/09/14	25/09/17	4.082.400,00	291.600,00
52864	Licenças Soluções CA Enterprise	08469511/0001-69	CA Programas de Computador, Participações e Serviços Ltda (CA)	02/10/14	01/10/18	26.600.759,97	852.867,02
52895	1ª Participação na Ata 675/14 software VMWARE	81627838/0001-01	Ação Informática Brasil Ltda	06/10/14	05/10/15	41.274,00	41.274,00
52901	Licenças p/ Monitoração e Gerenciamento	04392420/0001-11	IT2B Tecnologia e Serviços Ltda	07/10/14	06/10/16	12.050.920,00	3.967.212,28
52925	2ª Adesão Ata 1750/2013 - Solução NIPS	16884650/0001-87	Buffalo Security Comércio e Serviços de Informática Ltda	10/10/14	09/10/15	3.879.600,00	3.879.600,00
52942	1ª Participação na Ata 376/2014 Fraudes	37129194/0001-30	Gas Informática Ltda	17/10/14	16/10/15	1.601.000,00	105.000,00
53005	Manutenção Subsistema Disco EMC	32578387/0003-16	Unitech-Rio Comércio e Serviços Ltda	05/11/14	04/11/16	41.544,00	1.731,00

Nº Contrato	Objeto	Fornecedor CNPJ/CPF	Fornecedor Nome	Vigência Inicial	Vigência Final	Custo	Valor Desembolsado 2014
53031	1ª Participação na Ata 960/2014 Applianc	01705972/0001-44	Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio Ltda.	06/11/14	05/11/15	5.172.497,56	4.888.194,44
53037	Manutenção Atualização Suporte técnico Software AG Mainframe Z/OS	07594862/0001-39	Software AG Brasil Informática e Serviços Ltda	05/11/14	24/12/14	1.963.862,31	1.963.862,31
53085	Manutenção Atualização e Suporte Técnico Equipamento Quip Directors FC	72632458/0001-74	KGB Informática Ltda - ME	20/11/14	19/11/15	49.999,92	5.694,44
53107	Manutenção Corretiva e Evolutiva Suporte Técnico Solução BrPass	16564682/0001-03	OKI Brasil Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia em Automação S/A	26/11/14	25/11/15	1.012.215,36	14.058,46
53181	2ª Adesão Ata 1875/2013 item 3 Cluster	03017428/0001-35	NCT Informática Ltda	09/12/14	08/03/16	716.957,80	716.957,80
53182	Subscrição e Suporte COD CONT GDPS/MZGM	33372251/0001-56	IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda	10/12/14	09/12/16	962.610,22	240.652,56
53212	1ª Participação Ata1601/14 Expansão discos	05704797/0001-21	System IT Solutions Ltda	18/12/14	17/12/15	8.314.875,09	8.314.875,08
53223	Nova funcionalidade para Suíte Aplicativos Q-Ware Family	26460584/0001-71	Padrão IX Informática Sistemas Abertos S/A	19/12/14	18/12/15	5.400.000,00	4.158.000,00
53229	Curso Ação Educacional para Alta Liderança.	00979304/0001-42	Mindquest Educação S/A	22/12/14	21/01/16	675.700,27	168.925,07
53236	Manutenção subsistemas de discos HITACHI	06060124/0001-49	Quinta Onda Serviços em Tecnologia da Informação Ltda	19/12/14	18/12/16	1.050.000,00	17.500,01
53242	1ª Participação Ata 952/14 módulos gbics	07860761/0001-62	Vernet Comunicação de Dados Ltda	29/12/14	28/12/15	2.824.666,00	2.824.666,00

10 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

10.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

quadro A.10.1.1 – cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					000090
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
001	043.738/2012-5	Acórdão nº 2236/2014 – TCU – Plenário	9.1	(DE)	Ofício de Notificação nº 0726/2014-TCU/Sefti, de 01/09/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Superintendência de Aquisições e Contratos - SUPGA					000090
Descrição da Deliberação					
"9.1. determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aos órgãos e entidades que apresentaram falhas em suas publicações no DOU, listados nas tabelas 4 a 7 do relatório que, no prazo de 180 dias, assegurem que as seguintes informações obrigatórias estarão presentes em suas futuras publicações no DOU, ou que, alternativamente, passem a publicar por meio do Sidec ou Sicon: 9.1.1. para avisos de licitação: número do processo, descrição do objeto e local de disponibilização do edital, com base na Lei Complementar 101/2001, art. 48-A, I e Lei 8.666/1993, art. 21, § 1º; 9.1.2. para extratos de contrato: número do processo, descrição do objeto, identificação do contratado (nome e CNPJ/CPF), valor, identificação do procedimento licitatório que deu origem à contratação, com base na Lei Complementar 101/2001, art. 48, parágrafo único c/c art. 48-A, I; 9.1.3. para extratos de dispensa ou de inexigibilidade: número do processo, descrição do objeto, identificação do contratado (nome e CNPJ/CPF), valor, fundamento legal específico e autoridade ratificadora, com base na Lei Complementar 101/2001, art. 48, parágrafo único c/c art. 48-A, I da Lei 8.666/1993, art. 26."					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Superintendência de Aquisições e Contratos - SUPGA					000090

Síntese da Providência Adotada
Conforme despacho de protocolo nº 028114/2014-10, de 02/12/2014, o gestor informou: A publicação do Extrato de Contrato 49848/2012 em 13/11/2012 foi considerada com falha em razão da ausência da referência à modalidade de licitação que gerou a contratação, no caso em questão "PREGÃO". Tal falha foi provocada por um erro no modelo de publicação adotado pelo SERPRO quando a mesma é providenciada pela plataforma INCOM, naqueles casos excepcionais em que não é possível a publicação pelo SIDEC/SICON. Apesar de entender que o item "Fundamentação: Lei 10.520/02 e Dec. 5.450/05" presente na publicação já seria suficiente para a identificação da modalidade, foram adotadas providências para correção do erro verificado. Síntese da Providência Adotada: Alteração do modelo de publicação de extratos de contrato, nos casos em que é necessário o uso da plataforma INCOM, fazendo constar além dos dados já presentes, a UASG, a modalidade e número da licitação. Mediante Ofício: DP-038211/2014, de 03/12/2014, o Diretor-Presidente informou ao TCU as providências adotadas para dar cumprimento a determinação constante do item 9.1.
Síntese dos Resultados Obtidos
Após a adoção da providência, nos raros casos de publicação de extrato de contratos pela plataforma INCOM, NÃO foram observados mais falhas, já que a publicação atende todos os critérios necessários para o acompanhamento das compras públicas, garantindo a necessária transparência da ação do Estado e a capacidade de controle dos gastos públicos.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A providência foi facilitada em razão da centralização da atividade de publicação na SUPGA/GAGEP/GAGEQ, já que bastou a alteração do modelo utilizado para a realização da atividade naquela Área. Outro fator positivo foi que a grande maioria das publicações de extratos de contratos é providenciada pelo SIDEC/SICON, onde os formulários eletrônicos impedem a ocorrência de erros semelhantes.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
002	029.724/2013-9	7108/2014-TCU-1ª Câmara:	1.7	(DE)	Ofício de Comunicação nº 0901/2014-TCU/Sefti, de 17/11/2014.

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Diretoria de Relacionamento com Clientes - DIRCL	000090

Descrição da Deliberação
1.7. determinar ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) que: 1.7.1. com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c no art. 208, § 2º, do RI/TCU, no prazo de trinta dias a contar da ciência do decisum, aplique devidamente o correto tratamento contábil dos valores que deixa de receber de seus clientes quando do não cumprimento dos níveis de serviço definidos em contrato, especialmente no que tange ao enquadramento da situação frente à natureza do ato e suas implicações tributárias, considerando o Acórdão 03-18.563 da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Brasília; 1.7.2. com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c no art. 250, inciso II, do RI/TCU: 1.7.2.1. no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da ciência do decisum, formalize os serviços executados sem vinculação a contrato de clientes, em conformidade com a Lei 8.666/1993, art. 66 e com o item 9.3.3 do Acórdão 1.014/2007-TCU-Plenário; 1.7.2.2. no prazo de noventa dias a contar da ciência do decisum, realize a correta vinculação dos custos das ordens de serviço aos contratos, no sistema de custos do Serpro, de modo que custos de determinado serviço não sejam alocados em contrato cujo objeto não inclua a prestação de tal serviço, em conformidade com a Lei 8.666/1993, art. 66 e com o item 9.3.3 do Acórdão 1.014/2007-TCU-Plenário."

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Diretoria de Relacionamento com Clientes - DIRCL	000090

Síntese da Providência Adotada
Mediante Ofício: DIRCL – 040093/2014, de 17/12/2014, o Diretor de Relacionamento com Clientes informou ao Tribunal de Contas da União – TCU as providências adotadas pelo Serpro para dar cumprimento as determinações constantes do item 1.7 do Acórdão. “1.7.1. com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c no art. 208, § 2º, do RI/TCU, no prazo de trinta dias a contar da ciência do decisum, aplique devidamente o correto tratamento contábil dos valores que deixa de receber de seus clientes quando do não cumprimento dos níveis de serviço definidos em contrato, especialmente no que tange ao enquadramento da situação frente à natureza do ato e suas implicações tributárias, considerando o Acórdão 03-18.563 da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Brasília; **Resposta:** O levantamento realizado para atender a solicitação de auditoria da CGU nº201306063/15 de 15/08/2013, nos alertou que as sanções contratuais possuíam interpretações diferenciadas nos contratos firmados. À época, identificamos a necessidade de unificar a utilização dos conceitos referentes a multas, glosas e descontos para as futuras negociações contratuais. Foi criado um grupo de trabalho em 21/10/2013 pela Decisão de Diretoria 121/2013, envolvendo Consultoria Jurídica, Unidades de Relacionamento com Clientes e Superintendência de Gestão Financeira para esta unificação de conceito, normatização, divulgação e aplicação para os novos contratos e aditivos, quando da concordância dos clientes envolvidos. O Grupo de trabalho realizou o estudo fundamentado em legislação específica, normas internas e literatura especializada, obtendo os conceitos dos seguintes termos a serem uniformizados e utilizados na relação comercial: Desconto Condicional ou Financeiro, Desconto Incondicional ou Comercial, Glosa e Multa. Estes conceitos foram incorporados à Norma de Contrato de Receita (RC 002) de 12/12/2013 (vide anexo “NORMA RC 002 v.01.pdf"), publicada no Processo de Negócio do Serpro (PNS) versão 1.6.1 em 13/12/2013, para a aplicação aos novos contratos e aditivos, quando da concordância dos clientes envolvidos. Quanto à recomendação de que se crie indicadores corporativos para a medição da qualidade e do desempenho dos serviços prestados, informamos que estão disponíveis no Painel de Indicadores Corporativos do Serpro vários indicadores referentes ao tema. Entre eles, o indicador “Impacto financeiro do descumprimento dos níveis de serviço" que vem sendo aprimorado para expressar adequadamente as sanções aplicadas quando do não cumprimento dos níveis de serviços contratados. Entendemos que este pode ser aprimorado para evidenciar os tipos de sanções. 1.7.2. com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c no art. 250, inciso II, do RI/TCU: 1.7.2.1. no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da ciência do decisum, formalize os serviços executados sem vinculação a contrato de clientes, em conformidade com a Lei 8.666/1993, art. 66 e com o item 9.3.3 do Acórdão 1.014/2007-TCU-Plenário;

Resposta: A gestão e acompanhamento da prestação de serviço sem cobertura contratual ocorre na esfera das unidades de relacionamento com clientes. As ações de regularização ocorrem a partir de negociações junto aos clientes e com o acompanhamento sistêmico.

Ao longo de 2014, foi gerado um relatório dinâmico de acompanhamento das ações, conforme fluxo a seguir:

- Registro de cada serviço sem cobertura contratual, com a respectiva cronologia das ações realizadas;

- No caso de impossibilidade de formalização contratual, registro dos motivos para o óbice;

- Avaliação dos registros pela diretoria de relacionamento com clientes, que determina orientações para as unidades envolvidas no sentido de abreviar a solução da situação;

- Disponibilização do relatório para a Diretoria e no sítio corporativo da Diretoria de Relacionamento com Clientes.

Com a implantação da referida sistemática obteve-se a regularização dos 10 (dez) serviços sem cobertura contratual prestados para 8 (oito) clientes, sendo realizada a formalização contratual de 8 (oito) serviços e a descontinuidade de 2 (dois) serviços, com o devido processo de cobrança em andamento.

1.7.2.2. no prazo de noventa dias a contar da ciência do decisum, realize a correta vinculação dos custos das ordens de serviço aos contratos, no sistema de custos do Serpro, de modo que custos de determinado serviço não sejam alocados em contrato cujo objeto não inclua a prestação de tal serviço, em conformidade com a Lei 8.666/1993, art. 66 e com o item 9.3.3 do Acórdão 1.014/2007-TCU-Plenário. "

Resposta: A unidade de Gestão Empresarial já havia identificado esta falta de vinculação e já haviam algumas ações para a regularização. Com o advento da auditoria da CGU, as ações foram intensificadas e tratadas de forma emergencial.

Inicialmente foi criada uma força tarefa para o saneamento de todos os casos identificados, composta pelas unidades de prestação de serviços, unidades de relacionamento com clientes e unidade de gestão empresarial, coordenada pelo Diretor de Relacionamento com Clientes.

Em dezembro de 2013, a força tarefa constatou ocorrências de solução imediata e outras de médio prazo, inclusive com a necessidade de ajuste no sistema de gestão comercial. Concluiu também a necessidade de instituir uma gestão permanente, visto que podem ocorrer novos casos, não previstos ou reincidentes.

A partir das conclusões apontadas pela força tarefa de saneamento, em abril de 2014 foi formado um grupo de trabalho para tratar as causas dos problemas e correção das ocorrências que resultam na apropriação em serviços sem vinculação a contrato.

Identificadas as causas dos problemas, o grupo de trabalho elaborou um conjunto de propostas de ações para soluções no âmbito das Unidades de Relacionamento com Clientes, de Gestão Empresarial, de Prestação de Serviços e de Desenvolvimento.

Percebeu-se grande dificuldade no saneamento, visto as particularidades e sazonalidades contratuais. Estes fatores ocasionam mudanças dinâmicas das situações de vinculação.

O relatório com as causas dos problemas identificados e suas proposições de solução foi elaborado, submetido a apreciação e aprovação do diretor e superintendentes de relacionamento com clientes.

Foi concluído que há situações em que é admissível a ausência de vinculação do serviço ao contrato, a saber:

- Contrato Novo: Na fase de pré-venda (negociação de novos contratos) é necessário o consumo de determinados insumos para a futura prestação do serviço. Como o contrato ainda não foi firmado, neste momento ainda não é possível a vinculação do serviço ao contrato.

- Renovação de Contrato: A fase de renovação contratual, fase esta considerada de transição contratual, onde os serviços deixam de ser vinculados ao antigo contrato até o firmamento da renovação.

Conforme apontado pelo relatório, foi implantada uma sistemática de acompanhamento mensal para gestão de tratamento das pendências."

Síntese dos Resultados Obtidos
Descrito na síntese da providência adotada.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Descrito na síntese da providência adotada.

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

10.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

10.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

quadro A.10.2.1 – relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
002	N.º 222250 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2008	3.3.1 – Assunto – Resultados de Auditorias no SISAC e Folha de Pagamento 3.3.1.1 Constatação	Ofício nº 22335/2009/DEFAZ/DE/SFC /CGU-PR, de 15/07/2009
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Diretoria de Administração - DIRAD			000090
Descrição da Recomendação			
Que o dirigente máximo da entidade acompanhe a proposta de convalidação enviada ao Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, através do Ofício DP - 012811/2009 (complementado pelo Ofício DP – 015188/2009), inclusive quanto às demais alterações procedidas anteriormente, informando esta Controladoria sobre os resultados obtidos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Síntese da Providência Adotada			
Posição informada em 04/04/2014: Situação informada pela SUPGP mediante e-mail desta data: "O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) está envidando esforços junto à Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda (SE-MF) e ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST/MP) para a obtenção da convalidação dos atos".			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Publicação da Decisão de Diretoria GP-079/2009, de 10/08/2009, determinando a obrigatoriedade de serem submetidas à aprovação prévia dos órgãos externos competentes, as propostas que envolvam matéria trabalhista, em conformidade com os dispositivos legais. Doravante, os temas relativos às matérias que tratem de planos de cargos e salários e remuneração, dentre outros, devem respeitar os seguintes dispositivos: a legislação vigente; o Estatuto Social do SERPRO; e os planos de cargos e salários vigentes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como fator positivo, há o entendimento prévio, obtido em reunião com a CGU em dezembro de 2012, de que os atos já foram convalidados em 09 de junho de 2009, por meio do Ofício nº 444/2009/MP/SE/DEST a ser ratificado pela Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda (SE-MF).			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
002	Nº 201108703 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2010	1.1.2.2 - Constatação: Inconsistências na Classificação e Contabilização de Projetos.	Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 11/10/2011
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Descrição da Recomendação			
RECOMENDAÇÃO 001: "Que o Serpro implemente ação integrada entre a área contábil e o escritório de projetos com os seguintes propósitos: a) atualizar os conceitos e os procedimentos atinentes aos projetos e atividades registrados no PGPS com os conhecimentos contábeis pertinentes; b) atualizar a base da carteira de projeto, tomando por base o novo PGPS; e c) realizar estudo dos gastos no âmbito de projetos para verificar a sua ativação, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 04, do Comitê de Pronunciamento Técnico e das normas fiscais".			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Síntese da Providência Adotada			
Situação em 12/12/2014: Mediante despacho de protocolo nº 032536/2011-00 desta data, a COEEP e SUPGF informaram: “Em nossa resposta de 31/10/2011, item 1.1.1.1.b, Destacávamos a complexidade do tema diante da necessidade de integração com processos estruturais da organização como apropriação e faturamento. Na resposta de 19/10/2012, atualizamos o posicionamento reforçando as dificuldades em implementar as mudanças no ambiente empresarial. Neste comunicado novos processos são acrescentados a lista de necessários para revisão: contabilidade e custos. Ainda em out/2012 informamos da suspensão do projeto de implantação da gestão financeira de projetos e a criação de dois novos projetos para aprimorar a infraestrutura de gestão de projetos que criariam as condições para que o esforço suspenso possa ser reiniciado futuramente. A seguir faremos um balanço dos resultados de ambos os projetos. Bálsamo Este projeto teve como objetivo: elaborar um algoritmo de decisão que direcione a demanda para sua melhor forma de gestão. Alinhado e praticado em toda a organização e seus processos corporativos. Possibilitando uma carteira de projetos menos granular e viabilizando a gestão orçamentária de acordo com a gestão do portfólio de projetos”. O projeto foi concluído em junho de 2013. Dentre as principais entregas destacamos estudo de como adaptar os conceitos de gestão de projetos da organização. Em 16/7/12 lançou a versão 5.0 do Processo de Gerenciamento de Estratégia e Projetos do Serpro (PGPS) que dentre várias evoluções contempla a adição de uma nova dimensão de classificação de projetos denominada Nível de Gestão, podendo ter os valores Corporativo ou Setorial. A iniciativa também entregou um novo curso de gerenciamento de projetos em ambiente e@d que apoia o processo e a prática de gestão de projetos fortalecendo a internalização das definições produzidas pelo Bálsamo. O projeto permitiu o estabelecimento de um conceito corporativo de projetos apoiado em critérios objetivos. Também criou uma nova dimensão de categorização dos projetos. Em conjunto, estas mudanças permitem identificar objetivamente quais esforços seriam projetos com a necessidade de gerenciamento financeiro. Esta condição supera as limitações do cenário anterior quando a intenção era utilizar como filtro a lista de projetos estratégicos. Essa carteira contempla projetos eventualmente com custos e duração pequenos mas de alinhamento estratégico; ao mesmo tempo que exclui projetos representativos na geração de receita, mas de caráter tático ou operacional. Flamboyant O projeto Flamboyant tinha o objetivo: “Prospectar, adquirir e implantar uma ferramenta para suporte as atividades de gestão de projetos e portfólios até dez de 2014.”. O projeto foi concluído em junho de 2014. A ferramenta foi implantada em 2014 com o nome de Hawk PPM. A introdução do Hawk ampliou as capacidades de			

gestão do Serpro com a disponibilização de funcionalidades em condições avançadas nas dimensões de: gestão de projetos, gestão de portfólio, gestão de comunicação, gestão de recursos, gerenciamento de riscos, gerenciamento de ocorrências e mudanças e acompanhamento e controle. A solução está sendo utilizada por 202 usuários em 71 projetos, incluindo todos os 23 projetos estratégicos da organização.
Nem todos os módulos estão em uso e dependem de evoluções em processos empresariais como a própria gestão financeira, por exemplo, entretanto todos os projetos na plataforma já tem ganhos notáveis em produtividade, comunicação, trabalho em equipe e controle corporativo, por exemplo.
Além dos ganhos amplos para a automação do processo de gerenciamento de projetos, o flamboyant criou as condições para que os recursos financeiros de projetos possam ser planejados e monitorados de forma padronizada e controlados corporativamente por meio das visões integradas geradas pela solução.
Contabilidade
Para a contabilização dos projetos há a necessidade que a informação seja apropriada e mensurada de forma que obtenhamos o custo de cada projeto. No entanto, conforme relatório encaminhado como resposta à mesma recomendação, letra c) a forma de apropriação dos insumos, hoje praticada pela empresa, não fornece os custos por projeto, seja para o cliente (estoque), seja interno (intangível).
Destacamos que, os insumos são segregados da seguinte forma: Análise de Problema, Análise de Solução, Apoio (Solicitação de carga periódica e de dados históricos para DW; Geração de SQL via ferramenta para execução pela SUPCD em ambiente de produção/homologação; Solicitação específica para geração de Contrato de Prestação de Serviço (CPS), participação em Reunião Técnica e Gerenciamento de Risco Simplificado (GRS); Solicitações que envolvam teste de nova versão de ferramenta ou de banco de dados; Solicitações referentes à revisão de contagem de Pontos de Função (PF) de projetos já atendidos; Solicitações referentes ao apoio na elaboração de Requisição de Mudança), Apuração Especial, Consultoria (Análise de viabilidade/contratual; Solicitação específica para apoio à URC ou à SUPSC na elaboração inicial de Documento de Visão (DV) de projeto, Glossário (GLO) e Requisitos Não Funcionais (RNF); Solicitação específica para apoio à URC ou à SUPSC na absorção de serviços e prospecção de novos negócios; Solicitação específica para apoio à URC ou à SUPSC na especificação da demanda pelo Cliente), Documentação de Script, Documentação de Sistema, Execução AESP, Manutenção Adaptativa (Adaptação a alterações realizadas para mudança de arquitetura; Adaptação a alterações realizadas em rotinas de integração ou em sub-rotinas chamadas pelo software), Manutenção Corretiva, Manutenção Evolutiva, Manutenção Preventiva, Novo Sistema, Treinamento.
Essa segregação, apesar de detalhada, não fornece os dados necessários ao registro contábil e os sistemas de apropriação dos insumos levam para o sistema de custos, resultados consolidados, o que nos leva a concluir que da forma como é alimentado pelos sistemas internos do Serpro, não havia a possibilidade do sistema de custos fornecer as informações/dados, conforme necessita a Contabilidade para o registro dos custos dos projetos como ativo (estoque), como também para o registo dos custos das soluções desenvolvidas para uso interno como ativos intangíveis (letra c).
Esclarecemos ainda, que os insumos de desenvolvimento estão hoje, no sistema de custos, segregados em armazenamento, processamento e desenvolvimento, havendo insumos distribuídos e apropriados nas três categorias.
Para que pudéssemos obter sucesso na mensuração e registro dos custos dos projetos como ativo (estoque), entendemos serem necessárias várias alterações nos sistemas alimentadores do sistema de custos, inclusive no sistema de gestão de pessoas (SGP). Porém, a empresa estava em fase de aquisição de um sistema integrado de gestão, cujo projeto básico foi suspenso temporariamente, por ocasião da insuficiência de caixa em que se encontra.
Com essa aquisição, sistemas internos de gestão sofreriam modificações ou seriam descontinuados, não havendo interesse gerencial em alocar recursos e realizar manutenções evolutivas em sistemas que não permanecerão na empresa.
Informamos que encontramos dificuldades no atendimento à recomendação, letras a, b e c, desse relatório de auditoria, por razão dos sistemas alimentadores de custos não estarem integrados e não fornecerem as informações/dados conforme preconiza a legislação contábil no que se refere a mensuração de projetos, para escrituração e evidenciação.
Vale lembrar que a forma hoje praticada pela empresa em nada fere os princípios de contabilidade, visto que os gastos efetuados estão registrados como despesa e a doutrina contábil prevê que ativo só deve ser reconhecido caso o seu custo possa ser mensurado com segurança, caso contrário, deve ser contabilizado como despesa.
Por fim, a Diretoria de Gestão Empresarial vem envidando esforços no sentido de otimizar a mensuração dos custos, tanto dos projetos como do ativo intangível, para que esses possam ser registrados contabilmente, evoluindo assim, para a implementação da contabilidade de custos na empresa".

Síntese dos Resultados Obtidos
Descrito no item "Síntese da providência adotada"
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Descrito no item "Síntese da providência adotada"

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
002	Nº 201108703 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2010	1.1.2.2 - Constatação: Inconsistências na Classificação e Contabilização de Projetos	Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 11/10/2011
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Superintendência da Gestão Empresarial - Financeira - SUPGF			000090
Descrição da Recomendação			
Instituir cronograma para a realização dos trabalhos do novo plano de investimento			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Superintendência da Gestão Empresarial - Financeira - SUPGF			000090
Síntese da Providência Adotada			
Situação em 02/06/2014: Mediante despacho de protocolo nº 032536/2011-00, de 02/06/2014, a SUPGF informou: "Diante dos prejuízos apurados nos exercícios 2010 e 2011 e o consumo da Reserva de Retenção de Lucros em sua totalidade, conforme determina a Lei nº 6.404/76, os planos de investimento da empresa, previstos nas destinações de lucro anteriores a 2010, terão como fonte as operações normais da Empresa, ou seja, o Caixa gerado pelo Recebimento pela Prestação de Serviços aos Clientes".			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não se aplica			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
003	Nº 201108703 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2010	1.1.2.4 – INFORMAÇÃO: Nota de Auditoria Nº: 201108703/004, de 19/08/2011	Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 11/10/2011
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Descrição da Recomendação			
Que o grupo de trabalho instituído para elaborar metodologia para criação, medição e avaliação de indicadores corporativos implemente as melhorias citadas neste item, bem como inclua em seu escopo as seguintes recomendações da CGU/Auditoria Interna, quais sejam: - os indicadores e suas respectivas metas devem ser definidos com a antecedência necessária, a fim de permitir a adequada execução/monitoramento daquilo que foi planejado; - no momento da definição dos indicadores, devem ser consideradas as dificuldades de sua medição, bem como a indicação tempestiva dos responsáveis pelo cumprimento das metas estabelecidas; e - a Diretoria deve evitar promover mudanças em indicadores e/ou metas após estes já terem sido definidos no momento da elaboração do Planejamento Estratégico			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Síntese da Providência Adotada			
Mediante despacho de protocolo 032536/2011-00, de 22/11/2013, a COEEP informou: Estas orientações já são repassadas verbalmente para os envolvidos e serão acrescentadas explicitamente no FormDai (Formulário de Descrição dos Atributos dos Indicadores), que é o documento utilizado como referência para definição de indicadores. Esta atualização será realizada até o primeiro trimestre de 2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Mediante despacho de protocolo nº 032536/2011-00, de 18/11/2014 a COEEP informou: A recomendação está devidamente registrada no Formulário de Descrição dos Atributos dos Indicadores Corporativos (FormDAI) e é reforçada nas orientações e treinamentos ofertados aos gestores de indicadores corporativos. Aqueles indicadores onde foi possível aplicar a recomendação tivemos uma melhora no estabelecimento de metas mais realísticas e uma capacidade de análise crítica reforçada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
- Para alguns indicadores esta expectativa é inviável. Entretanto adaptamos para uma recomendação de avaliação de viabilidade de apuração retroativa e registro de justificativa quando impossível.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
002	Nº 201108703 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2010	1.1.5.1 - Constatação: Fragilidade nos controles relativos ao Sistema de Planejamento Estratégico, à Folha de Pagamentos e às aquisições e suprimentos, comprometendo suas integridades.	Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 11/10/2011
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Diretor-Superintendente - DS			000090
Descrição da Recomendação			
Que o Serpro avalie a conveniência e oportunidade de se instituir política corporativa de gestão de risco com as atribuições de análise/avaliação, tratamento, aceitação e comunicação de riscos, de forma a: a) minimizar incertezas e ameaças, atuando como instrumento de suporte ao planejamento estratégico; b) aumentar a efetividade no gerenciamento da alocação de capital; e c) subsidiar as atividades da auditoria interna para os processos que apresentam o ambiente mais crítico de riscos			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Diretor-Superintendente - DS			000090
Síntese da Providência Adotada			
Posição em 31/03/2014: Informada mediante despacho de protocolo nº 032552/2011-58, desta data: "A Política Corporativa de Gestão de Riscos (PCGR), instituída por meio da Resolução DE-012/2013, de 26/09/2013, estabeleceu princípios, conceitos e responsabilidades e fontes de referência, determinando prazo de um ano para alinhamento das demais políticas e normas. Neste contexto, o Departamento de Gestão do Controle Interno (DCGCI) tem previsão de divulgar, em abril de 2014, orientações específicas para as Unidades Organizacionais envolvidas na implementação das determinações contidas na PCGR e de, no período de maio a setembro de 2014, realizar reuniões de monitoração e apoio àquelas unidades."			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição em 03/12/2014: Informada mediante despacho de protocolo nº 032552/2011-58, desta data: "Ressaltamos que a Resolução DE-012/2013, assinada em 26/09/2013 pelo Diretor-Presidente Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, instituiu a Política Corporativa de Gestão de Riscos (PCGR), a qual estabeleceu princípios e responsabilidades, apontou fontes de referência para conceitos e padrões, além de ter determinado prazo de um ano para alinhamento das demais políticas e normas. Esclarecemos que durante tal período, a própria evolução do assunto gestão de riscos, dentro da empresa, influenciada pelas orientações emanadas pelos órgãos de controle externo, levaram ao entendimento da necessidade de incorporação das regras daquela política a uma outra mais abrangente, capaz de integrar controles internos e gestão de riscos. Desta forma, a nova política, que se encontra em fase final de elaboração, após apreciada e instituída pela Diretoria do Serpro, exigirá novos prazos para sua implementação."			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Descrita no item: "Síntese dos Resultados Obtidos".			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	1.1.1.1. Constatação: Falta de continuidade no conjunto de indicadores no longo prazo.	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Descrição da Recomendação			
que o Serpro mantenha, no longo prazo, um núcleo razoável de indicadores estratégicos e táticos no relatório de gestão para uma melhor análise histórica da evolução do resultado da empresa na busca pelos seus objetivos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Síntese da Providência Adotada			
Mediante Despacho de Protocolo nº 032194/2012, de 22/11/2013, a COEEP informou o que segue: "medidas adotadas por essa Coordenação de forma a garantir que tais indicadores continuarão a ser medidos e informados nas próximas contas. A medida adotada foi de definição de um conjunto de indicadores que tendem a uma perenidade maior, por serem indicadores clássicos de gestão empresarial, os quais constam na página 25 do Relatório de Gestão 2012. Além disso, o Serpro implantou o serviço de gestão de indicadores corporativos, com emissão de relatórios para públicos específicos e implantou um painel informatizado de indicadores. Este painel encontra-se em uso pelos diretores e será disponibilizado para todos os empregados até dezembro de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Mediante despacho de protocolo nº 032194/2012-09 de 18/11/2014 a COEEP informou: - Aumento da cultura de gestão por indicadores na empresa. - Melhoria da transparência e governança da visão de longo prazo para estes indicadores.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Mediante despacho de protocolo nº 032194/2012-09 de 18/11/2014 a COEEP informou: - É difícil integrar a gestão de conjunto de indicadores de longo prazo às prioridades dos desafios rotineiros e urgentes da organização.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	2.1.1.3. Informação: Ausência de informações sobre os valores dos alvarás judiciais relativos às ações antigas da empresa	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Superintendência de Desenvolvimento - SUPDE	000090

Descrição da Recomendação

"que o Serpro, além das ações que já estão em andamento, apresente um conjunto de medidas complementares com objetivo de melhorar a uniformização da produtividade entre os departamentos de desenvolvimento visando o atingimento de suas metas de produtividade, como, por exemplo, a intensificação dos treinamentos formais internos das equipes, a alocação temporária de membros das equipes menos produtivas em projetos nas equipes mais produtivas, tomando as cautelas necessárias para não elevar demasiadamente despesas com diárias e passagens, sem prejuízo das demais medidas que julgar necessárias."

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Superintendência de Desenvolvimento - SUPDE	000090

Síntese da Providência Adotada

Informada mediante despacho de protocolo nº 032187/2012-35, de 31/03/2014:

"De acordo com o posicionamento do Departamento de Gestão do Desenvolvimento, temos a seguinte situação, em relação à produtividade apurada nos departamentos de desenvolvimento do Serpro.

A produtividade de todos os departamentos no ano de 2013 ficou melhor que a produtividade média do mercado de 14 HH/PF .

A SUPDE entende que seu objetivo foi alcançado apurando esta meta em todos os seus departamentos regionais.

A manutenção da proposta de melhoria, como a redução da meta de produtividade visa tão somente a melhoria contínua do processo e dos resultados da Empresa, no seguimento de desenvolvimento de sistemas."

Mediante e-mail de 16/07/2014, a SFC/CGU-PR encaminhou a relação com as recomendações constantes do PPP e a respectiva análise realizada por aquela equipe de auditoria quando ao atendimento de cada item e esta recomendação foi considerada atendida.

Síntese dos Resultados Obtidos

Descrita no item: "Síntese da providência adotada"

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Descrita no item: "Síntese da providência adotada"

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	4.1.1.1. Informação Inconsistência nos registros existentes no SIAPE, referentes aos empregados cedidos do Serpro.	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Descrição da Recomendação			
que o Serpro atualize as informações no Siape, referentes aos empregados cedidos, criando procedimento que permita a constante atualização, de forma que as informações contidas no Siape sejam fidedignas e equivalentes às do SGP.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Síntese da Providência Adotada			
Situação em 31/07/2014: Informada mediante despacho de protocolo nº 032195/2012-63 de 01/08/2014: “Posição atual: Base atualizada”. Situação em 10/12/2014 informada mediante despacho de protocolo nº 032195/2012-63, desta data: “Foi estabelecida, na movimentação dos empregados cedidos, rotina para atualização dos dados cadastrais no SIAPE.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os resultados obtidos dizem respeito a fidedignidade das informações cadastrais no SGP e SIAPE, ressaltando que a necessidade de autorização/liberação pelo órgão cessionário impede a pronta atualização das informações no SIAPE.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Um fator negativo para regularização cadastral diz respeito a necessidade de autorização/liberação pelo órgão de lotação do empregado cedido para atualização das informações no SIAPE.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201306063 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2012	Nº da CONSTATAÇÃO: 1.1.2.1 Necessidade de uniformização dos conceitos utilizados pelo Serpro para se referir aos valores que a empresa deixa de receber dos clientes quando da não prestação dos serviços nos termos definidos em contrato;	Ofício nº 30.094/2013/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Consultoria Jurídica – COJUR, Superintendência da Gestão Empresarial - Financeira – SUPGF, Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL			000090
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que seja realizado estudo jurídico, financeiro e econômico de modo a permitir a uniformização dos conceitos utilizados dentro da empresa para se referir aos valores que o Serpro deixa de receber dos clientes quando não cumpre os termos acordados em contrato, avaliando especialmente o enquadramento da situação frente à natureza do ato e suas implicações tributárias, considerando o Acórdão 03-18.563 de 22/09/2006 da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Brasília.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Consultoria Jurídica – COJUR, Superintendência da Gestão Empresarial - Financeira – SUPGF, Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL			000090
Síntese da Providência Adotada			
Posição informada mediante despacho de protocolo nº 030888/2013-20 de 01/04/2014: O Grupo de trabalho criado em 21/10/2013 pela DD OE 121/2013, que envolveu as áreas de Relacionamento com Clientes, Consultoria Jurídica e Gestão Financeira, realizou o estudo fundamentado em legislação específica, normas internas e literaturas especializadas, obtendo os conceitos dos seguintes termos a serem uniformizados e utilizados na relação comercial: Desconto Condicional ou Financeiro, Desconto Incondicional ou Comercial, Glosa e Multa. Estes conceitos foram incorporados à Norma de Contrato de Receita (RC 002) de 12/12/2013, publicada no Processo de Negócio do Serpro (PNS) versão 1.6.1, publicado em 13/12/2013, e deverá ser aplicado para os novos contratos e aditivos, quando da concordância dos clientes envolvidos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição informada mediante despacho de protocolo nº 030888/2013-20 de 05/12/2014: Após a publicação da atualização da Norma de Contrato de Receita (RC 002) e do Processo de Negócio do Serpro (PNS), os novos conceitos ficaram à disposição dos gestores de contrato de receita do Serpro, que passam a utilizá-los quando em um novo rito contratual e da concordância dos clientes envolvidos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Posição informada mediante despacho de protocolo nº 030888/2013-20 de 05/12/2014: Como fator positivo, destaca-se a motivação dos gestores de contrato do Serpro em obter uma padronização dos conceitos. Como negativo, nem sempre se obtém a concordância dos clientes visto que há divergências de conceito na literatura, sendo assim, poderão existir contratos não atendendo ao normativo.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201306063 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2012	Nº da CONSTATAÇÃO: 5.1.2.2 Falha no planejamento de aquisição de licenças de software para o Gerenciamento de Identidades e Acessos;	Ofício nº 30.094/2013/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Departamento de Aplicação do Regime Disciplinar Empresarial - DPARD			000090
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que seja instaurado processo de apuração de responsabilidade dos responsáveis pelo planejamento e execução do contrato 43.974, assinado em 21/12/2009, que adquiriu as licenças de Softwares de Gerenciamento de Identidade e Acesso – Plataforma Oracle, o qual será acompanhado pela Corregedoria desta CGU, avaliando especialmente a necessidade da aquisição; a adequabilidade da solução escolhida; a quantidade de licenças adquiridas; a demora na implantação e uso da solução; e a eficiência e economicidade da contratação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Departamento de Aplicação do Regime Disciplinar Empresarial - DPARD			000090
Síntese da Providência Adotada			
Foi instaurada Comissão de Sindicância nº 19863.000128/2013-74. Mediante Ofício DP/GABDP/DPARD, de 10/02/2014, foi enviada à Corregedoria Setorial do Ministério da Fazenda cópia do Relatório e Julgamento da referida Sindicância em cumprimento à recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Situação informada mediante despacho de protocolo nº 030888/2013-20, de 26/11/2014: “Foi instaurado processo de Sindicância para apuração sob o número 19863.000128/2013-74, cujos trabalhos foram executados no período de 29/10/2013 a 31/01/2014. A Comissão encerrou seus trabalhos e emitiu relatório encaminhado a autoridade julgadora em 04/02/2014. A autoridade julgadora acatou o relatório da comissão e determinou o arquivamento do processo e encaminhamento do Relatório e Julgamento à Auditoria Interna e a CGU.”			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Informada mediante despacho de protocolo nº 030888/2013-20, de 26/11/2014: Fatores Positivos que facilitaram a adoção das providências foram: - empenho da Diretoria e dos Gestores em prontamente apurar os fatos; - tempestividade na adoção da medida de apuração por parte das autoridades da Empresa; - existência de normativo interno estabelecendo procedimentos para apuração de irregularidades; - existência de estrutura formal de gestão e acompanhamento e orientação de processos disciplinares instaurados na Empresa; - extenso acervo de memória e documentos sobre o assunto, bem como de gestores com domínio do mesmo na Empresa; - facilidade de acesso às informações e ao gestores envolvidos; Fatores Negativos que prejudicaram: Apesar da haver ocorrido uma única prorrogação, visto que o processo se deu em período de "Final de Ano", outubro/2013 a janeiro/2014, época de férias, não houve nenhum fato que pudesse interferir ou prejudicar os trabalhos da Comissão.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201306063 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2012	Nº da CONSTATAÇÃO: 5.1.2.3 Prestação de serviços pelo Serpro sem cobertura contratual.	Ofício nº 30.094/2013/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL			000090
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que o Serpro formalize os contratos relativos aos serviços que estão sendo executados sem cobertura contratual e, caso haja impossibilidade dessa formalização, comunique mensalmente os Conselhos Diretor, Fiscal e de Administração sobre a situação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL			000090
Síntese da Providência Adotada			
Posição informada mediante despacho de protocolo nº 030888/2013-20 de 01/04/2014: Relatório de acompanhamento das ações elaborado e implementada uma sistemática de atualização por evento ocorrido, com a devida disponibilização para a Diretoria e no sitio corporativo da Diretoria de Relacionamento com Clientes.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Situação informada em 05/12/2014 mediante despacho de protocolo n° 030888/2013-20: A implantação da sistemática de atualização por evento ocorrido e a devida disponibilização mensal do relatório de acompanhamento para a Diretoria e no sítio corporativo da Diretoria de Relacionamento com Clientes, contribuiu para a regularização dos 10 (dez) serviços sem cobertura contratual prestados para 8 (oito) clientes, sendo realizada a formalização contratual de 8 (oito) serviços e a descontinuidade de 2 (dois) serviços, com o devido processo de cobrança em andamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como fator positivo, destaca-se o engajamento dos gestores do Serpro em resolver as pendências. Como negativo, morosidade no processo negocial para regularizar a situação.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201407588 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2013	Nº da CONSTATAÇÃO: 4.1.1 Manutenção no ativo da empresa de créditos a receber de clientes, no valor de R$ 254 milhões, que não podem ser considerados como líquidos e certos.	Ofício nº 25656/2014/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Superintendência de Gestão Empresarial – Financeira - SUPGF	000090

Descrição da Recomendação
Que o Serpro reavalie a classificação dos valores referentes aos litígios, sejam judiciais ou administrativos, que se encontram na Junta de Conciliação da AGU, de forma a observar as orientações do CPC 25 – "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", garantindo que as demonstrações contábeis da empresa reflitam a realidades dos fatos, de forma conservadora, e em alinhamento com o Princípio da Prudência.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Superintendência de Gestão Empresarial – Financeira - SUPGF	000090

Síntese da Providência Adotada
Mediante despacho de protocolo nº 031045/2014, de 17/10/2014, o gestor informou que foi atendida a recomendação 002.

Síntese dos Resultados Obtidos
Não se aplica.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não se aplica.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
002	Nº 201407588 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2013	Nº da CONSTATAÇÃO: 4.1.1 Manutenção no ativo da empresa de créditos a receber de clientes, no valor de R$ 254 milhões, que não podem ser considerados como líquidos e certos.	Ofício nº 25656/2014/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Superintendência de Gestão Empresarial – Financeira - SUPGF			000090
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Superintendência de Gestão Empresarial – Financeira - SUPGF			000090
Síntese da Providência Adotada			
Caso o Serpro não reconheça os créditos passíveis de recebimento na Junta de conciliação da AGU como Ativos Contingentes, ao menos, deve-se registrá-los como "Créditos Realizáveis a Longo Prazo", no Ativo Não Circulante.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Mediante despacho de protocolo nº 031045/2014, de 17/10/2014, o gestor informou: Foi atendida a recomendação nº 002 através das Nls 9177 e 9178, UG 806030. Providências a serem Implementadas: Acompanhamento periódico do andamento das tratativas e/ou finalização das negociações junto à AGU, a fim de reavaliar o ativo e reclassificá-lo, se for o caso. Ativo reclassificado para o longo prazo.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica.			

10.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 190703 - Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2006.	3.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (033)	Ofício nº 23167/2007/DEFAZ/DE/SFC/CGU-PR, de 19/07/2007
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Consultoria Jurídica - COJUR			000090
Descrição da Recomendação			
Que a Administração do SERPRO trate com a devida prioridade a questão da reestruturação da área jurídica, realizando os estudos necessários, o mais rápido possível, a fim de identificar as necessidades de recursos humanos e tecnológicos e tome as providências necessárias para que seja dada solução conclusiva ao caso.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Consultoria Jurídica - COJUR			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Desta recomendação, restou pendente de implementação o item: **1.3.2 – Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais.** Situação informada 31/07/2014 mediante despacho de Protocolo 023853/2009-49, dessa data: "O posicionamento enviado em 28/03/2014, por meio do Despacho de Protocolo n.º 023853/2009-49, informava que o SERPRO não logrou êxito na implantação de solução tecnológica para gerenciamento e controle de processos judiciais e administrativos, a ser fornecido pela empresa Benner Sistemas S/A, contratada em dezembro de 2010, vencedora do certame licitatório realizado, em virtude do abandono contratual da referida empresa após recusar-se assinar o adendo contratual proposto, para prorrogação da vigência contratual, culminando com a rescisão unilateral do contrato e a aplicação de penalidades previstas contratualmente. Adicionalmente, o referido posicionamento desta Consultoria noticiou as ações adotadas após a ciência da impossibilidade de implantação da solução contratada, quais sejam: atualização da versão do Lotus Notes, plataforma do atual sistema de Controle de Processos e Consultas – CPC Notes, de forma a garantir a continuidade do sistema e elaboração de documento de visão geral de um software jurídico e encaminhado à área de desenvolvimento de sistemas da Empresa para dimensionamento do tempo e esforço necessário ao desenvolvimento interno. Em relação à atualização das licenças notes, informamos que foi concluída a instalação do sistema operacional Windows em todas as estações de trabalho dos usuários do CPC Notes, encontrando-se, atualmente, a execução da fase de migração para um novo servidor que atenda à nova versão das licenças que serão instaladas. Tão lodo a referida migração seja efetuada, as licenças serão atualizadas.			

No que tange ao desenvolvimento interno de uma nova solução, temos a informar que a estimativa de tempo definida para desenvolvimento de um sistema jurídico, conforme solicitado, correspondia a, aproximadamente, 12 meses. No entanto, após análise do esforço e tempo necessários ao desenvolvimento interno da solução, e considerando a indisponibilidade de profissionais para assunção de um projeto dessa grandeza, considerou-se como inviável a alternativa de desenvolvimento interno do sistema.

A COJUR, diante do cenário desfavorável que lhe apresentou, passou a prospectar novas possibilidades de implantação de uma solução, tendo realizado contato com a Advocacia Geral da União, com o fito de conhecer o sistema Sapiens - Sistema AGU de Inteligência Jurídica, desenvolvido pelos procuradores federais Eduardo Alexandre Lang e Mauro Lucio Baioneta Nogueira, utilizando apenas tecnologias abertas e licenças de domínio comum. O SERPRO aguarda posicionamento dos procuradores e da AGU, quanto à viabilidade de cessão da referida solução, para posterior implantação, realizadas as customizações necessárias, no ambiente do SERPRO.

Do acima exposto, conclui-se pela exaustiva busca desta Consultoria Jurídica de lograr êxito na substituição do programa atualmente utilizado, encontrando, contudo, variáveis e situações que fogem ao seu controle e têm apresentado óbice à concretização de implantação de uma nova solução.

No que tange à rescisão unilateral do contrato com a Benner Sistemas S/A, encaminhamos em anexo as documentações comprobatórias de efetivação da rescisão, bem como aplicação das penalidades.

Cumpre registrar que a Benner Sistemas S/A ingressou com ação ordinária contra o SERPRO, solicitando a exclusão de todos e quaisquer registros ou restrições em nome da parte autora em cadastros de inadimplência (SICAF, CADIN, CAUC, SISCONV), contrariamente ao que foi decidido em legítimo e íntegro procedimento administrativo sancionador, em que foram assegurados o contraditório e a ampla defesa à ex-contratada, tendo a Justiça concedido antecipação de tutela e determinando a exclusão dos referidos registros.

O SERPRO, em atendimento ao mandado de citação e intimação, expedido pela 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, 25/06/2014, efetuou a retirada do registro de impedimento de licitar junto ao SICAF, protocolou agravo na forma de instrumento, com pedido de efeito suspensivo da decisão de concessão de antecipação de tutela e, em seguida, apresentou sua contestação às alegações apresentadas na ação ordinária movida pela ex-contratada, solicitando que fossem julgados improcedentes os pedidos da Benner Sistemas S/A".

Situação informada 28/11/2014 mediante despacho de Protocolo 023853/2009-49, dessa data:

Em atenção à solicitação dessa Auditoria, de manifestação acerca da situação de adoção de providências para adoção de Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais, em complemento aos posicionamentos anteriormente encaminhados, informamos que a aludida possibilidade de internalização do sistema Sapiens - Sistema AGU de Inteligência Jurídica, não se mostrou viável, visto que os procuradores que desenvolveram o sistema detém a propriedade da mesma, tendo proposto sua comercialização, para que o SERPRO implantasse as customizações necessárias.

Adicionalmente, buscou junto ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG conhecer o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com o intuito de verificar se a solução atenderia às necessidades da Consultoria Jurídica do SERPRO, quais sejam: acompanhamento de ações judiciais nas quais é parte e solicitação e emissão de pareceres jurídicos. No entanto, avaliou que a solução encontra-se em estágio incipiente e apresenta escopo mais abrangente, que não abarca especificidades de um software jurídico.

Assim, considerando o insucesso das estratégias identificadas para a implementação do sistema de acompanhamento de processos judiciais, desenvolvimento interno, internalização de solução livre implantada em órgãos da Administração Pública Federal, a COJUR, por ocasião da realização de seu planejamento estratégico, no período de 18 e 19/11/2014, decidiu por adotar as medidas necessárias à realização de novo processo licitatório para contratação de empresa especializada em fornecimento de softwares jurídicos para acompanhamento de processos judiciais, cuja previsão de implantação, considerando a concretização de contratação até julho de 2015, corresponde a julho de 2016.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Vide resposta acima.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	N.º 246682 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2009	1.1.2 Assunto Avaliação dos Resultados 1.1.2.1 Informação: (003) Nota de Auditoria nº 03	Ofício nº 33.949/2010/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 14 de outubro de 2010.

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP	000090

Descrição da Recomendação
Crie parâmetros de avaliação de eficiência e de eficácia na aplicação dos recursos auferidos por meio dos seus contratos de prestação de serviços, assim como aproprie os valores orçados e gastos, por natureza de despesa, com pessoal, custeio e investimentos, em cada projeto estratégico e prioritário da referida empresa

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP	000090

Justificativa para o seu não Cumprimento
Situação informada em 18/11/2014 mediante despacho de protocolo nº 004637/2011-09, desta data: Posição atual: A implementação continua. Avançamos sobre os projetos estratégicos (em torno de trinta) e estamos iniciando esforços para internalização nos demais níveis de gestão. A estimativa de conclusão para 2015 permanece. Justificativa para o seu não Cumprimento: Estamos priorizando a resolução da infraestrutura condicionante para possibilitar a implantação da prática na escala necessárias e com os resultados pretendidos.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
- A necessidade de articulação de necessidades e visões de diferentes unidades: escritório de projetos (COEEP), gestão empresarial (SUPDC) e financeiro (SUPGF) impõe desafios de articulação que aumentam a dificuldade da solução. - A necessidade de intervir em vários sistemas legados de apuração de apropriação de insumos (produção, desenvolvimento, entre outros), atualmente não orientados segmentar os dados por projetos, impoe desafios técnicos e de custo.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
-	Resultado do Trabalho realizado pela CGU, com base em dados constantes do SIAPE, com o objetivo de avaliar a legalidade de despesas relativas à folha de pagamento do SERPRO	-	Ofício n° 3753/2011/DEFAZ I /DE/SFC/CGU-PR, de 11/02/2011

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	**Código SIORG**
Superintendência de Pessoas - SUPGP	000090

Descrição da Recomendação

solicita manifestação do SERPRO quanto ao disposto nos parágrafos 17, 20, 26 e 29 da Nota Técnica, bem como informações sobre as medidas adotadas ou que serão adotadas sobre o assunto.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Superintendência de Pessoas - SUPGP	000090

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição constante no relatório de auditoria GP-AC/0002/2014:

Foi encaminhada a Solicitação de Auditoria nº 018, em 07/04/2014, sobre o atendimento aos itens 01, 02, 03 e 04. Em resposta à Solicitação de Auditoria, a Unidade se posicionou da seguinte forma:

Com relação ao item 1, foi publicada nova versão da Norma GP 006 com a inclusão da proibição de realização de horas extras por todos os níveis gerenciais, inclusive supervisores. Sobre os itens 2, 3 e 4, segundo registro em Ata de Diretoria, as áreas envolvidas na realização expressiva de horas extras deverão apresentar estudo apontando mecanismos de controle e medidas que visem a redução na realização de jornada extraordinária. A área auditada informou que os estudos foram iniciados e deverão ser concluídos até o final do mês de Outubro 2014.

Mediante despacho de protocolo nº 032195/2012-63, de 10/12/2014, a SUPGP informou:

Justificativa para o seu não Cumprimento: Em virtude dos serviços envolvidos na realização de sobrejornada serem realizadas/produzidos 24 horas por dia, sete dias por semana, a incidência de horas extras em patamares elevados ocorrem em horário noturno e fins de semana e feriados, períodos fundamentais para a manutenção de sistemas estruturantes fundamentais a Administração Pública, houve a necessidade de ampliar o período para a conclusão dos estudos que visam a redução do nº de horas extras realizadas.

Novo prazo para a conclusão dos estudos Fev/2015.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Descrito no item anterior.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	1.1.1.1. Constatação: Falta de continuidade no conjunto de indicadores no longo prazo.	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	**Código SIORG**
Consultoria Jurídica - COJUR	000090
Descrição da Recomendação	
que o Serpro passe a manter, nos seus controles internos, todas as informações sobre os empregados que litigam contra a empresa que possam viabilizar a completa identificação dos processos passíveis de ressarcimento, bem como realize o levantamento de valores já pagos em processos encerrados, para posterior cobrança.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Consultoria Jurídica - COJUR	000090
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Situação informada em 28/11/2014 mediante despacho de protocolo nº 032189/2012-60 dessa data: "Em atenção à solicitação dessa Auditoria, de manifestação acerca da situação de adoção de providências para "que o Serpro passe a manter, nos seus controles internos, todas as informações sobre os empregados que litigam contra a empresa que possam viabilizar a completa identificação dos processos passíveis de ressarcimento, bem como realize o levantamento de valores já pagos em processos encerrados, para posterior cobrança." e "que estabeleça e aplique procedimentos para cobrar os valores, devidamente atualizados, passíveis de ressarcimento em processos trabalhistas, cujo demandante seja empregado cedido e o pedido se refira a desvio de função no órgão cessionário", informamos que estão sendo continuadas as ações de controle mensal de valores despendidos em ações judiciais, vinculados a empregados integrantes do quadro externo, bem como, a elaboração de instrução fundamentada e detalhada acerca dos aspectos processuais e jurídicos, com o intuito de fundamentar o pedido administrativo, de forma a atender às solicitações contidas em pareceres exarados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e relatórios encaminhados pelo Ministério da Fazenda, e assim, finalmente, possibilitar a efetivação do reembolso pleiteado, extinguindo a possibilidade de apresentação de novos questionamentos pelo órgão cessionário. Este é um processo contínuo de solicitação, cujo fluxo de ações foi definido pela Empresa, restando as cobranças de reembolso dos valores despendidos, dependentes da finalização dos processos junto à Justiça, e o efetivo reembolso pelo órgão cessionário aos cofres do Serpro, vinculado às decisões do próprio órgão"	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Descrita no item acima.	

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
002	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	1.1.1.1. Constatação: Falta de continuidade no conjunto de indicadores no longo prazo.	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	**Código SIORG**
Consultoria Jurídica - COJUR	000090

Descrição da Recomendação
que o Serpro estabeleça e aplique procedimentos para cobrar os valores, devidamente atualizados, passíveis de ressarcimento em processos trabalhistas, cujo demandante seja empregado cedido e o pedido se refira a desvio de função no órgão cessionário.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Consultoria Jurídica - COJUR	000090

Justificativa para o seu não Cumprimento
Situação informada em 28/11/2014 mediante despacho de protocolo nº 032189/2012-60 dessa data: "Em atenção à solicitação dessa Auditoria, de manifestação acerca da situação de adoção de providências para "que o Serpro passe a manter, nos seus controles internos, todas as informações sobre os empregados que litigam contra a empresa que possam viabilizar a completa identificação dos processos passíveis de ressarcimento, bem como realize o levantamento de valores já pagos em processos encerrados, para posterior cobrança." e "que estabeleça e aplique procedimentos para cobrar os valores, devidamente atualizados, passíveis de ressarcimento em processos trabalhistas, cujo demandante seja empregado cedido e o pedido se refira a desvio de função no órgão cessionário", informamos que estão sendo continuadas as ações de controle mensal de valores despendidos em ações judiciais, vinculados a empregados integrantes do quadro externo, bem como, a elaboração de instrução fundamentada e detalhada acerca dos aspectos processuais e jurídicos, com o intuito de fundamentar o pedido administrativo, de forma a atender às solicitações contidas em pareceres exarados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e relatórios encaminhados pelo Ministério da Fazenda, e assim, finalmente, possibilitar a efetivação do reembolso pleiteado, extinguindo a possibilidade de apresentação de novos questionamentos pelo órgão cessionário. Este é um processo contínuo de solicitação, cujo fluxo de ações foi definido pela Empresa, restando as cobranças de reembolso dos valores despendidos, dependentes da finalização dos processos junto à Justiça, e o efetivo reembolso pelo órgão cessionário aos cofres do Serpro, vinculado às decisões do próprio órgão"

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Descrita no item acima.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	2.1.1.2. Informação (2) EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CONTENCIOSO JUDICIAL RELACIONADO À FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA (FCT) E À FUNÇÃO COMISSIONADA ADMINISTRATIVA (FCA)	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	**Código SIORG**
Superintendência de Pessoas - SUPGP	000090

Descrição da Recomendação

que o Serpro, com vistas a se resguardar de futuras ações judiciais, implemente uma das seguintes ações:
a) revisão do disposto nas normas GP-030/2007 e GP-053/2007 optando por passar a cumprir e fiscalizar o que for disposto nos normativos revisados para as designações de FCA e FCT, principalmente no que se refere a:
- extraordinariedade da atividade desempenhada evitando a concessão das gratificações tanto para o desempenho de atividades ordinárias para a qual os empregados já foram contratados quanto para o desempenho de atividades de outro cargo, buscando-se a fundamentação em critérios objetivos;
-temporariedade da concessão, não sendo razoável que empregados recebam, sem interrupção, indefinidas renovações das designações; e
- necessidade de comprovação posterior da atividade extraordinária realizada;
b) definição da maneira mais adequada de extinguir a FCA e FCT, reestruturando a tabela de remuneração dos empregados; ou
c) outras ações consideradas mais adequadas pela empresa, capazes de resguardá-la de futuras ações judiciais sobre FCA e FCT .

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Superintendência de Pessoas - SUPGP	000090

Justificativa para o seu não Cumprimento

Situação em 27/11/2014 informada mediante despacho de protocolo nº 032195/2012-63 desta data:
"Posição atual / Justificativa para o seu não Cumprimento:
1) As implementações das alterações nos normativos citados, abarcando os itens referentes à extraordinariedade da atividade desempenhada, à temporariedade da concessão e à necessidade de comprovação posterior da atividade extraordinária realizada, não foram realizadas por orientação da Consultoria Jurídica da Empresa, portanto, a ação foi cancelada.
2) O módulo voltado para as gratificações de Função Comissionada Técnica (FCT), Função Comissionada para Auxiliar (FCA) e Gratificação de Função Específica (GFE) a ser desenvolvido no Sistema de Gestão de Pessoas – SGP, contemplando alterações nos formulários das designações e no controle das atividades descritas no ato da designação, bem como no controle das verbas designadas, permanece em andamento dentro dos esforços da equipe de Desenvolvimento da Empresa; e
3) Implementação de ação educativa para capacitação gerencial na sistemática e suas respectivas designações foi adiada, com previsão de realização em 2015, uma vez que está condicionada ao atendimento do item anterior (desenvolvimento e implementação do sistema), bem como à disponibilidade orçamentária da Empresa".

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Dificuldades de atendimento da equipe de desenvolvimento para a especificação e o desenvolvimento do Módulo de FCT/FCA/GFE no Sistema de Gestão de Pessoas – SGP, em razão da priorização de outras demandas da Empresa, o que tem prejudicado a continuidade das ações para o cumprimento da recomendação exarada.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	2.1.1.3. Informação: Ausência de informações sobre os valores dos alvarás judiciais relativos às ações antigas da empresa	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Consultoria Jurídica - COJUR	000090

Descrição da Recomendação

que o Serpro realize estudo acerca dos alvarás judiciais, abordando, no mínimo, os seguintes itens:
- listagem dos processos que envolvem alvarás judiciais;
- identificação da situação e dos valores passíveis de levantamento;
- estabelecimento e implementação de um modelo de processo para a gestão e controle dos depósitos e levantamentos; e - cronograma de execução dos trabalhos para acompanhamento pela auditoria interna da empresa.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Consultoria Jurídica - COJUR	000090

Justificativa para o seu não Cumprimento

Situação em:

- 31/07/2014 - Informada mediante despacho de protocolo nº 032189/2012-60 dessa data.

"- Em relação à recomendação de que o Serpro realize estudo acerca dos alvarás judiciais, temos a informar que o posicionamento repassado em 28/03/2014, mediante despacho de protocolo nº 032189/2012-60, mantém-se o mesmo, especialmente, em virtude da impossibilidade de contratação de novos empregados, em função da determinação contida na Resolução CN – 008/2014, de suspensão de contratação de novos empregados, em função plano de contenção de gastos.

Contudo, temos a informar que, como consequência da necessidade identificada de mapeamento do fluxo de trabalho que envolve o resgate de alvarás, foi elaborado mapeamento do processo levantamento e resgate de alvarás, tendo-o sido devidamente publicado, em 11/06/2014, no Portfólio Corporativo de Processos, o processo denominado Levantamento de Alvarás, a ser seguido por todos os envolvidos nas ações vinculadas ao referido processo. O referido processo, segue anexado ao presente Despacho de Protocolo."

- 08/12/2014 - Informada mediante despacho de protocolo nº 032189/2012-60 dessa data.

"segue complemento à resposta encaminhada anteriormente, relativo à recomendação de que o Serpro realize estudo acerca dos alvarás judiciais, temos a informar que o posicionamento repassado anteriormente mantém-se o mesmo, especialmente, em virtude da impossibilidade de contratação de novos empregados, em função da determinação contida na Resolução CN – 008/2014, de suspensão de contratação de novos empregados, com vistas à contenção de gastos".

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Descrita no item acima.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	3.1.1.1. Constatação: Utilização de imóveis pelo Serpro sem o devido alvará de utilização (habite-se), ou com a falta de regularidade desta documentação.	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	**Código SIORG**
Superintendência de Logística - SUPGL	000090

Descrição da Recomendação

que o Serpro providencie a regularização da situação dos alvarás de utilização (habite-se) dos imóveis que ocupa e passe a prever em suas rotinas a necessidade da regularidade desta documentação como condição para ocupação de cada novo imóvel.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Superintendência de Logística - SUPGL	000090

Justificativa para o seu não Cumprimento

Situação em 01/12/2014 informada mediante despacho de protocolo nº 032184/2012-47 desta data:

"segue a situação atual dos imóveis do Serpro sobre a regularização dos habite-se dos imóveis de Brasília e Porto Alegre:

Brasília: A Administração de Brasília solicitou novas plantas com correções sobre a fachada do prédio. A Regional Brasília solicitou à empresa responsável pelo projeto as providências necessárias (prazo estipulado 04/12). Após as correções das plantas será contratada uma empresa de consultoria com habilitação em aprovação de projetos, alvará de construção, licença de funcionamento e liberação de Carta de Habite-se que terá o prazo de 120 dias para obtenção do documento (previsão 04/2015).

Porto Alegre: A documentação continua em tramitação interna entre os órgãos da Secretaria Municipal de Urbanismo. Devido aos ajustes internos na estrutura física do órgão o andamento do processo é moroso. A Regional Porto Alegre está empenhando esforços junto as Autoridades locais para adotarem alguma providência para maior celeridade no processo".

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Descrita no item acima.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	3.1.1.1. Constatação: Assinatura de contrato de locação de imóveis de terceiros com cláusula que fere o princípio da indisponibilidade do interesse público.	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	**Código SIORG**
Superintendência de Logística - SUPGL	000090

Descrição da Recomendação
que o Serpro adeque seus contratos de locação de imóveis de terceiros ao interesse público, de acordo com os ditames art. 35 da Lei 8.245/91, estabelecendo que as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, sejam indenizáveis.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Superintendência de Logística - SUPGL	000090

Justificativa para o seu não Cumprimento
Situação em 08/12/2014: Situação informada mediante despacho de protocolo nº 032184/2012-47 desta data: "Inclusão de cláusulas nos contratos de locação de Florianópolis, posicionamento em 01/12/2014, a seguir: Situação atual: as alterações contratuais foram negociadas e aceitas pelo locador. Os projetos básicos que tratam da inserção das cláusulas relativas às benfeitorias estão sendo realizados em conjunto com demais alterações necessárias, a saber, o reajustes anuais e alterações solicitadas pelo locador. Estes projetos estão sendo finalizados, após necessidade de correção dos valores dos aditivos. Infelizmente não foi possível o cumprimento do prazo anteriormente previsto. Concluídos os PBs, faz-se necessária a adequação das minutas dos termos aditivos aos Contratos e consequente encaminhamento para a análise da Consultoria Jurídica, além da confirmação de disponibilidade orçamentária e garantia dos recursos. Dada a necessidade de todo esse trâmite, nossa expectativa é que os contratos estejam aditivados em 31/01/2015".

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Descrita no item acima.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201306063 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2012	CONSTATAÇÃO: 4.1.2.2 Inexistência de avaliação sistemática da adequação quantitativa e qualitativa da força de trabalho, por parte da área de recursos humanos do Serpro;	Ofício nº 30.094/2013/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2013.

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	**Código SIORG**
Superintendência de Pessoas - SUPGP	000090

Descrição da Recomendação

Recomendamos que o Serpro dê continuidade ao trabalho referente ao GQPS, implementando a avaliação qualitativa e quantitativa conforme definido no estudo realizado pela própria empresa, de forma a fornecer subsídios para a alta administração no que se refere à alocação e realocação de funcionários, alinhado com o planejamento estratégico.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Superintendência de Pessoas - SUPGP	000090

Justificativa para o seu não Cumprimento

Situação em 09/12/2014 informada mediante despacho de protocolo nº 030888/2013-20, desta data:

"O dimensionamento qualitativo do quadro de pessoal é realizado pela Norma GP 073 – Gerenciamento do Quadro de Pessoal do Serpro (GQPS), cuja primeira versão foi implementada em 01/11/2012. Nessa norma foi estabelecida a Tabela de Perfis Profissionais das Unidades Organizacionais, que delimita os cargos e as especializações, qualificações e habilitações necessárias e adequadas ao desenvolvimento do negócio de cada Unidade Organizacional. A partir disso, as alocações e realocações de empregados, entendidas como as movimentações funcionais e as transferências de empregados, passaram a observar o referido documento. Desde então, a norma tem passado por revisões, a fim de se adequar à realidade de serviço das Unidades Organizacionais. Até o momento, foram publicadas 08 (oito) versões da referida norma, o que demonstra os esforços da empresa para aprimorar o dimensionamento qualitativo do seu quadro de pessoal.

Para complementar essa disciplina no processo como um todo, é necessário implementar um módulo no sistema atual de gestão de pessoas, que permita acompanhar o dimensionamento quantitativo. Entretanto, algumas dificuldades têm ocorrido em função do cenário da empresa, resultando em impactos na implantação do sistema. Isso porque existem atualmente demandas de grande porte, emergenciais e prioritárias, por incorrerem em riscos legais, jurídicos e financeiros. Considerando que a equipe de tecnologia voltada para o desenvolvimento de sistemas internos é limitada, tais demandas ocupam integralmente a equipe destinada às implementações e evoluções do sistema de gestão de pessoas, o que impossibilita o atendimento das demandas em curto prazo.

Considerando o contexto exposto, foi proposto cronograma, em anexo, para a implantação do módulo no sistema, com o detalhamento das atividades, prazos e responsáveis pelas fases, tendo sido cumprida a primeira parte prevista, partindo-se agora para a abertura da demanda e atendimento pela área de tecnologia."

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Descrita no item acima.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201306063 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2012	Nº da CONSTATAÇÃO: 4.2.1.1 Fragilidade nas providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos;	Ofício nº 30.094/2013/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2013.

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP	000090

Descrição da Recomendação
Recomenda-se que o Serpro, a fim de identificar eventuais situações de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, sem prejuízo de outras medidas consideradas necessárias, realize o batimento entre o cadastro de funcionários da empresa e o cadastro da RAIS.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Superintendência de Pessoas - SUPGP	000090

Justificativa para o seu não Cumprimento
Situação em 08/12/2014 informada mediante despacho de protocolo nº 030888/2013-20 desta data: "Com relação ao item SUPGP 4.2.1.1, em função de novas demandas junto à área de atendimento desenvolvimento, a previsão de conclusão da aplicação é dez/2015."

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Descrita no item acima.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
002	Nº 201306063 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2012	Nº da CONSTATAÇÃO: 5.1.2.3 Prestação de serviços pelo Serpro sem cobertura contratual.	Ofício nº 30.094/2013/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2013.

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL	000090

Descrição da Recomendação
"Recomendamos que seja realizada a correta vinculação das ordens de serviços aos contratos, no sistema de custos do Serpro, que estão com status "aguardando vinculação" e que os custos dos serviços sem cobertura contratual não sejam alocados em contratos do mesmo cliente".

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL	000090

Justificativa para o seu não Cumprimento
Situação informada em 05/12/2014 mediante despacho de protocolo nº 030888/2013-20 desta data: "O relatório com as causas dos problemas identificados e suas proposições de solução foi elaborado, submetido a apreciação do diretor e superintendentes de relacionamento com clientes, bem como aprovado. O relatório apontou a necessidade de gestão permanente e foi implantada uma gestão de acompanhamento mensal para tratamento dos desvios".

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Como fator positivo, destaca-se a troca de experiências entre os gestores de contratos das cinco unidades de relacionamento com clientes, quanto ao processo de vinculação e a minimização dos desvios. Como negativo, pode-se perceber grande dificuldade no saneamento, visto as particularidades e sazonalidades contratuais. Estes fatores ocasionam mudanças dinâmicas dos status das situações de vinculação.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201407588 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2013	Nº da CONSTATAÇÃO: 1.1.1 Utilização do fator de preço "margem de oportunidade" sem a autorização da alçada competente.	Ofício nº 25656/2014/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL			000090
Descrição da Recomendação			
"Recomenda-se a criação de controle de alçadas para a aplicação do fator de preço "margem de oportunidade".			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Situação em: 05/12/2014 informada mediante despacho de protocolo nº 031045/2014 desta data: Foi elaborado uma proposta para tratar o rito de obtenção da autorização das margens de oportunidade (MO), de risco comercial (MR) e de transição (MT). Esta proposta aborda as condições, forma, alçada, formalização, bem como aponta necessidades de implementações no SigeCom. Aguarda agendamento para ser apreciada pela alta direção e, se aprovada, iniciar as devidas implementações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nenhum fator relevante a ser registrado.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
002	Nº 201407588 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2013	Nº da CONSTATAÇÃO: 1.1.1 Utilização do fator de preço "margem de oportunidade" sem a autorização da alçada competente.	Ofício nº 25656/2014/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	**Código SIORG**
Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL	000090

Descrição da Recomendação
Recomendamos que seja avaliada se a concessão do fator de preço "margem de oportunidade" dos contratos citados neste ponto foi aprovada pela Diretoria responsável.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL	000090

Justificativa para o seu não Cumprimento
Situação em: 05/12/2014 informada mediante despacho de protocolo nº 031045/2014 desta data: Foi elaborado uma proposta para tratar o rito de obtenção da convalidação da aplicação das margens de oportunidade (MO), de risco comercial (MR) e de transição (MT). Esta proposta aborda as condições, forma, alçada, formalização, bem como aponta necessidades de implementações no SigeCom. Aguarda agendamento para ser apreciada pela alta direção e, se aprovada, iniciar as devidas implementações.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Nenhum fator relevante a ser registrado.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201407588 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2013	Nº da CONSTATAÇÃO: 1.2.1 Utilização do fator de preço "valor de transição" no SIGECOM sem a comprovação da proposta de preço anterior.	Ofício nº 25656/2014/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL			000090
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se a criação controles com o objetivo de garantir que o valor de transição aplicado em determinada proposta de preço seja rastreável e transparente no preço final do produto.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Mediante despacho de protocolo nº 031045/2014, de 16/10/2014, o gestor informou: 1.1. Providências a serem Implementadas: a) Detalhar as condições e forma de aplicação das margens de transição (MT) nos processos corporativos (PNS – Processo de Negócio do Serpro); b) Implementar no SigeCom uma consulta que demonstre a origem da margem de transição (Processo de Formulação de Preço - PFP), por contrato; 1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/10/2015 1.1.b. Situação em 17/10/2014: Não iniciado Situação em: 05/12/2014 informada mediante despacho de protocolo nº 031045/2014 desta data: Não iniciado			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As áreas que serão envolvidas na execução das ações encontram-se sem disponibilidade até o momento.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
002	Nº 201407588 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2013	Nº da CONSTATAÇÃO: 1.2.1 Utilização do fator de preço "valor de transição" no SIGECOM sem a comprovação da proposta de preço anterior.	Ofício nº 25656/2014/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	**Código SIORG**
Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL	000090

Descrição da Recomendação
Recomendamos que seja avaliada a adequação do "valor de transição" dos contratos citados neste ponto com as propostas de preços anteriores.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL	000090

Justificativa para o seu não Cumprimento
Mediante despacho de protocolo nº 031045/2014, de 16/10/2014, o gestor informou: 1.1. Providências a serem Implementadas: a) Detalhar as condições e forma de aplicação das margens de transição (MT) nos processos corporativos (PNS – Processo de Negócio do Serpro); b) Implementar no SigeCom uma consulta que demonstre a origem da margem de transição (Processo de Formulação de Preço - PFP), por contrato; 1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/10/2015 1.1.b. Situação em 17/10/2014: Não iniciado Situação em: 05/12/2014 informada mediante despacho de protocolo nº 031045/2014 desta data: Não iniciado

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
As áreas que serão envolvidas na execução das ações encontram-se sem disponibilidade até o momento.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201407588 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2013	Nº da CONSTATAÇÃO: 1.3.1 Contratos com valores divergentes do precificado.	Ofício nº 25656/2014/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	**Código SIORG**
Superintendência de Gestão Empresarial – Desempenho e Controle Empresarial - SUPDC	000090

Descrição da Recomendação
Recomenda-se a criação de rotinas de validação com o objetivo de garantir que o valor contratado seja igual ao valor precificado no SIGECOM.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Superintendência de Gestão Empresarial – Desempenho e Controle Empresarial - SUPDC	000090

Justificativa para o seu não Cumprimento
Mediante despacho de protocolo nº 031045/2014, de 16/10/2014, o gestor informou: "1.1. Providências a serem Implementadas: a) Implementar consulta no SigeCom que demonstre as divergências de valores dos Processos de Formulação de Preço (PFP) e os contratos; b) Implementar nos processos corporativos (PNS – Processo de Negócio do Serpro) uma sistemática de ajuste de possíveis divergências entre os Processos de Formulação de Preço (PFP) e os contratos. 1.1.a. Prazo de Atendimento: 30/06/2015 1.1.b. Situação em 17/10/2014: Não iniciado" Situação em: 05/12/2014 informada mediante despacho de protocolo nº 031045/2014 desta data: Não iniciado

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
As áreas que serão envolvidas na execução das ações encontram-se sem disponibilidade até o momento

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
002	Nº 201407588 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2013	Nº da CONSTATAÇÃO: 1.3.1 Contratos com valores divergentes do precificado.	Ofício nº 25656/2014/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	**Código SIORG**
Superintendência de Gestão Empresarial – Desempenho e Controle Empresarial - SUPDC	000090

Descrição da Recomendação

Recomendamos que sejam apuradas e regularizadas as divergências de valores dos contratos citados neste ponto com o SIGECOM.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Superintendência de Gestão Empresarial – Desempenho e Controle Empresarial - SUPDC	000090

Justificativa para o seu não Cumprimento

Mediante despacho de protocolo nº 031045/2014, de 16/10/2014, o gestor informou:

"1.1. Providências a serem Implementadas:

a) Ajustar os valores dos Processos de Formulação de Preço (PFP) divergentes dos contratos listados no relatório do CGU, quando possível.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 15/12/2014

1.1.b. Situação em 17/10/2014: Não iniciado"

Situação em: 05/12/2014 informada mediante despacho de protocolo nº 031045/2014 desta data:

Encontra-se em fase final de adequação dos valores apontados como divergentes, onde dos 13 contratos identificados, 07 já foram ajustados. Não será realizado o ajuste quando a diferença resultante for em torno de centavos, devido as limitações do Sistema SigeCom em tratar estes casos.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Contatou-se como fator positivo, o entendimento dos gestores de contrato quanto as formas de realizar adequações no Sistema SigeCom. Não foram constatados fatores negativos.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
001	Nº 201407588 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2013	Nº da CONSTATAÇÃO: 1.3.2 Importação manual de dados de diversos sistemas do Serpro para o Sistema de Custos	Ofício nº 25656/2014/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Superintendência de Gestão Empresarial – Desempenho e Controle Empresarial - SUPDC			000090
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que sejam criados procedimentos para que a importação dos dados dos sistemas que forneçam informações sobre os custos empresariais do Serpro para o Sistema de Custos seja realizada de forma automática.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Superintendência de Gestão Empresarial – Desempenho e Controle Empresarial - SUPDC			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Mediante despacho de protocolo nº 031045/2014, de 15/10/2014, o gestor informou: "1.1. Providências a serem Implementadas: a) Conceber solução técnica que atenda as particularidades de cada sistema alimentador; b) Especificar regras de negócio para extração de dados; c) Implementar solução técnica definida; d) Implantar. Observação: No momento os esforços do Serpro estão voltados ao atendimento de demandas de origem legal referentes ao Plano de Contas Aplicado ao Serviço Público (PCASP), que entra em vigor em Janeiro 2015 e ao cumprimento de determinação da Justiça Federal no tocante ao registro de frequência. Ademais, observou-se que as alterações no Plano de Contas Aplicado ao Serviço Público poderá trazer impactos para a gestão de custos, assim sendo, a especificação dos processos de extração somente poderão ser iniciadas após a implantação de tais modificações. Portanto, o Serpro iniciará os trabalhos de especificação da integração do Sistema de Custo com os sistemas alimentadores (HISAQ, SGP, SIPES, SIAFI, DW – Financeiro, SIGECOM, Planilhas de Amortização de Software e depreciação de instalações) em 01/03/2015, após a conclusão da implantação das alterações decorrentes do PCASP, dando prioridade ao Sistema de Gestão de Pessoas. 1.1.a. Prazo de Atendimento: 30/09/2015 1.1.b. Situação em 17/10/2014: Não iniciado			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação ainda não iniciada. Prazo informado no Plano de Providências: 30/09/2015.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	000090

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
002	Nº 201407588 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2013	Nº da CONSTATAÇÃO: 1.3.2 Importação manual de dados de diversos sistemas do Serpro para o Sistema de Custos	Ofício nº 25656/2014/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	**Código SIORG**
Superintendência de Gestão Empresarial – Desempenho e Controle Empresarial - SUPDC	000090

Descrição da Recomendação

Recomenda-se que seja realizada análise, diante do risco de importação manual de dados, considerando o custo de implementação e os benefícios da importação automática das informações do Sistema de Custos para o SIGECOM.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Superintendência de Gestão Empresarial – Desempenho e Controle Empresarial - SUPDC	000090

Justificativa para o seu não Cumprimento

Mediante despacho de protocolo nº 031045/2014, de 15/10/2014, o gestor informou:

"1.1. Providências a serem Implementadas:

a) Conceber solução técnica;

b) Especificar regras de negócio para extração de dados;

c) Implementar solução técnica definida;

d) Implantar.

Observação:

Considerando que a interação entre o Sistema de Custos e o SIGECOM só ocorre uma vez ao ano e se dá através de um pequeno número de registros, esta demanda só será tratada após os esforços despendidos às demandas anteriores.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/12/2015

1.1.b. Situação em 17/10/2014: Não iniciado"

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Recomendação ainda não iniciada. Prazo informado no Plano de Providências: 31/12/2015.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR				
Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	N/A **		
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	N/A **		
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas * (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	1.138
	Entregaram a DBR	-	-	1.138
	Não cumpriram a obrigação	-	-	0

Fonte: InfoGP – Dez/2014

* Por "Funções Comissionadas" considera-se os empregados que recebem Gratificação de Função de Confiança – GFC.

** Os empregados do Serpro não se enquadram na situação descrita por serem regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

10.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A Norma GP/003 v.09 regulamenta o assunto no SERPRO (DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS, AUTORIZAÇÃO DE ACESSO, IMPOSTO DE RENDA).

Adicionalmente, existem controles internos, realizados por meio de sistema informatizado, cuja recepção é em papel, no qual são registrados os dados dos empregados que autorizaram o acesso a Declaração de Bens e Renda (DBR), por meio de assinatura de Termo de Autorização.

Para os empregados que optarem por entregar a DBR sem terem autorizado o acima referido acesso, seus documentos são arquivados em envelopes individuais lacrados.

O Departamento da Gestão Estratégica da Superintendência de Pessoas (SUPGP/GPGES) é responsável por gerir a recepção das DBR dos empregados do SERPRO.

Não foram detectadas pendências com relação à entrega das DBR.

10.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

As medidas administrativas para apuração de responsabilidades e irregularidades na Empresa são realizadas por meio da instauração de Processos Disciplinares (PAD e Sindicância), que tem seus procedimentos regulamentados por meio da Norma OE/005 – Regime Disciplinar – Apuração de Responsabilidades e Aplicação de Penalidades.

No exercício de 2014 não houve apuração convertida em TCE.

10.4.1 Estrutura tecnológica e de pessoal para gestão da fase interna das TCE

A unidade organizacional responsável pela gestão dos processos disciplinares instituídos no âmbito do SERPRO é o Departamento de Aplicação do Regime Disciplinar Empresarial – DPARD, vinculado ao Gabinete do Diretor-Presidente, com o encargo de monitorar e orientar a sua instauração, subsidiar a Diretoria, aos Conselhos Diretor e Fiscal, bem como os órgãos de Controle Interno e Externos, com informações tempestivas sobre a matéria.

A ferramenta utilizada para registro, acompanhamento e gestão dos processos disciplinares instaurados na Empresa é o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria Geral da União (CGU-PAD).

10.4.2 Quantidade de fatos que foram objeto de medidas administrativas internas em 2014

No exercício de 2014, foram instaurados 12 (doze) processos disciplinares, sendo 05 (cinco) Sindicâncias e 07 (sete) PAD. Destes encontram-se em andamento, relativo aos instaurados em 2014, 05 (cinco) PAD e 04 (quatro) Sindicâncias.

Ressaltamos a existência de 2 (dois) PAD e 1 (uma) Sindicância, em andamento, referente a anos anteriores.

10.4.3 Apuração com alto potencial de se converter em TCE a ser remetida ao OCI e ao TCU

Não há, até a presente data, nenhuma situação apurada ou em andamento no exercício de 2014, que tenha potencial para ser convertida em TCE.

10.4.4 fatos cuja instauração de TCE foi dispensada nos termos do art. 6° da IN TCU 71/2012

Não se aplica, considerando que os fatos apurados, foram de cunho administrativos disciplinares e não foi identificado nenhum dano ao erário.

10.4.5 TCE instauradas no exercício, remetidas ou não remetidas ao TCU

No exercício de 2014, no âmbito do SERPRO, nenhuma TCE foi instaurada.

10.5 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, LUIZ CLÁUDIO REIS TURBAY, CPF nº 225.957.591-91, Superintendente, exercido na Superintendência de Aquisições e Contratos (SUPGA), declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e no Sistema HISAQ - Histórico de Aquisições, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 (LDO/2014) e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Destaque-se o teor do Ofício de Comunicação nº 67/2012 – TCU/SECEX-8, de 11/01/2012, relativo ao Item 9.4 do Acórdão TCU nº 3.304/2011-Plenário, que determina que a partir de 1º de janeiro de 2012, o SERPRO registre e operacionalize obrigatoriamente os atos e procedimentos relativos a convênios, contratos de repasse e instrumentos congeneres diretamente no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), conforme determinado pelo Decreto nº 6.170/2007 e Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507/2011, que dispõe em seu art. 94 que as funcionalidades do Siconv deverão estar implementadas no sistema até o dia 01 de julho de 2012.

Ressalte, por oportuno, que durante a realização de treinamento sobre Convênios Públicos e Portal de Convênios do Governo o Federal, no mês de maio de 2012, foram obtidos esclarecimentos técnicos junto ao Instrutor, chegando-se ao entendimento de não ser pertinente ao SERPRO firmar Convênios e, em consequência, registrá-los no SICONV, em razão de que o instrumento próprio e pertinente a ser firmado é o TERMO DE COOPERAÇÃO, sendo previsto que o Siconv futuramente o inclua para registro e acompanhamento, entre as modalidades hoje abrigadas pelo Sistema, que são o convênio, o termo de parceria e o contrato de repasse.

Assim, a legislação está adiantada à real capacidade do Siconv, sendo seu uso, independentemente da existência de data-limite formal, vinculada a sua atualização, sujeita a investimento adicional do MPOG, desenvolvimento do produto pelo SERPRO, homologação do cliente e disponibilização aos usuários, condições essas que fogem à vontade do SERPRO.

Desta forma, a partir de então, o SERPRO passou a firmar TERMO DE COOPERAÇÃO, que não pode ser registrado no Siconv, pois inexiste a funcionalidade necessária. Diante da indisponibilidade do modulo de registro de Termos de Cooperação, no SICONV, não há como alinhar a Norma à legislação adiantada e assim atender aos órgãos de controle, conforme comunicado à Auditoria do SERPRO (AUDIG) em atendimento ao Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201108703.

Brasília-DF, 23 de fevereiro de 2015.

LUIZ CLÁUDIO REIS TURBAY
Superintendente de Aquisições e Contratos
SUPGA

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Não se aplica ao SERPRO o item "11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público" da IN 134/2013.

11.1 APURAÇÃO DOS CUSTOS DOS PROGRAMAS E DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

O SERPRO não utiliza o Sistema de Informações de Custos (SIC), do Governo Federal, como sistema de gestão de seus custos, razão pela qual não apresenta uma setorial de custos.

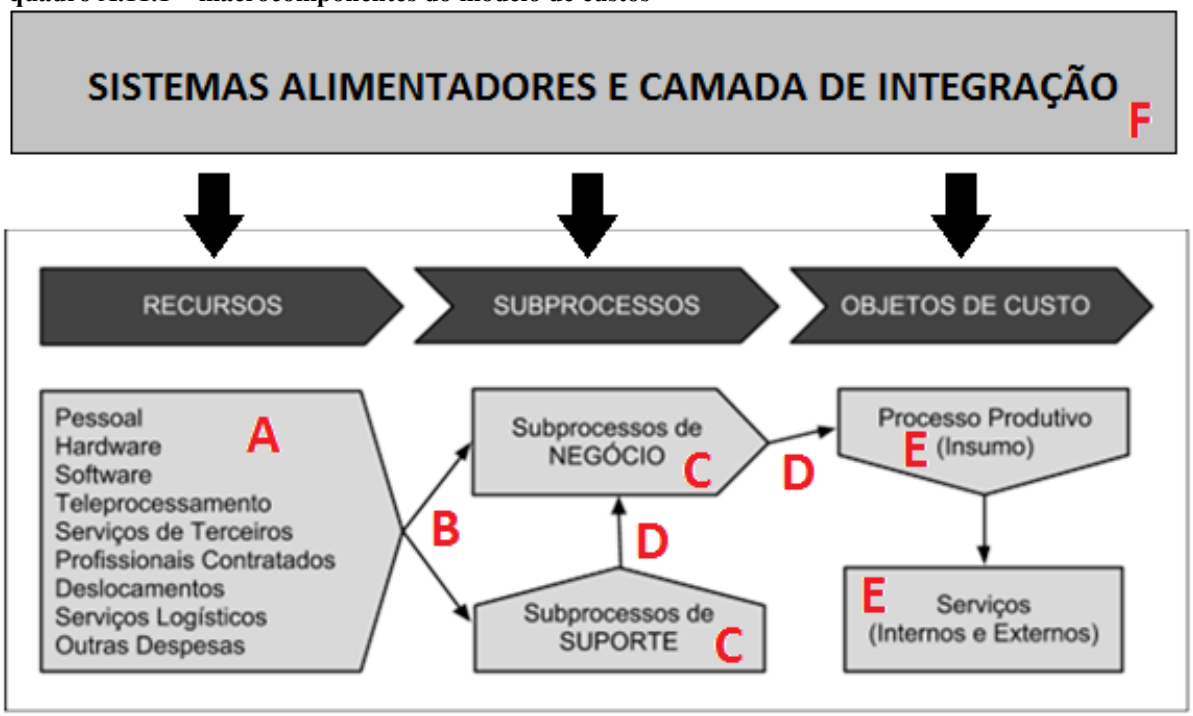
A Empresa adota a *Metodologia ABC* (*Activity Based Cost* - custeio baseado em atividades) que permite detalhamento por atividade/subprocesso na apuração de custos dos serviços prestados aos clientes. A implantação desse referido modelo ocorreu em 2011 para atender à necessidade de aprimoramento dos processos internos de gestão, em consonância com as determinações do órgão de controle externo (TCU) quanto à adoção de um sistema para o controle adequado de custos.

O SERPRO tem sede em Brasília e está presente em todas as capitais, com estrutura organizada em 11 unidades regionais. Para apuração, os custos são acumulados por Centros de Custos, cuja codificação leva em consideração a Superintendência e a Unidade Regional onde se localiza. São 201 Centros de Custos, incluindo 12 específicos para pessoal cedido a outros órgãos.

O SERPRO utiliza um sistema informatizado de Gestão de Custos que utiliza a Metodologia ABC.

O modelo de custos utilizado possui 6 macrocomponentes, representados na figura a seguir:

quadro A.11.1 – macrocomponentes do modelo de custos



Os macrocomponentes, identificados pelas letras de A a F, são:

A – Estrutura de Recursos: os recursos são agrupamentos das contas gerenciais, que por sua vez representam agrupamentos das contas contábeis, onde são registradas as despesas. Estes agrupamentos permitem uma visão mais gerencial das despesas e auxiliam no direcionamento das mesmas aos subprocessos.

B – Direcionadores de Recursos: são utilizados para direcionar os recursos aos subprocessos. São exemplos de direcionadores: tempo de apontamento nos subprocessos, metragem quadrada, igualmente distribuído, ponderação de acordo com contrato.

C – Estrutura de Subprocessos: estrutura da cadeia de valor, macroprocessos, processos e subprocessos definidos para o modelo de custos. Podem ser de suporte ou negócio.

D – Direcionadores de Subprocessos: são utilizados na alocação dos custos dos subprocessos de suporte para os de negócio e destes para os objetos de custos. Como exemplo, tem-se: tempo de apontamento nos subprocessos, custos dos subprocessos, igualmente distribuído, ponderação de acordo com rastreamento definido pelas áreas produtivas.

E – Estrutura de Objetos de Custos: estrutura hierárquica dos objetos de custos incluindo os insumos, códigos de serviços internos, códigos de serviços externos, bem como os respectivos contratos e clientes.

F – Sistemas Alimentadores e Camada de Integração: sistemas utilizados como origem e camada de transformação das informações utilizadas para alimentar o Sistema de Custos.

Para a apuração dos custos, o sistema é alimentado com as informações provenientes dos sistemas alimentadores, após tratamentos realizados na camada de integração. Além das informações de despesas, o sistema também é alimentado com as informações de alocação de pessoas, direcionadores de subprocessos e direcionadores de subprocessos de negócios para os processos produtivos, conforme indicado nas letras B e D da figura anterior. A identificação dos custos incorridos na execução dos serviços leva em consideração a quantidade consumida de cada processo produtivo/insumo.

A adoção da metodologia ABC tem possibilitado o levantamento de informações de custos importantes para a gestão e melhoria dos processos organizacionais, proporcionando maior visibilidade dos custos da empresa e da rentabilidade, servindo de subsídio à politica de preço e ao processo decisório da empresa.

O sistema de custos possibilita fornecer informações para os diversos níveis gerenciais da organização, sendo utilizado tanto no nível estratégico para o estabelecimento de metas e geração de indicadores para o painel corporativo, acompanhamento da evolução dos custos e estudos específicos para subsidiar renovação de contratos com clientes, quanto no nível operacional para monitoramento, controle e gestão, além de fornecer importantes informações para as áreas de produção e para a diretoria.

Os relatórios são gerados voltados a dois públicos distintos. O primeiro foca no corpo gerencial e alta direção com a disponibilização do “Relatório Gerencial de Custos” que apresenta uma visão geral das principais informações de custos, com periodicidade bimestral. O segundo visa atender às controladorias das unidades, com a disponibilização de informações mensais analíticas e individualizadas, para possibilitar o monitoramento, a gestão e o controle das respectivas unidades. Os relatórios são disponibilizados no Portal Corporativo do SERPRO (intranet). Também são gerados relatórios específicos sob demanda para atender necessidades específicas das unidades.

11.2 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

11.2.1 BP - Balanço Patrimonial Comparativo 2013 e 2014

quadro A.11.2.1.a – balanço patrimonial comparativo 2013 e 2014 - ativo

BALANÇO PATRIMONIAL - COMPARATIVO

Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Em R$

ATIVO	Notas Explicativas	DEZEMBRO/2014	DEZEMBRO/2013
CIRCULANTE		**608.948.997,22**	**351.786.544,35**
. Caixa e Equivalentes de Caixa	**4**	**30.825.016,94**	**42.931.883,77**
Bancos c/ Movimento	**4.1**	30.776.824,16	42.887.427,54
Fundo de Aplicação Financeira	**4.2**	48.192,78	44.456,23
. Ativos Financeiros	**5**	**250.352,80**	**256.478,62**
Outros Investimentos Líquido		250.352,80	256.478,62
. Créditos em Circulação		**571.791.204,54**	**304.916.543,51**
Créditos a Receber		**571.671.776,37**	**304.581.949,53**
Créditos a Receber de Clientes	**6**	442.921.245,48	167.837.959,07
Créditos Tributários	**7**	111.607.954,08	121.282.065,55
Ressarcimento de Pessoal	**8**	15.395.574,57	13.957.355,53
Créditos Diversos a Receber		1.747.002,24	1.504.569,38
Diversos Responsáveis		**119.428,17**	**130.355,84**
Depósitos e Cauções		**-**	**204.238,14**
. Bens e Valores em Circulação		**847.986,56**	**955.740,05**
Estoques - Almoxarifado		847.986,56	955.740,05
. Valores Pendentes a Curto Prazo	**9**	**5.234.436,38**	**2.725.898,40**
NÃO CIRCULANTE		**1.648.297.573,31**	**1.621.216.465,91**
Realizável a Longo Prazo		**930.041.837,41**	**976.841.039,15**
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	**10**	250.825.936,24	252.823.101,76
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	**11**	679.110.586,39	723.910.811,15
Outros Ativos	**12**	105.314,78	107.126,24
Imobilizado	**13**	**549.160.639,37**	**504.790.879,66**
Bens Imóveis		305.122.679,62	296.310.070,10
Bens Móveis		244.037.959,75	208.480.809,56
Intangível	**14**	**169.095.096,53**	**139.584.547,10**
Projetos e Softwares		169.095.096,53	139.584.547,10
TOTAL DO ATIVO		**2.257.246.570,53**	**1.973.003.010,26**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

quadro A.11.2.1.b – balanço patrimonial comparativo 2013 e 2014 - passivo

BALANÇO PATRIMONIAL - COMPARATIVO

Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Em R$

PASSIVO	Notas Explicativas	DEZEMBRO/2014	DEZEMBRO/2013
CIRCULANTE		**732.928.046,51**	**637.798.365,68**
. Depósitos	**15**	**161.851.312,64**	**150.648.186,62**
Consignações	**15.1**	**84.999.982,11**	**79.576.645,17**
Previdência Social		13.013.943,77	12.780.957,86
Pensão Alimentícia		12.650,75	44.879,60
IRRF		12.594.961,41	10.729.720,71
Demais Impostos Retidos		20.105.242,73	22.207.547,67
ISS		885.736,65	134.282,55
Plano de Previdência e Assist. Médica		35.992.072,43	33.678.616,72
Outros Consignatários		2.395.374,37	640,06
Tributos e Encargos Sociais	**15.2**	**76.400.671,60**	**70.828.338,22**
Depósitos Diversas Origens		**450.658,93**	**243.203,23**
. Obrigações em Circulação		**571.039.706,64**	**487.096.906,21**
Obrigações a Pagar		**570.886.153,61**	**484.922.371,48**
Fornecedores		303.930.031,03	213.913.211,62
Pessoal a Pagar		2.917.536,27	3.080.662,99
Férias	**16**	130.687.067,22	117.853.287,33
Licença-Prêmio	**16**	75.583.560,45	91.515.236,25
Plano de Previdência Complementar	**17**	7.357.166,85	13.072.158,17
Participação nos Lucros ou Resultados		-	47.696,64
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	**18**	50.410.791,79	45.440.118,48
Outras Obrigações		**4.118,68**	**3.983,31**
Processo Trabalhista a Pagar	**19**	**149.434,35**	**2.170.551,42**
. Valores Pendentes a Curto Prazo		**37.027,23**	**53.272,85**
NÃO CIRCULANTE		**250.975.246,88**	**274.670.178,29**
Fornecedores	**20**	1.157.010,53	-
Obrigações Tributárias	**15.2 / 21**	102.912.940,31	95.867.711,48
Provisões Trabalhistas e Cíveis	**22**	100.718.758,30	127.349.398,28
Plano de Previdência Complementar	**17**	37.926.450,80	51.011.780,86
Obrigações Judiciais		485.488,37	-
Receita Diferida	**23**	7.764.012,23	-
Outras Obrigações		10.586,34	441.287,67
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.273.343.277,14**	**1.060.534.466,29**
. Capital	**24.1**	**1.061.004.829,23**	**867.354.829,23**
Capital Social Subscrito		1.061.004.829,23	1.061.004.829,23
Capital a Integralizar		-	(193.650.000,00)
. Reservas		**212.338.447,91**	**193.179.637,06**
Reservas de Reavaliação	**24.2**	**138.214.228,61**	**138.214.228,61**
Ajustes de Avaliação Patrimonial		**(1.632.153,39)**	**(1.626.027,57)**
Reservas de Lucros	**24.3**	**75.756.372,69**	**56.591.436,02**
Reserva Legal		3.890.835,48	3.006.370,39
Reservas Estatutárias		6.523.842,25	5.639.377,16
Reserva de Retenção do Lucro		46.132.826,76	34.413.664,25
Reserva Especial de Dividendos	**24.3.1**	19.208.868,19	13.532.024,22
TOTAL DO PASSIVO		**2.257.246.570,53**	**1.973.003.010,26**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

11.2.2 DRE - Demonstrativo de Resultado do Exercício

quadro A.11.2.2 – demonstrativo de resultado do exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO –COMPARATIVO
Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Em R$

	DEZEMBRO/2014	DEZEMBRO/2013
LUCRO BRUTO	1.862.919.335,21	1.677.171.724,74
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.815.134.686,38)	(1.523.605.755,29)
Despesas com Pessoal e Benefícios	(1.293.760.916,78)	(1.024.147.026,32)
Locação	(70.300.339,67)	(60.142.434,37)
Depreciação e Amortização	(133.494.682,62)	(120.834.648,55)
Despesas Tributárias	(3.959.719,31)	(4.185.230,27)
Serviços de Comunicação	(89.108.704,82)	(83.509.467,82)
Manutenção	(110.598.778,73)	(105.314.411,94)
Serviços Públicos	(18.618.296,83)	(18.030.398,35)
Serviços Profissionais e Contratados	(80.742.565,82)	(77.870.031,10)
Materiais	(5.047.036,22)	(5.893.642,76)
Outras Despesas/Receitas	36.342.045,17	74.363.163,94
Resultado com Ações Judiciais	(11.323.622,29)	(63.156.919,79)
Outras Receitas e Despesas das Operações Continuadas	348.263,05	936.690,66
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	82.654.980,34	189.387.368,07
Resultado Financeiro	(34.870.331,51)	(35.821.398,62)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	47.784.648,83	153.565.969,45
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS	(30.095.346,94)	(106.678.607,25)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IRPJ E CSLL	17.689.301,89	46.887.362,20
PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	-	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	17.689.301,89	46.887.362,20

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

11.2.3 DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa

quadro A.11.2.3 – demonstração do fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Em R$

DISCRIMINAÇÃO	DEZEMBRO/2014	DEZEMBRO/2013
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	1.770.468.346,67	1.816.865.364,81
Recebimentos de Clientes – exercícios anteriores	165.113.104,29	274.003.865,90
Ressarcimento de Pessoal Requisitado	231.222.832,76	237.908.505,19
Ressarcimento de Pessoal Requisitado – Processo Sindados-BH	-	6.328.692,83
Outros Recebimentos	27.024.543,78	29.821.282,71
Receita de Compensação Tributária	124.552.400,90	85.652.974,05
Rendimentos de Aplicações	4.178,88	2.787,07
Tributos Vinculados à Receita	(362.446.698,55)	(353.137.025,83)
Pagamentos a Empregados – Pessoal e Encargos	(1.463.945.475,44)	(1.161.112.001,32)
Sentenças Judiciais	(42.120.370,44)	(39.651.584,06)
Sentenças Judiciais – Processo Sindados-BH	-	(159.322.632,70)
Pagamentos a Fornecedores	(433.623.245,96)	(548.238.118,85)
Compensação Tributária	(124.552.400,80)	(85.652.974,05)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**(108.302.783,91)**	**103.469.135,75**
Atividades de Investimento		
Imobilizado/ Intangível	(97.454.082,92)	(118.583.935,88)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	**(97.454.082,92)**	**(118.583.935,88)**
Atividades de Financiamento		
Aporte de Capital	193.650.000,00	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	**193.650.000,00**	**-**
Redução Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	**(12.106.866,83)**	**(15.114.800,13)**
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	**42.931.883,77**	**58.046.683,90**
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	**30.825.016,94**	**42.931.883,77**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

11.2.4 DMPL - Demonstração das Mutações Patrimônio Líquido

quadro A.11.2.4 – demonstração das mutações do patrimônio líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – COMPARATIVO

Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Em R$

HISTÓRICO	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS				LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL DE DIVIDENDOS			
Saldo em 31/12/2012	**867.354.829,23**	**138.214.228,61**	**476.153,17**	**202.605,38**	**3.849.502,18**	**4.994.802,68**	**-**	**(1.598.461,40)**	**1.013.493.659,85**
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	**66.000.000,00**
Resultado Líquido do Período			**-**	**-**	**-**	**-**	**46.887.362,20**	**-**	**46.887.362,20**
Ajustes Instrumentos Financeiros							-	(27.566,17)	**(27.566,17)**
Outros Resultados Abrangentes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(27.566,17)**	**(27.566,17)**
Resultado Abrangente Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**46.887.362,20**	**(27.566,17)**	**46.859.796,03**
Constituição/Baixa (Revisão de destinação 2012)			185.849,11	3.092.403,67	(498.715,39)	(2.779.537,39)	-		-
Constituição de Reservas			2.344.368,11	2.344.368,11	31.062.877,46	11.135.748,52	(46.887.362,20)		-
Juros sobre Reserva Especial de Dividendos						181.010,41			**181.010,41**
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	**-**	**-**	**2.530.217,22**	**5.436.771,78**	**30.564.162,07**	**8.537.221,54**	**(46.887.362,20)**	**-**	**181.010,41**
Saldo em 31/12/2013	**867.354.829,23**	**138.214.228,61**	**3.006.370,39**	**5.639.377,16**	**34.413.664,25**	**13.532.024,22**	**0,00**	**(1.626.027,57)**	**1.060.534.460,29**
Aporte de Capital	193.650.000,00								
Transações de Capital com os Sócios	**193.650.000,00**		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**193.650.000,00**
Resultado do Exercício	-	-					17.689.301,89		**17.689.301,89**
Resultado Líquido do Período	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**17.689.301,89**	**-**	**17.689.301,89**
Ajustes Instrumentos Financeiros							-	(6.125,82)	**(6.125,82)**
Outros Resultados Abrangentes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(6.125,82)**	**(6.125,82)**
Resultado Abrangente Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**17.689.301,89**	**(6.125,82)**	**17.683.176,07**
Constituição de Reservas			884.465,09	884.465,09	11.719.162,51	4.201.209,20	(17.689.301,89)		-
Juros sobre Reserva Especial de Dividendos						1.475.634,78			**1.475.634,78**
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	**-**	**-**	**884.465,09**	**884.465,09**	**11.719.162,51**	**5.676.843,98**	**(17.689.301,89)**	**-**	**1.475.634,78**
Saldo em 31/12/2014	**1.061.004.829,23**	**138.214.228,61**	**3.890.835,48**	**6.523.842,25**	**46.132.826,76**	**19.208.868,20**	**(0,00)**	**(1.632.153,39)**	**1.273.343.277,14**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

11.2.5 DRA - Demonstração do Resultado Abrangente

quadro A.11.2.5 – demonstração do resultado abrangente

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES – COMPARATIVO

Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Em R$

HISTÓRICO	JAN A DEZ 2014	JAN A DEZ 2013
Resultado líquido do Período	**17.689.301,89**	**46.887.362,20**
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	**(6.125,82)**	**(27.566,17)**
Ajustes de Instrumentos Financeiros	(6.125,82)	(27.566,17)
Realização da Reserva de Reavaliação de Imóveis Líquida	-	-
Resultado Abrangente no Período	**17.683.176,07**	**46.859.796,03**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

11.2.6 DVA - Demonstrativo do Valor Adicionado

quadro A.11.2.6 – demonstração do valor adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Em R$

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2014	%	2013	%
1 - RECEITAS				
1.1 - Vendas de Serviços	2.196.519.516,18	128,09	1.975.036.959,87	118,10
1.2 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15.134.641,05	0,88	(6.836.328,66)	(0,41)
1.3 – Descontos Concedidos	(3.870.109,10)	(0,23)	(3.180.221,49)	(0,19)
1.4 – Vendas Canceladas	(373.843,54)	(0,02)	(1.140.214,63)	(0,07)
	2.207.410.204,59	**128,72**	**1.963.880.195,09**	**117,43**
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(364.183.677,21)	(21,24)	(172.941.172,51)	(10,34)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**1.843.226.527,38**	**107,49**	**1.790.939.022,58**	**107,09**
4 - RETENÇÕES				
4.1 - Depreciações e Amortizações	(133.494.682,62)	(7,78)	(120.834.648,55)	(7,23)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	**1.709.731.844,76**	**99,70**	**1.670.104.374,03**	**99,87**
6 - RECEBIDO DE TERCEIROS				
6.1 - Receitas Financeiras	5.097.792,15	0,30	2.240.844,42	0,13
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	**1.714.829.636,91**	**100,00**	**1.672.345.218,45**	**100,00**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**2014**	**%**	**2013**	**%**
7.1 - Empregados (Salários, Encargos e Benefícios)	**1.230.881.618,41**	**71,78**	**1.126.609.406,01**	**67,37**
7.2 - Governo (Impostos e Contribuições)	**426.290.592,95**	**24,86**	**460.786.207,20**	**27,55**
7.3 - Capitais de Terceiros	**39.968.123,66**	**2,33**	**38.062.243,04**	**2,28**
7.4 - Capital Próprio	**17.689.301,89**	**1,03**	**46.887.362,20**	**2,80**
T O T A L	**1.714.829.636,91**	**100,00**	**1.672.345.218,45**	**100,00**

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA registra a riqueza criada pela entidade para a sociedade e sua forma de distribuição entre os diversos beneficiários (acionistas, empregados, governo, sociedade etc). No exercício social de 2014 apurou-se o valor de R$ 1,71 bilhão, 2,54% superior ao exercício social de 2013.

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

11.2.7 NE - Notas Explicativas

11.2.7.1 Nota 1 – Contexto Operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, empresa pública, constituída pela Lei nº 4.516/1964, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda (MF), está sujeito à Lei nº 5.615/1970. Seu estatuto está aprovado pelo Decreto nº 6.791/2009. A sede da empresa está localizada à SGAN, Quadra 601, módulo V. A empresa é integrante do Orçamento de Investimentos das Estatais. O capital social do SERPRO pertence integralmente à União.

a) Área de atuação

A empresa está envolvida, prioritariamente, na prestação de serviços em tecnologia da informação (TI) para o setor público, desenvolvendo programas e serviços que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, além de facilitar a relação dos cidadãos com o governo. Dentre as várias soluções desenvolvidas, destacam-se o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), Declaração do Imposto de Renda via Internet (Receitanet), Carteira Nacional de Habilitação, Passaporte Brasileiro, Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEPE) e os sistemas que controlam e facilitam o comércio exterior brasileiro (SISCOMEX).

O principal mercado de atuação da empresa é o de soluções para a gestão das finanças públicas, tendo o MF como principal cliente, que corresponde a 65% de seu volume de negócios. Outro segmento igualmente importante são as ações estruturadoras e integradoras da Administração Pública Federal, cuja gestão e articulação compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Ao longo de seus 50 anos, o SERPRO consolidou-se como referência, aprimorando e desenvolvendo tecnologias utilizadas por órgãos do setor público brasileiro. Para tanto, conta com uma estrutura em rede composta por células denominadas unidades de gestão especializadas tanto no segmento de TI quanto nas demais áreas de suporte ao negócio da empresa.

A empresa investe no desenvolvimento de soluções tecnológicas em s*oftware* livre, como uma política estratégica que permite otimizar os recursos públicos, incentivar o compartilhamento de conhecimento e estimular a cooperação entre as esferas federal, estadual, municipal, iniciativas do segmento acadêmico e sociedade.

O SERPRO também desenvolve projetos e programas que contemplam questões sociais de acessibilidade e inclusão digital e apoia as políticas de governo nessas áreas.

11.2.7.2 Nota 2 – Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

a) Declaração de conformidade com relação às normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em conformidade com o conjunto de leis, normas e princípios que integram a contabilidade brasileira (BRGAAP).

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) 26, as demonstrações contábeis devem ser analisadas em conjunto com as publicadas no último exercício encerrado.

A emissão das demonstrações contábeis do exercício, findo em 31 de dezembro de 2014, foi autorizada pelo Conselho Diretor em reunião realizada dia 24 de março de 2015.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros constantes do ativo circulante, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em real, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas nas notas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com os pronunciamentos do CPC, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas sobre premissas e estimativas, que possuem um risco significativo, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 – Ativos Circulantes Mantidos para Venda;
- Nota 6 – Créditos a Receber de Clientes;
- Nota 13 – Ativo Imobilizado;
- Nota 17 – Benefícios a Empregados; e
- Nota 22 – Provisões Passivas.

11.2.7.3 Nota 3 – Sumário das Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos períodos apresentados nessas demonstrações.

As contas ativas e passivas, que guardam na essência ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação pelo valor líquido, em razão de possuírem natureza semelhante.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações do exercício anterior foram reclassificadas e estão sendo citadas em suas notas correspondentes, visando melhor entendimento das demonstrações contábeis no período.

O SERPRO utiliza o SIAFI, portanto, está sujeito à limitação da data de encerramento do exercício social, estabelecida em 12 de janeiro de 2015, determinada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

3.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de noventa dias ou menos a partir da data de contratação. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 – Capital Social e Remuneração do Acionista

O capital social do SERPRO pertence integralmente à União. O dividendo mínimo obrigatório, previsto no Inciso II do Art. 19 do estatuto do SERPRO, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

3.3 – Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais.

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são atribuíveis à aquisição do ativo.

O *software* adquirido que seja parte da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

No exercício de 2010, a empresa optou pela não aplicação do custo atribuído a seu ativo imobilizado pelo valor justo, uma vez que absorve constantes investimentos na renovação, acompanhando a evolução tecnológica.

No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, baseada em laudos de avaliadores independentes, em virtude da defasagem entre o valor patrimonial contabilizado e o valor de mercado, de acordo com as normas contábeis vigentes à época. O saldo da reavaliação da empresa será mantido até sua total realização por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda, conforme facultado pela Lei nº 11.638/2007 e pela NBC TG 13.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas de operações descontinuadas.

b) Gastos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos serão auferidos para a entidade. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos recorrentes são reconhecidos como despesa no resultado do exercício.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- edifícios 50 anos
- instalações 10 anos
- equipamentos de processamento de dados 2 - 5 anos
- máquinas e equipamentos 2 - 5 anos
- móveis e utensílios 3 - 10 anos

A vida útil atribuída na mencionada reavaliação considerou a tabela do Imposto de Renda. Nesse sentido, aplicou-se o prazo de 25 anos para estes bens, sem determinação de valor residual.

Dessa forma, antes da aplicação das novas normas de contabilidade, os edifícios foram depreciados a uma taxa superior e incorreram em uma base de cálculo superior ao que deveria ocorrer, reduzindo o valor contábil dos bens.

Isto posto, a administração do SERPRO considera que os valores contábeis das edificações constantes do ativo imobilizado estão abaixo, inclusive, do valor que seria obtido com a venda destes no fim de suas vidas úteis, ou seja, são inferiores a seus valores residuais. Em conformidade com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 10, bem como com a NBC TG 27(R2), não se reconhece depreciação caso o valor residual supere o valor contábil.

Os métodos de depreciação e vida útil são revistos a cada exercício e ajustados caso seja apropriado.

d) Obras em Andamento

Representam o valor bruto dos custos relacionados diretamente a projetos específicos de adequação predial e obras civis que agregam vida útil ao imóvel. Na medida em que forem concluídas e entrarem em operação, serão reclassificadas em conta específica e serão submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial.

3.4 – Ativos Intangíveis

Cessões de direito de uso e licenças de uso de *software* estão contabilizadas no grupo intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a *software* identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

a) Gastos subsequentes

São capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, inclusive manutenção e locação de *software*, são reconhecidos no resultado.

b) Amortização

É efetuada com base no método linear, sendo reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data que estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são:

- Cessão de direito de uso de software 3 – 5 anos
- Licença de uso de software 1 – 5 anos

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

3.5 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros (bens móveis, imóveis, terrenos e ativos intangíveis) são revistos para a indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra, o valor é estimado, levando-se em conta as circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas.

Em 2014, não há registro de qualquer evento que possa ter comprometido os valores registrados no ativo imobilizado. Em virtude disso, não houve estimativa de valores a reduzir por imparidade, dispensando a realização do teste.

O valor em uso do ativo é considerado para a realização do teste. Todos os bens, inclusive o ativo intangível, estão vinculados diretamente à geração de receita. Considerando-se que a precificação dos serviços leva em conta a amortização e depreciação dos bens, somente haveria redução do valor contábil caso houvesse expectativa de queda das receitas.

No exercício em questão, a empresa apresentou crescimento de 11% no faturamento. Ou seja, não houve necessidade de revisão do valor recuperável vinculado à geração de receita. É oportuno citar que não houve mudança significativa com efeito adverso sobre a entidade no ambiente tecnológico, de mercado, econômico e legal. Desta forma, a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso dos ativos não foi afetada.

3.6 – Provisões

São reconhecidas se, em função de um evento passado, a entidade tem uma obrigação presente que possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.7 – Receita Operacional

A receita com prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Segundo a NBC TG 30, a receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O momento do reconhecimento da receita varia dependendo das condições individuais dos contratos de prestação de serviços.

3.8 – Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras são compostas de juros sobre fundos investidos, dividendos e juros sobre créditos tributários.

As despesas financeiras são compostas de juros e encargos sobre contratos de parcelamento de dívida com a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) - SERPROS e eventuais obrigações em atraso, como também juros sobre dividendos a pagar.

3.9 – Tributos

São adotadas as seguintes práticas:

3.9.1 – Os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do Imposto Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (RIR/99);

3.9.2 – As alíquotas do Imposto sobre Serviços (ISS) variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município em que se deu o fato gerador (LC 116/2003);

3.9.3 – As contribuições PIS/PASEP (0,65% e 1,65%) e COFINS (3% e 7,6%) estão registradas pelo regime da cumulatividade e não-cumulatividade.

3.10 – Ativos não circulantes a alienar e operações descontinuadas

a) Bens a alienar

Os ativos ou grupos de ativos não circulantes são classificados como bens a alienar se for altamente provável que serão alienados, através de processo decisório aprovado pela diretoria colegiada.

As desimobilizações são realizadas por meio de leilões e de doações a entidades públicas parceiras do SERPRO, voltadas à realização de ações sociais, focadas na educação profissional, e instituições de ensino do poder público nas esferas federal, estadual e municipal.

Uma vez classificados como bens a alienar, os ativos não são mais depreciados.

b) Operações descontinuadas

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando classificada como mantido para venda. São representadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

3.11 – Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA foi elaborada nos termos da NBC TG 09, sendo apresentada como parte das demonstrações contábeis.

3.12 – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração que inclui a análise criteriosa das faturas a receber vencidas para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber.

O cálculo considerou as faturas vencidas, utilizando-se dos critérios estabelecidos na Nota 6.1.

3.13 – Perda Estimada de Depósitos Judiciais

Constituída, em 2013, de acordo com a expectativa de baixa de valores depositados em exercícios anteriores. Nessa ocasião, julgou-se necessário iniciar estudos acerca dos depósitos judiciais, principalmente aqueles valores mais antigos. Em 2014, os valores provisionados foram efetivamente realizados, conforme nota 10.

3.14 – Determinação do valor justo

Os ativos e passivos devem ser demonstrados e divulgados pelos seus valores justos, conforme métodos e premissas divulgadas nas notas específicas.

11.2.7.4 Nota 4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão assim discriminados:

Em R$

Discriminação	2014	2013
Bancos c/ Movimento	30.776.824,16	42.887.427,54
Fundo de Aplicação Financeira *	48.192,78	44.456,23
TOTAL	**30.825.016,94**	**42.931.883,77**

* Operações com vencimento na data efetiva da aplicação igual ou inferior a 90 dias

4.1 – Bancos Conta Movimento:

São recursos financeiros disponíveis, depositados na conta única do Tesouro Nacional.

4.2 – Fundo de Aplicação Financeira:

Trata-se de aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimento original igual ou inferior a noventa dias, a partir da data da contratação. Estão aplicadas no Banco do Brasil, no âmbito do fundo extramercado comum (FAE), que são lastreadas em títulos públicos, em conformidade com a Resolução no 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

11.2.7.5 Nota 5 – Ativos Circulantes Mantidos Para Venda

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis disponíveis para venda. Atualmente, estudos estão sendo realizados para a venda desses ativos.

A partir de 1991, de acordo com as premissas do Decreto nº 101/1991, a empresa passou a estimar as perdas prováveis, devido à considerável queda do valor das cotas, demonstrando o ativo pelo seu valor justo.

Para fins fiscais, esta estimativa é indedutível, sendo adicionada à base de cálculo do lucro real e da contribuição social.

Os ativos financeiros se encontram demonstrados abaixo:

Em R$

Discriminação	2014	2013
Incentivos Fiscais FINAM/FINOR	9.864.891,17	9.864.891,17
Correção Monetária Lei 8.200/91	28.875,12	28.875,12
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.643.413,49)	(9.637.287,67)
TOTAL	**250.352,80**	**256.478,62**

11.2.7.6 Nota 6 – Créditos a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes no valor de R$ 470,8 milhões (R$ 210,9 milhões em 2013) estão apresentadas no balanço deduzidas da PECLD, estimadas em R$ 27,9 milhões (R$ 43,1 milhões em 2013).

Em R$

A vencer	Vencidas	Total	% de Vencidas sobre o total
236.247.826,12	234.608.380,58	470.856.206,70	49,83%

Em 2014, os créditos em avaliação de direito no valor R$ 252,6 milhões, que se encontram na Advocacia-Geral da União (AGU) para solução de controvérsia, foram reclassificados para o ativo não circulante, atendendo à recomendação da Controladoria Geral da União (CGU). Para fins de comparabilidade, foi efetuado ajuste nesta rubrica no exercício de 2013.

6.1 Perda Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Estimada com base no processo organizacional de cobrança de débitos de clientes, de acordo com o risco de não recebimento de cada documento, avaliado em R$ 27,9 milhões (R$ 43,1 milhões em 2013).

Em R$

Discriminação	2014	2013
Saldo Inicial	43.069.602,27	36.233.273,61
Constituição/Reversão	(15.134.641,05)	6.836.328,66
TOTAL	**27.934.961,22**	**43.069.602,27**

11.2.7.7 Nota 7 – Creditos Tributários

O saldo de créditos fiscais de curto prazo é de R$ 111,6 milhões (R$ 121,3 milhões, em 2013), discriminado da seguinte forma:

Em R$

Discriminação	2014	2013
IRPJ a Compensar	91.072.967,55	99.064.788,42
CSLL a Compensar	18.976.331,58	20.658.622,18
PIS-PASEP a Compensar	275.352,93	275.352,93
COFINS a Compensar	1.268.324,14	1.268.324,14
Créditos Fiscais Diversos	14.977,88	14.977,88
TOTAL	**111.607.954,08**	**121.282.065,55**

7.1 – Saldo de IRPJ e CSLL a Compensar

O saldo de R$ 110 milhões refere-se às retenções na fonte, efetuadas pelos clientes na forma das Leis nºs 9.430/1996 e 10.833/2003. Mensalmente, confrontam-se os valores devidos de IRPJ e CSLL com os valores retidos, não havendo valor a pagar caso a retenção seja superior.

Estes valores se acumulam no decorrer do ano, sendo utilizados como dedução de IRPJ/CSLL anual. Considerando-se que foi constatado não haver valor a pagar na apuração dos impostos em 2014, o saldo foi constituído como crédito tributário, que poderá ser utilizado na compensação de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

7.2 – PIS/PASEP e COFINS a Compensar

Trata-se de créditos no valor de R$ 1,5 milhão, decorrentes de pagamentos realizados a maior em dezembro/2007, em consequência de nova apuração, incluída como despesa integrante da composição dos créditos destas contribuições.

11.2.7.8 Nota 8 – Ressarcimento de Pessoal

O SERPRO possui 2.956 empregados cedidos a órgãos do Governo, principalmente ao MF. A empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados e os órgãos cessionários pelo reembolso dessas despesas.

Trata-se de valores a receber, tendo por base as notas de ressarcimento (NR) enviadas aos órgãos cessionários. Os valores pendentes de recebimento totalizam R$ 15,4 milhões, dos quais R$ 7,3 milhões de exercícios anteriores e R$ 8,1 milhões referentes a 2014.

Os valores dispendidos em processo judicial de empregados do quadro externo (PSE) são classificados no ativo não circulante, por tratar-se de direitos junto ao acionista do SERPRO.

11.2.7.9 Nota 9 – Valores Pendentes a Curto Prazo

É composto principalmente por despesas antecipadas, que serão apropriadas no decorrer do exercício seguinte.

Os valores pendentes a curto prazo, com saldo em 2013, referem-se à baixa de clientes, que se encontravam pendentes de verificação de documentos para a contabilização.

Em R$

Discriminação	2014	2013
IPTU a apropriar	79.850,24	0,00
Despesas Antecipadas	5.154.586,14	1.925.595,20
Valores pendentes a Curto Prazo	0,00	800.303,20
TOTAL	**5.234.436,38**	**2.725.898,40**

11.2.7.10 Nota 10 – Depósitos Realizáveis a Longo Prazo

Trata-se de depósitos judiciais no valor de R$ 250,8 milhões para a garantia de continuação de litígios, sobretudo de natureza trabalhista.

Em 2013, foi efetuada a contabilização de R$ 16 milhões, referente a perdas estimadas de depósitos judiciais. No exercício atual, deu-se continuidade à apuração dos depósitos judiciais, o que gerou baixas líquidas de R$ 20,6 milhões, já deduzidas as perdas estimadas constituídas no ano anterior.

Em R$

Descrição	2014	2013
Depósitos Judiciais	215.326.556,39	236.290.661,35
(-) Perdas Estimadas de Depósitos Judiciais	0,00	(16.045.631,09)
Depósitos Recursais	29.148.799,80	26.227.491,45
Ações Fiscais	6.350.580,05	6.350.580,05
TOTAL	**250.825.936,24**	**252.823.101,76**

As ações fiscais dizem respeito, sobretudo, a não entrega das informações no formato do Manual Normativo de Arquivos Digitais (MANAD), que contém informações contábeis e de folha de pagamento em meio digital. Tal fato deu origem a multa no valor de R$ 6,2 milhões.

Por entender que houve o cumprimento à Instrução Normativa 787/2007, o SERPRO interpôs recurso administrativo junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), estando os referidos valores depositados judicialmente até o julgamento final da ação.

11.2.7.11 Nota 11 – Créditos Realizáveis a Longo Prazo

Correspondem aos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte no valor de R$ 679,1 milhões (R$ 723,9 milhões em 2013).

Em R$

Descrição	2014	2013
Créditos a Receber de Clientes	252.588.485,14	252.482.243,30
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	204.990.181,47	206.413.528,63
Créditos Fiscais Diferidos	158.881.502,30	201.722.763,06
Créditos a Receber EFPC	60.243.306,49	60.243.306,49
Despesas Antecipadas	2.406.993,99	3.048.859,06
Outros Créditos a Receber	117,00	110,61
TOTAL	**679.110.586,39**	**723.910.811,15**

11.1 – Créditos a Receber de Clientes

Em 2014, os créditos em avaliação de direito no valor de R$ 252,6 milhões (R$ 252,5 milhões, em 2013), que se encontram na AGU, foram reclassificados para o ativo não circulante, atendendo a uma recomendação constante do Relatório de Auditoria Anual de Contas da CGU. Esta alteração está apresentada retrospectivamente nos demonstrativos de 2013, possibilitando a comparabilidade, conforme a NBC TG 23.

11.2 – Créditos a Receber por Cessão de Pessoal

O SERPRO possui empregados cedidos a outros órgãos da Administração Pública, denominados PSE. Dessa forma, todas as despesas com estes empregados são ressarcidas pelos cessionários. Existe, portanto, o reconhecimento de valores a receber, concomitantemente à despesa contabilizada no valor de R$ 31,2 milhões.

Em R$

CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL – APROPRIAÇÃO POR COMPETÊNCIA	
13º Salário	0,00
Férias	20.401.478,47
Licença-prêmio	10.847.760,45
TOTAL	**31.249.238,92**

Além disso, os valores de sentenças judiciais referentes a esses empregados são reconhecidos como ativo, uma vez que existe o processo de ressarcimento. O valor constante do grupo é de R$ 173,7 milhões (R$ 173,3 milhões, em 2013).

Em R$

CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL – SENTENÇAS JUDICIAIS	
Processo 2047/1989	120.820.191,39
Processo 2200-85.1993.5.02.0020	23.454.810,59
Processo 0178400-37.1990.503.0015	3.395.295,59
Processo 00232400-92.1991.5.03.0001	26.067.133,31
TOTAL	**173.737.430,88**

11.2.1 – Processo Trabalhista nº 2047/89

No exercício 2005, registrou-se no ativo não circulante o valor de R$ 241,9 milhões, referente ao processo trabalhista nº 2047/89 – 39ª VT/SP, cuja ação foi movida por empregados cedidos ao MF.

O reconhecimento contábil deste processo realizou-se com o registro da obrigação a pagar em seu valor total, dando cumprimento à ordem judicial emitida a época.

O registro do direito ao recebimento dos valores deste processo, a título de ressarcimento, está de acordo com o parecer da Consultoria Jurídica do MPOG, que se pronunciou favorável ao SERPRO.

Em 2007, o valor citado foi transferido do ativo circulante para o não circulante, tendo em vista a previsão de realização em exercícios futuros.

A empresa honrou os pagamentos relativos ao processo até dezembro de 2006, quando após revisão dos cálculos pela AGU, chegou-se à conclusão de que havia erros materiais que recomendaram a suspensão dos pagamentos.

Em 2010, após revisão da Consultoria Jurídica (COJUR), o valor pendente de pagamento foi baixado do passivo por se tratar de provisão classificada como remota, de acordo com a NBC TG 25. Nesse sentido, o valor de R$ 126,0 milhões foi baixado do ativo.

Em face das novas definições e despachos apensados ao processo, entendeu-se que o valor a receber, praticamente certo, corresponderia ao montante já recolhido aos empregados.

A reclassificação do ativo baseou-se em despacho da AGU, no qual é citada a necessidade de solução das questões relativas à reclamação trabalhista para que haja o ressarcimento pela União.

Assim, como o valor pendente de pagamento recebeu uma nova classificação, o montante a receber não se enquadra na classificação como "praticamente certo", não devendo estar registrado em balanço.

Em R$

Descrição do fato gerador	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Valor registrado em Dezembro de 2005	250.414.527,18	250.414.527,18
Ajustes Encargos/Tabela Imposto de Renda	(8.531.100,64)	(8.531.100,64)
Valor pago até Janeiro de 2007	0	(115.913.645,20)
Baixa para adequação CPC 25	(125.969.781,34)	(125.969.781,34)
Penhora de Crédito em 2012	1.513.935,98	
Penhora de Crédito em 2013	810.056,11	
Valor a receber em Dezembro de 2013	**118.237.637,29**	**0,00**
Penhora de Crédito em 2014	2.582.554,10	-
Valor a receber até Dezembro de 2014	**120.820.191,39**	**0,00**

11.3 – Créditos Fiscais Diferidos

Referem-se ao IRPJ e CSLL no valor de R$ 158,9 milhões, apurados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL.

Em R$

Descrição	2014	2013
Licença – Prêmio	25.244.909,19	31.115.180,33
Plano de Previdência Complementar	1.939.040,87	1.859.202,40
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.497.886,81	14.643.664,77
Provisão para Perdas Prováveis	2.678.344,18	8.181.972,72
Contingências Trabalhistas	83.128.812,99	104.240.933,81
Plano de Previdência Complementar – Não Circulante	12.667.434,57	17.071.274,08
Depreciação Empresarial – CPC 27	1.794.746,66	2.680.207,94
Prejuízo Fiscal	16.133.592,28	16.133.592,28
Base Negativa CSLL	5.796.734,74	5.796.734,74
TOTAL	**158.881.502,30**	**201.722.763,06**

11.4 – Créditos a Receber de EFPC - SERPROS

Em dezembro de 2013, houve o reconhecimento de R$ 60,2 milhões, referentes às Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), já deduzidas as custas judiciais. Trata-se de um ativo mensurado pelo valor incontroverso, conforme consta do processo judicial Nº 023.06.38548-0, ajuizado pelo SERPROS contra o Estado de Santa Catarina.

Este ativo tem origem com a assinatura, em 22.02.2002, do segundo termo aditivo ao acordo SERPRO (patrocinadora) e SERPROS (EFPC) para parcelamento de aporte financeiro específico, destinado à viabilização da migração de participantes do plano PS-I para o PS-II, onde a patrocinadora faz jus a 42,7% dos créditos relativos às LFTSC.

Este ativo é objeto de litígio entre a EFPC e o Estado de Santa Catarina. Destaca-se que a EFPC reconheceu em balanço, no exercício de 2013, o direito de seu recebimento, revertendo a PECLD constituída anteriormente. Reconheceu ainda a respectiva obrigação junto à patrocinadora, tomando-se por base parecer jurídico, no qual concluiu-se pela possibilidade de lançamento do valor incontroverso no balanço por não tratar-se de ativo contingente.

11.2.7.12 Nota 12 – Outros Ativos

Em R$

Descrição	2014	2013
Bens a alienar	6.661,65	8.473,11
Obras de Arte e Peças para Exposição	72.384,41	72.384,41
Ativos Financeiros	26.268,72	26.268,72
TOTAL	**105.314,78**	**107.126,24**

11.2.7.13 Nota 13 – Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida-útil empresarial do bem.

Segundo a NBC TG 01(R2), a empresa deve verificar anualmente a existência de indicadores de *impairment*. Em 2014, a unidade gestora de patrimônio informou que não houve evidência da necessidade de avaliação, devido à falta de indicadores internos e externos de perda.

A depreciação é feita da seguinte forma:

- edifícios 50 anos (não deprecia – valor residual)
- instalações 10 anos
- equipamentos de processamento de dados 2 - 5 anos
- máquinas e equipamentos 2 - 5 anos
- móveis e utensílios 3 - 10 anos

Em R$

Descrição	Saldo em 2014	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido	
			2014	2013
Edifícios	136.873.137,22	(26.097.173,65)	110.775.963,57	110.775.963,57
Terrenos	67.029.731,05	0,00	67.029.731,05	67.029.731,05
Estudos e Projetos	2.119.495,59	0,00	2.119.495,59	1.922.315,59
Obras em Andamento	75.921.889,66	0,00	75.921.889,66	26.594.634,90
Instalações	66.464.010,05	(34.174.655,06)	32.289.354,99	68.576.641,73
Benfeit. em Prop. Terceiros	528.150,80	(220.573,07)	307.577,73	279.897,77
Outros bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	4.452.218,46
Correção IPC/90	19.209.644,70	(2.530.977,67)	16.678.667,03	16.678.667,03
Bens Móveis	859.799.653,01	(615.761.693,26)	244.037.959,75	208.480.809,56
TOTAL	**1.227.945.712,08**	**-(678.785.072,71)**	**549.160.639,37**	**504.790.879,66**

13.1 – Movimentação do Imobilizado

Em R$

Saldo anterior	Movimentação			Saldo Final
	Inclusões	Depreciação/ Amortização	Baixas	
504.790.879,66	123.614.898,10	(71.243.607,72)	(8.001.530,67)	**549.160.639,37**

Para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é considerada a depreciação fiscal, calculada de acordo com a tabela divulgada pela RFB.

13.2 – Permuta de bens imóveis

O SERPRO firmou com a Caixa Econômica Federal (CAIXA) um contrato de permuta de imóveis, conforme instrumento público regido pelas Leis nºs 10.406/2002, 8.666/93 e 9.636/98.

Por parte do SERPRO, os imóveis objeto da permuta consistem em uma área de 30.000 m², situada no município de Osasco/SP. A CAIXA prometeu, em permuta, prédio e terreno localizados no bairro do Andaraí – Rio de Janeiro/RJ, com 6.125 m² de área construída.

Em 2014, ocorreu a prorrogação por 24 meses do prazo do instrumento público de promessa de permuta entre os imóveis da CAIXA e o SERPRO, conforme divulgado no Diário Oficial da União n° 49 de 2014, visando possibilitar a averbação dos imóveis.

13.3 – Instalações e obras em andamento

A fim de melhor classificar o ativo da empresa, a partir de 2014, estão sendo efetuados ajustes entre as contas de instalações e obras em andamento. A conta de instalações era composta por itens em andamento e concluídos, sendo depreciados apenas os últimos. Assim, itens não depreciáveis foram transferidos da conta instalações para obras em andamento.

O início da depreciação das obras em andamento ocorrerá quando estiverem disponíveis para uso, conforme NBC TG 27(R2). Esta informação é obtida diretamente junto à área gestora de contratos.

11.2.7.14 Nota 14 – Ativo Intangível

O saldo corresponde às licenças de *software* e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social. São *software* de terceiros com vida útil definida, mensurados pelo custo de aquisição, deduzidas as despesas de amortização, obedecendo-se aos prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções.

Do total do intangível (R$ 169,1 milhões), destaca-se que 90% concentram-se nas unidades de Brasília e São Paulo, os dois principais centros de dados da empresa.

Em R$

Unidade Gestora	Saldo em 2014	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
			2014	2013
Brasília	224.721.353,47	(142.502.232,09)	82.219.121,38	75.750.680,86
São Paulo	173.803.438,35	(104.315.717,52)	69.487.720,83	55.507.118,25
Sede	24.856.159,42	(20.107.619,64)	4.748.539,78	5.042.620,39
Rio de Janeiro	14.536.678,86	(4.285.400,14)	10.251.278,72	2.067.951,19
Outros	3.295.343,98	(906.908,16)	2.388.435,82	1.216.176,41
TOTAL	**441.212.974,08**	**(272.117.877,55)**	**169.095.096,53**	**139.584.547,10**

14.1 Movimentação do Intangível

Em R$

Saldo anterior	Movimentação		Saldo Final
	Inclusões	Amortização	
139.584.547,10	91.759.812,87	(62.249.263,44)	**169.095.096,53**

11.2.7.15 Nota 15 – Depósitos

Referem-se às retenções na fonte de impostos municipais, federais e de recursos previdenciários, bem como os encargos de mesma natureza, totalizando R$ 161,9 milhões (R$ 150,7 milhões em 2013).

15.1 – Consignações

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, empréstimos consignados, planos de previdência e assistência médica, além de impostos retidos de fornecedores, que perfazem R$ 85,0 milhões (R$ 79,6 milhões em 2013).

Até 2013, as retenções de impostos estavam apresentadas a título de tributos e encargos sociais. Em 2014, foi efetuado ajuste de modo a diferenciar os impostos retidos. Esta alteração está apresentada retrospectivamente nos demonstrativos de 2013, possibilitando a comparabilidade.

15.2 – Tributos e Encargos Sociais

Referem-se às obrigações a serem recolhidas, já deduzidas dos tributos a recuperar.

Em R$

Descrição	2014	2013
PIS-COFINS	39.837.559,64	17.338.135,46
ISS a Recolher	24.334.225,14	21.884.727,39
FGTS	7.218.362,69	6.547.369,69
INSS	5.009.841,23	23.802.664,12
Impostos Estaduais e Municipais	682,90	1.255.441,56
TOTAL	**76.400.671,60**	**70.828.338,22**

Em 2014, foram transferidos para o não circulante R$ 19,8 milhões, em face da renegociação da dívida do ISS junto ao município de São Paulo.

Além disso, as contribuições para o PIS-PASEP/COFINS de R$ 13,8 milhões, vinculadas aos valores em discussão na AGU (nota 13.2), foram reclassificadas para o passivo não circulante. Essa alteração está apresentada retrospectivamente nos demonstrativos de 2013.

15.2.1 – IRPJ e CSLL

Em 2014, em face de prejuízo fiscal (IRPJ) e de base de cálculo negativa (CSLL), não houve valores a pagar referentes a estes tributos.

Em 2013, foi realizada a reversão de participação nos lucros e resultados (PLR) provisionada em 2012. A apuração de IRPJ e CSLL foi efetuada com a reversão da provisão de PLR em 2013.

Em R$

Discriminação	2014	2013
Base de cálculo da Contribuição Social:		
Lucro/Prejuízo Contábil antes do IR e Contribuição Social (A)	17.689.301,89	46.887.362,20
(-) Reversão PLR 2013 (B)		(1.252.615,09)
Lucro Contábil antes do IR e Contribuição Social Ajustado (C = A – B)	**17.689.301,89**	**45.634.747,11**
(+) Adições sem PLR 2013 (D)	128.994.380,68	416.286.751,90
(-) Exclusões (E)	(166.332.149,92)	(626.988.593,39)
Base de Cálculo antes da Compensação de BC Negativa (F = C + D + E)	**-(19.648.467,35)**	**(165.067.094,38)**
(-) Compensação BC Negativa de CSLL (G)	0,00	0,00
Base de Cálculo da Contribuição Social (H = F – G)	**(19.648.467,35)**	**(165.067.094,38)**
Contribuição Social – Alíquota 9% (I = H x 9%)	0,00	0,00
(-) Antecipações (J)	(18.976.331,58)	(20.658.622,18)
Saldo a Compensar (K = I + J)	**18.976.331,58**	**20.658.622,18**
Base de Cálculo do Imposto de Renda:		
Lucro/Prejuízo Contábil depois da CSLL (ajustado) (L = C - I)	**17.689.301,89**	**45.634.747,11**
(+) Adições (M)	128.994.380,68	417.001.506,10
(-) Exclusões (N)	(166.332.149,92)	(626.988.593,39)
Lucro/Prejuízo Fiscal antes da Compensação de Prejuízo Fiscal (O = L + M + N)	**(19.648.467,35)**	**(164.352.340,18)**
(-) Compensação BC Negativa de PF (P)	0,00	0,00
Base de Cálculo do IRPJ (Q = O + P)	**(19.648.467,35)**	**(164.352.340,18)**
Imposto de Renda – Alíquota 15% (R = Q x 15%)	0,00	0,00
Adicional do IR – Alíquota 10% (S = (Q – 240.000) x 10%)	0,00	0,00
(-) PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador (T)	0,00	0,00
Imposto Devido (U = R + S + T)	0,00	0,00
(-) Antecipações (V)	(90.810.077,43)	(98.603.272,15)
Saldo a Compensar (W = U + V)	**90.810.077,43**	**98.603.272,15**

11.2.7.16 Nota 16 – Obrigações com Pessoal

Correspondem às apropriações de férias e licença-prêmio. No caso da licença-prêmio, a cada 5 anos, o empregado possui o direito de gozo ou conversão em pecúnia, correspondente a um mês de remuneração.

Em 2014, foi efetuada análise acerca do percentual de conversão da licença-prêmio em pecúnia, tendo em vista que a realização deste passivo está vinculada à opção do empregado. Constatou-se que o percentual de conversão equivale a 86,9%, diferentemente daquele, até então, apropriado de 100%.

Por se tratar de mudança de estimativa, a alteração foi efetuada prospectivamente, afetando o exercício de 2014 e os futuros.

Em R$

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	121.806.438,09	27.337.629,27	(18.457.000,14)	130.687.067,22
Licença – Prêmio	72.587.893,45	2.995.667,00	0,00	75.583.560,45
TOTAL	**194.394.331,54**	**30.333.296,27**	**(18.457.000,14)**	**206.270.627,67**

11.2.7.17 Nota 17 – Benefícios a Empregados

17.1 – Plano de Previdência Complementar

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar, por meio do SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos**,** com autonomia administrativa e financeira e de personalidade jurídica de direito privado.

No passivo do SERPRO, estão registrados os instrumentos contratuais de dívida, com saldo de R$ 43,7 milhões, composto dos seguintes termos de acordo:

- amortização da dotação inicial no valor de R$ 30,0 milhões;
- parcelamento das diferenças referentes à taxa da contribuição prescrita na Lei 8.020/1990, com saldo de R$ 13,7 milhões. Destes instrumentos contratuais, encontra-se contabilizado no não circulante o valor de R$ 37,9 milhões.

Em 2014, o SERPRO contratou consultoria para emissão de parecer contábil atuarial (PCA), visando atender a NBC TG 33 (R1). Com base em dados apurados em 30.11.2014, concluiu-se que os ativos atuariais identificados não deveriam ser contabilizados pelo SERPRO, pois não existem benefícios futuros que justifiquem o seu reconhecimento.

17.1.1 – Plano SERPRO I – PS I

O plano de benefício definido (BD) foi saldado em 31.03.2013. Não há mais as contribuições normais tanto de participantes quanto da patrocinadora. Somente vigoram as contribuições extraordinárias. Em 2014, o PS-I contava com 2.883 participantes saldados ativos e 2.651 participantes assistidos. Os benefícios são os seguintes:

- Participantes: suplementação da aposentadoria por invalidez, velhice e tempo de serviço; de natureza especial; aos ex-combatentes; assim como suplementação do auxílio-doença, do abono anual e benefício proporcional diferido.

- Beneficiários: suplementação da pensão e de auxílio-reclusão; pecúlio por morte e suplementação do abono anual.

No exercício de 2014, o plano PS-I contava com recursos garantidores de R$ 1,87 bilhão.

O saldamento do PS-I foi realizado para mitigação de riscos inerentes a um plano BD. Houve o equacionamento do deficit técnico deste plano, que reduziu os riscos atuariais, econômicos e financeiros, com reflexos no passivo da patrocinadora.

Em 30.11.2014, o equilíbrio técnico do PS-I mostrava-se superavitário em R$ 17 milhões.

17.1.2 - Plano SERPRO II (PS-II)

Em 2014, o PS-II contava com 8.042 participantes ativos e 357 assistidos, estruturado na modalidade de contribuição variável, desdobrada em benefício definido (BD) e contribuição definida (CD).

Os recursos acumulados pelos participantes poderão ser convertidos em um dos seguintes benefícios: renda mensal vitalícia; resgate do saldo total e resgate parcial com conversão em renda vitalícia do saldo remanescente. O participante define sua contribuição mensal, que determina a renda futura esperada, e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento do plano.

O objetivo deste plano é oferecer aos participantes, beneficiários e designados, os seguintes benefícios:

- Participantes: renda de aposentadoria; benefício proporcional diferido; renda por invalidez; auxílio-doença e abono anual;

- Beneficiários: pensão por morte; pecúlio por morte; auxílio-reclusão e abono anual;

- Designados: pecúlio por morte.

No exercício de 2014, o PS-II contava com recursos garantidores de R$ 2,77 bilhões. O plano PS-II (BD) encontrava-se em situação superavitária, com equilíbrio técnico de R$ 240,6 milhões.

17.1.2.1 – Premissas Utilizadas

As hipóteses técnicas e financeiras aplicadas na reavaliação foram objeto de estudos preliminares e de verificação de consistência pelo SERPROS e pela consultoria atuarial.

PREMISSAS BIOMÉTRICAS E FINANCEIRAS	PLANO PS I	PLANO PS II
Taxa Real Anual de Juros	6,20% ao ano	6,20% ao ano
Rotatividade	2,5%, de 0-47 anos; 0,5%, a partir de 48 anos, por sexo.	2,5%, de 0-47 anos; 0,5%, a partir de 48 anos, por sexo.
Projeção de Crescimento Real de Salário	N/A (1)	3,2% ao ano
Tábua Atuarial de Mortalidade Geral de Válidos	AT-2000, por sexo	AT-2000, por sexo, suavizada em 10%
Tábua Atuarial de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua Atuarial de Mortalidade de Inválidos	AT-49, por sexo	AT-49, por sexo
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários e dos Benefícios do Plano (em percentual)	97,8% (2)	97,8% (2)
Morbidez	Valor médio estimado	Valor médio estimado
Composição da família de pensionistas	Família real	Família real

Nota:
(1) N/A = Não aplicado;
(2) Corresponde à inflação de longo prazo estimada de 5% (cinco por cento) ao ano.

17.1.2.2 – Considerações sobre benefícios pós-emprego

No PCA, foram quantificados os seguintes resultados atuariais:

- Plano de benefícios PS-I: *superavit* de R$ 123,1 milhões;
- Plano de benefícios PS-II (BD): *superavit* de R$ 314,6 milhões;
- Plano de benefícios PS-II (CD): resultado nulo.

Os planos PS-I e PS-II (BD) continuam a apresentar ativo líquido, da mesma forma que ocorreu na reavaliação atuarial de 30/11/2013. Esses ativos somente podem ser contabilizados na patrocinadora se houver, efetivamente, possibilidade de benefício financeiro em prol dela, seja na forma de reembolso ou suspensão integral ou parcial de suas contribuições para os planos de benefícios.

Assim, a consultoria contratada ratificou que os ativos atuariais reavaliados não devem ser contabilizados pelo SERPRO, considerando-se que o ajuste realizado pelo teto de ativo (*asset ceiling*) demonstrou não existir benefícios futuros que justificassem o reconhecimento de tais ativos.

Desta forma, não houve o reconhecimento destes ativos, nos termos da LC nº 109/2001. Além das determinações impostas pela citada lei, cumpre observar as condições para revisão de plano ou utilização de superavit, conforme Resolução CGPC n° 26/2008.

A análise dos balancetes contábeis dos planos de benefícios levou a consultoria a concluir que há o preenchimento das condições para a revisão do PS-II (BD). Foi constatado que há R$ 21,4 milhões de *superavit*, referentes a exercícios anteriores, que serão destinados aos patrocinadores.

Em 23/09/2014, na 6ª reunião extraordinária do conselho deliberativo (CDE) do SERPROS, deliberou-se pela aprovação da distribuição deste *superavit*, conforme Resolução CGPC nº 26/2008.

No encerramento do exercício de 2014, conforme o ofício OF DP 007/2015, de 29/01/2015, por ocasião da revisão do plano (fundo previdencial), houve o reconhecimento de *superavit* preliminar de R$ 25,3 milhões por parte do SERPROS, também a ser distribuído aos patrocinadores. Somente após análise dos órgãos reguladores e controladores, será dado prosseguimento ao processo de distribuição de ambos *superavit*.

17.2 – Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)

Em cumprimento a Portaria DEST/SE/MP Nº 27/2012 (Art. 11, IV), o SERPRO deverá obter um parecer firmado por profissional habilitado sobre o impacto atuarial do ACT proposto.

O ACT 2014/2015 é aplicável ao período compreendido entre 01/05/2014 e 30/04/2015. Na reavaliação atuarial, estão contidas aquelas disposições que tratam de reajustes nas parcelas salariais dos empregados com repercussão no salário de contribuição para os planos de benefícios PS-I e PS-II.

O plano PS-I se encontra saldado. Os benefícios de seus participantes ativos foram definidos na data do saldamento, sofrendo apenas atualização monetária pelo INPC/IBGE. Portanto, não existem impactos monetários, em termos reais, decorrentes do ACT em questão.

A estruturação técnico atuarial do plano de benefícios PS-II se dá na modalidade de contribuição variável. Durante a fase ativa, o participante e a patrocinadora contribuem para a constituição de saldos financeiros. Contudo, a majoração dos benefícios não implica riscos atuariais para o plano, pois os benefícios serão calculados a partir do saldo que for acumulado. Nesse sentido, os aumentos do salário de contribuição não produzirão impactos atuariais na parte de contribuição definida do plano de benefícios.

Conclui-se que o reajuste salarial de 7,5% proporcionará impactos atuariais, apenas, na parcela do benefício definido do plano PS-II relativa à rubrica de benefícios a conceder. Os resultados demonstraram impacto de 8,18% na provisão matemática destes benefícios, que correspondem a R$ 8,1 milhões (posição: novembro/2014), com impacto de 1,36% na reserva matemática total.

17.3 – Auxílio-alimentação

É concedido aos empregados e dirigentes. No ACT 2014/2015, foi fixado em R$ 721,08 (R$ 673,60 no período 2013/2014).

17.4 – Saúde

O plano de assistência à saúde aos empregados e familiares, sob a modalidade de autogestão, oferece assistência médica, hospitalar, psicológica e fisioterápica, com atendimento realizado por rede credenciada própria e da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (CASSI).

O benefício concedido atende aos titulares optantes e respectivos dependentes, estendendo-se aos aposentados vinculados ao SERPROS e ao INSS. Além disso, estão inclusos os serviços relativos a exames periódicos realizados pelos empregados.

Na composição da receita do convênio de reciprocidade, conforme regulamento do programa de assistência à saúde dos empregados do SERPRO (PAS/SERPRO), de um lado, a empresa participa com a contribuição mensal, diferenciada por faixa etária, das despesas assistenciais e, de outro, o beneficiário titular contribui com valor fixo mensal, também diferenciado por faixa etária das despesas assistenciais, mais coparticipação de 20% sobre a utilização em consultas médicas.

O plano não possui ativos financeiros, portanto, o passivo calculado corresponde ao valor da obrigação atuarial.

17.5 – Plano Odontológico

O Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO (PAS-ODONTO/SERPRO) é oferecido aos empregados e familiares, garantindo o atendimento aos empregados ativos e seus dependentes cadastrados.

O programa é custeado, de um lado, pelo SERPRO com valor fixo por beneficiário e, de outro, pelo empregado com valor fixo mensal. A concessão do benefício fica condicionada à disponibilidade orçamentária da empresa.

11.2.7.18 Nota 18 – Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

São assegurados à União dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) de 25%, conforme disposições estatutárias. O valor devido é atualizado mensalmente pela SELIC.

Em dezembro de 2014, os valores relativos aos dividendos/JCP perfazem R$ 50,4 milhões, referentes aos exercícios 2008 e 2009. Quanto à destinação de 2008, especificamente, o valor do dividendo foi complementado pela realização de créditos fiscais diferidos de R$ 18,2 milhões.

Em R$

Descrição	2008	2009
Dividendos e JCP	182.531,76	10.905.128,19
Dividendos Complementares	419.916,97	0,00
Créditos Fiscais Diferidos	18.217.131,39	0,00
Atualização	14.192.922,30	6.493.161,18
TOTAL	**33.012.502,42**	**17.398.289,37**
Saldo em 2014		**50.410.791,79**

Para os exercícios 2012, 2013 e 2014, foi constituída reserva especial de dividendos, em face da situação de caixa incompatível com o seu pagamento.

11.2.7.19 Nota 19 – Processo Trabalhista a Pagar

Refere-se a processos judiciais executados, cujo saldo residual é de apenas R$ 149,4 mil, contrapondo-se ao valor R$ R$ 2,2 milhões apurado no exercício de 2013. Essa redução se deve, majoritariamente, à liquidação de processo junto ao SINDPD-RS.

11.2.7.20 Nota 20 – Fornecedores (Não Circulante)

Trata-se do reconhecimento de fornecedores a pagar de longo prazo no valor de R$ 1,2 milhão, referente a aquisição de licença de software, cobrada em 36 meses.

11.2.7.21 Nota 21 – Obrigações Tributárias

Referem-se a apropriações dos impostos sobre as exclusões temporárias (NBC TG 32(R2)), assim como à baixa dos tributos diferidos (NBC TG 27(R2)).

No exercício de 2014, de acordo com a NBC TG 32(R2) e NBC TG 27(R2), houve reversão do passivo fiscal diferido de R$ 12,7 milhões, relativo a diferenças temporárias do exercício corrente.

Em R$

Descrição	2014	2013
PFD sobre Processo Trabalhista – PSE	48.884.435,17	61.630.348,99
PFD sobre Provisão Ativa – LFTSC	20.482.724,21	20.482.724,21
TOTAL	**69.367.159,38**	**82.113.073,20**

Os fatos geradores do passivo fiscal diferido estão descritos nas notas 11.2 (processo trabalhista) e 11.4 (LFTSC).

11.2.7.22 Nota 22 – Provisões Passivas

Com base na NBC TG 25, a Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar, fidedignamente, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis.

Em 2013, representantes do SERPRO e do SINDADOS/BH assinaram um acordo conciliatório, referente ao processo trabalhista de empregados da Regional Belo Horizonte. Até março de 2013, estavam provisionados R$ 228,8 milhões, sendo R$ 57,9 milhões referentes a pessoal cedido aos órgãos do governo.

Após o termo de conciliação, fixou-se o valor de R$ 158,8 milhões, sendo pago em três (3) parcelas consecutivas, iniciadas no mês de abril de 2013. Deste total, R$ 32,4 milhões correspondem a pessoal cedido.

No exercício de 2013, a movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Em R$

Descrição dos Eventos	Provisão	Realização	Resultado
Valor do Processo SINDADOS-MG	228.817.464,62	158.839.950,36	69.977.514,26
Ressarcimento PSE	(57.897.683,07)	(32.395.826,14)	(25.501.856,93)
Resultado dos Eventos - A	**170.919.781,55**	**126.444.124,22**	**44.475.657,33**
Ativo Fiscal Diferido (Provisão – Valor Processo) - B			(77.797.937,97)
Passivos Fiscais Diferidos (Provisão – Ressarcimento PSE) - C			19.685.212,24
Resultado da Operação em Junho/2013 (A+B+C)			**(13.637.068,40)**

Em dezembro de 2013, constituiu-se provisão complementar de R$ 100,9 milhões, somando-se aos processos classificados como prováveis de perda. Em conjunto, foi realizado o lançamento de R$ 40,3 milhões no ativo, considerando-se o reembolso, a título de pessoal cedido (PSE) pelo MF.

Em 2014, considerando-se os valores realizados no exercício e a expectativa futura de desembolsos com os processos, foi efetuada uma reversão de R$ 64,1 milhões. Deste total, R$ 37,5 milhões referem-se a processos movidos pelo quadro de PSE.

Desta forma, o saldo líquido de R$ 100,7 milhões corresponde ao total de provisões trabalhistas e cíveis (R$ 244,5 milhões), já deduzidas as provisões ativas a título de PSE (R$ 143,8 milhões).

22.1 – Processos classificados como possíveis de execução

Além dos valores constantes do passivo, a empresa é parte em outros processos classificados como possíveis de execução, valorados em R$ 48.811.358,39. Deste total, R$ 11.059.828,24 referem-se a PSE, restando um saldo líquido de R$ 37.751.530,58.

11.2.7.23 Nota 23 – Receita Diferida

Em dezembro de 2014, houve faturamento de R$ 7,8 milhões, referente à implantação de serviços, que decorreram da realização de investimentos em *hardware* e *software*.

O reconhecimento da receita será efetuado concomitantemente à realização da despesa de depreciação e amortização, em atendimento aos princípios da competência e da confrontação de receitas e despesas. O *hardware* aplicado (R$ 4,85 milhões) será depreciado em 48 meses, enquanto o *software* (R$ 2,91 milhões) amortizado em 36 meses.

11.2.7.24 Nota 24 – Patrimônio Líquido

24.1 - Capital Social

Conforme o estatuto do SERPRO, em 2009, o capital autorizado foi de R$ 613,6 milhões, exclusivamente integralizado pela União. Em 2012, o capital social apresentado em balanço era de R$ 867,4 milhões, em face dos aportes de capital efetuados pelo Tesouro Nacional.

Em 27 de dezembro de 2013, a Lei 12.942/2013 abriu crédito especial em favor do MF, contemplando R$ 193,6 milhões para realização de aporte de capital ao SERPRO. Em 2014, este valor foi totalmente integralizado.

Em R$

Descrição	2014	2013
Capital Social	1.061.004.829,23	1.061.004.829,23
Capital Social a Realizar	0,00	(193.650.000,00)
Capital Social	**1.061.004.829,23**	**867.354.829,23**

24.2 - Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Constituída, em 2005, com base em laudo de reavaliação. Em 31 de dezembro de 2014, manteve-se o saldo do ano anterior de R$ 138,2 milhões, considerando-se que não houve baixa nem depreciação.

Desde dezembro de 2010, os valores dos imóveis estão representados por seus valores residuais, cujo saldo da reavaliação será mantido até a sua total realização, conforme a Lei nº 11.638/2007.

24.3 - Reservas de Lucros

Em dezembro de 2014, considerando-se o resultado do exercício de R$ 17,7 milhões, houve a constituição das seguintes reservas: legal (R$ 0,88 milhão); estatutária (R$ 0,88 milhão); especial de dividendos (R$ 4,2 milhões); e de retenção de lucros (R$ 11,72 milhões).

24.3.1- Reserva Especial de Dividendos.

Tem sido constituída, desde 2012, com a finalidade de registrar a obrigação de recolhimento futuro dos dividendos obrigatórios. Em 2014, o valor contabilizado foi de R$ 4,55 milhões. Esses dividendos não têm sido pagos, em face da situação financeira da empresa.

11.2.7.25 Nota 25 – Resultado do Exercício

Com base nas disposições estatutárias, o resultado encontra-se distribuído da seguinte forma:

Em R$

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	17.689.301,89
(-) Reserva Legal – 5% sobre Lucro Líquido do Exercício	884.465,09
= BASE DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO DO ACIONISTA	16.804.836,80
(-) Remuneração do Acionista (Reserva Especial de Dividendos)	4.201.209,20
= LUCRO LÍQUIDO APÓS REMUNERAÇÃO DO ACIONISTA	12.603.627,60
(-) Reserva Estatutária – Investimentos 5% sobre Lucro Líquido do Exercício	884.465,09
= SALDO REMANESCENTE DO LUCRO LÍQUIDO	11.719.162,50
(-) RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	11.719.162,50
SALDO DE LUCROS ACUMULADOS EM 31/12/2014	0,00

11.2.7.26 Nota 26 – Resultado Financeiro

Foi avaliado em R$ 34,9 milhões negativos. Refere-se às receitas financeiras de R$ 5,1 milhões, majoritariamente compostas por correções dos créditos tributários no período, deduzidas as despesas financeiras de 40,0 milhões. Estas referem-se a multas e juros incorridos, principalmente, sobre tributos em atraso, parcelas relativas ao SERPROS e dividendos a pagar.

Em R$

Descrição	2014	2013
Tributos/Encargos	21.039.126,04	20.794.961,36
Energia	279.499,76	170.389,02
FGTS	791.561,50	943.342,59
Circuitos	234.228,10	234.738,61
Diversos	413.142,67	266.309,33
Processo Judicial	0,00	482.683,30
Dividendos	6.446.359,86	3.613.476,22
Saúde/Cassi	753.456,78	203.702,92
SERPROS	10.010.748,95	11.352.639,69
TOTAL	39.968.123,66	38.062.243,04

11.2.7.27 Nota 27 – Seguros

A empresa contrata seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos, conforme a natureza de sua atividade e as características dos riscos envolvidos, cujos valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

As informações principais sobre a cobertura vigente de seguros são as seguintes:

Em R$

Ativo	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e bens do segurado em locais de terceiros	Incêndio, Danos Elétricos , Vendaval, Desmoronamento, Vazamento de Sprinklers, Quebra de Vidros, Alagamento e Inundação, Quebra de máquinas e Responsabilidade Civil.	R$ 921.381.591,36
Vida em grupo	Morte Qualquer Causa Indenização especial de morte por acidente (IEA) Invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA) 100%	R$16.000,00 por vida
Veículos	Responsabilidade Civil e Facultativa	100% Tabela FIPE

11.2.7.28 Nota 28 – Partes Relacionadas

28.1 Remuneração de Empregados e Dirigentes

Em 2014, a política salarial empresarial contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R$ 1.083,55 e R$ 27.767,47, considerado o adicional de transferência. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R$ 3.697,74 e R$ 29.725,11. Nos casos de cargos diretivos, a maior remuneração paga foi de R$ 34.181,15.

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo. Não oferece benefícios pós-emprego a seus dirigentes que não sejam empregados.

11.2.7.29 Nota 29 – Contingência Ativa

Na data de encerramento do exercício, os processos que representavam contingência ativa, portanto, não reconhecidos nos termos da NBC TG 25, são controlados escrituralmente em conta de compensação, assim detalhados:

- tomada de contas especial nº 19863.000075/2001-58 de R$ 4.564.590,15, que trata de desvio de valores públicos;
- tomada de contas especial nº 19863.000074/2001-11 de R$ 329.656,80, que trata de pagamento indevido, realizado no âmbito do programa de desligamento voluntário.

Os procedimentos adotados estão definidos na IN/STN nº 08/1990, que estabelece normas sobre o processo de tomada de contas dos gestores dos recursos públicos.

11.2.7.30 Nota 30 – Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

A empresa apresenta a DFC pelo método direto, elaborada de acordo com a NBC TG 03(R1), considerando-se as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias.

11.2.7.31 Nota 31 – Outras Informações

31.1 Lei nº. 12.973/2014

A Lei nº. 12.973/2014 altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, revogando o Regime Tributário de Transição (RTT) e promovendo o disciplinamento dos aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O SERPRO optou pela aplicação do instrumento legal a partir do ano-calendário 2015, de acordo com o facultado no art. 75 da citada lei.

31.2 Novo Plano de Contas

A partir de 2015, adequando-se às normas internacionais aplicadas ao setor público, a Administração Pública Federal passará a utilizar o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), alterando o plano de contas constante do SIAFI.

Considerando-se que o SERPRO utiliza o SIAFI para escrituração contábil, essa modificação também afetará o plano de contas da empresa, como também os sistemas auxiliares à contabilidade.

11.3 Composição Acionária da Empresa

2012	2013	2014
R$ 867.354.829,23	R$ 867.354.829,23	R$ 1.061.004.829,23

11.4 Relatório de Auditoria Independente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros do
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis representam adequadamente, a posição patrimonial e financeira do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para o divulgado na nota explicativa 17.1.2.2 – Considerações sobre benefícios pós-emprego quanto a situação superavitária dos Planos PS-I e PS-II (BD), sendo que foi constatado, em relação ao Plano PS-II(BD), que há R$ 21,4 milhões de superávit, referentes a exercícios anteriores, que serão destinados aos patrocinadores, o que foi aprovado na 6ª reunião extraordinária do conselho deliberativo (CDE) do SERPROS, de acordo com a Resolução CGPC nº 26/2008. No encerramento do exercício de 2014, conforme o Ofício OF DP 007/2015, DE 29/01/2015, por ocasião da revisão do plano (fundo previdencial), houve o reconhecimento de superávit preliminar de R$ 25,3 milhões por parte do SERPROS, também a ser distribuído aos patrocinadores. Conforme o ofício OF DP 007/2015, de 29/01/2015, será dado prosseguimento ao processo de aprovação dos valores e critérios para destinação e utilização da reserva especial referente à distribuição de superávit, que envolve aprovação pelo CDE, e somente após análise dos órgãos reguladores e controladores, que deverá aprovar o Regulamento do plano contendo os critérios de distribuição. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de grande porte e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores referentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, e emitimos relatório em 28 de abril de 2014, sem modificação na opinião , e com ênfase quanto a necessidade de nova avaliação para os valores registrados na Patrocinadora em função do Plano PS-I encontrar-se superavitário.

Brasília, DF, 13 de março de 2015.

MACIEL AUDITORES S/S EPP
CRC/RS 5.460/O-0 - "S" - DF

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O – 3 - "S" – DF
Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC/RS 65.932/O – 7 – "S" – DF
Responsável Técnica

12 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

Este item não se aplica tendo em vista que todas as informações relevantes se encontram registradas nos demais itens deste relatório.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório apresenta as informações solicitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por meio das disposições contidas na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, na Decisão Normativa TCU nº 134/2013, na Decisão Normativa TCU nº 139/2014 e na Portaria TCU nº 90/2014.

As informações, que aqui foram reunidas, procedentes de amplo e atualizado levantamento, buscam atender aos princípios constitucionais de legalidade e publicidade que regem os atos administrativos e permitir visão geral sobre gestão e governança do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) durante o exercício de 2014.

A análise detalhada deste documento, sob as óticas de eficiência, eficácia e efetividade, pelos órgãos de controle e pela própria estrutura de governança do SERPRO, apresenta-se como instrumento essencial para dar maior consistência às diretrizes corporativas que visam ao cumprimento da missão institucional da Empresa, em meio ao cenário de ajustes fiscais e econômicos que, em 2015, afetam a quase totalidade dos clientes do SERPRO.

PARTE B - CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE

I - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Nome: SERPROS – Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC)

Razão Social: SERPROS Fundo Multipatrocinado

CNPJ: 29.738.952/0001-99

Demonstrativo Anual – Exercício 2014

I.1 FOLHA DE PAGAMENTO DE PARTICIPANTES

quadro B.I.1.a - valor total da folha de pagamento dos empregados participantes

PLANO	VALOR
SERPRO PSI	R$ 32.105.575,36
SERPRO PSII	R$ 696.614.645,68
Total	R$ 728.720.221,04

fonte: InfoGP 2014 - GPRIB – Departamento das Relações Sociais, da Gestão das Informações e dos Benefícios

quadro B.I.1.b - contribuições retidas dos empregados (folha da patrocinadora) participantes ativos

APROPRIAÇÕES POR REGIME DE COMPETÊNCIA	VALOR
SERPRO PS-I – contribuições extraordinárias empregados	3.740.888,55
SERPRO PS-II – contribuições normais empregados	68.893.970,92
SUBTOTAL EMPREGADOS (retenções)	72.634.859,47

fonte: InfoGP 2014 - GPRIB – Departamento das Relações Sociais, da Gestão das Informações e dos Benefícios

I.2 Contribuições Paritárias

quadro B.I.2 - contribuições paritárias da patrocinadora (normais e extraordinárias) participantes ativos e assistidos

Apropriações por regime de competência	VALOR
1 – Contribuições paritárias Patrocinadora (PS-I) – extraordinárias	3.736.094,48
2 – Contribuições paritárias Patrocinadora (PS-II) – normais	68.879.965,53
Subtotal Contribuições Paritárias (normais e extraordinárias)	**72.616.060,01**
3 – Contribuições paritárias dos Assistidos (PS-I) – normais e extraordinárias	9.873.734,24
4 – Contribuições afastados por doença (PS-II) – normais	938.172,77
Subtotal Contribuições da Patrocinadora (Paritárias)	**83.427.967,02**
Legenda:	
1 – PS-I – Plano Serpro I. Plano de benefícios previdenciários, constituído sob forma de Benefício Definido (BD). Saldado em 31.03.2013.	
2 – PS-II – Plano Serpro II. Plano de benefícios previdenciários, constituído sob a forma de Contribuição Definida (CD).	
3 – Contribuições paritárias dos Assistidos: são as contribuições normais e extraordinárias calculadas com base nos benefícios pagos (folha de pensionistas da EFPC) aos ex-empregados da patrocinadora e dependentes legais, pertencentes ao PS-I - Plano de Benefício Definido.	
4 – Contribuições paritárias dos empregados ativos (PS-II) da patrocinadora, afastados por motivo de doença pela Previdência Social oficial, porém também com suplementação complementar pela EFPC.	

I.3 Recursos Repassados

quadro B.I.3.a - valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora

Apropriações por regime de competência	
(a) Instrumentos Contratuais – Dotação Inicial	13.057.155,58
(b) Instrumentos Contratuais – Lei 8.020/1990	5.975.013,93
(c) Instrumentos Contratuais – Aporte de Migração	9.113,38
(d) Encargos moratórios	8.958.864,53
(e) Empréstimos consignados dos empregados	11.807.765,12
(f) Despesas de aluguéis da Regional do SERPRO Belém	546.859,05
(g) Contribuições espontâneas dos empregados	622.735,28
(h) Outros (diferenças e ajustes contábeis)	36.321,27
Total Outros recursos decorrentes dos pagamentos, repasses e consignações	**41.013.828,14**

quadro B.I.3.b - discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições

Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições:
(item a) Dotação Inicial – cumprimento do instrumento contratual de 23.06.1997 denominado Termo de Acordo para Dotação Inicial, com amortização pelo sistema francês em 20 anos, conforme reavaliação atuarial em 1980, oriundo na constituição do fundo, destinado a riscos iminentes. Restando 29 parcelas vincendas a partir de jan/2015;
(item b) Lei nº 8.020/90 - cumprimento do instrumento contratual de 23.06.1997 denominado Termo de Acordo para parcelamento das diferenças referentes a taxa de contribuição prescrita na Lei 8.020/1990, com amortização pelo sistema francês em 20 anos das diferenças de taxas, para a manutenção do plano de custeio da EFPC, relativas ao enquadramento perante a citada lei, restando 29 parcelas vincendas a partir de jan/2015;
(item c) Aporte de Migração – cumprimento do instrumento contratual de 30.03.2001, denominado Termo de Acordo para parcelamento de Aporte financeiro específico, destinado a viabilização de migração de participantes do PS-I para o PS-II, com amortização pelo sistema francês em 30 anos. Restando 203 parcelas vincendas a partir de jan/2015;
(item d) Encargos moratórios – são as despesas em decorrência de atrasos nos pagamentos, à EFPC, previsto em Regulamento dos planos, pertinentes as contribuições paritárias e também as parcelas dos Instrumentos Contratuais, realizadas pela Patrocinadora. Esses atrasos são decorrentes da insuficiência de recursos financeiros devido a situação crítica, porém temporária, no caixa da empresa Patrocinadora, durante os exercícios de 2010 a 2014;
(item e) Empréstimos consignados aos empregados – repasses referentes as contraprestações dos empréstimos tomados pelos participantes junto à EFPC, com desconto em folha de pagamento (em consignação) e repassados pela Patrocinadora mensalmente;
(item f) Aluguéis – despesas com contrato de locação comercial, referente aos aluguéis mensais do imóvel pertencente à EFPC, onde está localizada a Regional SERPRO Belém.
(item g) Contribuição espontânea – repasses das contribuições espontâneas retidas dos empregados do Plano PS-II, conforme Regulamento vigente, não incidindo contribuição paritária pela patrocinadora.
(item h) Outros – valores decorrentes de ajustes contábeis e financeiros por inconsistências na folha de pagamento, nos repasses e contribuições.

I.4 VALOR TOTAL POR TIPO DE APLICAÇÃO E RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Em dezembro de 2014 o saldo dos recursos garantidores dos planos administrados pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado, encontravam-se em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelos normativos legais aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em especial a Resolução CMN nº 3.792 de 24/09/2009, bem como às Políticas de Investimento da Entidade.

O quadro, a seguir, apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos de benefícios e do PGA, administradas pelo SERPROS, em dezembro de 2014.

quadro B.I.4 – composição da carteira de investimentos

RECURSOS GARANTIDORES 201												
Consolidado				Segregado por Plano								valores em R$ Mil
Programa de Investimentos	2014		CNM	PSI		PSII - BD		PSII - CD		PSII - consolidado		PGA	
Renda Fixa	3.713.386	80,5%	100%	1.545.700	84,8%	858.524	83,2%	1.235.884	73,5%	2.094.408	77,2%	73.277	99,8%
Carteira Própria	3.572.817	77,5%		1.507.513	82,7%	819.290	79.4%	1.172.735	69,7%	1.992.025	73,4%	73.277	99,8%
Carteira Terceirizada	140.569	3,0%		39.186	2,1%	39.234	3,8%	63.149	3,8%	102.383	3,8%		0,0%
Renda Variável	215,089	4,7%	70%	71.490	3,9%	19.890	1,9%	123.710	7,4%	143.599	5,3%	-	0,0%
Fundos Exclusivos	207.467	4,5%		66.747	3,7%	19.326	1,9%	121.395	7,2%	140.720	5,2%		0,0%
Fundos Terceirizados	0	0,0%		-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		0,0%
Carteira Própria (1)	7.622	0,2%		4.743	0,3%	564	0,1%	2.315	0,1%	2.879	0,1%		0,0%
Estruturados	395.073	8,6%	20%	39.739	2,2%	131.710	12,8%	223.624	13,3%	355.334	13,1%	-	0,0%
Fundos de Participações	395.073	8,6%		39.739	2,2%	131.710	12,8%	223.624	13,3%	355.334	13,1%		0,0%
Fundos Imobiliários	0	0,0%		-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		0,0%
Multimercado	0	0,0%		-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Fundos Terceirizados	0	0,0%		-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		0,0%
Empréstimos e Financ. Imobiliários	45.329	1,0%	15%	23.008	1,3%	1.436	0,1%	20.885	1,2%	22.321	0,8%	-	0,0%
Empréstimos	43.221	0,9%		21.166	1,2%	1.436	0,1%	20.619	1,2%	22.055	0,8%		0,0%
Financiamentos Imobiliários	2.108	0,0%		1.842	0,1%	-	0,0%	266	0,0%	266	0,0%		0,0%
Imóveis	73.328	1,6%	8%	46.343	2,5%	5.353	0,5%	21.631	1,3%	26.985	1,0%	-	0,0%
Imóveis em carteira	73.328	1,6%		46.343	2,5%	5.353	0,5%	21.631	1,3%	26.985	1,0%		0,0%
Disponível	431	0,0%		109	0,0%	50	0,0%	116	0,0%	166	0,0%	156	0,2%
Depósitos Judiciais / Recursais	18	0,0%		4	0,0%	-	0,0%	14	0,0%	14	0,0%		0,0%
Outros Realizáveis (2)	173.244	3,8%		100.866	5,5%	14.438	1,4%	57.940	3,4%	72.378	2,7%		0,0%
Derivativos	1.050	0,0%		-	0,0%	525	0,1%	525	0,0%	1.050	0,0%		0,0%
Swap	378	0,0%		-	0,0%	189	0,0%	189	0,0%	378	0,0%		0,0%
Margem de Garantia	672	0,0%		-	0,0%	336	0,0%	336	0,0%	672	0,0%		0,0%
Exigíveis de Investimentos	-6.698	-0,1%		(3.822)	-0,2%	(514)	0,0%	(2.352)	-0,1%	(2.866)	-0,1%		0,0%
Recursos Garantidores	4.610.259	100,0%		1.823.436	100,0%	1.031.414	100,0%	1.681.977	100,0%	2.713.390	100,0%	73.433	100,0%

I.5 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A modalidade do plano, seu grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos: as metas de resultado do plano e dos segmentos de aplicação; a alocação dos recursos e os limites inferiores e superiores de aplicação em cada segmento.

As tabelas a seguir apresentam: os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3792/2009, e os retornos dos investimentos X a meta de cada plano administrado pelos SERPROS.

Os limites por segmento de aplicação foram definidos considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração da política de investimento para o exercício de 2014.

quadro B.I.5.a – politica de investimentos – limites por segmento

Segmentos	PSI				PSII BD				PSII CD				PGA				Consolidado	
	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	Atual	Limite Legal
Renda Fixa	60,00%	100,00%	85,66%	89,77%	60,00%	100,00%	85,04%	84,47%	55,00%	100,00%	74,24%	76,11%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	83,73%	100,00%
Renda Variável	0,00%	13,50%	6,89%	3,88%	0,00%	5,00%	0,00%	1,90%	0,00%	20,00%	10,88%	7,48%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,68%	70,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	8,00%	3,58%	2,31%	0,00%	20,00%	14,30%	12,96%	0,00%	20,00%	12,30%	13,77%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,91%	20,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	3,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Imóveis	0,00%	5,00%	2,55%	2,70%	0,00%	5,00%	0,56%	0,53%	0,00%	5,00%	1,43%	1,34%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,66%	8,00%
Operações com Participante	0,00%	15,00%	1,32%	1,35%	0,00%	15,00%	0,10%	0,14%	0,00%	15,00%	1,15%	1,31%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,03%	15,00%

quadro B.I.5.b – política de investimentos - retorno

Segmentos	PSI		PSII BD		PSII		PGA	
	Rentabilidade	Meta	Rentabilidade	Meta	Rentabilidade	Meta	Rentabilidade	Meta
Consolidado	11,55	12,45	13,39	11,38	12,39	11,38	14,65	11,38
Renda Fixa	12,30	-	14,04	-	13,71	-	14,65	-
Renda Variável	-0,65	-	-0,76	-	-0,62	-	-	-
Investimentos Estruturados	3,80	-	11,17	-	12,43	-	-	-
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis	11,97	-	11,97	-	11,97	-	-	-
Operações com Participantes	22,92	-	62,93	-	30,50	-	-	-

I.6 CONCLUSÕES DO ÚLTIMO ESTUDO ATUARIAL – PLANOS PSI E PSII.

I.6.1 PSI

SERPROS

PARECER – PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO

1- Introdução

O Plano de Benefícios SERPRO - PSI é estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujas Provisões Matemáticas são avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização.

Destaca-se que este plano está fechado a novas adesões (em extinção) desde 1996 e foi saldado em 1º de abril de 2013.

2- Dados Cadastrais

Admitimos o cadastro de 31/12/2014 utilizado na avaliação, posto que a análise e a crítica realizadas pela entidade demonstraram consistência.

3- Metodologia Aplicada

Registramos que a metodologia utilizada na avaliação do plano pautou-se no método do Prêmio Nivelado Coletivo, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação, estando adequado aos critérios técnicos do plano e normas vigentes.

Até o fechamento do exercício de 2012, o método adotado para a avaliação do Plano SERPRO - PSI era o Agregado, originário da concepção do plano. Em novembro de 2013, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através do Relatório de Fiscalização Nº 27/2013/ERRJ/PREVIC, determinou a alteração do método de financiamento para o método do Prêmio Nivelado.

4- Provisões Matemáticas

Consignadas no Balanço da Entidade em 31/12/2014, as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios SERPRO - PSI foram avaliadas de acordo com as informações relativas a essa data, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio em vigor. O quadro a seguir apresenta a distribuição das provisões comparativamente ao exercício anterior:

1

Rua Fernandes Guimarães, 35 - Botafogo/RJ - CEP 22290-000 - Tel.: (21)3289-1400 - Fax: (21)3289-1515 - HP: www.serpros.com.br - E-mail: serpros@serpros.com.br

SERPROS

Valores em R$

CONTAS	dez/13	dez/14
PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.717.778.579,85	1.891.617.467,46
Benefícios Concedidos	966.289.718,85	1.058.075.682,82
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	966.289.718,85	1.058.075.682,82
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	772.761.257,69	844.844.317,29
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	193.528.461,16	213.231.365,53
Benefícios a Conceder	751.488.861,00	833.541.784,64
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Programado	724.825.896,92	802.528.378,16
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	940.539.762,00	1.035.960.955,64
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(107.856.932,54)	(116.716.288,74)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(107.856.932,54)	(116.716.288,74)
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Não Programado	26.662.964,08	31.013.406,48
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	34.580.511,00	40.016.159,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(3.958.773,46)	(4.501.376,26)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(3.958.773,46)	(4.501.376,26)

No fechamento deste exercício comparativamente a dezembro de 2013, observou-se que a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos apresentou uma variação positiva de 9,50%, e a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder uma variação positiva de 10,92%. Tais variações são resultantes da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados no período de análise, dos quais destaca-se a alteração da taxa de juros, que passou de 5,75%a.a. para 5,41%a.a..

5- Precificação do Ativo

O valor do ajuste de precificação, disposto na Resolução CNPC nº 16/2014, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. O valor do ajuste, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento de déficit.

Ressalte-se que o ajuste está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham seu valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Conforme disposto na Portaria nº 91/2015, utilizando a planilha eletrônica divulgada pela PREVIC, a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual de 5,41%aa, e o valor contábil desses títulos para o Plano PSI, considerando os requisitos dispostos no art. 9º da Instrução PREVIC nº 19/2015, totaliza R$ 31.188.620,55, conforme discriminado no quadro a seguir:

2

Rua Fernandes Guimarães, 35 - Botafogo/RJ - CEP 22290-000 - Tel.: (21)3289-1400 - Fax: (21)3289-1515 - HP: www.serpros.com.br - E-mail: serpros@serpros.com.br

SERPROS

POSIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	233.125.571,50	242.764.293,41	9.638.721,91
NTN-C	521.022.111,15	542.572.009,78	21.549.898,63
TOTAL	754.147.682,65	785.336.303,19	31.188.620,55

Fonte: Estudo realizado pela Consultoria Risk Office - Valores em R$

6- Resultado do Exercício

6.1 - Resultado antes do ajuste do ativo

O Balanço Patrimonial de 31/12/2014 revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R$1.834.302.751,64. É inferior às Provisões Matemáticas avaliadas em R$1.891.617.467,46, conduzindo a um déficit técnico de R$57.314.715,82.

A rentabilidade das cotas do plano, no exercício, foi de 11,50%, inferior à exigência atuarial de 12,45%, esta última composta pela variação do INPC no período, defasado de um mês, e juros de 5,75% a.a.

O principal motivo para a reversão do resultado do plano de positivo para deficitário foi a alteração da taxa de juros que passou de 5,75% a.a. para 5,41% a.a., aumentando em R$69.159.085,31 as Provisões Matemáticas do Plano.

6.2 - Resultado após o ajuste do ativo

Conforme art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015, para fins de equacionamento de déficit deverá ser considerado o equilíbrio técnico ajustado constante das informações complementares do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios.

De acordo com o anexo à Resolução CNPC nº 16/2014, o PSI será ajustado conforme necessidade de equilíbrio técnico disposta no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	Valores em R$
Apuração do Equilíbrio técnico ajustado	
a) Resultado Realizado	- 57.314.715,82
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	-57.314.715,82
b) Ajuste de Precificação	31.188.620,55
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	-26.126.095,27

Rua Fernandes Guimarães, 35 Botafogo/RJ CEP 22290 000 Tel.: (21)3289 1400 Fax: (21)3289 1515 HP: www.serpros.com.br E mail: serpros@serpros.com.br

SERPROS

Após o ajuste do ativo, o PSI apresenta um déficit no valor de R$26.126.095,27. A cobertura das Provisões Matemáticas face ao Ativo Líquido Patrimonial é de 98,62% em dezembro de 2014.

Considerando o déficit técnico ajustado observado no encerramento do exercício de 2014, o plano de custeio praticado mostra-se insuficiente para o restabelecimento do necessário equilíbrio do plano. Nesses termos, segundo art. 21 da Lei Complementar 109/2001 e considerando o disposto no art. 12 da Instrução PREVIC Nº 19/2015, para equacionamento do déficit há a necessidade de introdução de novas contribuições extraordinárias, equivalentes a 12,26% das contribuições normais dos assistidos e patrocinadoras, a serem amortizadas pela duração do passivo do plano de 11 anos.

Ressaltamos que o déficit técnico acumulado no plano, correspondente a 1,38% das Provisões Matemáticas, é inferior ao limite legal de dez por cento. Portanto, de acordo com a Resolução CGPC Nº 26 de 2008, deverá ser elaborado e aprovado plano de equacionamento do déficit, até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo, contado a partir de 2014.

O ajuste de precificação impactou o plano de forma a reduzir o déficit técnico. Para a definição da marcação dos títulos entre as categorias mercado e vencimento foi considerada a capacidade financeira do plano através do estudo de ALM – *Assets Liability Management* que tem como objetivo identificar a alocação de ativos que apresenta melhor resultado através da mitigação dos riscos de liquidez e solvência dos planos. No estudo de liquidez para geração de recursos financeiros para honrar as obrigações previdenciárias com os pagamentos dos benefícios, são considerados como ativos, que atendem diretamente ao fluxo de caixa do passivo, investimentos com liquidez e vencimento programado como a renda fixa, títulos públicos e privados. São desconsiderados, para atendimento ao fluxo de caixa do passivo, os ativos provisionados como perda e os com baixo nível de liquidez, o qual incluem: fundo em investimentos em participações, ativos imobiliários e os outros realizáveis.

Desta forma, considerando a base de dados dos participantes, a carteira de ativos, as premissas atuariais e o cenário econômico, todos posicionados em dezembro de 2014, o estudo de ALM, indica que o PSI possui capacidade financeira para manutenção dos títulos na categoria mantidos até o vencimento sem nenhum apontamento de necessidade de alteração nas marcações da categoria vencimento para mercado.

6.3 – Fatos Subsequentes

O plano de custeio do PSI foi reajustado em 35%, a partir de 1/10/2008, de modo a atenuar seu resultado deficitário. Em 2010 a PREVIC determinou a segregação entre as contribuições normais e extraordinárias e em 2013 a elaboração de plano de custeio com prazo de amortização, conforme os itens 10 e 11 da Resolução CGPC nº 18/2006.

Rua Fernandes Guimarães, 35 Botafogo/RJ CEP 22290 000 Tel.: (21)3289 1400 Fax: (21)3289 1515 HP: www.serpros.com.br E mail: serpros@serpros.com.br

SERPROS

Tendo em vista o grande impacto no plano de benefícios, foi enviada à PREVIC proposta técnica para determinação do prazo de amortização das contribuições extraordinárias do plano, cuja consequência seria um aumento de aproximadamente R$5,7 milhões no passivo do plano.

A Resolução CNPC Nº 15/2014 que alterou a Resolução CGPC Nº 18/2006, prevê que a amortização de contribuições extraordinárias seja feita no prazo máximo da duração do passivo. Neste caso, o impacto no passivo do plano, relativo ao novo prazo de amortização das contribuições extraordinárias atualmente cobradas no plano, seria um aumento de aproximadamente R$43,5 milhões.

Fundamentados no art. 12 da Instrução PREVIC nº 19/2015, para definição do prazo para amortização das contribuições extraordinárias e o respectivo impacto no plano, estamos aguardando manifestação da PREVIC, reiterada através do Ofício DP 010/15 de 12 de fevereiro de 2015.

7- Custeio Administrativo

Procedemos à avaliação atuarial adotando as fontes e o critério de custeio administrativo aprovados pelo Conselho Deliberativo, conforme previsão do art. 4º do Plano de Gestão Administrativa, para vigência a partir de 1/1/2015. Mediante avaliação específica realizada indicou-se a viabilidade de conjugação de três fontes para custeio das despesas administrativas: fundo administrativo já constituído, carregamento administrativo de 3,75% incidente sobre as contribuições vertidas ao plano e a inclusão dos resultados de investimentos como nova fonte de custeio.

Ressalte-se que os participantes saldados ou em benefício proporcional diferido terão a Contribuição Administrativa diferida para a fase de gozo de benefício, conforme preconiza o art. 38 do regulamento do plano.

Importante destacar que a utilização pelos planos de benefícios do resultado dos investimentos como fonte de custeio administrativo implica na redução da meta atuarial do plano, de acordo com o Guia de Melhores Práticas Atuarias publicado pela PREVIC no seu Item 72: "*Os planos de benefícios que utilizam o resultado dos investimentos como fonte de custeio administrativo devem considerar tal situação no estabelecimento da hipótese da taxa de juros atuarial, uma vez que a rentabilidade disponível para a remuneração dos recursos garantidores fica reduzida.*"

Em relação ao exercício anterior, a inclusão dos resultados dos investimentos como fonte de custeio, implica na redução da taxa de juros adotada na meta atuarial em 0,17 pontos percentuais, gerando como impacto no plano, um aumento no passivo de R$34.443.481,98.

Rua Fernandes Guimarães, 35 Botafogo/RJ CEP 22290 000 Tel.: (21)3289 1400 Fax: (21)3289 1515 HP: www.serpros.com.br E mail: serpros@serpros.com.br

SERPROS

8- Premissas Atuariais

A escolha das premissas atuariais de forma inadequada representa um dos principais riscos na mensuração dos resultados dos planos de benefícios, sendo assim é de suma importância que seja realizado estudo de forma a mitigar tais riscos. Para tanto, o SERPROS realiza anualmente estudo técnico visando identificar as premissas mais aderentes a cada plano.

As premissas utilizadas na avaliação, para a vigência a partir de 1/1/2015, foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em conformidade ao disposto no §2º do art. 18 da LC Nº109/2001 e Resolução CGPC Nº18/2006.

Na tabela a seguir estão dispostas as premissas aprovadas comparativamente ao exercício anterior:

Premissa	2013/2014	2014/2015
Taxa de Inflação	5% a.a.	5% a.a.
Taxa de Juros	5,75%a.a.	5,41%a.a.*
Crescimento Salarial	0%a.a.	0%a.a.
Desligamento	1% até 47 anos e 0% após.	1% até 47 anos e 0% após.
Mortalidade Geral	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT-49 segregada por sexo	AT-49 segregada por sexo
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Morbidez	Experiência Stea suavizada	Experiência Stea suavizada
Herdeiros	Experiência SERPRO	Experiência SERPRO

** Já considerando o desconto de 0,17% ao referente ao impacto da adoção da nova fonte de custeio administrativo.*

Desde o Saldamento do plano, não há mais adoção da premissa de crescimento salarial.

Respaldado em estudo técnico de ALM, durante o exercício de 2014 adotou-se como taxa de juros real do Plano PSI o limite legal vigente na época, de 5,75% a.a., conforme estabelecido na Resolução CGPC Nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012.

A publicação da Resolução MPS/CNPC nº 15 de 2014 que alterou a Resolução CGPC Nº 18 de 2006, estabelecendo novos critérios para o cálculo da taxa de juros, dispõe sobre a adoção de limites máximo e mínimo de taxa de juros, calculados com base na taxa de juros parâmetro específica para cada Plano de Benefícios, apurada de acordo com a Estrutura a Termo de Taxa de Juros e com o resultado da duração do passivo do Plano.

Sendo assim, fundamentada em estudo técnico específico realizado, em conformidade com os critérios dispostos na Resolução CNPC Nº 15 de 2014, foi aprovada a adoção da taxa de juros real para o exercício de 2015 de 5,41% a.a. para o PSI, já considerando a inserção da nova fonte de custeio administrativo.

As demais premissas que influenciam este plano não sofreram alteração.

6

Rua Fernandes Guimarães, 35 Botafogo/RJ CEP 22290 000 Tel.: (21)3289 1400 Fax: (21)3289 1515 HP: www.serpros.com.br E mail: serpros@serpros.com.br

SERPROS

9- Custos do Plano

A metodologia adotada na avaliação atuarial não permite a segregação dos custos por benefício. Na tabela a seguir apresentamos, comparativamente à última avaliação, o custo global dos benefícios, em relação ao valor atual da folha de ativos, as contribuições relativas aos participantes ativos e patrocinadores em relação ao valor atual da folha salarial e dos participantes assistidos em relação à folha de benefícios:

Custo global dos benefícios	dez/13	dez/14*
	3,45%	16,21%

**Considera o ajuste do Patrimônio de Cobertura do Plano, conforme item 5 deste Parecer*

Contribuições	dez/13	dez/14
Patrocinadores	80,28%	108,77%
Normal	58,02%	79,10%
Extraordinária	22,27%	29,66%
Participantes Ativos	1,96%	1,98%
Normal	0,00%	0,00%
Extraordinária	1,96%	1,98%
Assistidos	12,50%	12,50%
Normal	9,26%	9,26%
Extraordinária	3,24%	3,24%

A variação no percentual das contribuições deve-se à evolução e movimentações ocorridas, durante o período, na massa de participantes e a redução do valor atual da folha salarial.

Verifica-se um aumento do custo global dos benefícios, que está condizente com o aumento dos compromissos do plano em decorrência, principalmente, da redução da taxa de juros.

O percentual de contribuições dos Patrocinadores considera o valor de contribuições relativas a ativos e assistidos, dividido pelo valor atual da folha salarial.

10- Conclusão

Desde o Saldamento os riscos inerentes ao plano foram minimizados, já que deixou de ser dependente do nível salarial dos participantes ativos e do valor do benefício do INSS. Contudo, como o plano é da modalidade de Benefício Definido, dependente da rentabilidade patrimonial, deve-se manter o monitoramento constante, visando o equilíbrio do plano.

7

Rua Fernandes Guimarães, 35 Botafogo/RJ CEP 22290 000 Tel.: (21)3289 1400 Fax: (21)3289 1515 HP: www.serpros.com.br E mail: serpros@serpros.com.br

SERPROS

Com a nova legislação que trata sobre a definição da taxa de juros, devem-se observar os limites mínimos e máximo para a meta atuarial, sendo que pelo novo critério esses limites poderão variar anualmente em função da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média.

Verifica-se que o déficit técnico do Plano SERPRO ocorreu principalmente devido à adequação da taxa de juros à legislação e à inserção de nova fonte de custeio administrativo.

O ajuste de precificação dos ativos impactou o plano reduzindo o déficit técnico, porém o plano de custeio praticado mostra-se insuficiente para o restabelecimento do necessário equilíbrio do plano, indicando a necessidade de introdução de novas contribuições extraordinárias, equivalentes a 12,26% das contribuições normais dos assistidos e patrocinadoras, a serem amortizadas pela duração do passivo do plano de 11 anos.

Destaca-se que o déficit técnico ajustado apurado no encerramento do exercício de 2014 apresenta valor inferior ao limite legal de dez por cento das provisões matemáticas. Portanto, seu equacionamento é obrigatório até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo, contado a partir de 2014.

Rio de Janeiro, 5 de março de 2015.

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva
ATUÁRIA MIBA Nº 1042

8

Rua Fernandes Guimarães, 35 Botafogo/RJ CEP 22290 000 Tel.: (21)3289 1400 Fax: (21)3289 1515 HP: www.serpros.com.br E mail: serpros@serpros.com.br

I.6.2 PSII

SERPROS

PARECER – PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO II

1. Introdução

O Plano de Benefícios SERPRO II – PS II é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo de Contribuição Definida na fase de acumulação dos benefícios programados e de Benefício Definido para os benefícios de riscos e na fase de recebimento dos benefícios, e possui as Provisões Matemáticas avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização.

2. Dados Cadastrais

Admitimos o cadastro de 31/12/2014 utilizado na avaliação, posto que a análise e a crítica realizadas pela entidade demonstraram consistência.

3. Metodologia Aplicada

Registramos que a metodologia utilizada na avaliação do plano PSII em sua parcela BD, pautou-se no método do Prêmio Nivelado Coletivo, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação, estando adequado aos critérios técnicos do plano e normas vigentes, que preconizam que nos planos estruturados na modalidade de benefício definido pelo regime de capitalização, o método mínimo de financiamento dos encargos atuariais necessários para garantir os benefícios do plano é o crédito unitário.

Até o fechamento do exercício de 2012, o método adotado para a avaliação do Plano SERPRO - PSII BD era o Agregado, originário da concepção do plano. Em novembro de 2013, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar. PREVIC, através do Relatório de Fiscalização Nº 28/2013/ERRJ/PREVIC, determinou a alteração do método de financiamento para o método do Prêmio Nivelado.

Com relação à parcela de contribuição definida, a metodologia utilizada é a de capitalização individual, que é a metodologia aplicável aos planos dessa modalidade.

4. Provisões Matemáticas

Consignadas no Balanço da Entidade em 31/12/2014, as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios SERPRO II – PS II foram avaliadas de acordo com as informações relativas a essa data, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano em vigor. O quadro a seguir apresenta a distribuição das provisões comparativamente ao exercício anterior:

1

Rua Fernandes Guimarães 35 - Botafogo/RJ - CEP 22290-000 - Tel: (21)3289-1400 - Fax: (21)3289-1515 - HP: www.serpros.com.br - E-mail: serpros@serpros.com.br

SERPROS

Valores em R$

CONTA	dez/13	dez/14
PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.941.324.177,92	2.296.167.959,40
Benefícios Concedidos	397.897.560,55	516.808.521,74
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	397.897.560,55	516.808.521,74
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	325.818.891,37	433.816.689,98
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	72.078.669,18	82.991.831,76
Benefícios a Conceder	1.543.426.617,36	1.779.359.437,66
Contribuição Definida	1.453.825.144,73	1.661.149.668,76
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	316.377.055,77	399.665.573,72
Saldo de Contas – Parcela Participantes	1.137.448.088,96	1.261.484.095,04
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Programado	-	-
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-	-
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-	-
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-	-
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização não Programado	89.601.472,63	118.209.768,90
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	236.936.826,63	290.576.796,38
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(73.667.677,00)	(86.183.513,74)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(73.667.677,00)	(86.183.513,74)

Os Fundos Previdenciais, constituídos para dar maior garantia ao plano, foram reavaliados em R$153.593.012,71 em dezembro de 2014, estando assim discriminados:

Fundos	dez/13	dez/14
Fundo de Cobertura da Anti-Seleção de Riscos - Adesão	R$ 10.319.451,46	R$ 11.960.184,06
Fundo de Cobertura da Anti-Seleção de Riscos - Longevidade	R$ 115.070.592,72	R$ 129.825.046,97
Fundo de Compensação de Cotas Excedentes	R$ 9.894.170,15	R$ 11.807.781,68

Onde:

Fundo de Anti-seleção de riscos – Sob o Aspecto de Adesão: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes do ingresso de participantes com perfil etário/salarial discrepante daquele que serve de base para a elaboração do plano de custeio dos benefícios de risco do plano.

Fundo de Anti-seleção de riscos – Sob o Aspecto de Longevidade: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes do aumento da expectativa de vida relativamente à experiência de mortalidade adotada na avaliação do plano de benefícios.

Fundo de Compensação de Cotas Excedentes: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes da diferença entre a rentabilidade patrimonial do plano de benefícios e a correção monetária referente ao pagamento de resgates e transferências patrimoniais, apuradas entre a data de requerimento e a data do efetivo pagamento.

2

Rua Fernandes Guimarães 35 - Botafogo/RJ - CEP 22290-000 - Tel: (21)3289-1400 - Fax: (21)3289-1515 - HP: www serpros com br - E-mail: serpros@serpros com br

SERPROS

De acordo com determinação da fiscalização da PREVIC, Relatório nº25/2010/ERRJ/PREVIC datado de 16/12/2010, o saldo então existente no Fundo de Oscilação de Risco foi revertido para a conta de Superávit do PSII em dezembro de 2010 e a partir dessa data, apura-se resultado para o plano.

Comparativamente ao fechamento do exercício anterior, o impacto na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, referente à parcela de Benefício Definido, foi uma variação de 31,93%, decorrente da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados no período de análise, dos quais destaca-se a alteração das premissas de crescimento salarial, que passou de 3,20%a.a. para 3,43%a.a., e de taxa de juros, que passou de 4,75%a.a. para 4,43%a.a. incluindo o impacto da adoção de nova fonte de custeio administrativo.

Com relação à Provisão Matemática relativa à parcela de contribuição definida, observou-se um aumento de 14,26%. Tal variação decorre da rentabilidade alcançada pelos ativos do plano, de 12,82%, conjugada com as contribuições realizadas para o plano e a movimentação ocorrida.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos apresentou no exercício um acréscimo de 29,88%, decorrente da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros verificados no período de análise, dos quais destaca-se a alteração da premissa de juros.

5. Precificação do Ativo

O valor do ajuste de precificação, disposto na Resolução CNPC nº 16/2014, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Anteriormente à destinação do superávit, o valor do ajuste de precificação negativo será deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado.

Ressalte-se que o ajuste está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham seu valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Conforme disposto na Portaria nº 91/2015, utilizando a planilha eletrônica divulgada pela PREVIC, a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual de 4,43%a.a. e o valor contábil desses títulos para o Plano PSII, considerando os requisitos dispostos no art. 9º da Instrução PREVIC nº 19/2015, totaliza R$70.809.006,35, conforme discriminado no quadro a seguir:

Rua Fernandes Guimarães 35 - Botafogo/RJ - CEP 22290-000 - Tel: (21)3289-1400 - Fax: (21)3289-1515 - HP: www.serpros.com.br - E-mail: serpros@serpros.com.br

SERPROS

POSIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	297.883.704,28	367.190.159,43	69.306.455,15
NTN-C	13.468.975,67	14.971.526,88	1.502.551,20
TOTAL	311.352.679,95	382.161.686,30	70.809.006,35

Fonte: Estudo realizado pela Consultoria Risk Office - Valores em R$

6. Resultado do Exercício

6.1 - Resultado antes do ajuste do ativo

O Balanço Patrimonial de 31/12/2014 revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R$2.454.922.532,06. É, portanto, superior às Provisões Matemáticas avaliadas em R$2.296.167.959,40, conduzindo ao superávit técnico de R$158.754.572,66, alocados na Reserva de Contingência. Em dezembro de 2014 foram revertidos R$51.571.911,80 para o Fundo de Revisão de Plano, passando a totalizar o montante de R$95.203.925,84 nesse fundo.

O plano PSII possui superávit desde de 2010, quando foi feita a reversão do Fundo de Oscilação de Risco, no valor de R$106.938.664,57. Desde então, o superávit do plano aumentou, indicando que esse resultado superavitário era decorrente de aspectos não só conjunturais, mas também estruturais, e que o plano de custeio praticado estava superdimensionado para a atual massa de participantes. Com a implementação das alterações regulamentares do plano, em abril de 2013, o plano de custeio foi ajustado às necessidades de cobertura do plano de benefícios.

De acordo com a Resolução CGPC nº 26/2008, que dispõe sobre a apuração, destinação e utilização de superávit, a revisão do plano de benefícios é obrigatória após o decurso de três exercícios, a partir da constituição da reserva especial, devendo ser integralmente destinado o valor apurado a título de reserva especial há mais de três exercícios.

Sendo assim, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo no encerramento do exercício de 2013 a distribuição do superávit no valor de R$39.172.232,57, equivalente à Reserva Especial contabilizada em 2010, sendo realizada a constituição de Fundo de Revisão de Plano.

Em dezembro de 2014, com a continuidade de resultado superavitário com constituição de Reserva Especial no montante de R$51.571.911,80 foi realizada nova reversão da Reserva Especial para o Fundo de Revisão de Plano, equivalente à sua totalidade, tendo em vista que o valor da Reserva Especial contabilizado em dezembro de 2011 foi de R$ 162.948.698,59, superior ao valor de dezembro de 2014.

Rua Fernandes Guimarães 35 - Botafogo/RJ - CEP 22290-000 - Tel: (21)3289-1400 - Fax: (21)3289-1515 - HP: www.serpros.com.br - E-mail: serpros@serpros.com.br

SERPROS

O valor do Fundo de Revisão de Plano constituído em 31/12/2014 está segregado entre as partes que compõem o custeio do plano, sendo 50,8613% referente aos participantes e 49,1387% referente à patrocinadora. Ressaltando que a forma e os prazos para destinação do referido fundo deverão ser aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

A rentabilidade no exercício de 2014, medida pelo sistema de cotas da entidade, foi de 13,41% relativamente à parcela atribuível aos benefícios de risco e 12,82% no que se refere aos saldos de conta de participantes, enquanto a meta atuarial foi de 11,38%, composta pela variação do INPC no período, defasado de um mês, e juros de 4,75% a.a.

6.2 - Resultado após o ajuste do ativo

Conforme art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015, para fins de destinação de superávit deverá ser considerado o equilíbrio técnico ajustado, se negativo, constante das informações complementares do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios.

De acordo com o anexo à Resolução CNPC 16/2014, o valor ajustado do PSII referente à parcela de Benefício Definido está discriminado no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	Valores em R$
Apuração do Equilíbrio técnico ajustado	
a) Resultado Realizado	158.754.572,66
a.1) Superávit Técnico Acumulado	158.754.572,66
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	-
b) Ajuste de Precificação	70.809.006,35
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	158.754.572,66

Tendo em vista o ajuste de precificação no PSII ser positivo, este não impactará no resultado do plano para fins de destinação de superávit.

Destaca-se que para a definição da marcação dos títulos entre as categorias mercado e vencimento foi considerada a capacidade financeira do plano através do estudo de ALM – *Assets Liability Management* que tem como objetivo identificar a alocação de ativos que apresenta melhor resultado através da mitigação dos riscos de liquidez e solvência dos planos. No estudo de liquidez para geração de recursos financeiros para honrar as obrigações previdenciárias com os pagamentos dos benefícios, são considerados como ativos, que atendem diretamente ao fluxo de caixa do passivo, investimentos com liquidez e vencimento programado como a renda fixa, títulos públicos e privados. São desconsiderados, para atendimento ao fluxo de caixa do passivo, os ativos provisionados como perda e os com baixo nível de liquidez, o qual incluem: fundo em investimentos em participações, ativos imobiliários e os outros realizáveis.

Rua Fernandes Guimarães 35 - Botafogo/RJ - CEP 22290-000 - Tel: (21)3289-1400 - Fax: (21)3289-1515 - HP: www.serpros.com.br - E-mail: serpros@serpros.com.br

SERPROS

Desta forma, considerando a base de dados dos participantes, a carteira de ativos, as premissas atuariais e o cenário econômico, todos posicionados em dezembro de 2014, verificamos que o estudo de ALM, indica que o PSII possui capacidade financeira para manutenção dos títulos na categoria mantidos até o vencimento sem nenhum apontamento de necessidade de alteração nas marcações da categoria vencimento para mercado.

7. Custeio Administrativo

Procedemos à avaliação atuarial adotando as fontes e o critério de custeio administrativo aprovados pelo Conselho Deliberativo, conforme previsão do art. 4º do Plano de Gestão Administrativa, para vigência a partir de 1/1/2015. Mediante avaliação específica realizada indicou-se a viabilidade de conjugação de três fontes para custeio das despesas administrativas: fundo administrativo já constituído, carregamento administrativo de 3,75% incidente sobre as contribuições vertidas ao plano e a inclusão dos resultados de investimentos como nova fonte de custeio.

Ressalte-se que os participantes em benefício proporcional diferido não optantes por Contribuição Espontânea Mensal terão a Contribuição Administrativa diferida para a fase de gozo de benefício, conforme preconiza o art. 35 do regulamento do plano.

Importante destacar que a utilização pelos planos de benefícios do resultado dos investimentos (taxa de administração) como fonte de custeio administrativo implica na redução da meta atuarial do plano, de acordo com o Guia de Melhores Práticas Atuarias publicado pela PREVIC no seu Item 72: "*Os planos de benefícios que utilizam o resultado dos investimentos como fonte de custeio administrativo devem considerar tal situação no estabelecimento da hipótese da taxa de juros atuarial, uma vez que a rentabilidade disponível para a remuneração dos recursos garantidores fica reduzida.*"

Em relação ao exercício anterior, a inclusão dos resultados dos investimentos como fonte de custeio, implica na redução da taxa de juros adotada na meta atuarial em 0,17 pontos percentuais, gerando como impacto no plano, um aumento no passivo de R$16.708.623,83.

8. Premissas Atuariais

A escolha das premissas atuariais de forma inadequada representa um dos principais riscos na mensuração dos resultados dos planos de benefícios, sendo assim é de suma importância que seja realizado estudo de forma a mitigar tais riscos. Para tanto, o SERPROS realiza anualmente estudo visando identificar as premissas mais aderentes ao plano.

As premissas utilizadas na avaliação, para a vigência a partir de 1/1/2015, foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em conformidade ao disposto no §2º do art. 18 da LC Nº109/2001 e Resolução CGPC Nº18/2006.

Rua Fernandes Guimarães 35 - Botafogo/RJ - CEP 22290-000 - Tel: (21)3289-1400 - Fax: (21)3289-1515 - HP: www.serpros.com.br - E-mail: serpros@serpros.com.br

SERPROS

Na tabela a seguir estão dispostas as premissas aprovadas comparativamente ao exercício anterior:

Premissa	2013/2014	2014/2015
Taxa de Inflação	5% a.a.	5% a.a.
Taxa de Juros	4,75%a.a.	4,43%a.a.*
Crescimento Salarial	3,20%a.a.	3,43%a.a.
Desligamento	1% até 47 anos e 0% após.	1% até 47 anos e 0% após.
Mortalidade Geral	AT-2000 Suavizada, segregada por sexo	AT-2000 Suavizada, segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT-49 segregada por sexo	AT-49 segregada por sexo
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Morbidez	Experiência Stea Suavizada	Experiência Stea Suavizada
Herdeiros	Experiência SERPRO	Experiência SERPRO

** Já considerando o desconto de 0,17% aa referente ao impacto da adoção da nova fonte de custeio administrativo.*

Respaldado em estudo técnico de ALM, durante o exercício de 2014 adotou-se como taxa de juros real do Plano PSII o limite legal vigente na época para planos com distribuição de superávit, de 4,75% a.a., conforme estabelecido nas Resoluções CGPC nº18/2006 e nº 26/2008, alteradas pelas Resoluções CNPC nº 9/2012 e 10/2012, respectivamente.

Em novembro de 2014 foram publicadas as Resoluções MPS/CNPC nº 15 e 16 que alteraram as Resoluções CGPC Nº 18/2006 e 26/2008, respectivamente, estabelecendo novos critérios para o cálculo da taxa de juros e a adoção de limites máximo e mínimo, calculados com base na taxa de juros parâmetro específica para cada Plano de Benefícios, apurada de acordo com a Estrutura a Termo de Taxa de Juros e com o resultado da duração do passivo do Plano.

Sendo assim, fundamentada no estudo técnico específico realizado, em conformidade com os critérios introduzidos pelas Resoluções CNPC Nº 15 e 16 de 2014, foi aprovada a adoção da taxa de juros real para o exercício de 2015 de 4,43% a.a. para o PSII, já considerando a inserção da nova fonte de custeio administrativo. O impacto desta alteração foi o aumento do passivo do plano em R$ 30.417.433,68.

A premissa de crescimento salarial está altamente correlacionada com a política de gestão de pessoas praticada pelas Patrocinadoras, desta forma, é fundamental sua manifestação. Por meio do Relatório de Perspectiva de Crescimento Salarial da Patrocinadora foi indicada a alteração desta premissa para 3,43% ao ano para todas as idades. O impacto da alteração desta premissa foi o aumento do passivo do plano em R$2.448.456,26.

As demais premissas que influenciam este plano não sofreram alteração.

Rua Fernandes Guimarães 35 - Botafogo/RJ - CEP 22290-000 - Tel: (21)3289-1400 - Fax: (21)3289-1515 - HP: www.serpros.com.br - E-mail: serpros@serpros.com.br

SERPROS

9. Custos do Plano

A metodologia adotada na avaliação atuarial não permite a segregação dos custos por benefício. Na tabela a seguir apresentamos, comparativamente à última avaliação, o custo global dos benefícios, em relação ao valor atual da folha de ativos, as contribuições relativas aos participantes ativos e patrocinadores em relação ao valor atual da folha salarial e dos participantes assistidos em relação à folha de benefícios:

Custo global dos benefícios	12/2013	12/2014
	2,798%	2,857%

Contribuições	12/2013	12/2014
Normais Patrocinadores		
Benefícios Programados (1)	7,014%	7,052%
Benefícios de Risco (2)	1,399%	1,428%
Extraordinária Patrocinadores	-	-
Normais Participantes Ativos		
Benefícios Programados (1)	7,014%	7,052%
Benefícios de Risco (2)	1,399%	1,428%
Extraordinária Patrocinadores	-	-
Participantes Assistidos	0,380%	0,380%
Normal	0,380%	0,380%
Extraordinária	-	-

(1) Em relação à folha salarial
(2) Em relação ao valor presente da folha

O custo global dos benefícios de risco referente à parcela de Benefício Definido passou de 2,798% em 12/2013 para 2,857% em 12/2014, sendo a variação decorrente da movimentação de participantes (novas adesões e entradas em benefício).

Os benefícios programados são calculados em função dos saldos de conta dos participantes. As contribuições referentes a esses benefícios são calculadas com base na média das contribuições realizadas no exercício, destinadas à formação dos saldos de conta, que são as contribuições normais dos participantes (parcela básica de 1% sobre o salário de participação mais um percentual variável, limitado a 15%, sobre o excesso do salário de contribuição em relação a 8 vezes o Valor de Referência SERPRO- II).

As contribuições relativas aos benefícios de risco são determinadas a partir da aplicação do plano de custeio vigente (percentuais variáveis de acordo com a idade de adesão ao plano) sobre os salários de contribuição.

8

Rua Fernandes Guimarães 35 - Botafogo/RJ - CEP 22290-000 - Tel: (21)3289-1400 - Fax: (21)3289-1515 - HP: www.serpros.com.br - E-mail: serpros@serpros.com.br

SERPROS

As contribuições dos assistidos equivalem a 0,38% dos benefícios e não há paridade patronal.

A variação dos percentuais de contribuição verificada no quadro anterior deve-se à movimentação na massa de participantes e variações salariais.

10. Proposta de Alteração Regulamentar

Será tramitada entre os órgãos competentes, proposta de alterações regulamentares do Plano SERPRO II, que objetivam aumentar a flexibilidade do plano de benefícios, atrair mais participantes e aumentar a retenção, reduzindo o nível de resgate e portabilidade dos recursos para outras Entidades, além de compatibilizar com nova regra da Previdência Oficial.

Dentre as alterações propostas, destacam-se:

- Inclusão de Renda Educacional.
- Inclusão de novas formas de recebimento de renda pelo plano: Renda Mensal Financeira por prazo certo e Renda Mensal Vitalícia com Prazo Mínimo Garantido.
- Inclusão da opção de percentual entre 60% e 100% para reversão de pensão por morte do assistido em gozo de renda vitalícia.
- Inclusão de previsão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade de Pessoa com Deficiência.
- Inclusão da opção de contratação junto à sociedade seguradora de seguro específico para cobertura de riscos atuariais decorrentes de concessão de benefícios de aposentadoria por invalidez, pensão e pecúlio por morte.

Tais propostas não impactam o plano de custeio vigente do PSII.

O novo Regulamento do Plano deverá conter ainda as regras para distribuição do superávit, conforme previsão legal.

Após as manifestações do SERPRO e seus órgãos de supervisão e controle, STN (Secretaria do Tesouro Nacional) e DEST (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais), o processo deverá ser encaminhado para aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

11. Conclusão

O custo do plano de benefícios no que se refere à contribuição definida, não deverá variar por causas exógenas, mas tão somente em função da contribuição variável escolhida pelo participante, observados os limites estabelecidos no regulamento do plano.

Com a nova legislação que trata sobre a definição da taxa de juros, devem-se observar os limites mínimos e máximos para a meta atuarial, sendo que pelo novo critério esses limites poderão variar anualmente em função da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média.

Rua Fernandes Guimarães 35 - Botafogo/RJ - CEP 22290-000 - Tel: (21)3289-1400 - Fax: (21)3289-1515 - HP: www.serpros.com.br - E-mail: serpros@serpros.com.br

SERPROS

Foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, a constituição de Fundo Previdencial para Revisão de Plano em 31/12/2013, equivalente à reserva especial de 2010, sendo revertido novo montante para esse fundo em 31/12/2014, equivalente à totalidade da reserva especial do exercício de 2011, limitada ao valor de 31/12/2014.

O plano de custeio referente à parcela de benefício definido do PSII, será redimensionado em função da distribuição do superávit, que deverá ser submetida à prévia manifestação do patrocinador e dos órgãos responsáveis pela sua supervisão, coordenação e controle, além da aprovação da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC.

Juntamente aos critérios para destinação do Fundo Previdencial de Revisão de Plano, serão submetidas à análise dos órgãos competentes, alterações regulamentares que objetivam aumentar a flexibilidade do plano de benefícios, atrair mais participantes e aumentar a retenção dos atuais.

Rio de Janeiro, 5 de março de 2014.

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva
ATUÁRIA – MIBA Nº 1042

10

Rua Fernandes Guimarães 35 - Botafogo/RJ - CEP 22290-000 - Tel: (21)3289-1400 - Fax: (21)3289-1515 - HP: www.serpros.com.br - E-mail: serpros@serpros.com.br

I.7 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

UHY Moreira 50 Anos

uhy-moreira.com.br
1

À
DD. DIRETORIA DO
SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO
RIO DE JANEIRO - RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis do SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores, dos pareceres do atuário responsável pelos cálculos das provisões matemáticas e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Ênfases

Operações Contratadas – Provisão para perdas

Conforme descrito na nota explicativa nº 5.2.2, em 17 de dezembro de 2009, o SERPRO, com base no Ofício SUPGF 035743/2009 e por força do Acórdão nº 6.928/09, do Tribunal de Contas da União, suspendeu o repasse das contribuições ao SERPROS, realizada por meio das parcelas dos Termos de Acordo da Dotação Inicial, Lei nº 8020/90 e Aporte Financeiro Específico. Os pagamentos foram retomados, porém, no valor nominal, sem aplicação de juros moratórios previstos nos contratos. No dia 28 de fevereiro de 2011 o SERPRO solicitou o parcelamento da dívida em virtude de problemas de liquidez, que mesmo após a quitação manteve a posição de não repassar os valores dos juros moratórios. Em março de 2012 foi constituída provisão no valor total de R$ 6.324 mil. Em 17 de novembro o SERPROS emitiu o Ofício DP 127/74, solicitando a imediata regularização do débito referente à parcela incontroversa dos juros, do período de suspenção dos pagamentos por problemas de liquidez da patrocinadora. A parcela do período suspenso por forma do Acórdão do Tribunal de Contas da União continua em discussão administrativa entre as partes. Diante disso, os valores permanecerão registrados como provisão até que seja finalizada a questão com o pagamento. Nossa opinião não contém modificação em furção deste assunto.

Letras Financeiras do Banco BVA

De acordo com a nota explicativa nº 7.2.1.2, as Letras Financeiras adquiridas pelo SERPROS, no montante de R$ 50.000 mil, eram garantidas pela cessão fiduciária de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Hungria na proporção de 1,65. Com a liquidação do Banco BVA S/A, essa garantia foi exercida e a entidade recebeu a transferência da titularidade das cotas em agosto de 2013, no montante de R$ 84.663 mil. Em setembro de 2013 procedeu com a habilitação dos créditos junto à massa falida daquele banco. Até o final de 2014 o SERPROS amortizou R$ 6.250 mil referente ao FIRF Hungria. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Fundos de Investimentos em Participações Patriarca Private Equity

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7.2.2.2, de que em decorrência da intervenção do Banco BVA S/A, pelo Banco Central do Brasil, ocorrida em 19/10/2012, o Administrador do Fundo registrou o lançamento de provisão para crédito de liquidação duvidosa do saldo total dos ativos de emissão do Banco BVA, os quais representam 97% do patrimônio líquido do Fundo. O SERPROS ajuizou ação judicial em trâmite na 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ, em face de diversos réus, com vista a recuperar o valor investido no Fundo. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Master III

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7.2.2.3, em 2011, o SERPROS investiu R$ 45.000 mil em cotas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Master III. No exercício de 2012 o Administrador do Fundo, atendendo ao normativo legal aplicável, efetuou lançamento de provisão para crédito de liquidação duvidosa impactando as cotas do fundo que registraram variação negativa. Até dezembro de 2014 foram amortizados R$ 28.328 mil, equivalente a 62,95% do valor alocado. O Fundo está em funcionamento, com as providências negociais e judiciais em andamento. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de fevereiro de 2014, sem ressalva e com as seguintes ênfases:

a) Saldamento do Plano de Benefícios SERPRO-PS I

Após o trâmite legal pelos órgãos competentes, foi aprovada em 6/12/2012 através do Ofício nº 4479/CGAT/DITEC/PREVIC, conforme publicado na Portaria nº 709 do DOU de 7/12/2012, proposta de alteração regulamentar no PSI, contemplando o saldamento do plano, que tinha como objetivo minimizar os riscos inerentes a um plano estruturado na modalidade de Benefício Definido. Com a implementação das alterações regulamentares, o que ocorreu em 1º/4/2013, o impacto observado foi a redução da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, passando de R$ 806.833 mil em fev/2013 para R$ 693.813 mil em mar/2013. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos não foi afetada pelas alterações regulamentares. Sendo assim, o déficit do plano teve uma redução significativa, passando de R$ 122.064mil em fev/2013 para RS 9.598mil em março/2013. Desde a aplicação do saldamento, não há mais contribuição normal para os participantes ativos, somente contribuição extraordinária. As contribuições normais passarão a ser pagas pelos participantes somente a partir do recebimento do Benefício Proporcional Acumulado, na mesma proporção dos participantes assistidos. Importante destacar que o processo de saldamento foi previsto no Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado pela entidade, publicado no DOU de 27/10/2011. Esse instrumento formalizou o compromisso assumido com a PREVIC pelos administradores da Entidade, representantes do Conselho Deliberativo e da Patrocinadora, para equacionamento do déficit técnico do PSI através do saldamento do plano e caso este se mostrasse insuficiente, a introdução de contribuições adicionais paritárias, nos termos dos § 1º e 2º do Art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Embora o saldamento não tenha sido suficiente para eliminar o déficit do plano, no mês imediato de sua aplicação, não houve necessidade de praticar reajuste paritário nas contribuições extraordinárias, tendo em vista que, em maio de 2013, houve a contabilização no PSI de valor incontroverso, refererte ao ativo Letras de Santa Catarina, no valor de RS 80.759 mil. Tal contabilização foi suficiente para eliminar o déficit técnico remanescente do saldamento, sendo apurado resultado positivo de RS 53.514 mil, posição de 31/05/2013. Assim, destaca-se o pleno cumprimento do TAC, em 31/05/2013, transcorridos 582 dias a contar de sua publicação, dentro do cronograma previsto, com a eliminação do déficit técnico do plano.

b) Letras do Tesouro de Santa Catarina-LTSC

Chamamos a atenção para a Nota 7.8.1, às Demonstrações Contábeis, que descreve sobre o reconhecimento contábil das Letras do Tesouro de Santa Catarina – LTSC, que em 31/05/2013, tendo o STJ reconhecido a validade do título, considerando o montante de R$ 145.363 mil, valor este reconhecido pelo Estado de Santa Catarina como incontroverso, ou seja, não mais objeto de discussão, e que o valor é de um ativo propriamente dito, a Diretoria Executiva deliberou pela reversão da PCLD e pela contabilização do montante incontroverso em razão dos Pareceres Jurídicos Externos e Interno. Posteriormente, quando do efetivo recebimento dos valores, 42,72% do total será destinado ao patrocinador SERPRO em virtude do previsto no aditivo ao acordo para parcelamento do aporte financeiro, específico para a viabilização da migração de participantes ao plano SERPRO PS-II, assinado em julho de 2002. Registro de provisão referente a parcela do patrocinador SERPRO, quando do efetivo recebimento, no montante de R$ 60.243 mil, conforme contrato do Aporte Financeiro Específico destinado à viabilização da migração de participantes do plano SERPRO para o plano SERPRO II.

c) Debêntures Chapecó

Em 02/01/2003 foi constituída provisão relativa à dívida da CHAPECÓ - Cia Industrial de Alimentos no valor de R$ 19.541 mil. Em 29/04/2004 foi proferida sentença de mérito declarando rescindida a concordata concedida e decretada a falência da empresa. Atualmente o SERPROS está devidamente habilitado na ordem de credores da massa falida da CHAPECÓ e aguarda a oportunidade de liquidação dos bens para distribuição entre os credores (processo nº 018.0900288-5, 3ª Vara Cível da Comarca de Chapecó). Em dezembro de 2013, fundamentados em Parecer Técnico da área jurídica, tendo como base o relatório de acompanhamento processual elaborado pelo Síndico da Massa Falida, que reconheceu o crédito de R$ 27.859 mil e homologado pelo Juízo. O SERPROS reverteu a PCLD e registrou o valor incontroverso.

d) Distribuição de Superávit do Plano SERPRO PS II

Foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da entidade a distribuição, no exercício de 2014, de parte do superávit provisionado na reserva especial no valor de R$ 39.172 mil, referente ao valor comum apurado nos três últimos exercícios, sendo realizada inicialmente a constituição de Fundo de Revisão de Plano, em 31/12/2013, a ser atualizado pela meta atuarial, cujo montante está dividido entre as partes que compõem o custeio do plano, participantes e patrocinadores, esta parte líquida dos valores de dívidas contratadas, conforme preconiza a legislação vigente. Ao longo do exercício de 2014, esse fundo constituído será destinado à revisão do plano de benefícios, observando as formas previstas na legislação vigente, a serem sucessivamente adotadas: I - redução parcial de contribuições; II - redução integral ou suspensão da cobrança de contribuições no montante equivalente a, pelo menos, três exercícios; ou III - melhoria dos benefícios e/ou reversão de valores de forma parcelada aos participantes, aos assistidos e/ou ao patrocinador. Por fim, destaca-se que a destinação da reserva especial para revisão do plano de benefícios deverá ser submetida à prévia manifestação do patrocinador e dos órgãos responsáveis pela sua supervisão, coordenação e controle, além da aprovação da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC.

e) Operações Contratadas – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A Nota 5.2.2, às Demonstrações Contábeis descreve que em 17/12/2009, o patrocinador SERPRO, através do Ofício SUPGF-035743, comunicou a suspensão do repasse das Contribuições Contratadas (Dotação Inicial, Lei 8.020 e Aporte) com base no Acórdão nº 6.928, proferido pelo TCU. A dívida foi atualizada com base no INPC, juros de mora à razão de 1% a.m. e taxa atuarial de 0,5% a.m. sobre o valor atualizado, calculados proporcionalmente ao número de dias de atraso. A entidade constituiu, conforme itens 11 e 12 da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa. Em 28/02/2011, através do Ofício DS-005893/11, o patrocinador retomou o pagamento e a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi revertida. No exercício de 2012 a dívida principal foi quitada, porém os juros moratórios não foram pagos. Em 07/03/2012, a Diretoria Executiva autorizou a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa dos valores relativos aos juros moratórios. Atualmente a dívida encontra-se em negociação administrativa com o SERPRO.

f) Letras Financeiras do Banco BVA

Chamamos a atenção à Nota 7.2.1.2, às Demonstrações Contábeis, a qual descreve que as Letras Financeiras adquiridas pelo SERPROS, no montante de R$ 50.000 mil, eram garantidas pela cessão fiduciária de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Hungria na proporção de 1,65. Com a liquidação do Banco BVA S/A, essa garantia foi exercida e a entidade recebeu a transferência da titularidade das cotas em agosto de 2013, no montante de RS 84.663 mil. Em setembro de 2013 procedeu com a habilitação dos créditos junto à massa falida daquele banco. Em 2013, desde o recebimento das cotas do FIRF Hungria, o fundo já amortizou para o SERPROS o montante de RS 2,489 mil e, com a criação do Comitê de Renegociação de Dívidas, do qual a entidade participa como titular espera-se reaver os valores investidos.

g) Fundo de Investimento em Participações Patriarca Private Equity FIP

Chamamos a atenção à Nota 7.2.2.1, às Demonstrações Contábeis, a qual descreve o registro de PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa), no valor de RS 45 milhões, equivalente a 97% do valor aplicado no Fundo Patriarca Private Equity FIP em decorrência da intervenção do Banco BVA S/A em 19/10/2012. Em agosto de 2013, o SERPROS ajuizou ação ordinária de responsabilidade civil, nº 0127822-46.2013.04.02.5101, em trâmite na 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, em face de diversos réus. A ação visa a indenização pelos réus do valor investido pela instituição.

h) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master III

Chamamos a atenção à Nota 7.2.2.2, às Demonstrações Contábeis, a qual descreve que em 2011, o SERPROS investiu R$ 45.000 mil em cotas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC BVA Master III.

UHY Moreira 50 Anos

No exercício de 2012 o Administrador do Fundo, atendendo ao normativo legal aplicável, efetuou lançamentos de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa impactando as cotas do fundo que registraram variação negativa. Até dezembro de 2013 foram amortizados R$ 26.546 mil, equivalente a 59% do valor alocado.

Desde a liquidação do Banco BVA S/A, em junho de 2013, os cotistas adotaram diversas medidas com vistas a garantir o total recebimento dos valores investidos, dentre elas: i) ação judicial para antecipação de tutela dos direitos creditórios ao fundo, ii) troca de gestor do fundo; iii) contratação de escritório jurídico; iv) constituição de um Comitê de Recuperação de Créditos do qual o SERPROS é titular. Está negociado para o primeiro trimestre de 2014 a amortização de aproximadamente R$ 1.600 mil.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2015.

UHY MOREIRA – AUDITORES
CRC RS 3717 S RJ
HERALDO S. S. DE BARCELLOS
Contador CRC RS 11609 S RJ
CNAI Nº 43
Responsável Técnico

I.8 PARECER DO CONSELHO FISCAL

SERPROS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do SERPROS Fundo Multipatrocinado no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, concluiu, com base no Parecer Atuarial emitido no dia 05 de março de 2015 e pelo parecer da Auditoria Independente, UHY Moreira -Auditores, emitido em 11 de março de 2015, que as referidas demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira do Fundo, manifestando-se pela sua aprovação.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2015

Antonio Nelson Mori
Presidente do Conselho Fiscal

Antonio Carlos Melo da Silva
Conselheiro

Francisca Olberlinda Simões Serra
Conselheira

Marcos Benjamin da Silva
Conselheiro

Página 1 de 1

RUA FERNANDES GUIMARAES 35 · BOTAFOGO · RIO DE JANEIRO · RJ · CEP 22.290-000 · (21) 3289-1400 · SERPROS@SERPROS.COM.BR · CNPJ 29.738952/0001-99

I.9 PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

SERPROS	DL 05/15	Pág. 01/01

Em, 26 de março de 2015.

DELIBERAÇÃO

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2014.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO SERPROS FUNDO MULTIPATROCINADO, fazendo uso da competência que lhe confere o inciso XI do artigo 12, do Estatuto;

CONSIDERANDO o parecer favorável do Conselho Fiscal , datado de 23/03/2015, aprovando sem ressalva as Demonstrações Contábeis de encerramento do Exercício Financeiro de 2014 do SERPROS, em anexo, e

CONSIDERANDO, ainda os pareceres favoráveis (PS-I e PS-II), da Gerência Atuarial, datados de 05/03/2015, e da Auditoria Externa UHY Moreira Auditores, de 11/03/2015, ambos em anexo, e de acordo com a legislação e normas vigentes do Ministério da Previdência Social.

DELIBERA:

Art. 1º APROVAR, por unanimidade, após exame, a Prestação de Contas e as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício Financeiro de 2014, ambos submetidos pela Diretoria Executiva.

Art. 2º APROVAR, esta Deliberação entrará em vigor a partir da data de sua aprovação, com validade de 360 (trezentos e sessenta) dias.

Paulo Mendonça Júnior
PRESIDENTE

Bruno de Mello Anacleto R. Andrade
CONSELHEIRO

Juliano Couto Gondim Naves
CONSELHEIRO

Eunides Maria Leite Chaves
CONSELHEIRA

Thadeu Ernesto Senna Portella
CONSELHEIRO

Luiz Antonio Martins
CONSELHEIRO

II - INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

No exercício de 2014, a AUDIG realizou 01 trabalho de auditoria especial no SERPROS – Fundo Multipatrocinado, conforme designação PC-ES/0001/2014, no período de 01/09/2014 a 12/12/2014, com objetivo de avaliar os controles internos relativos à Governança, com relação à aplicação dos princípios, regras, práticas, gestão e controles internos adotados pelo SERPROS, nos termos da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, bem como a avaliação dos controles internos relativos à Gestão de Investimentos, tendo em vista que o Fundo encerrou o exercício de 2013 com o total de R$ 4 bilhões a título de recursos garantidores.

Ressalta-se que o desenvolvimento de práticas de governança voltadas para a implantação de controles internos faz parte da Supervisão Baseada em Risco - SBR, metodologia adotada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, conforme Recomendação nº 02, de 27/04/2009, emitida pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC. Tal prática encontra-se alinhada com a metodologia de avaliação dos elementos do controle interno adotada pela AUDIG.

Dessa forma, diante do trabalho realizado, concluiu-se que os dirigentes do SERPROS têm adotado ações para desenvolver os controles internos bem como a gestão de riscos, atendendo aos princípios básicos e boas práticas de governança, em consonância com as melhores práticas adotadas pela PREVIC bem como com a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, tendo em vista as ações em andamento e as já implementadas.

Quanto à Gestão de Investimentos, concluiu-se que o Fundo tem envidado esforços para o constante monitoramento de suas aplicações, tanto sob gestão própria como externa, visando atender os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, conforme disposto na Resolução CMN nº 3.792/2009.

Registra-se ainda que, conforme informado no relatório PC-ES/0001/2014, não é objetivo da Auditoria Geral da Patrocinadora a avaliação da performance das aplicações realizadas pela Entidade, sendo sua atuação adstrita à supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Fundo, conforme disposto no Art. 25 da Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001.

FICHA TÉCNICA

Marcus Vinícius Ferreira Mazoni
Diretor Presidente

Fernando Eurico de Paiva Garrido
Diretor de Gestão Empresarial

Edson Geraldo Ferreira
Superintendente de Desempenho e Controle Empresarial – SUPDC

Departamento de Gestão do Controle Interno – DCGCI

Carlos Alberto Sobral Loureiro

Alexandre Souto Ferraz

Amanda Lobato Cunha

Davi Santos Soares

Walkiria Angélica do Nascimento Pina Lins